

Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas Seniores do



BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS III

CNPJ nº 10.341.638/0001-40

No valor total de até

R\$500.000.000,00



Classificação do Fundo junto à ANBID: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Classificação de Risco das Cotas Seniores: Moody's "Aa1.br"

Código ISIN das Cotas Seniores: BRBVTCTF001

Distribuição pública inicial de no mínimo 1.000 (mil) e no máximo 500.000 (quinhentas mil) cotas seniores ("Cotas Seniores"), de uma única série, com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) de emissão do BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS III ("Fundo").

Na Data de Subscrição Inicial e durante todo o prazo de vigência do Fundo, as Cotas Seniores não poderão ultrapassar 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Consequentemente, as cotas subordinadas do Fundo ("Cotas Subordinadas") e, em conjunto com as Cotas Seniores, "Cotas", durante toda a vigência do Fundo, deverão representar no mínimo 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ("Relação Mínima").

A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/025, em 19 de novembro de 2009. O registro de funcionamento do Fundo foi concedido pela CVM em 18 de dezembro de 2009, sob o código 371-9, através do OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/Nº 3303/2009.

As Cotas Seniores serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"); e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do SF - Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

A cedente dos direitos creditórios é a BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 8º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 01.149.953/0001-89 ("BV Financeira").

O Fundo foi constituído em 3 de setembro de 2008, por meio de ato único da Administradora, abaixo qualificada. O regulamento foi registrado no 7º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, em 05 de setembro de 2008, sob o nº 1693882 e sua posterior alteração, realizada em 27 de agosto de 2009, que aprovou a emissão das cotas pelo Fundo, foi registrada sob o nº 1721594, em 1 de setembro de 2009 ("Regulamento").

O Fundo foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("Resolução 2.907") e a Instrução Normativa CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356").

A administração, gestão e distribuição de cotas do Fundo é realizada pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 03.384.738/0001-98 ("Administradora").

Somente investidores qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 ("Investidores Qualificados"), e investidores que tenham permissão para realizar tal aplicação por força da legislação aplicável e/ou por disposição prevista em seu regulamento, podem adquirir cotas do Fundo.

O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do custodiante do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento do Fundo, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do fundo, bem como sobre as cotas a serem distribuídas.

O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimentos. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

Os investidores devem ler a seção fatores de risco, nas páginas 24 a 29 deste Prospecto.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de sua instituição administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

Administração, Gestão e Distribuição

Estruturador

Custodiante



Auditoria

Assessoria Jurídica

Rating



PINHEIRO GUIMARÃES
ADVOGADOS



Moody's Investors Service

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

Glossário.....	5
Características Gerais do Fundo.....	11
Sumário	11
Origem e Formalização da Cessão dos Direitos Creditórios	16
Identificação das Instituições Administradora, Gestora, Custodiante e demais Prestadores de Serviços	17
Declaração da Administradora e do Estruturador do Fundo.....	18
Política de Investimento.....	19
Requisitos de Diversificação	19
Classificação de Risco (Rating).....	20
Gerenciamento de Riscos	21
Risco de mercado.....	21
Risco de crédito	21
Risco de liquidez	21
Risco operacional	22
Conflito de Interesses.....	23
Fatores de Risco.....	24
Riscos Relacionados aos Ativos da Carteira do Fundo	24
Risco de Crédito dos Ativos do Fundo	24
Risco de Mercado	24
Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos	24
Risco de Descasamento de Taxas	24
Risco de Liquidez	25
Risco de Derivativos.....	25
Riscos Relacionados Preponderantemente ao Fundo	25
Fundo Fechado	25
Risco de Ausência de Notificação dos Devedores.....	25
Risco de Ausência de Coobrigação da BV Financeira.....	25
Risco de Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos	25
Risco de Questionamento do Lastro dos Direitos Creditórios Cedidos	26
Risco da Insuficiência de Recursos para Pagamento do Resgate das Cotas	26
Risco de Não Indenização pela BV Financeira.....	26
Risco de Ausência de Registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios.....	26
Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.....	26
Risco Operacional.....	27
Risco de Liquidação Antecipada do Fundo	27
Risco de Ausência de Garantia das Aplicações em Cotas	27
Risco de Falta da Transferência da Garantia	27
Risco Relativo ao Resgate das Cotas Seniores em Direitos Creditórios Cedidos	27
Risco Relativo à BV Financeira como Fiel Depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos.....	27
Risco de Insuficiência da Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos.....	28
Inexistência de Rendimento Predeterminado.....	28
Insuficiência da Reserva de Pagamento e/ou Liquidez.....	28
Liquidez reduzida das Cotas	28
Risco Relativo à Aplicação Conjunta em Cotas do Fundo	28
Risco Relativo à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios	28
Risco Relativo à Necessidade de Aporte de Recursos Adicionais.....	29
Riscos Relacionados Preponderantemente à BV Financeira	29
Efeitos da Política Econômica do Governo Federal	29
Risco de Descontinuidade.....	29
Risco de Conflito de Interesses.....	29
Risco Relativo às Informações Financeiras da BV Financeira Constantes do Prospecto	29
Risco Relativo às Alterações na Política de Concessão de Crédito	29

Sumário dos Principais Contratos do Fundo	30
Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.....	30
Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas	30
Contrato de Custódia e Contrato de Controladoria	30
Contrato de Depósito	31
Direitos Creditórios	32
Características dos Direitos Creditórios	32
Critérios de Elegibilidade	32
Preço de Aquisição e Forma de Pagamento.....	33
Taxa de Desconto.....	33
Guarda dos Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos	33
Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos	34
Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos.....	34
Inexistência de Coobrigação.....	35
Indenização pela BV Financeira.....	35
Do Patrimônio Líquido e da Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo.....	36
Das Cotas e Regras de Valorização.....	37
Emissão e Distribuição das Cotas.....	37
Cronograma Estimado das Etapas da Oferta.....	38
Custos de Distribuição das Cotas Seniores	38
Relação Mínima.....	38
Aplicação em Cotas	39
Valorização das Cotas.....	39
Remuneração das Cotas Seniores	39
Remuneração das Cotas Subordinadas	39
Reserva de Pagamento.....	40
Resgate Compulsório das Cotas	41
Administração.....	42
Obrigações e Proibições	42
Renúncia	45
Remuneração	46
Responsabilidade	46
Custódia e Controladoria.....	47
Custódia	47
Controladoria	48
Escrituração	48
Taxas e Despesas do Fundo	49
Taxa de Administração	49
Despesas do Fundo	49
Alienação de Direitos Creditórios	51
Apresentação da Administradora e dos Demais Prestadores de Serviços	52
Breve Histórico da Administradora.....	52
Breve Histórico do Custodiante e Controlador de Cotas	52
Breve Histórico do Banco Arrecadador	53
Breve Histórico do Estruturador.....	53
Operação entre a Votorantim Finanças S.A. e o Banco do Brasil S.A.	53
Breve Histórico do Auditor	54
Breve Histórico da Agência Classificadora de Risco	54
Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes.....	55
Relações entre a Administradora e Demais Prestadores de Serviços ao Fundo.....	55

Relação entre a Administradora e o Estruturador	55
Relação entre a Administradora e o Custodiante	55
Relação entre a Administradora e o Auditor	55
Relação entre a Administradora e a Cedente	55
Relações entre o Estruturador e Demais Prestadores de Serviços ao Fundo.....	55
Relação entre o Estruturador e o Custodiante	55
Relação entre o Estruturador e o Auditor	55
Relação entre o Estruturador e a Agência Classificadora de Risco	55
Relação entre o Estruturador e a Cedente	55
A Cedente	56
Histórico	56
Capital Social	56
Acordo de Acionistas.....	57
Administração e Conselho Fiscal	57
Diretoria.....	57
Conselho Fiscal.....	59
Produtos.....	59
Carteira de Produtos	59
Relacionamento com Revendas	59
Financiamento de Veículos.....	60
Veículos Leves e Pesados	62
Clientes.....	63
Concorrência	64
Análise e Concessão de Crédito	64
Recuperação de Crédito e Inadimplência.....	65
Desempenho do Mercado de Crédito e Financiamento de Veículos.....	67
Captação de Recursos	71
Informações Financeiras	71
Balanço Patrimonial.....	72
Demonstrações de Resultados	73
Pendências Judiciais e Administrativas.....	73
Marco Regulatório	73
Introdução.....	73
Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia	74
Da Eficácia do Contrato contra Terceiros.....	74
Dos Regulamentos Editados pelos Órgãos Públicos Competentes	75
Dos Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato	76
Assembléia Geral do Fundo.....	77
Eventos de Revisão do Fundo.....	79
Liquidação Antecipada do Fundo.....	82
Tributação.....	83
Tributação do Fundo	83
Tributação dos Cotistas.....	83
Imposto de Renda	83
Amortização e/ou Resgate de Cotas do Fundo	83
Alienação de Cotas do Fundo a Terceiros	84
IOF.....	84
Política de Divulgação de Informações e Publicações	85
Atendimento a Cotistas	87
Sede da Administradora.....	87

Anexos do Prospecto	89
Anexo I – Regulamento do Fundo	91
Anexo II – Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios preparado pelo Auditor	147
Anexo III – Relatórios de Classificação de Risco.....	251
Anexo IV – Declarações da Administradora	273
Anexo V – Declaração do Estruturador	279
Anexo VI – Demonstrações Financeiras da BV Financeira Relativas Aos Exercícios Sociais Encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 e em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006	283

GLOSSÁRIO

Administradora:	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório n.º 5.805, de 19 de janeiro de 2000, e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários.
Agência Classificadora de Risco:	Moody's América Latina Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.551, 6º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.101.919/000105, ou qualquer outra agência de classificação de risco em funcionamento no País que vier a ser contratada pelo Fundo para substituí-la.
Agente de Cobrança:	BV Financeira ou quem vier a substituí-la, responsável pela cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.
Alienação dos Direitos Creditório:	É a alienação de Direitos Creditórios Cedidos para cobrir encargos do Fundo nos termos do item 16 do Regulamento.
Alocação Mínima:	Percentual de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e no máximo 99,75% (noventa e nove vírgula setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido que deverá investido nos Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, nos termos da seção "Relação Mínima".
ANBID:	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Início:	Anúncio de início da distribuição pública de Cotas Seniores do Fundo.
Auditor:	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros 33, inscrita no CNPJ sob o n.º 57.755.217/0001-29.
Banco Arrecadador:	Banco Bradesco S.A., instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12, banco arrecadador, responsável pela cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos, ou qualquer outra instituição financeira que vier substituí-la.
BV Financeira:	BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 14.171 – 8º andar, Torre A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.149.953/0001-89.
Cedente:	BV Financeira.
CETIP:	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Citibank:	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 1111, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.868.597/0001 40.
CNPJ:	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Código ANBID:	Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.
Código Civil:	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Trânsito Brasileiro:	Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, conforme alterada.
Conta de Custódia:	Conta corrente de titularidade do Fundo mantida perante o Custodiante, na qual os valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos e as Disponibilidades serão depositados.
Contrato de Custódia e Controladoria:	"Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", celebrado entre o Fundo e o Custodiante.
Contrato de Promessa de Cessão:	"Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios", celebrado entre a BV Financeira, na qualidade de cedente e legítima proprietária e possuidora dos Direitos Creditórios, o Fundo, na qualidade de cessionário, e o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas:	"Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas e outras Avenças, celebrado entre o Fundo e a Cedente", conforme aditado de tempos em tempos.
Contratos de Financiamento:	Cédulas de crédito bancário ou contratos de abertura de crédito relativos a operações de financiamento de veículos automotores (automóveis leves, pesados, motos e vans) (i) que tenham sido celebrados entre a BV Financeira e os respectivos Devedores; (ii) que sejam garantidos por alienação fiduciária em garantia dos veículos automotores financiados, constituída em favor da BV Financeira de acordo com os procedimentos definidos no Sistema Nacional de Gravames; (iii) que, no caso dos contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas sejam evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira; (iv) cujos créditos tenham sido integralmente desembolsados e aplicados na aquisição dos veículos automotores; (v) que não contenham qualquer vedação à sua livre cessão pela BV Financeira; e (vi) que tenham os requisitos necessários para a caracterização de títulos executivos extrajudiciais.
Controlador:	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
COSIF:	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
Cotas:	Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, em conjunto.
Cotas Seniores:	Cotas de emissão do Fundo que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, se houver, e resgate, e apresentam preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas.
Cotas Subordinadas:	Cotas de emissão do Fundo que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, de resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, observado o disposto na seção "Das Cotas e Regras de Valorização Valorização das Cotas".
CPF:	Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Crítérios de Elegibilidade:	As características que os Direitos Creditórios deverão atender para que sejam cedidos ao Fundo, sendo aqueles que, cumulativamente, (i) tenham vencimento com data anterior ao prazo de duração do Fundo; (ii) sejam devidos por Devedores que não estejam inadimplentes com suas obrigações perante o Fundo no momento da cessão; (iii) tenham o somatório das parcelas vincendas de um ou mais Contratos de Financiamento limitado a R\$50 mil por Devedor (CPF ou CNPJ) no momento da cessão ao Fundo ou quando de novas cessões ao Fundo; e (iv) no momento da cessão ao Fundo, tenham grau de concentração, após a cessão a ser celebrada e considerando apenas os Direitos Creditórios Cedidos, (a) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, não superior a 10%; (b) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhões, não superior a 20%; e (c) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de automóveis, até 100%.
Custodiante:	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ou qualquer outra instituição financeira que vier substituí-la.
CVM:	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Subscrição Inicial:	Data da subscrição e integralização de Cotas representativas do Patrimônio Líquido inicial do Fundo.
Data de Verificação:	O último Dia Útil de cada mês.
Decreto-lei n.º 911/69:	Decreto-Lei n.º 911, de 1 de outubro de 1969, conforme alterado pela Lei n.º 6014, de 31 de dezembro de 1973, pela Lei n.º 6071, de 4 de julho de 1974, e pela Lei n.º 10.931, de 3 de agosto de 2004.
Devedores:	Os devedores dos Direitos Creditórios.
Dia Útil:	Dia em que haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Direitos Creditórios:	Créditos líquidos e certos de titularidade legítima e exclusiva da BV Financeira, decorrentes de Contratos de Financiamento apresentados pela BV Financeira ao Custodiante para aquisição pelo Fundo.
Direitos Creditórios Cedidos:	Os Direitos Creditórios cedidos pela BV Financeira ao Fundo, por meio da celebração dos Termos de Cessão.
Disponibilidades:	É o somatório, apurado pela Administradora em cada Dia Útil, dos recursos mantidos em moeda corrente nacional na Conta de Custódia decorrentes (i) do aporte de recursos em razão da integralização de Cotas pelos Cotistas; (ii) do recebimento dos valores devidos a título de juros e principal dos Direitos Creditórios Cedidos; (iii) do recebimento dos valores devidos a títulos de juros (inclusive de mora), principal e multa em decorrência dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pelos respectivos Devedores; (iv) dos valores recuperados em razão da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pelos respectivos Devedores, inclusive mediante excussão das respectivas garantias (observado que tais valores previstos nesta alínea (iv) somente deverão ser contabilizados pelo Fundo na medida em que tenham sido depositados na Conta de Custódia); (v) da Reserva de Liquidez; e (vi) de depósitos bancários à vista e aplicações de liquidez imediata.

Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos:	Os documentos que deram origem a cada Direito Creditório Cedido, quais sejam, os Contratos de Financiamento, os documentos que formalizam as respectivas garantias e todos os demais documentos relacionados com os Direitos Creditórios Cedidos.
Emissão:	A presente emissão, para a distribuição pública no mercado de valores mobiliários, de Cotas Seniores.
Estruturador:	Banco Votorantim S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171 - 18º andar - Torre A, inscrito no CNPJ sob o n.º 59.588.111/0001-03, para prestar os serviços de estruturação da distribuição pública das Cotas Seniores.
Evento de Indenização:	Qualquer um dos seguintes eventos previstos no Contrato de Promessa de Cessão: (i) inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; (ii) existência de vícios ou defeitos em qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos, que seja constatada pela BV Financeira ou pela Administradora; ou (iii) reclamação de Direitos Creditórios Cedidos por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre os Direitos Creditórios Cedidos objeto da reclamação.
Evento de Liquidação Antecipada:	Qualquer dos eventos descritos na seção "Liquidação Antecipada do Fundo" ou no item 21 do Regulamento do Fundo, que acarretarão na liquidação antecipada automática do Fundo.
Evento de Revisão:	Qualquer das ocorrências previstas na seção "Eventos de Revisão" ou no item 20 do Regulamento do Fundo.
Fenaseg:	Federação Nacional das Empresas de Seguro e Capitalização.
Fundo:	BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III.
Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Financiamento ou ILACF	Valor apurado pela Administradora, a partir do 90º (nonagésimo) dia imediatamente após a data de início do Fundo, em cada Data de Verificação, equivalente à fração representativa do (i) somatório dos recursos pagos pelos Devedores a título de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios Cedidos e o valor do saldo devedor em aberto dos Contratos de Financiamento objeto dos procedimentos de devolução amigável de veículos automotores, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à data de Verificação do ILACF, dividido pelo (ii) valor do patrimônio líquido do Fundo, acrescido do somatório dos resgates de Cotas Seniores ocorridos, a qualquer título, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à Data de Verificação do ILACF.
Instituições Autorizadas:	São as instituições financeiras, e respectivas partes Relacionadas, preferencialmente a Administradora; e instituições financeiras, não incluídas as respectivas Partes Relacionadas, com classificação de risco mínima "Aa2.br" ou classificação de risco equivalente, atribuída por outra agência classificadora de risco.
Instrução CVM n.º 356/01:	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04:	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Investidores Qualificados:	Tem o significado que lhe foi atribuído no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.
Lei n.º 4.728/65:	Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.

Lei n.º 10.931/04:	Lei n.º 10.931, de 3 de agosto de 2004, conforme alterada.
Lote:	Conjunto de Direitos Creditórios objeto de um determinado Termo de Cessão.
Oferta:	Distribuição pública das Cotas Seniores ao amparo da Instrução CVM n.º 356/01 e da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Outros Ativos:	Significa (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; (iii) cotas de fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa, com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora; (iv) cotas de fundos que aplicam em cotas de fundos de liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, e (v) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (ii), observado que especificamente para os itens (iii) e (iv) acima, o somatório dos fundos que possuem ativos com crédito privado, seja de baixo ou médio risco, não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) do total do patrimônio líquido do Fundo.
Partes Relacionadas:	Em relação a uma determinada pessoa, significa (i) pessoas físicas ou jurídicas Controladoras de tal pessoa; (ii) sociedades direta ou indiretamente Controladas por tal pessoa; (iii) sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob o Controle comum de tal pessoa. Para os fins desta definição, o termo " <u>Controle</u> " tem o significado do Artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Patrimônio Líquido:	Corresponde à soma algébrica do caixa disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.
Periódico:	O jornal "Valor Econômico", com circulação nacional.
Potenciais Devedores:	Pessoas interessadas em contratar financiamentos para a compra de veículos automotores.
Preço de Aquisição:	É o preço pago pelo Fundo como contraprestação à cessão de Direitos Creditórios pela Cedente, conforme definido no Contrato de Promessa de Cessão.
Regulamento:	Regulamento do Fundo.
Relação Mínima:	Tem o significado estabelecido no item "Das Cotas e Regras de Valorização – Relação Mínima".
Reserva de Liquidez:	Reserva constituída pela Administradora a partir da Data de Subscrição Inicial, que deverá ser mantida em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), que deverá ser utilizada para pagamento de encargos do Fundo, e que corresponderá a no mínimo 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido a partir da Data de Subscrição Inicial do Fundo e até o resgate total das Cotas.
Reserva de Pagamento:	Reserva constituída pela Administradora para o pagamento dos valores relativos ao resgate das Cotas Seniores na Data do Resgate Compulsório, nos termos do item "Das Cotas e Regras de Valorização – Reserva de Pagamento" abaixo.

Resgate Compulsório:	Liquidação ordinária do Fundo quando do término do seu prazo de duração, com o consequente resgate das Cotas.
Resolução n.º 159/04:	Resolução n.º 159, de 22 de abril de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito.
Resolução n.º 2.907/01:	Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional.
Selic:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
Serasa:	Serasa S.A.
Tabela Molicar:	Tabela fornecida quinzenalmente à BV Financeira pela MOLICAR – Serviços Técnicos de Seguro Ltda., com sede na Av. Yojiro Takaoka 4.384, cj. 401, Alphaville, Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 68.153.238/0001-90, contendo cotações de veículos de passeio e de carga, nacionais e importados.
Taxa de Desconto:	Taxa de desconto dos Direitos Creditórios Cedidos negociada entre o Fundo e a BV Financeira por ocasião da cessão de cada Lote, que deverá ser negociada entre as partes, observadas as disposições do Regulamento e as condições do mercado resultando sempre em um valor de aquisição inferior ao valor de face dos Direitos Creditórios. Para cada Lote, a Administradora deverá considerar a rentabilidade alvo das Cotas Seniores com base na curva futura de juros, bem como as despesas do Fundo, incluindo o nível de provisão para perdas e acrescida do excesso de <i>spread</i> mínimo anual para o cálculo da taxa de desconto.
Taxa DI:	Variação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Taxa Selic:	Taxa média diária da Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil.
Termos de Cessão:	Termos de cessão dos Direitos Creditórios, amparados no Contrato de Promessa de Cessão, celebrados entre o Fundo e a BV Financeira, que efetivam e concretizam a cessão de cada lote de Direitos Creditórios da BV Financeira para o Fundo.
Valor dos Ativos Financeiros:	Com relação a cada Ativo Financeiro, exceto qualquer ativo que for parte das Disponibilidades do Fundo, é o menor valor entre (i) o valor de mercado do ativo financeiro, se houver, calculado pelo Custodiante; e (ii) o valor de principal do ativo financeiro, mais os juros incidentes sobre o ativo financeiro, ou (iii) o valor contábil do ativo financeiro, calculado de acordo com as disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

SUMÁRIO

Segue abaixo um sumário das características do Fundo e da Emissão:

Emissor das Cotas:	BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III.
Cedente dos Direitos Creditórios:	BV Financeira.
Tipo de Fundo:	<p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, os condôminos não podem solicitar o resgate de cotas, exceto nos termos da seção "Das Cotas e Regras de Valorização Resgate Compulsório das Cotas".</p> <p>Para os fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, o Fundo é classificado como fundo de investimento de longo prazo.</p> <p>Para os fins do Código ANBID, o Fundo é caracterizado como fundo de investimentos em direitos creditórios.</p>
Objetivo:	<p>O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios decorrentes de operações de financiamento para aquisição de veículos automotores, de acordo com as disposições previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor.</p> <p>O Fundo tem como meta, mas não garante atingir, a obtenção de rentabilidade correspondente a 109% (cento e nove por cento) da Taxa DI (benchmark) para as Cotas Seniores e aplica parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, controlados pelo Custodiante.</p> <p>A meta ora indicada não constitui compromisso ou promessa de rendimentos, de modo que os condôminos somente receberão rendimentos se os rendimentos da carteira do Fundo assim permitirem. Para informações mais detalhada sobre a política de investimentos do Fundo, vide seção "Características Gerais do Fundo - Política de Investimento".</p>
Prazo de Duração:	O Fundo tem prazo de duração de 30 meses a contar da Data de Subscrição Inicial.
Exercício Social:	O exercício social do Fundo terá início em 1º de outubro e término em 30 de setembro de cada ano.
Classificação de Risco das Cotas Seniores:	As Cotas Seniores do Fundo receberam a classificação de risco "Aa1.br" da Agência Classificadora de Risco. A Administradora deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização, pela Agência Classificadora de Risco da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Classes de Cotas:	<p>As cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.</p> <p>O critério de distribuição dos rendimentos das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas está previsto na seção "Das Cotas e Regras de Valorização Valorização das Cotas".</p>
Relação Mínima:	<p>Na Data de Subscrição Inicial e durante todo o prazo de vigência do Fundo, as Cotas Seniores não poderão ultrapassar 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Consequentemente, as Cotas Subordinadas durante toda a vigência do Fundo, deverão representar no mínimo 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. A Relação Mínima deve ser apurada e disponibilizada aos condôminos diariamente na sede da Administradora.</p>
Público Alvo:	<p>Pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem na definição de Investidores Qualificados e/ou investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como Investidores Qualificados.</p>
Prazo de Colocação:	<p>A colocação das Cotas Seniores objeto da Oferta, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores, representativas de seu Patrimônio Líquido inicial, nos termos do artigo 20, §4º, da Instrução CVM n.º 356/01, deverá ser feita pela Administradora no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, conforme estabelecido no artigo 9º, inciso II da Instrução CVM 356, dentro do qual deverá ser realizada, pela Administradora, a colocação das Cotas Seniores do Fundo, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores objeto da Oferta.</p>
Distribuição:	<p>A distribuição pública das Cotas Seniores objeto desta Emissão.</p>
Negociação:	<p>As Cotas Seniores objeto desta Emissão serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.</p>
Valor Mínimo de Aplicação:	<p>A aplicação mínima nas Cotas é aquela determinada pela CVM de acordo com a regulamentação em vigor, atualmente em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Caso a regulamentação em vigor seja alterada, o valor para aplicação mínima no Fundo será automaticamente diminuído ou aumentado para refletir a regulamentação em vigor.</p>
Destinação e Gestão dos Recursos:	<p>O Fundo aplicará parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade e a política de investimentos prevista no Regulamento. Para maiores informações sobre a política de investimentos, vide seção "Características Gerais do Fundo - Política de Investimento".</p>

**Valorização das Cotas e
Distribuição dos
Rendimentos da
Carteira do Fundo:**

As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição de rendimentos (incorporando ao principal investido por cada cotista a rentabilidade diária) ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

I. Remuneração das Cotas Seniores: A Remuneração das Cotas Seniores será incorporada, diariamente, ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente Sênior à aplicação do Fator Multiplicador Sênior sobre a Taxa DI. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à fórmula prevista na seção "Das Cotas e Regras de Valorização – Valorização das Cotas" abaixo.

II. Remuneração das Cotas Subordinadas: A Remuneração das Cotas Subordinadas será realizada com a distribuição dos rendimentos acima descritos para as Cotas Seniores; o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

III. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores: (i) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pela quantidade de Cotas Seniores; ou (ii) o valor apurado conforme a fórmula a que se refere o item 11.1 do Regulamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Se na data de distribuição de rendimentos, não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 30 (trinta) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Administradora, mediante aviso aos condôminos, substituirá a Taxa DI pela Taxa Selic. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa Selic, a Administradora deverá convocar assembléia geral de condôminos para definir o parâmetro a ser aplicado como *benchmark*. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

IV. Caso o Patrimônio Líquido do Fundo, (i) após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, considerando o cálculo conforme previsto na seção acima "Remuneração das Cotas Seniores", resulte em um valor inferior ao somatório do principal investido pelos cotistas o valor unitário das Cotas

Subordinadas, será o menor valor entre: (i) a divisão do somatório do principal investido pelo cotista das Cotas Subordinadas pela quantidade total de Cotas Subordinadas; ou (ii) a divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pela quantidade total de Cotas Subordinadas.

V. Caso o Patrimônio Líquido do Fundo, (i) após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, considerando o cálculo conforme o item acima Remuneração das Cotas Seniores, o valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, considerando o cálculo conforme o item acima Remuneração das Cotas Seniores, pela quantidade total de Cotas Subordinadas.

VI. Todo Dia Útil, após a incorporação dos rendimentos a que se referem a seção "Remuneração das Cotas Seniores" acima, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

VII. O disposto na seção Remuneração das Cotas Seniores acima estabelece meramente um limite de incorporação ao valor das Cotas Seniores dos rendimentos da carteira do Fundo, não constituindo compromisso ou promessa de rendimentos, de modo que os condôminos somente receberão rendimentos se os rendimentos da carteira do Fundo assim permitirem.

VIII. O inadimplemento de qualquer dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou quaisquer outras perdas sofridas pela carteira do Fundo será prioritariamente absorvida pelas Cotas Subordinadas, através da redução de seu valor e, uma vez esgotada tal possibilidade, pelas Cotas Seniores, através da redução de seu valor.

Resgate: Exceto pelo disposto no item 21 do Regulamento as cotas do Fundo somente poderão ser resgatadas na hipótese de Resgate Compulsório.

Para maiores informações sobre resgate de Cotas, vide seção "Das Cotas e Regras de Valorização Resgate Compulsório das Cotas".

Resgate Compulsório: Liquidação ordinária do Fundo quando do término de seu prazo de duração.

Periódico: O periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo é Valor Econômico com circulação nacional.

Publicações: As publicações a cargo do Fundo serão realizadas, inicialmente, no Periódico.

Quoruns: Na assembléia geral dos cotistas do Fundo, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas de condôminos presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado, entretanto, que:

(i) a cada Cota Sênior corresponde um voto, sendo que as Cotas Subordinadas não terão direito a voto, exceto no que se refere às matérias que afetem diretamente os direitos e/ou interesses dos titulares das Cotas Subordinadas, quais sejam: (A) Eventos de Avaliação e/ou Eventos de

Liquidação Antecipada, ressalvados os Eventos de Revisão listados nos itens 20.1 (i) e 20.1 (xiv) do Regulamento, cuja deliberação deverá ser tomada apenas pelos titulares de Cotas Seniores; (B) Critérios de Elegibilidade; e/ou (C) alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas), quando votarão (a) juntamente com as Cotas Seniores e em igualdade de condições quando o assunto for afeto a ambas as espécies de Cotas; ou (b) em separado, e após a aprovação da matérias pelos titulares das Cotas Seniores, quando o assunto for afeto apenas às Cotas Subordinadas; e

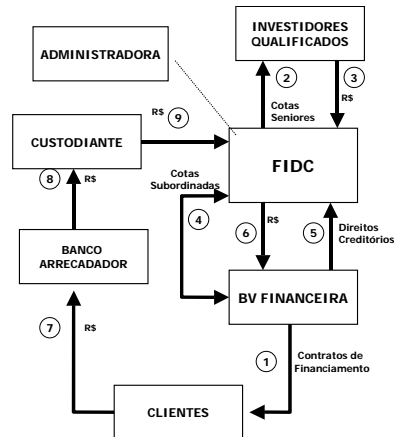
(ii) as deliberações relativas às matérias a que se referem (a) à substituição da Administradora e do Custodiante, e/ou Agência de Classificação de Risco (b) à elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução, e (c) à liquidação, transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes. Para maiores informações sobre a assembléia geral de cotistas do fundo, vide seção "Assembléia Geral".

Base Legal:

O Fundo é regido pela Resolução n.º 2.907/01 e pela Instrução CVM n.º 356/01.

ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Segue abaixo fluxograma da operação de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo:



Legenda:

- (1) Os clientes celebram com a BV Financeira, na qualidade de cedente, operações de financiamento para aquisição de veículos, gerando Contratos de Financiamento, figurando a BV Financeira, em contrapartida, como credora dos clientes pelo valor dos bens financiados.
- (2) O Fundo emite Cotas Seniores para aquisição pelos Investidores Qualificados.
- (3) Os Investidores Qualificados efetuam os pagamentos relativos às Cotas Seniores adquiridas.
- (4) O Fundo emite Cotas Subordinadas para serem adquiridas pela BV Financeira.
- (5) A BV Financeira realiza a cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo.
- (6) O Fundo efetua pagamento pelos Direitos Creditórios Cedidos.
- (7) Os clientes pagam as parcelas dos Direitos Creditórios Cedidos ao Banco Arrecadador.
- (8) O Banco Arrecadador transfere recursos para o Custodiante.
- (9) O Custodiante transfere os recursos para o Fundo. Uma vez recebidos os recursos, o Fundo adquire mais Direitos Creditórios da Cedente (estrutura revolvente) ou efetua a reserva de liquidez e reserva de pagamento de amortização de acordo com o Regulamento do Fundo.

Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo por meio do Contrato de Promessa de Cessão e dos Termos de Cessão, dos quais constarão, dentre outros:

- (i) Taxa de Desconto sobre o valor de face dos Direitos Creditórios, negociada entre o Fundo e a BV Financeira por ocasião da cessão de cada lote, que deverá ser negociada entre as partes, observadas as disposições do Regulamento e as condições de mercado à época resultando sempre em um valor de aquisição inferior ao valor de face dos Direitos Creditórios. Para cada lote de Direitos Creditórios, a Administradora deverá considerar a rentabilidade alvo das Cotas Seniores com base na curva futura de juros, bem como as despesas do Fundo, incluindo o nível de provisão para perdas e acréscida do excesso de spread mínimo anual para o cálculo da Taxa de Desconto;
- (ii) inexistência de direito de regresso contra a BV Financeira e inexistência de coobrigação da BV Financeira ou de qualquer outra pessoa no pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, não respondendo a BV Financeira ou qualquer de suas controladas, controladoras ou sócias, diretas ou indiretas, qualquer de suas coligadas ou qualquer outra sociedade sob controle comum, pela solvência dos Devedores, sendo apenas responsável pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (iii) a obrigação da BV Financeira de, ocorrendo qualquer Evento de Indenização, indenizar o Fundo por meio de resilição da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados pelo Evento de Indenização, com a restituição integral do preço pago pelo Fundo à BV Financeira pela aquisição dos Direitos Creditórios afetados pelo Evento de Indenização; e
- (iv) obrigação da BV Financeira de, na hipótese de solicitação de liquidação antecipada de um Direito Creditório Cedido por parte de seu respectivo Devedor, disponibilizar meios para receber o referido pagamento por parte do respectivo Devedor, e informar ao Custodiante e ao Banco Arrecadador o montante a ser transferido ao Fundo em virtude do pagamento antecipado, após a negociação dos valores para pagamento entre a BV Financeira e o respectivo Devedor..

Para mais informações sobre os Direitos Creditórios, vide seção "Direitos Creditórios" e para mais informações sobre a cedente dos Direitos Creditórios, vide a seção "A Cedente".

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ADMINISTRADORA, GESTORA, CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administração: Gestão e Escrituração:	A Administradora, também responsável pela gestão, escrituração e distribuição das cotas do Fundo, é a Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório n.º 5.805, de 19 de janeiro de 2000, e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários.
Controladoria:	Os serviços de controladoria de ativos (controle e processamento dos créditos e títulos e valores mobiliários) são prestados ao Fundo pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1111, inscrito no CNPJ sob o n.º 33.868.597/0001-40
Custódia:	Os serviços de custódia são prestados ao Fundo pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1111, inscrito no CNPJ sob o n.º 33.868.597/0001-40. Ademais, em decorrência da nomeação da BV Financeira como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, da expressiva diversificação de Devedores e do significativo volume de Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem.
Cobrança:	<p>Os serviços de cobrança bancária dos direitos creditórios são prestados pelo Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12.</p> <p>Os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos são feitos, às expensas exclusivas da BV Financeira, pela BV Financeira e/ou por prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou judicial contratadas pela BV Financeira para tanto.</p>
Auditoria:	Os serviços de auditoria são prestados ao Fundo pela KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros 33, inscrita no CNPJ sob o n.º 57.755.217/0001-29 (" <u>Auditor</u> ").
Classificação de Risco:	Foi contratada como agência classificadora de risco a Moody's América Latina Ltda. com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.101.919/0001-05 (" <u>Agência Classificadora de Risco</u> ").
Estruturação:	Os serviços de estruturação do Fundo foram prestados pelo Banco Votorantim S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nações Unidas, 14.171, 18º andar, inscrito no CNPJ sob o n.º 59.588.111/0001-03 (" <u>Estruturador</u> ").
Distribuição:	Os serviços de distribuição de Cotas Seniores do Fundo são prestados pela Administradora, acima qualificada.
Assessoria Jurídica:	A estruturação e a assessoria jurídicas são prestadas ao Fundo por Pinheiro Guimarães - Advogados, com endereço na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, 181, 27º andar.
Outros Serviços:	O Fundo, representado pela Administradora, poderá contratar outros prestadores de serviços, conforme suas necessidades.

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DO ESTRUTURADOR DO FUNDO

A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na pessoa de seus diretores, Srs. Marta Cibella Knecht e Paulo Geraldo Oliveira Filho, declara, na condição de Administradora e de Distribuidora da Oferta, (i) que é a responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas no presente Prospecto; e (ii) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas no presente Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, conforme observado no artigo 56, I e II da Instrução CVM n.º 400/03.

O Banco Votorantim S.A., na pessoa de seus diretores, Srs. Vivaldo Costa e Pedro Paulo Molloy Neto, declara, na condição de estruturador do Fundo: (i) que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas e do Fundo, da sua política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira e da taxa de administração devida à administradora, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas Seniores do Fundo, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) que tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas Seniores.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo tem como meta, mas não garante atingir, a obtenção de rentabilidade correspondente a 109% (cento e nove por cento) da Taxa DI (*benchmark*) para as Cotas Seniores, e aplica parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, controlados pelo Custodiante. A meta ora indicada não constitui compromisso ou promessa de rendimentos, de modo que os condôminos somente receberão rendimentos se os rendimentos da carteira do Fundo assim permitirem.

Requisitos de Diversificação

Observada a manutenção da Reserva de Liquidez, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias contados da data de início de suas atividades, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e no máximo 99,75% (noventa e nove vírgula setenta e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido investido nos Direitos Creditórios ("Alocação Mínima"). O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em Outros Ativos, selecionados a critério da Administradora

Os critérios utilizados para seleção dos Direitos Creditórios elegíveis para aquisição pelo Fundo estão relacionados na seção "Direitos Creditórios - Critérios de Elegibilidade", na página 32 deste Prospecto.

É facultado ao Fundo, ainda, a realização de:

- (i) operações compromissadas tendo como contraparte Instituições Autorizadas e como lastro títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; e
- (ii) operações em mercados de derivativos, tendo como contraparte exclusivamente Instituições Autorizadas, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, as quais deverão ser informadas à Agência Classificadora de Risco juntamente com as informações mensais descritas na seção "Administração Obrigações e Proibições".

As operações do Fundo em mercados de derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Além disso, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

É vedado ao Fundo:

- (i) adquirir ativos ou aplicar recursos em modalidade de investimento de renda variável;
- (ii) adquirir cotas de Fundos de Desenvolvimento Social - FDS; e
- (iii) realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Conforme previsto no artigo 40, parágrafo 10, da Instrução CVM n.º 356/01:

- (i) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física pode representar a totalidade do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (ii) os Direitos Creditórios Cedidos podem representar 99,75% (noventa e nove vírgula setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido; e
- (iii) observada a manutenção da Reserva de Pagamento e da Reserva de Liquidez, o Fundo pode na composição de sua carteira ter a totalidade de seu Patrimônio Líquido aplicado em direitos creditórios da BV Financeira e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com os Direitos Creditórios Cedidos em carteira:

- (i) alienar tais Direitos Creditórios Cedidos para qualquer terceiro pelo preço e nos termos e condições que a Administradora julgar conveniente; ou
- (ii) manter os Direitos Creditórios Cedidos em carteira a fim de receber os valores pagos diretamente pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO (*RATING*)

Por ocasião da constituição do Fundo, as Cotas Seniores do Fundo receberam a classificação inicial de risco "Aa1.br" da Agência Classificadora de Risco Moody's América Latina Ltda. A classificação de risco das Cotas Seniores será revisada trimestralmente e divulgada aos cotistas na forma prevista no Regulamento.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos financeiros monitorados e controlados pela Administradora podem ser classificados em quatro tipos: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez; e (iv) risco operacional.

Risco de mercado

O risco de mercado deve-se às mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. Estas, por sua vez, são decorrentes das alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das *commodities*. Para controle e mensuração de risco de mercado a Administradora utiliza um sistema de gerenciamento de risco de mercado que está em conformidade com as mais importantes práticas do mercado.

A Administradora usa a abordagem do *value at risk* para calcular o risco de mercado diário das posições de suas carteiras. Para o controle da exposição das carteiras a riscos de mercado, estão definidos diversos tipos de limites em função dos objetivos de retorno e das tolerâncias a risco destas carteiras. Também são considerados procedimentos de preservação de capital.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Administradora é feito por meio da definição e divulgação dos seguintes limites, quando aplicáveis e apropriados:

- (i) limites financeiros de exposição por classes/sub-classes de ativos;
- (ii) limites temporais (envolvendo maturidade ou duração) de exposição a risco por classes/sub-classes de ativos;
- (iii) limite de *value at risk* para as posições das carteiras como um todo;
- (iv) limites de *value at risk* incremental para as diversas classes e sub-classes de ativos existentes nas carteiras (renda fixa pré-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda fixa pós-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda variável);
- (v) limites de *value at risk* em condições de stress;
- (vi) limites de alavancagem; e
- (vii) limites de preservação de capital para as carteiras.

A Administradora também avalia o risco de mercado considerando situações de volatilidades anormalmente altas, chamadas situações de stress. Essas análises de stress são necessárias, pois os sistemas de mensuração de risco de mercado baseiam-se em condições normais de mercado, que podem não refletir potenciais perdas sob condições extremas de mercado. Estas análises consideram tanto eventos históricos como estimativas futuras de movimentos adversos do mercado.

Risco de crédito

Ao se medir o risco de crédito, ou risco de contraparte, deve-se avaliar a perda potencial em caso de inadimplemento, i.e., a perda potencial em caso de a contraparte não poder cumprir com suas obrigações. O sistema de aprovação, gestão e controle de risco de crédito da Administradora está em conformidade com as mais importantes práticas do mercado.

A Administradora possui um sistema interno de *rating* para a gestão do risco de crédito. Este sistema apresenta consistência com outros sistemas de *rating* de agências classificadoras de risco de crédito. Já a avaliação do risco de crédito dos instrumentos derivativos é feita por meio de mensurações da exposição potencial e da exposição corrente. A exposição corrente é o valor de mercado, ou o custo de reposição, das posições existentes em aberto. A exposição potencial mede perdas futuras prováveis em decorrência de inadimplementos ao longo da vida restante das posições existentes em aberto.

Risco de liquidez

A estratégia de gerenciamento de liquidez da Administradora estabelece a abordagem geral adotada no gerenciamento de liquidez, incluindo metas quantitativas e qualitativas. Esta estratégia aborda, ainda, a habilidade das carteiras da Administradora em suportar eventos de stress no mercado.

A estratégia de gerenciamento de liquidez (ou, simplesmente, estratégia de liquidez) dispõe sobre aspectos como:

- (i) composição de ativos e passivos;
- (ii) liquidez de ativos;
- (iii) procedimentos de atuação para situações de crise de liquidez (tanto de curto como de longo prazo);
- (iv) limites de descasamento de fluxo de caixa (necessidade de recursos em relação ao total do passivo) em função do tempo; e
- (v) limites para a relação entre ativos líquidos e passivo de curto prazo.

Adicionalmente, os gestores de recursos da Administradora avaliam constantemente a forma pela qual os riscos de crédito e de mercado impactam a estratégia de gerenciamento de liquidez.

A responsabilidade por estabelecer e analisar criticamente a estratégia de liquidez está designada às posições mais altas na hierarquia da Administradora, enquanto a responsabilidade por executar as determinações da estratégia de liquidez cabe aos gestores dos recursos da Administradora e a responsabilidade por verificar a execução das determinações da estratégia de liquidez é do gerente de risco e *compliance*.

A estratégia de liquidez da Administradora é avaliada criticamente em intervalos regulares que coincidem com as revisões para a macro alocação dos ativos, ou, se houver necessidade, em intervalos menores.

Risco operacional

O risco operacional pode ser caracterizado como o risco causado por falhas nos seus procedimentos operacionais, nos seus sistemas internos e nos seus sistemas de controle.

O gerenciamento do risco operacional ao qual estão expostas as atividades da Administradora é feito pela área de *compliance* por meio de um sistema de controles internos que compreende as seguintes etapas: (i) identificação de riscos; (ii) estimação dos riscos; (iii) análise dos riscos; e (iv) mitigação dos riscos.

CONFLITO DE INTERESSES

A Administradora e a BV Financeira estão sob o controle comum do Estruturador. Assim, o Estruturador, incluindo o grupo de controle da Administradora e da BV Financeira, encontra-se em posição de eleger a maioria dos administradores da Administradora e da BV Financeira e de determinar a realização da maioria dos atos que requerem a aprovação dos acionistas. Os interesses do Estruturador, na qualidade de controlador da Administradora e da BV Financeira, podem conflitar com os interesses dos cotistas do Fundo, inclusive em relação a operações que resultem na alteração de controle.

FATORES DE RISCO

O Fundo realiza aplicações que colocam em risco o seu patrimônio, podendo ocorrer perda de capital investido em decorrência do risco intrínseco aos ativos que compõem a carteira do Fundo. Antes de tomar a decisão de investimento no Fundo, o investidor deve considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos abaixo.

RISCOS RELACIONADOS AOS ATIVOS DA CARTEIRA DO FUNDO

Risco de Crédito dos Ativos do Fundo

Caso os Devedores e/ou os devedores dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo não efetuem os pagamentos devidos nas datas previstas e caso não haja mecanismos de proteção suficientes para cobrir essa inadimplência, poderá haver, conforme o caso, a redução de ganhos do Fundo ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não poderão ser responsabilizados pelo risco de crédito dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos ou dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo, ou em eventual execução de Devedor inadimplente, no qual o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado negativamente.

Risco de Mercado

Os ativos financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. Dessa forma, podem ocorrer oscilações nos preços dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo, podendo acarretar em uma depreciação do valor das Cotas. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo, o Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser afetado negativamente. A queda do valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos e/ou indeterminados. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

Caso ocorram, no Brasil ou no exterior, fatos extraordinários ou situações de mercado especiais ou eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem e/ou influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro e/ou internacionais, resultando no aumento nas taxas de juros, na desvalorização do real ou no aumento da inflação ou em mudanças legislativas, tais eventos poderão resultar em oscilações inesperadas no valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo e/ou perda de rendimento das Cotas.

Risco de Descasamento de Taxas

O Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, bem como em modalidades financeiras de renda fixa. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas será atualizado nos termos da seção "Das Cotas e Regras de Valorização das Cotas", poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios Cedidos e de Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, inclusive em caso de pagamento antecipado dos Direitos Creditórios. Além disso, os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo mediante deságio calculado a taxas prefixadas e a distribuição dos rendimentos para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI, conforme previsto na seção "Das Cotas e Regras de Valorização das Cotas". Eventuais operações com derivativos realizadas pelo Fundo para proteção das posições mantidas à vista poderão ser insuficientes. Caso a Taxa DI eleve-se substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida das Cotas Seniores.

Risco de Liquidez

Caso ocorra a redução ou inexistência de demanda pelos Direitos Creditórios ou outros ativos e títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, devido a condições específicas atribuídas a cada um desses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados, o Fundo poderá não estar apto a efetuar, dentro do prazo estabelecido no Regulamento e na regulamentação em vigor, pagamentos relativos ao Resgate Compulsório do Fundo. Este cenário pode se dar em função da falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados ou de outras condições atípicas de mercado.

Risco de Derivativos

A eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas do Fundo em razão da utilização de instrumentos derivativos.

RISCOS RELACIONADOS PREPONDERANTEMENTE AO FUNDO

Fundo Fechado

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de um Evento de Liquidação Antecipada, não havendo por parte da Administradora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário.

Risco de Ausência de Notificação dos Devedores

Caso os Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos não sejam notificados acerca da cessão realizada ao Fundo, existe a possibilidade dos Devedores efetuarem pagamentos diretamente à BV Financeira, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Risco de Ausência de Coobrigação da BV Financeira

A BV Financeira é responsável pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos; entretanto, a BV Financeira não é responsável ou coobrigada pela solvência dos respectivos Devedores ou pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, cabendo exclusivamente ao Fundo o risco de inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos.

Risco de Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos são de inteira e exclusiva responsabilidade da BV Financeira. Caso a BV Financeira não disponha de recursos suficientes ou deixe de arcar com os recursos necessários para tanto, a Administradora, o Custodiante e o Banco Arrecadador não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pelos custos com a adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, ainda, diretamente pelos cotistas.

Risco de Questionamento do Lastro dos Direitos Creditórios Cedidos

No caso dos Contratos de Financiamento que sejam contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas, devidamente efetivadas mediante desembolso pela BV Financeira, são evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira e vinculadas a tais contratos. O lastro dos Direitos Creditórios Cedidos representados por notas promissórias vinculadas a Contratos de Financiamento poderá ser objeto de questionamento por parte dos respectivos Devedores, uma vez que (i) a vinculação da nota promissória ao contrato de abertura de crédito poderá afastar sua natureza de título executivo extrajudicial nos casos em que o Devedor apresentar, em oposição à nota promissória, exceções relativas ao contrato de abertura de crédito; e (ii) a nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito poderá ter sua natureza cambial desnaturada se houver questionamento sobre a liquidez do contrato a que está vinculada.

Risco da Insuficiência de Recursos para Pagamento do Resgate das Cotas

A liquidação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo é a principal fonte de recursos do Fundo para efetuar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra a BV Financeira ou contra quaisquer Partes Relacionadas quanto aos Direitos Creditórios, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores.

Risco de Não Indenização pela BV Financeira

Caso a BV Financeira não cumpra com sua obrigação de indenizar o Fundo na ocorrência de um Evento de Indenização, o Fundo terá em sua carteira Direitos Creditórios Cedidos que não atendem à sua política de investimento. Direitos Creditórios que não atendem à política de investimento também trazem para o Fundo riscos adicionais àqueles originalmente antecipados, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo.

Risco de Ausência de Registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios

Apenas o Contrato de Promessa de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo e da Cedente. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão, em especial em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da BV Financeira.

Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios

A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações da Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:

- (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e
- (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou processos similares contra a Cedente.

Risco Operacional

Caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e/ou nos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo ao financiamento para aquisição dos veículos em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Custodiante, e posteriormente ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do Banco Arrecador ou problemas internos das instituições financeiras em que forem feitos os pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos.

Risco de Liquidação Antecipada do Fundo

Caso ocorra um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo nos termos da seção "Liquidação Antecipada do Fundo", as Cotas deverão ser resgatadas, podendo ocasionar perdas para os titulares das Cotas, que poderão não receber a rentabilidade esperada ou, ainda que consigam recuperar o capital investido nas Cotas, que poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos investidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou pela Administradora qualquer multa ou compensação em decorrência desse fato.

Risco de Ausência de Garantia das Aplicações em Cotas

A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no Fundo. As aplicações nas Cotas não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC para redução ou eliminação de tais riscos.

Risco de Falta da Transferência da Garantia

Os Direitos Creditórios Cedidos são oriundos de Contratos de Financiamento garantidos por alienação fiduciária de veículos. A propriedade fiduciária dos veículos dados em garantia, porém, permanece com a BV Financeira, sendo que a efetiva transferência ao Fundo somente ocorrerá caso a Administradora assim entenda necessário. Caso seja necessária a execução dos Devedores, é possível que a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o nome do Fundo demore mais do que o esperado, o que pode dificultar, inviabilizar ou mesmo impedir a execução da garantia. Se isso ocorrer, o patrimônio do Fundo será reduzido, afetando negativamente o rendimento das Cotas.

Risco Relativo ao Resgate das Cotas Seniores em Direitos Creditórios Cedidos

Caso ocorra a liquidação antecipada do Fundo, na hipótese da assembléia geral de cotistas do Fundo deliberar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios Cedidos, conforme autorizado pelo artigo 15 da Instrução da CVM n.º 356/01, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios Cedidos recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.

Risco Relativo à BV Financeira como Fiel Depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos

A BV Financeira será responsável, na qualidade de fiel depositária, pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos. Os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos podem conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos ou podem, ainda, ser perdidos ou destruídos, podendo acarretar prejuízos para o Fundo em caso de inadimplemento ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios Cedidos. A guarda dos referidos documentos pela BV Financeira pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e/ou formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como de exercer seus direitos, na qualidade de titular de tais Direitos Creditórios Cedidos.

Risco de Insuficiência da Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos

O Custodiante realizará verificação periódica dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo (i) está sujeita à inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; e/ou (ii) poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

Inexistência de Rendimento Predeterminado.

O valor das Cotas Seniores será atualizado diariamente, de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores quando do Resgate Compulsório de suas respectivas cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante ou da BV Financeira em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.

Insuficiência da Reserva de Pagamento e/ou Liquidez

O Fundo poderá não ter recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento e/ou, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada e/ou iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Pagamento e/ou de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento e/ou Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas. A não constituição ou o não atendimento da Reserva de Pagamento e/ou Liquidez, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, é considerada um evento de Revisão nos termos do item 20 do Regulamento.

Liquidez reduzida das Cotas

As Cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento, os Cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas no mercado secundário.

Risco Relativo à Aplicação Conjunta em Cotas do Fundo

Nos termos do item 4.3 do Regulamento, é admitido o investimento conjunto em Cotas feito solidariamente por 2 (duas) ou mais pessoas, sendo que, para todos os efeitos, perante a Administradora, cada co-investidor é considerado único proprietário das Cotas objeto da propriedade conjunta, ficando a Administradora exonerada de qualquer pagamento feito a um, isoladamente, ou a ambos em conjunto. Em caso de conflito entre 2 (dois) ou mais co-proprietários de Cotas, ou, ainda, em caso de indisponibilidade de bens de algum dos co-proprietários de Cotas, os pagamentos efetuados pela Administradora a qualquer dos co-proprietários, isoladamente, poderão ser alvo de questionamentos.

Risco Relativo à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios

A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes inadimplentes. Todavia, a BV Financeira prestará ao Fundo serviços de cobrança judicial e/ou extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios, e a BV Financeira dispõe de poderes para cobrar os clientes inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a BV Financeira consiga receber dos clientes devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus cotistas.

Risco Relativo à Necessidade de Aporte de Recursos Adicionais

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos cotistas em assembléia geral. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

RISCOS RELACIONADOS PREPONDERANTEMENTE À BV FINANCEIRA

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal

Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifa, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da BV Financeira, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

Risco de Descontinuidade

Caso o Fundo não encontre novos Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade pela BV Financeira (em função de alterações no contexto econômico que influenciem a geração de recebíveis); e (b) pelo descumprimento, pela BV Financeira, de sua obrigação de ceder Direitos Creditórios para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Cotas do Fundo em função da impossibilidade de aquisição de ativos com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Risco de Conflito de Interesses

A Administradora e a BV Financeira estão sob o controle comum do Estruturador. Assim, o Estruturador, incluindo o grupo de controle da Administradora e da BV Financeira, encontra-se em posição de eleger a maioria dos administradores da Administradora e da BV Financeira e de determinar a realização da maioria dos atos que requerem a aprovação dos acionistas. Os interesses do Estruturador, na qualidade de controlador da Administradora e da BV Financeira, podem conflitar com os interesses dos cotistas, inclusive em relação a operações que resultem na alteração de controle.

Risco Relativo às Informações Financeiras da BV Financeira Constantes do Prospecto

A BV Financeira, por não ser companhia aberta registrada perante a CVM, não divulga informações financeiras trimestrais. Dessa forma, as informações financeiras da BV Financeira constantes do Prospecto são relativas a 30 de junho de 2009 e, portanto, podem não refletir a realidade no momento em que o Prospecto for distribuído aos investidores.

Risco Relativo às Alterações na Política de Concessão de Crédito

A política de concessão de crédito da Cedente é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito da Cedente. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito da Cedente não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Cotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis da Cedente. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito da Cedente poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO

Os principais contratos celebrados pelo Fundo estão sintetizados abaixo.

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo, na qualidade de cessionário, celebrou com a BV Financeira, na qualidade de cedente e legítima proprietária e possuidora dos Direitos Creditórios, o Custodiante e o Banco Arrecadador, na qualidade de intervenientes anuentes, o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, pelo qual a BV Financeira prometeu ceder, e o Fundo prometeu adquirir Direitos Creditórios, por meio de Termos de Cessão, observado que não ocorrerá a cessão de mais de um Lote de Direitos Creditórios por Dia Útil. Os respectivos Preços de Aquisição serão fixados no Termo de Cessão correspondente. A aquisição dos Direitos Creditórios será realizada em caráter definitivo.

Pelo Contrato de Promessa de Cessão, os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo devem atender aos Critérios de Elegibilidade. Para maiores detalhes sobre a cessão de Direitos Creditórios, vide "Direitos Creditórios".

Ainda de acordo com tal contrato, a BV Financeira (i) é fiel depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, devendo apresentá-los à Administradora e ao Custodiante mediante solicitação nesse sentido; e (ii) deve arcar com as despesas da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive os inadimplidos. A BV Financeira será responsável pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, não sendo responsável pela solvência dos respectivos Devedores. Ocorrendo qualquer Evento de Indenização, a BV Financeira deverá indenizar o Fundo por meio de resilição da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados pelo Evento de Indenização, com a restituição integral do Preço de Aquisição.

De acordo com o Contrato de Promessa de Cessão não existe a possibilidade de substituição, acréscimo ou remoção de quaisquer Direitos Creditórios Cedidos.

Os Direitos Creditórios devem ser garantidos por alienação fiduciária em garantia dos veículos automotores financiados, constituída em favor da BV Financeira de acordo com os procedimentos definidos no Sistema Nacional de Gravames. O Contrato de Promessa de Cessão poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nas seguintes hipóteses: (i) descumprimento, pela BV Financeira ou pelo Fundo, de qualquer obrigação; (ii) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação de falência, intervenção, liquidação ou dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (iii) liquidação do Fundo; ou (iv) a critério da BV Financeira, mediante comunicação com antecedência mínima de 120 dias da data de resilição.

CONTRATO DE PROMESSA DE SUBSCRIÇÃO DE COTAS SUBORDINADAS

O Fundo celebrou com a BV Financeira o Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas, pelo qual a BV Financeira obrigou-se a subscrever e integralizar as Cotas Subordinadas.

O Contrato de Promessa de Subscrição poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nas seguintes hipóteses: (i) descumprimento, pela BV Financeira ou pelo Fundo, de qualquer obrigação; (ii) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação de falência, intervenção, liquidação ou dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (iii) liquidação do Fundo; ou (iv) a critério da BV Financeira, mediante comunicação com antecedência mínima de 120 dias da data de resilição.

CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTRATO DE CONTROLADORIA

O Fundo celebrou com o Custodiante o Contrato de Custódia que tem por objeto a prestação, pelo Custodiante, de serviços de custódia qualificada, compreendendo a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, sua guarda, bem como a administração e informação de proventos associados a esses ativos. Além disso, o Fundo celebrou com o Custodiante o Contrato de Controladoria de Fundo de Investimento que tem objeto a prestação, pelo Custodiante, dos serviços de controladoria do Fundo que estes consistem na atividade diária de supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial, controle do ativo do Fundo e controle legal da adequação dos investimentos e aplicações dos recursos do Fundo. O Contrato de Custódia e o Contrato de Controladoria de Fundo de Investimento vigoram por prazo indeterminado, podendo ser resiliado por qualquer das partes mediante aviso escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CONTRATO DE DEPÓSITO

O Fundo celebrou com a BV Financeira, com a interveniência do Custodiante, o Contrato de Depósito, que tem como objeto a contratação da BV Financeira para atuar como depositária, para que guarde, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma de depósito voluntário conforme previsto no artigo 627 do Código Civil Brasileiro, os originais de todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos. O Contrato de Depósito permanecerá em vigor durante o prazo de duração do Fundo, podendo ser resilido unilateralmente pelo Fundo, por meio de notificação à BV Financeira, por escrito, com efeito imediato.

DIREITOS CREDITÓRIOS

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios apresentados para cessão ao Fundo são créditos líquidos e certos de titularidade legítima e exclusiva da BV Financeira originados dos financiamentos para aquisição de veículos automotores, concedidos pela BV Financeira por meio das suas filiais ou por meio de seus correspondentes, contratados nos termos da Resolução n.º 3.110, de 31 de julho de 2003, conforme alterada, do Conselho Monetário Nacional.

Os Direitos Creditórios são formalizados por meio dos Contratos de Financiamento, que, conforme definidos, são cédulas de crédito bancário ou contratos de abertura de crédito relativos a operações de financiamento de veículos automotores (automóveis leves, pesados, motos e vans) (i) que tenham sido celebrados entre a BV Financeira e os respectivos Devedores; (ii) que sejam garantidos por alienação fiduciária em garantia dos veículos automotores financiados, constituída em favor da BV Financeira de acordo com os procedimentos definidos no Sistema Nacional de Gravames; (iii) que, no caso dos contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas sejam evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira; (iv) cujos créditos tenham sido integralmente desembolsados e aplicados na aquisição dos veículos automotores; (v) que não contenham qualquer vedação à sua livre cessão pela BV Financeira; e (vi) que tenham os requisitos necessários para a caracterização de títulos executivos extrajudiciais.

Para a originação dos Direitos Creditórios, as filiais e os pontos de venda e atendimento recebem fichas cadastrais padronizadas, contendo campos, a serem preenchidos, com informações básicas relativas aos Potenciais Devedores. Tais fichas cadastrais são preenchidas pelos Potenciais Devedores e enviadas, via fax ou eletronicamente, através das filiais ou dos pontos de venda, para uma das centrais de crédito da BV Financeira.

As centrais de crédito são responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos Potenciais Devedores, que são liberados mediante a formalização dos Contratos de Financiamento. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que compõem a política de concessão de crédito:

- (i) perfil cadastral: análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição CPF ou CNPJ), profissão, rendimentos, residência, bens próprios etc.;
- (ii) dados cadastrais (*credit scoring*): pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contêm informações sobre pessoas inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos Potenciais Devedores; e
- (iii) referências bancárias, pessoais e comerciais: pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas aos Potenciais Devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios Potenciais Devedores.

Os Direitos Creditórios estão sujeitos ao pagamento antecipado por parte de seus Devedores. Nesse caso, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios Cedidos e de Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas.

A cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos será feita de acordo com o disposto na seção "Direitos Creditórios Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos" abaixo.

Para mais informações acerca da originação, prazo médio e padrões inadimplência dos Direitos Creditórios, vide seção "A Cedente – Análise e Concessão de Crédito" e "A Cedente – Recuperação de Crédito e Inadimplência".

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

São elegíveis para aquisição pelo Fundo todos e quaisquer Direitos Creditórios válidos no território nacional que atendam, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade: (i) tenham vencimento com data anterior ao prazo de duração do Fundo; (ii) sejam devidos por Devedores que não estejam inadimplentes com suas obrigações perante o Fundo no momento da cessão; (iii) tenham o somatório das parcelas vincendas de um ou mais Contratos de Financiamento limitado a R\$50 mil por Devedor (CPF ou CNPJ) no momento da cessão ao Fundo ou quando de novas cessões ao Fundo; e (iv) no momento da cessão ao Fundo, tenham grau de concentração, após a cessão a ser celebrada e considerando apenas os Direitos Creditórios Cedidos, (a) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, não superior a 10% (dez por cento); (b) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhões, não superior a 20% (vinte por cento); e (c) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de automóveis, até 100% (dez por cento).

Não obstante os Critérios de Elegibilidade, o Contrato de Promessa de Cessão contém declaração da BV Financeira, que será reafirmada a cada Termo de Cessão, no sentido de que a cessão de Direitos Creditórios que venha a ser realizada ao Fundo compreenderá Direitos Creditórios que, cumulativamente, (i) sejam originados dos, e lastreados nos, Contratos de Financiamento; (ii) sejam de titularidade da BV Financeira; (iii) estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais; e, cumulativamente, (iv) que possam ser livremente cedidos ao Fundo nos termos dos respectivos Contratos de Financiamento e do Contrato de Promessa de Cessão.

Além disso, o Contrato de Promessa de Cessão contém as seguintes declarações da BV Financeira:

- (i) em qualquer cessão de Direitos Creditórios, a relação entre (1) o saldo atualizado de cada Contrato de Financiamento e (2) o valor de avaliação do veículo alienado fiduciariamente no âmbito de cada Contrato de Financiamento, medido por meio da Tabela Molicar, será sempre inferior a 80%;
- (ii) cada Contrato de Financiamento somente será cedido ao Fundo integralmente; dessa forma em qualquer cessão de Direitos Creditórios fará a cessão de todos os Direitos Creditórios decorrentes de cada Contrato de Financiamento, exceto pelas parcelas já pagas pelos respectivos Devedores, não sendo admitida a cessão parcial de Direitos Creditórios;
- (iii) a BV Financeira notificará à Administradora, em até 10 (dez) dias contados do evento, a rescisão do convênio celebrado entre a Fenaseg e o Departamento Nacional de Trânsito em 17 de dezembro de 1998, ao qual aderiu em 7 de maio de 1999; ou a interrupção do cumprimento, pela Fenaseg, de suas atribuições ali estabelecidas.

O Fundo deverá sempre manter a Reserva de Liquidez, que, conforme definido, é reserva constituída pela Administradora a partir da Data de Subscrição Inicial, que deverá ser mantida em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), e que corresponderá no mínimo 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido até o resgate total das Cotas.

A Reserva de Liquidez somente poderá ser utilizada para o pagamento dos encargos do Fundo previstos no item 15.1 do Regulamento, sendo certo que, após tais pagamentos, a Reserva de Liquidez deverá ser prontamente restabelecida, observando-se a ordem de alocação de recursos prevista no item 15.4 do Regulamento.

PREÇO DE AQUISIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

As cessões dos Direitos Creditórios entre a BV Financeira e o Fundo serão sempre feitas a título oneroso, por um ou mais Termos de Cessão, observado que não ocorrerá cessão de mais de um Lote de Direitos Creditórios por Dia Útil. Os Preços de Aquisição serão fixados, em cada caso, nos respectivos Termos de Cessão.

O Preço de Aquisição deverá ser sempre pago à vista, em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível para a BV Financeira.

TAXA DE DESCONTO

Para fins de exemplo, em caso de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo na data deste Prospecto, a Taxa de Desconto seria equivalente a 20,18% (vinte inteiros e dezoito centésimos por cento) ao ano (base 252 dias úteis), considerando 109% CDI; o excesso de *spread* mínimo de 7% (sete por cento) ao ano, despesas do Fundo e juros futuro.

GUARDA DOS DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS

A BV Financeira é a fiel depositária de todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos nos termos previstos no Contrato de Custódia, devendo guardar todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos com o mesmo grau de zelo e diligência com que costuma guardar seus próprios documentos.

A BV Financeira poderá subcontratar, sob sua responsabilidade, empresas especializadas na guarda de documentos, mediante comunicação escrita à Administradora e ao Custodiante neste sentido.

A cada cessão de Direitos Creditórios, todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos permanecem na posse da BV Financeira, para que esta os guarde na qualidade de fiel depositária, pelo prazo de cinco anos contados da data de vencimento dos Contratos de Financiamento que originaram os Direitos Creditórios Cedidos ou, se for o caso, contados da data da decisão judicial envolvendo os Direitos Creditórios Cedidos, o que ocorrer por último. Decorrido este prazo em relação a um determinado Direito Creditório Cedido, a BV Financeira deixará, a partir de então, de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo observar as instruções da Administradora quanto à destinação de tais documentos.

A Administradora e o Custodiante, ou terceiros por estes indicados, poderão, a qualquer tempo, verificar e analisar, por amostragem ou não, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos que estiverem na posse da BV Financeira, obrigando-se a BV Financeira a apresentá-los (i) no caso verificação por amostragem, em até cinco Dias Úteis, contados da solicitação neste sentido, e (ii) no caso de apresentação de todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis.

A BV Financeira obriga-se a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos dadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS

A cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos será feita, pelo Banco Arrecadador e/ou por outras instituições financeiras contratadas como agentes arrecadores pelo Custodiante, com a interveniência da Administradora, arcando a BV Financeira com os respectivos custos, devendo os valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos ser transferidos pelo Banco Arrecadador e/ou por tais instituições financeiras contratadas, ou pelo Custodiante, conforme a hipótese prevista nas alíneas (ii) e (iii) abaixo, e depositados na Conta de Custódia:

- (i) na mesma data da compensação, para os Direitos Creditórios Cedidos cuja forma de pagamento seja por meio de carnê; ou
- (ii) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do primeiro depósito, recebido pela BV Financeira, para os Direitos Creditórios cuja forma de pagamento seja por meio de cheque; ou
- (iii) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do seu recebimento pela BV Financeira, para os Direitos Creditórios Cedidos cuja forma de pagamento seja (1) diferente da prevista no item (i) acima ou no item (ii) acima; ou (2) seja decorrente de cobrança de crédito inadimplido.

O Banco Arrecadador procede à alteração da titularidade do credor dos Direitos Creditórios quando forem cedidos pela BV Financeira ao Fundo, e disponibiliza ao Custodiante e à BV Financeira relatório informando referida alteração, bem como o recebimento dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios efetuados no dia útil imediatamente anterior, devendo transferir, mediante ordem do Custodiante nesse sentido, o produto da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos para a Conta de Custódia.

A BV Financeira mantém a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos perante o Banco Arrecadador e não pode contratar outro agente de arrecadação dos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos sem o prévio e expresso consentimento da Administradora.

A BV Financeira repassa ao Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos descontados dos valores que tiverem sido pagos pela BV Financeira a título de multas decorrentes de infrações de trânsito, de tributos incidentes sobre os veículos automotores (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA e taxas de licenciamento) e do seguro obrigatório.

Na hipótese de solicitação de liquidação antecipada de um Direito Creditório Cedido por parte de seu respectivo Devedor, cabe à BV Financeira disponibilizar meios para receber o referido pagamento por parte do respectivo Devedor, e informar ao Custodiante e ao Banco Arrecadador o montante a ser transferido ao Fundo em virtude do pagamento antecipado, arcando a BV Financeira com todos os custos e despesas incorridos para tanto.

Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos será feita, às expensas exclusivas da Cedente, pelo Agente de Cobrança e/ou por prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou por prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou judicial contratados pela BV Financeira, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob os Contratos de Financiamento, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, de acordo com as seguintes fases:

- (i) fase preventiva, por meio de envio de carta de cobrança ao Devedor, bem como contato telefônico com o Devedor relativo ao Direito Creditório Cedido inadimplente para (a) identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; e/ou (b) negociar com o Devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nessa fase, o Devedor é comunicado que o não pagamento acarretará a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito;
- (ii) fase pré-judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança via protesto em cartório, seguido de cobrança, por carta, visando receber o pagamento e/ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório Cedido inadimplente. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão e/ou protesto e execução dos Documentos Representativos do Crédito Cedido;
- (iii) fase judicial, que compreende (a) controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório inadimplente; e (b) gerenciamento da guarda e da venda do veículo automotor dado em garantia, nos termos do respectivo Contrato de Financiamento; e
- (iv) fase de negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.

Para que a BV Financeira proceda à cobrança dos Direitos Creditórios, o Custodiante deverá manter disponível à BV Financeira, eletronicamente, mediante acesso à sua página na rede mundial de computadores, relatórios sobre Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos ou pagos a menor.

Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração em favor da BV Financeira para que esta preste os serviços de cobrança acima previstos.

A BV Financeira deverá apresentar relatórios sobre a cobrança e encaminhá-los à Administradora a cada 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do primeiro Termo de Cessão, para que a Administradora e a BV Financeira definam, em conjunto, de tempos em tempos, os critérios e procedimentos gerais para cobrança dos Direitos Creditórios.

O recebimento, pelo Banco Arrecadador ou pelo Agente de Cobrança, de qualquer valor relativo a qualquer Direito Creditório Cedido, será considerado recebido pelo Banco Arrecadador ou pelo Agente de Cobrança, na qualidade de depositários, para benefício do Fundo para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo em 1 (primeiro) Dia Útil (ressalvados os prazos previstos no primeiro parágrafo da seção "Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos"), sem qualquer direito a remuneração, retenção ou compensação a qualquer título.

INEXISTÊNCIA DE COBRIGAÇÃO

Não há direito de regresso contra e nem coobrigação da BV Financeira ou de qualquer outra pessoa, não respondendo a BV Financeira ou qualquer de suas controladas, controladoras ou sócias, diretas ou indiretas, qualquer de suas coligadas ou qualquer outra sociedade sob controle comum, pela solvência dos Devedores, sendo apenas responsável pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos.

INDENIZAÇÃO PELA BV FINANCEIRA

A BV Financeira é responsável pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, não sendo responsável pela solvência dos respectivos Devedores. A BV Financeira indenizará o Fundo na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos ("Eventos de Indenização"): (i) inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; ou (ii) existência de vícios ou defeitos em qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos, que seja constatada pela BV Financeira ou pela Administradora; ou (iii) reclamação de Direitos Creditórios Cedidos por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre os Direitos Creditórios Cedidos objeto da reclamação.

A BV Financeira indenizará o Fundo na ocorrência de um Evento de Indenização por meio de resilição da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados pelo Evento de Indenização, com a restituição integral do Preço de Aquisição, mediante o pagamento, no prazo de até cinco Dias Úteis contados da data do envio da comunicação da ocorrência de um Evento de Indenização, dos respectivos Preços de Aquisição, corrigidos pela Taxa de Desconto aplicada à respectiva cessão do Direito Creditório Cedido objeto da resilição, calculada *pro rata temporis* desde a data da cessão até a data do efetivo pagamento.

DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica do caixa disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.

Na apuração do valor da carteira serão observadas as normas e procedimentos constantes no COSIF, exceto se a CVM expedir normas contábeis específicas para este fim, hipótese em que estas deverão ser observadas.

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado. O valor de mercado dos Direitos Creditórios Cedidos será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, metodologia esta justificada pelos seguintes motivos:

- (i) inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios Cedidos; e
- (ii) as características dos Direitos Creditórios Cedidos.

Caso seja verificada a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, sendo elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios Cedidos.

Os critérios de provisionamento a serem seguidos pela Administradora, em nome do Fundo, por dia de atraso de pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos pelos clientes serão, no mínimo, aqueles previstos na tabela abaixo sempre pela faixa de maior risco do mesmo.

Regras de Provisão			
Níveis de Risco	Dias em Atraso	Dias em Atraso	PDD
AA	0	0	0%
A	1	14	0,5%
B	15	30	1%
C	31	60	3%
D	61	90	10%
E	91	120	30%
F	121	150	50%
G	151	180	70%
H	181		100%

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e os demais títulos e ativos financeiros de renda fixa pertencentes à carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado de acordo com sua respectiva cotação média oficial em bolsa ou em mercado de balcão organizado, conforme disposto no manual de precificação que o Custodiante disponibiliza no site "<http://www.latam.citibank.com/brasilcorp/.com.br>".

DAS COTAS E REGRAS DE VALORIZAÇÃO

EMIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, podendo ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas. As Cotas de cada classe têm iguais taxas, despesas e direito de voto, observado o disposto neste Prospecto.

Serão emitidas inicialmente pelo Fundo até 500.00 (quinhentas mil) Cotas Seniores, de uma única série, com valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000 (vinte cinco mil reais). As Cotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Cotas Subordinadas, com valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, à Relação Mínima. Na hipótese de, durante o período de distribuição das Cotas Seniores, não serem subscritas e integralizadas Cotas Subordinadas em montante que permita a subscrição e distribuição do montante de Cotas Seniores estabelecido neste item, o saldo de Cotas Seniores excedente ao número de Cotas Seniores passíveis de subscrição e distribuição será cancelado pela Administradora independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

As Cotas Seniores são registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do SF – Módulo de Fundos Fechados, administrado e operacionalizado pela CETIP, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurar que somente Investidores Qualificados poderão adquirir Cotas do Fundo.

A qualidade de cotista caracteriza-se pelo registro das Cotas na conta de depósito aberta em nome do condômino nos livros da Administradora.

É admitido o investimento conjunto feito solidariamente por duas ou mais pessoas, sendo que, para todos os efeitos, perante a Administradora, cada co-investidor é considerado único proprietário das Cotas objeto da propriedade conjunta, ficando a Administradora exonerada de qualquer pagamento feito a um, isoladamente, ou a ambos em conjunto. Cada co-investidor, isoladamente, e sem a anuência do outro, pode investir, dar recibos e praticar, enfim, todo e qualquer ato inerente à propriedade das Cotas.

As Cotas somente podem ser distribuídas por meio de instituição integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários.

A colocação das Cotas Seniores objeto da Oferta, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores, representativas de seu Patrimônio Líquido inicial, nos termos do artigo 20, §4º, da Instrução CVM n.º 356/01, deverá ser feita pela Administradora no prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, conforme estabelecido no artigo 9º, inciso II da Instrução CVM 356, dentro do qual deverá ser realizada, pela Administradora, a colocação das Cotas Seniores do Fundo, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores objeto da Oferta.

As Cotas são destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados e/ou investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como Investidores Qualificados, cabendo à Administradora assegurar esta condição do subscritor das Cotas, independentemente da classe a que pertença.

Será admitida a aquisição, por um mesmo investidor, de todas as Cotas Seniores emitidas, não havendo, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

A única condição a que a oferta pública de Cotas Seniores do Fundo está submetida é a de que sejam subscritas, no mínimo, 1.000 (mil) Cotas Seniores.

Cronograma Estimado das Etapas da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma estimado abaixo:

Evento	Data Prevista*
Protocolo da Oferta na CVM	13/11/2009
Registro automático da Oferta na CVM	19/11/2009
Publicação do Anúncio de Início	23/12/2009
Disponibilização do Prospecto Definitivo	23/12/2009
Início da Liquidação da Emissão	23/12/2009
Final do Prazo de Distribuição	06/07/2010
Publicação do Anúncio de Encerramento	07/07/2010

(*) As datas referidas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos.

Os investidores poderão manifestar sua aceitação à Oferta a partir de 23/12/2009.

Custos de Distribuição das Cotas Seniores

A tabela abaixo demonstra o custo da distribuição da Oferta:

Custo Total da Distribuição das Cotas Seniores	Valor (R\$ ou %)
Valor da Emissão de Seniores	Aproximadamente R\$500.000.000,00 ⁽¹⁾
Custo da Distribuição	R\$3.750.000,00
Custo de Registro junto à CVM	R\$82.870,00
Outros Custos Relacionados ⁽²⁾	R\$244.768,00
Valor Nominal Unitário	R\$1.000,00
Custo da Distribuição por Seniores	R\$8,16
Porcentagem em relação ao preço unitário	0,816%

⁽¹⁾ O valor de emissão será o valor das Cotas em vigor no dia útil em que ocorrer a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

⁽²⁾ Outros custos relacionados incluem, entre outros: (i) publicação dos atos societários, anúncio de início e anúncio de encerramento da distribuição; (ii) despesas com a confecção de Prospectos; (iii) taxa de registro na ANBID; (iv) honorários dos consultores legais; e (v) agências de classificação de risco.

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária.

RELAÇÃO MÍNIMA

Na Data de Subscrição Inicial e durante todo o prazo de vigência do Fundo, as Cotas Seniores não poderão ultrapassar 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Consequentemente, as Cotas Subordinadas, durante toda a vigência do Fundo, deverão representar no mínimo 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. As Cotas Subordinadas deverão ser subscritas pela Cedente sempre que as Cotas Subordinadas representem menos que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido. A Relação Mínima deve ser apurada e disponibilizada aos condôminos diariamente na sede da Administradora.

A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a cinco Dias Úteis, será caracterizada, para os fins do Regulamento, como um Evento de Revisão.

APLICAÇÃO EM COTAS

A aplicação mínima nas Cotas é aquela determinada pela CVM de acordo com a regulamentação em vigor, atualmente em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); caso a regulamentação em vigor seja alterada, o valor para aplicação mínima no Fundo será automaticamente diminuído ou aumentado para refletir a regulamentação em vigor.

A aplicação nas Cotas poderá ser efetuada em cheque, débito em conta corrente ou em conta investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, à escolha da Administradora, correndo os custos correspondentes às tarifas de serviço bancário por conta do subscritor.

Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a aplicação seja efetuada, além dos meios definidos acima, em Direitos Creditórios, de acordo com o Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas.

As aplicações são consideradas efetivadas somente após a devida disponibilidade dos recursos na conta corrente do Fundo, observado que, para que o valor de emissão da Cota para aplicação seja o valor de abertura da Cota no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo condômino à Administradora (D+0), tais recursos deverão ser disponibilizados até as 15 horas do referido dia.

A Administradora atenderá aos pedidos de aplicação dos investidores, em valores e quantidade de Cotas Seniores, observado o disposto no Regulamento e o seu critério de seleção e aceitação de investidores.

VALORIZAÇÃO DAS COTAS

As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição de rendimentos (incorporando ao principal investido por cada cotista a rentabilidade diária) ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

Remuneração das Cotas Seniores

Será incorporado, diariamente, ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente Sênior à aplicação do Fator Multiplicador Sênior sobre a Taxa DI, no respectivo período. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$\text{ReSn} = (\text{VCSn} \times \text{FatorDI}); \text{ onde:}$$

ReSn = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior diariamente, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VCSn = valor de cada Cota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = Taxa DI com uso do Fator Multiplicador Sênior, da data do cálculo, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

Fator DI =(TDI × FMSn); onde:

TDI = Taxa DI, conforme definida no Regulamento; e

FMSn = Fator Multiplicador Sênior, sendo equivalente a 109% (cento e nove por cento).

Remuneração das Cotas Subordinadas

A Remuneração das Cotas Subordinadas será realizada com a distribuição dos rendimentos acima descritos para as Cotas Seniores; o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Se, em qualquer data de distribuição de rendimentos, não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 30 (trinta) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Administradora, mediante aviso aos condôminos, substituirá a Taxa DI pela Taxa Selic. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa Selic, a Administradora deverá convocar assembleia geral de condôminos para definir o parâmetro a ser aplicado como *benchmark*. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente na data de encerramento do último Período de Capitalização.

RESERVA DE PAGAMENTO

A Administradora deverá constituir Reserva de Pagamento para o pagamento do Resgate Compulsório das Cotas Seniores. Para tanto, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e manter os ativos do Fundo (exceção feita aos Direitos Creditórios) em Disponibilidades de modo que:

- (i) até o 150º (centésimo quinquagésimo) dia corrido anterior à Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data de pagamento, deverá ser correspondente a 20% (vinte por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório;
- (ii) até o 120º (centésimo vigésimo) dia corrido anterior à Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data de amortização, deverá ser correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório;
- (iii) até o 90º (nonagésimo) dia corrido anterior à Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data, deverá ser correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório;
- (iv) até o 60º (sexagésimo) dia corrido anterior à Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data, deverá ser correspondente a 80% (oitenta) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório; e
- (v) até o 30º (trigésimo) dia corrido anterior à Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data, deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório.

Cada uma das datas limite previstas nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima deve ser considerada, para os fins do Regulamento, um "Data de Verificação da Reserva de Pagamento". Uma vez devidamente constituída a Reserva de Pagamento em cada uma das Datas de Verificação da Reserva de Pagamento, a Administradora poderá adquirir, em nome do Fundo, novos Direitos Creditórios.

Na constituição da Reserva de Pagamento, a Administradora deverá privilegiar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo do Resgate Compulsório das Cotas Seniores, sempre observada a política de investimento do Fundo.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto no Regulamento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento. Tal procedimento somente será suspenso quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor estimado do Resgate Compulsório de Cotas Seniores.

Vale ressaltar que os procedimentos acima descritos não constituem promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, se houver, ou do Resgate Compulsório, estabelecendo meramente uma previsão de pagamento e procedimento de constituição de reserva para tanto.

RESGATE COMPULSÓRIO DAS COTAS

As cotas do Fundo não serão amortizadas ao longo do prazo de duração do Fundo, sendo resgatadas, em uma única parcela, na Data do Resgate Compulsório. Na Data do Resgate Compulsório, os valores mantidos na Conta de Custódia, após o pagamento de todos os encargos do Fundo remanescentes, nos termos da seção Tributação, serão destinados ao pagamento do resgate das Cotas, mediante a observância do seguinte procedimento:

- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate em moeda corrente nacional, sendo que, no caso de insuficiência de recursos do Fundo em moeda corrente, serão entregues Direitos Creditórios em dação em pagamento aos titulares de Cotas Seniores, conforme faculta o artigo 15, §1º da Instrução CVM n.º 356/01;
- (ii) assegurada a prioridade de pagamento de resgate em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios às Cotas Seniores nos termos do item (i) acima, as Cotas Subordinadas serão resgatadas em moeda corrente nacional e/ou por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente do Fundo.

ADMINISTRAÇÃO

A Administradora, observadas as limitações previstas neste Prospecto, no Regulamento e na regulamentação aplicável, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão do Fundo, incluindo os poderes para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros que integrem sua carteira.

Obrigações e Proibições

São obrigações da Administradora:

- (i) manter atualizados e em perfeita ordem, de acordo com a boa técnica administrativa:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos condôminos;
 - (c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - (d) o livro de presença de condôminos;
 - (e) o Prospecto;
 - (f) os demonstrativos trimestrais a que se refere o item (ix) abaixo;
 - (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (h) os relatórios do auditor independente; e
 - (i) o Regulamento, em decorrência de deliberações da assembléia geral, de alterações na legislação em vigor e/ou de cumprimento de determinações da CVM, devendo, no último caso, providenciar a divulgação das alterações no Periódico no prazo de até 30 dias contados da respectiva ocorrência;
- (ii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM n.º 356/01;
- (iii) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar do Regulamento e do Prospecto do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do Periódico e da taxa de administração praticada, e providenciar para que os condôminos assinem o termo de adesão ao Regulamento, exceção feita aos casos de aquisição no mercado secundário;
- (iv) divulgar diariamente, exceto nos feriados nacionais, no Periódico, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, além de manter tais informações, juntamente com os relatórios da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco, disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem as Cotas, sendo que tal divulgação pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administração pela regularidade na prestação de tais informações
- (v) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (vi) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil, a rentabilidade do Fundo no ano e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (vii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação aplicável, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a mesma e o Fundo;
- (viii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização, pela(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco, da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, e notificar os condôminos, por carta com aviso de recebimento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco, no prazo de até 10 Dias Úteis contados do recebimento de tal informação;

- (ix) elaborar, por meio de seu diretor designado, nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM n.º 356/01, demonstrativos trimestrais evidenciando que:
 - (a) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; e
 - (b) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
 - (c) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e
 - (d) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios Cedidos inexistentes porventura encontrados;
- (x) submeter, anualmente, os demonstrativos trimestrais a que se refere o item (ix) acima a exame por parte do auditor independente, enviá-los à CVM no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e mantê-los em sua sede à disposição dos condôminos do Fundo;
- (xi) colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, informações sobre:
 - (a) o número de Cotas de propriedade de cada condômino e respectivo valor;
 - (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e
 - (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- (xii) colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
 - (a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - (b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais;
- (xiii) remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as informações previstas no item "(xii)" acima, conforme modelos disponíveis na referida página, sendo observados os mesmos prazos;
- (xiv) divulgar no Periódico as informações relativas ao Fundo exigidas pela legislação em vigor, nos prazos e condições previstos, inclusive atos ou fatos relevantes relativos ao Fundo que possam influir na decisão dos condôminos de manutenção dos recursos investidos no Fundo, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas;
- (xv) requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos para outra conta corrente de titularidade do Fundo no caso de pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial do agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (xvi) convocar a assembléia geral, nos termos do Regulamento, caso ocorra qualquer dos Eventos de Revisão;
- (xvii) encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da primeira integralização de Cotas, as seguintes informações:
 - (a) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
 - (b) data da primeira integralização de Cotas;

- (xviii) encaminhar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações, observado que eventuais retificações nas informações aqui previstas devem ser comunicadas à CVM até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência:
- (a) saldo das aplicações;
 - (b) valor do Patrimônio Líquido;
 - (c) rentabilidade apurada no período
 - (d) valor das Cotas e quantidade em circulação;
 - (e) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - (f) posições mantidas em mercados de derivativos; e
 - (g) número de cotistas;
- (xix) protocolar na CVM, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:
- (a) alteração do Regulamento;
 - (b) substituição da Administradora;
 - (c) incorporação;
 - (d) fusão;
 - (e) cisão; ou
 - (f) liquidação;
- (xx) informar imediatamente à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco a ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, a ocorrência de alterações ao Regulamento, bem como informar ou encaminhar, mensalmente, no prazo de até 10 Dias Úteis contados a partir de cada Data de Verificação:
- (a) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas em circulação, bem como com a composição analítica dos ativos e passivos do Fundo conforme calculado e informado pelo Custodiante;
 - (b) o enquadramento do Fundo quanto às porcentagens do Patrimônio Líquido referentes à Reserva de Pagamento, à Reserva de Liquidez e às porcentagens mínima e máxima que devem ser mantidas investidas em Direitos Creditórios;
 - (c) o resultado das deliberações das assembléias extraordinárias de cotistas;
 - (d) os índices referidos nos itens 20.1.1 do Regulamento; e
 - (e) o Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Financiamento.
- (xxi) fornecer à Agência Classificadora de Risco, relatório contendo a taxa média dos Contratos de Financiamento que originaram os respectivos Direitos Creditórios na data da primeira cessão de Direitos Creditórios e 180 (cento e oitenta) dias após a primeira cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.

A divulgação das informações a que se refere o item (iv) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação de tais informações.

É vedado à Administradora (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos; (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste. As vedações de que trata este parágrafo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se do disposto neste parágrafo os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

Ainda é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento;
- (vi) vender Cotas a prestação;
- (vii) vender cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes dos Direitos Creditórios Cedidos, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de amortização e resgate;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvada a possibilidade de contratação de terceiros para a prestação de serviços de gestão, nos termos do artigo 15.1(ii) do Regulamento do Fundo;
- (xi) obter ou conceder financiamentos ou empréstimos, admitindo se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; ou
- (xii) efetuar locação, financiamento ou empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Renúncia

A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a assembléia geral que decidirá sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

Nas hipóteses de substituição da Administradora ou de liquidação do Fundo, aplicar-se-ão, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Remuneração

A Administradora fará jus à remuneração correspondente à taxa de administração de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, provisionada por Dia Útil sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo (tendo por base no número de Dias Úteis do ano em vigor), apurada e paga mensalmente, por períodos vencidos, no quinto Dia Útil subsequente ao encerramento de cada mês do calendário civil. A remuneração aqui estabelecida será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$TA = \{(0,40/100) \times (1/n) \times PL(D-1)\}$, onde:

TA = Taxa de Administração, calculada todo Dia Útil;

PL = Patrimônio líquido do Fundo no Dia Útil anterior; e

n= Número de dias úteis do ano em vigor.

Responsabilidade

Exceto nos casos de culpa ou dolo da Administradora, os condôminos serão responsáveis por indenizar a Administradora por toda e qualquer despesa ou prejuízo incorrido pela Administradora em decorrência do regular exercício de suas atividades previstas no Regulamento.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Os Direitos Creditórios Cedidos e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

O Custodiante prestará ao Fundo os serviços de custódia qualificada e de controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, por meio da celebração de contrato de prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria de fundos de investimento em direitos creditórios, sendo responsável pelas seguintes atividades:

Custódia

Com relação aos serviços de custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência(s) Classificadora(s) de Risco e órgãos reguladores; e
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

A Administradora pode, a qualquer tempo e a seu critério, contratar outra instituição credenciada pela CVM para a prestação dos serviços de custódia descritos acima.

Em decorrência da nomeação da BV Financeira como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, da expressiva diversificação de Devedores e do significativo volume de Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora e à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco. Tal verificação (i) será realizada de acordo com a metodologia normalmente aceita no País e utilizada pelo Custodiante, com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios Cedidos; (ii) dependerá de alguns estudos estatísticos; e (iii) incluirá a verificação da existência de Contrato de Financiamento físico celebrado por escrito entre a BV Financeira e o respectivo Devedor.

A análise dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem será realizada em observância ao disposto a seguir:

- (i) o Custodiante deverá analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, em data-base pré-estabelecida, selecionando uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos selecionados;
- (ii) o escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos contempla a verificação da existência dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos correspondentes, a avaliação da recuperabilidade dos Direitos Creditórios Cedidos e a sua formalização e constituição jurídica; e

- (iii) para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios Cedidos.

A análise por amostragem mencionada acima justifica-se pelo fato de que os Direitos Creditórios Cedidos corresponderão a mais de 40.000 (quarenta mil) Devedores e possuirão valor médio de R\$12.000,00 (doze mil reais).

Os valores e números indicados acima representam uma média estimada do número de Devedores, quantidade e valor dos créditos de Devedores, podendo sofrer alterações quando da efetiva cessão de Direitos Creditórios para o Fundo.

A BV Financeira prestará ao Custodiante os serviços de fiel depositária da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

A assunção da responsabilidade de fiel depositária da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos pela BV Financeira não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01 e do artigo 16 da Instrução CVM n.º 89, de 8 de novembro de 1988.

Controladoria

Os serviços de controladoria do Fundo a serem prestados pelo Custodiante consistem na atividade diária de supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial, controle do ativo do Fundo, e controle legal da adequação dos investimentos e aplicações dos recursos do Fundo. O Custodiante será responsável pela liquidação financeira das aplicações e resgates do Fundo.

Escrituração

Os serviços de escrituração das Cotas, a serem prestados pela Administradora, consistem na manutenção da totalidade das Cotas emitidas pelo Fundo sob responsabilidade da Administradora, incluindo o registro e controle das Cotas em nome dos respectivos titulares, registradas em contas de depósito no Custodiante e na CETIP, sem expedição de certificados, a legislação vigente e posteriores alterações. Os serviços de escrituração, além do registro e controle das Cotas, incluem atendimento a cotistas para fins de fornecimento de informações.

TAXAS E DESPESAS DO FUNDO

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Administradora fará jus à remuneração correspondente à taxa de administração anual de 0,40% (quarenta centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurada e paga mensalmente, por períodos vencidos, no 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao encerramento de cada mês do calendário civil. Vide a seção "Administração Remuneração".

DESPESAS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração a que se refere a seção anterior:

- (i) tributos federais, estaduais, municipais ou autárquicos, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição, manutenção ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, caso tal venha a ocorrer; e
- (x) despesas com a contratação de agências classificadoras de risco, cujo pagamento ficará condicionado ao resgate integral das Cotas Seniores no caso de Evento de Liquidação antecipada do Fundo.

Não há qualquer prioridade de pagamento entre as despesas do Fundo.

Pelos serviços de custódia prestados ao Fundo são devidos ao Custodiante pelo Fundo os valores conforme estipulados na tabela abaixo.

Patrimônio Líquido (em milhões de R\$)	Taxa de Custódia de Outros Ativos	Taxa de Custódia de Direitos Creditórios
0 – 100	0,070%	0,120%
101 - 300	0,065%	0,090%
301 - 600	0,065%	0,070%
601 – 1 000	0,065%	0,055%
1.001 - 1.500	0,060%	0,040%
Acima 1.500	0,060%	0,035%

A remuneração do Auditor e da Agência Classificadora de Risco será devida pelo Fundo nos termos acordados em documento celebrado individualmente entre a Administradora e os respectivos prestadores de serviços. O contrato celebrado entre a Administradora e o Auditor do Fundo estabelece um pagamento de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) ao ano para a realização da auditoria do Fundo. Já para a Agência Classificadora de Risco, será paga a importância de R\$ 33.078,60 (trinta e três mil e setenta e oito reais e sessenta centavos) ao ano para monitoramento da classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo.

A remuneração do Estruturador será paga pela BV Financeira e não pelo Fundo. O Estruturador receberá uma remuneração de 0,75% (setenta e cinco centésimos) sobre o valor total da distribuição das Cotas, a ser paga quando da primeira integralização de Cotas do Fundo, em moeda corrente nacional, diretamente pela BV Financeira, por meio de transferência eletrônica disponível (TED) a ser enviada para a conta corrente indicada pelo Estruturador.

Ao Banco Arrecadador não será devida qualquer remuneração pelo Fundo. A cobrança bancária dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo será feita pelo Banco Arrecadador às expensas exclusivas da Cedente, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração a que se refere a seção anterior.

Diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a utilizar as Disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme acima descritos;
- (ii) constituição ou manutenção da Reserva de Liquidez, conforme definida no Regulamento;
- (iii) pagamento dos valores referentes ao rendimento, ao Resgate Compulsório das Cotas Seniores;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com Direitos Creditórios cedidos em carteira:

- (i) alienar tais Direitos Creditórios Cedidos para qualquer terceiro, desde que essa operação seja permitida nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, pelo preço e nos termos e condições que a Administradora julgar conveniente; ou
- (ii) manter os Direitos Creditórios Cedidos em carteira a fim de receber os valores pagos diretamente pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos.

APRESENTAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

BREVE HISTÓRICO DA ADMINISTRADORA

O Fundo é administrado e gerido por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. A Administradora, observadas as limitações estabelecidas nesta seção e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos, em nome do Fundo.

A Administradora foi constituída em 21 de junho de 1999 como Votorantim Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como consequência da necessidade regulamentar de segregação da administração de recursos de clientes. Em 7 de julho de 2000, alterou sua denominação para a atual, tendo como principal atuação a administração dos recursos de seus clientes.

Sendo uma sociedade distribuidora, a Administradora também pode atuar na subscrição, isolada ou em consórcio, de emissões de títulos para revenda, na intermediação da colocação de emissões de capital no mercado e em operações no mercado aberto.

A Administradora possui uma política de investimento personalizado para grandes investidores, num processo de alocação e gestão de recursos que envolve (i) análise do objetivo específico de cada cliente, incluindo perfil de risco, horizonte de investimento e expectativa de retorno; (ii) análise fundamentalista; (iii) avaliação dos cenários econômico e político, nacional e internacional; e (iv) definição de alocação máxima (limites de aplicação) de cada ativo na composição dos fundos ou carteiras.

Como distribuidora de títulos e valores mobiliários com carteira de investimento em um contínuo processo de crescimento e investimentos na sua equipe de profissionais, a Administradora vem reafirmando seu compromisso com a gestão clara, transparente dos ativos sob a sua responsabilidade. No Brasil, a Administradora é uma das principais administradoras de fundos de investimentos, tendo reconhecida atuação na administração de fundos de investimento em direitos creditórios.

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades da Administradora, bem como informações para contato, vide seções "Administração" e "Atendimento a Cotistas".

BREVE HISTÓRICO DO CUSTODIANTE E CONTROLADOR DE COTAS

Foi contratado o Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para realizar o serviço de custódia e controladoria das Cotas. O Custodiante, observadas as obrigações e limitações estabelecidas nesta seção, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, será responsável pelos serviços de custódia e controladoria das Cotas.

Os serviços de custódia de cotas de fundos são parte da estratégia do grupo Citibank no mundo, prestando serviços em mais de 70 países. No Brasil, foi pioneiro na prestação de serviços de custódia para terceiros (1992) e iniciou a estratégia local com investidores institucionais em 1997.

Atualmente, é líder de mercado no segmento de custódia para investidores estrangeiros por meio da Resolução n.º 2689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional, segundo os dados da ANBID. Sua participação neste mercado é de 55% (cinquenta e cinco por cento). Além disso, possui tecnologia que garante segurança no processamento e na transmissão de informações.

Informações para contato

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. Paulista, 1111 – 2º andar

013111-920 São Paulo-SP

Telefone: (11) 4009-3203

Fax: (11) 4009-7029

Página na Internet: www.citibank.com.br

Correio Eletrônico: pedro.guerra@citi.com

BREVE HISTÓRICO DO BANCO ARRECADADOR

O Bradesco prioriza investimentos em tecnologia e informática e assim a Cobrança Bradesco tem a disposição uma grande rede de atendimento do País para recebimento de sua Cobrança, além dos canais eletrônicos, como: Agências, Internet Banking (Pessoa Física e Bradesco Net Empresa), Máquinas de Auto-Atendimento da Rede Bradesco Dia&Noite, Fone Fácil, Banco Postal, Bradesco Expresso, Cartórios de Protesto, Mobile Banking e WAP (celular).

Informações para contato

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Verde, térreo, Vila Yara
06029-900 Osasco-SP
Telefone: (11) 3684-5091
Fax: (11) 3684-3233
Página na Internet: www.bradesco.com.br
Correio Eletrônico: 4008.caixa4@bradesco.com.br

BREVE HISTÓRICO DO ESTRUTURADOR

O Banco Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM Ltda. O sucesso inicial da Votorantim DTVM Ltda., que chegou a ser a 2ª maior distribuidora de valores do País em 1990, motivou sua transformação em banco múltiplo em agosto de 1991.

O Votorantim tem atuado fortemente no segmento de mercado de capitais. Como resultado desta atuação, o Votorantim ocupa a 5ª colocação no *ranking* de originação de emissões de longo prazo e a 2ª colocação no ranking de distribuição, ambos divulgados pela ANBID, data-base julho de 2009.

Em 2009, até esta data, o Votorantim participou de 15 operações no mercado de capitais de renda fixa, 11 como Coordenador Líder, nas quais destacamos a emissão de debêntures da Tractebel (R\$600 milhões), Gafisa (R\$250 milhões), Light (R\$300 milhões) e MRV (R\$100 milhões) e as emissões de notas promissórias da Tractebel (R\$300 milhões), Light (R\$100 milhões), MRV (R\$100 milhões) e MetroRio (R\$100 milhões). Como Coordenador, destacam-se as operações de Sabesp (R\$600 milhões) e Santos Brasil (R\$200 milhões). Existem ainda em andamento mais de R\$3,75 bilhões em operações de mercado de capitais sendo estruturadas pelo Votorantim.

No mercado de renda variável, o Votorantim participou recentemente do IPO da Visanet (R\$7,4 bilhões) e *follow on* da MRV (R\$550 milhões).

Operação entre a Votorantim Finanças S.A. e o Banco do Brasil S.A.

Nos termos do fato relevante divulgado ao mercado em 28 de setembro de 2009, o Banco do Brasil S.A. e a Votorantim Finanças concluíram a parceria estratégica anunciada em 9 de janeiro de 2009, passando o Banco do Brasil a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital total do Estruturador.

A operação foi realizada por meio da: (i) aquisição, pelo Banco do Brasil S.A., de 33.356.791.198 ações ordinárias de emissão do Estruturador e de propriedade da Votorantim Finanças S.A. pelo preço de R\$ 2.969.788.606,00; e (ii) subscrição, pelo Banco do Brasil S.A., de 7.412.620.277 novas ações preferenciais emitidas pelo Estruturador pelo valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).

A governança do Estruturador será compartilhada entre a Votorantim Finanças e o Banco do Brasil. O Conselho de Administração será paritário, com 3 membros indicados por cada instituição, e a presidência do Conselho será alternada anualmente. Todas as decisões estratégicas serão tomadas de forma conjunta.

Informações para contato

Banco Votorantim S.A.
Av. Nações Unidas, 14.171, 18º andar
04794-000 São Paulo, SP
Telefone: (11) 5171-2612
Fax: (11) 5171-2656
Página na Internet: www.bancovotorantim.com.br
Correio Eletrônico: roberto.roma@bancovotorantim.com.br

BREVE HISTÓRICO DO AUDITOR

O Auditor é uma sociedade limitada, associada à KPMG Internacional, que é a entidade coordenadora para uma rede global de empresas de serviços profissionais, fornecendo serviços de auditoria, tributação e assessoria, com um foco setorial.

O objetivo das firmas-membro da KPMG é transformar conhecimento em valor em benefício de seus clientes, pessoal e do mercado de capitais. Com quase 94.000 pessoas no mundo inteiro, as firmas-membro fornecem serviços em auditoria, tributação e assessoria em 717 cidades, localizadas em 148 países. Esta invejável rede de firmas interconecta-se através de três regiões operacionais, reunindo recursos locais e nacionais para propiciar uma entrega de serviços mais flexível, responsiva e consistente em âmbito mundial.

A KPMG, como Auditor do Fundo, será responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.

Informações para contato

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros 33
04530-904 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3067-3289/3000
Fax: (11) 3079-3752
Página na Internet: www.kpmg.com.br
Correio Eletrônico: pzago@kpmg.com.br

BREVE HISTÓRICO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

A Agência Classificadora de Risco será responsável por conferir a classificação de risco do Fundo, atualizando-a no mínimo, a cada três meses.

Moody's América Latina Ltda.

A Moody's Investors Service está entre as agências de *rating* mais respeitadas do mundo e cujas fontes, pesquisas e análises de risco figuram entre as mais utilizadas. O compromisso e o conhecimento técnico da Moody's contribuem para mercados financeiros transparentes e integrados, protegendo a integridade do crédito. A empresa publica opiniões de crédito, pesquisas e comentários líderes no mercado, atendendo mais de 8.700 clientes em todo o mundo.

A integridade da Moody's e seu profundo conhecimento do mercado fizeram com que ganhasse a confiança dos participantes dos mercados de capital no mundo inteiro. Os *ratings* e análises da Moody's registram coberturas de dívidas de mais de 100 nações soberanas, 11.000 emissores corporativos, 26.000 emissores públicos e 110.000 obrigações de operações estruturadas.

Os estudos de *default* da Moody's validam os *ratings*. As publicações e *briefings* de alta qualidade da Moody's mantêm os investidores atualizados sobre os fundamentos que servem de base para as opiniões de crédito da agência.

Nos últimos anos, a Moody's foi muito além de suas atividades tradicionais, atribuindo *ratings* a emissores, obrigações de seguradoras, empréstimos bancários, depósitos bancários e outras dívidas de bancos, fundos administrados e derivativos. A empresa também se expandiu para mercados em desenvolvimento através de cooperações conjuntas (*joint ventures*) e afiliações com agências de *rating* locais.

A Moody's possui escritórios na maior parte dos principais centros financeiros do mundo e emprega aproximadamente 3.600 pessoas, incluindo mais de 1.000 analistas.

Os clientes da Moody's incluem investidores, depositantes, credores, bancos de investimento, bancos comerciais, outros intermediários financeiros, e uma grande variedade de emissores corporativos e governamentais.

A Moody's Investors Service é uma subsidiária da Moody's Corporation (NYSE: MCO). A companhia reportou receitas de US\$2,3 bilhões em 2007. Maiores informações sobre a empresa podem ser encontradas no site www.moody's.com.

Informações para contato

Moody's América Latina Ltda.
Av. das Nações Unidas, 12.551, 16º andar
04578-903 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3043-7305
Fax: (11) 3043-7311
Página na Internet: www.moody's.com
Correio Eletrônico: johnann.grieneisen@moody's.com

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

RELAÇÕES ENTRE A ADMINISTRADORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a Administradora e o Estruturador

Na data deste Prospecto, a Administradora é controlada pelo Estruturador, detentora de 99,99% de participação do capital social da Administradora. Na data deste Prospecto, identificamos a existência de outros 2 fundos de investimento em direitos creditórios administrados pela Administradora cuja estruturação foi realizada pelo Estruturador. Adicionalmente, na data deste Prospecto não existiam outras relações comerciais relevantes entre a Administradora e o Estruturador além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e o Custodiante

A Administradora possui amplo relacionamento com o Custodiante, incluindo operações de *international cash, trade finance*, emissão de títulos e derivativos. Especificamente no ramo de fundos de investimento, a Administradora possui relacionamento comercial com o Custodiante que presta os serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento da Administradora, com volume aproximado de R\$10 bilhões (dez bilhões de reais) sob custódia. Em fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora possui a custódia de 4 (quatro) fundos atualmente sob sua administração pelo Custodiante. Não há relacionamento societário entre a Administradora e o Custodiante. Além disso, a Administradora possui operações de Swap em sua carteira tendo como contraparte o Banco Citibank S.A. Na data deste Prospecto, não existiam entre a Administradora e o Custodiante relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e o Auditor

Na data deste Prospecto, todos os fundos de investimentos em direitos creditórios administrados e geridos pela Administradora têm suas demonstrações financeiras auditadas pelo Auditor.

Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

Além dos serviços de auditoria externa, a Administradora não contratou outros serviços do Auditor relacionados aos fundos por ela administrados. A política adotada pela Administradora atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

Relação entre a Administradora e a Cedente

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Cedente integravam o mesmo grupo econômico, tendo como controladora comum a ambas o Estruturador sociedade detentora de 100,00% de participação do capital social da Cedente e 99,99% do capital social da Administradora. Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de dois fundos de investimentos em direitos creditórios que adquirem créditos originados pela Cedente.

Na data deste Prospecto não existiam outras relações comerciais relevantes entre a Administradora e a Gestora além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE O ESTRUTURADOR E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre o Estruturador e o Custodiante

Na data deste Prospecto, não existiam entre o Estruturador e o Custodiante relações societárias ou relações comerciais relevantes.

Relação entre o Estruturador e o Auditor

Na data deste Prospecto, não existiam entre o Estruturador e o Auditor relações societárias ou relações comerciais relevantes.

Relação entre o Estruturador e a Agência Classificadora de Risco

Na data deste Prospecto, não existiam entre o Estruturador e o Custodiante relações societárias ou relações comerciais relevantes.

Relação entre o Estruturador e a Cedente

Na data deste Prospecto, o Estruturador era o controlador da Cedente, detendo 100% do seu capital.

A CEDENTE

HISTÓRICO

A BV Financeira, sociedade sob o controle societário do Estruturador, foi constituída em julho de 1996 e atua principalmente no segmento de financiamento e refinanciamento de veículos novos e usados. A BV Financeira oferece, ainda, outros produtos de financiamento voltados para as pessoas físicas, quais sejam: (i) crédito pessoal; (ii) empréstimos consignados, para funcionários do setor público ou privado; (iii) financiamentos para aquisição de material de construção; (iv) cartões de crédito; e (v) seguro.

Pertencente ao Grupo Votorantim, a BV Financeira está comprometida com os valores do grupo a que pertence, tais como solidez, ética, seriedade, integridade, agilidade, segurança e parceria.

A BV Financeira tem sede na Cidade de São Paulo, sendo que, em 30 de junho de 2009, possuía 65 filiais dedicadas ao financiamento de veículos, espalhadas pelo Brasil, atendendo em 21 estados do País, com cerca de 3.900 funcionários, incluindo os funcionários localizados na sede.

A BV Financeira origina seus financiamentos através de uma rede de mais de 20.000 lojistas cadastrados, sendo que aproximadamente 12.000 são lojistas ativos. A análise de crédito é efetuada através de departamento de crédito próprio. A cobrança dos créditos em atraso é feita pela BV Financeira para contratos que estejam em atraso em até 15 dias. A partir do 16º dia de atraso, os contratos passam a ser cobrados por escritórios terceirizados especializados, contratados pela BV Financeira. Para maiores informações acerca da política de crédito e cobrança, *vide* seção "Crédito e Cobrança" abaixo.

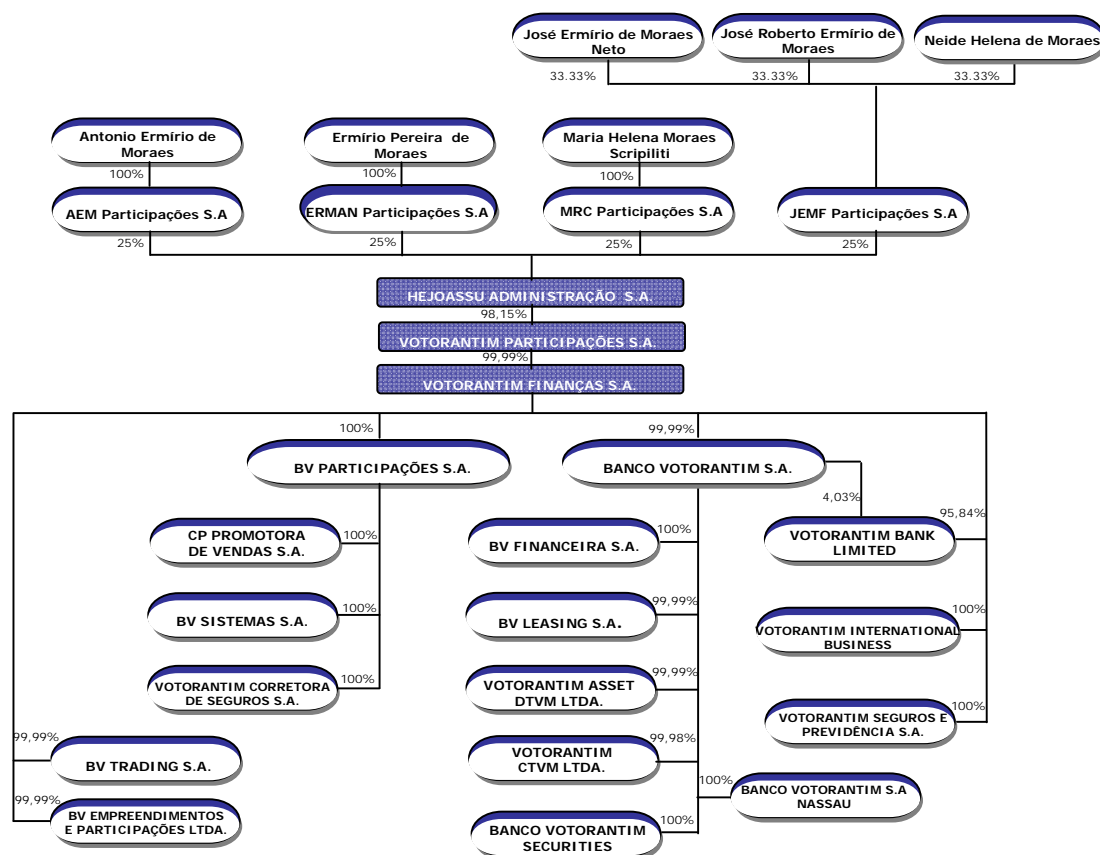
A BV Financeira, empresa do Banco Votorantim, preza pelo relacionamento próximo com os seus clientes finais e parceiros de negócios, oferecendo serviço especializado em crédito e um atendimento veloz e eficaz.

O quadro de funcionários é jovem, dinâmico e muito motivado. A busca de investimento em profissionais é uma constante, por meio de cursos institucionais, de formação, de capacitação técnica, de desenvolvimento e programas educacionais. Os treinamentos são realizados por profissionais internos ou externos qualificados do mercado. Aliado a isto, soma-se o relacionamento com os parceiros de negócios e a marca Votorantim, gerando a fórmula de sucesso do crescimento tão acelerado da BV Financeira.

CAPITAL SOCIAL

O capital social da BV Financeira, em 30 de junho de 2009, era de R\$342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais), totalmente subscrito e integralizado e dividido em 126.361 (cento e vinte e seis mil e trezentas e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2009, o Estruturador era titular de 100% (cem por cento) das ações da BV Financeira.

O organograma abaixo reflete as posições acionárias do conglomerado financeiro do Grupo Votorantim em 30 de junho de 2009:



ACORDO DE AÇIONISTAS

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da BV Financeira.

ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A BV Financeira é administrada por uma diretoria, e possui um conselho fiscal de funcionamento não permanente.

Diretoria

A diretoria é formada por quatorze membros, todos eleitos em assembléia geral ordinária, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

São os seguintes membros da diretoria e seus respectivos cargos:

Nome	Cargo	Data da Eleição
Wilson Masao Kusuhara	Diretor Executivo	Agosto de 1995
Milton Roberto Pereira	Diretor Executivo	Agosto de 1995
Walter Guilherme Piacsek Jr.	Diretor Executivo	Janeiro de 2009
José Manoel Lobato Barletta	Diretor	Maio de 2002
Luiz Henrique Campana Rodrigues	Diretor Executivo Operacional	Abril de 2003
Paulo Ribeiro de Mendonça	Diretor Executivo Comercial	Abril de 2000
Celso Marques de Oliveira	Diretor Executivo de Recursos Humanos	Abril de 2004
Pedro Paulo Mollo Neto	Diretor	Junho de 2004
Didimo Santana Fernandes Jr.	Diretor Gerente	Abril de 2006
Geraldo Donizeti da Silva	Diretor Gerente	Abril de 2006
Mario Antonio Thomazi	Diretor	Abril de 2006
Marcelo Parente Vives	Diretor	Abril de 2006
Yeh Jui Cheng	Diretor Gerente	Junho de 2008
Bartholomeu Antonio Ganzaga Machado Ribeiro	Diretor Gerente	Junho de 2008

Segue, abaixo, um resumo das biografias dos diretores:

Wilson Masao Kuzuhara, 57 anos, é diretor executivo da BV Financeira desde agosto de 1995. Formou-se em engenharia mecânica de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e em economia pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como diretor corporativo e diretor financeiro na S.A. Indústrias Votorantim (atual Votorantim Participações S.A.) e como diretor na Cia Votorantim de Celulose e Papel. Iniciou suas atividades no Estruturador em 1991.

Milton Roberto Pereira, 52 anos, é diretor executivo da BV Financeira desde agosto de 1995. Formou-se em engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem atuado, nos últimos 33 anos, em instituições financeiras brasileiras e multinacionais, tais como Banco Maisonnave S.A., Banco Iochpe S.A. e Banco Santander S.A. Iniciou suas atividades no Estruturador em 1991.

Walter Guilherme Piacsek Jr, 40 anos, é diretor executivo desde janeiro de 2009. Graduado e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Mestre em Administração pela *Harvard University Graduate School of Business Administration*. Executivo com 20 anos de experiência em posições estratégicas e carreira em Instituição Financeira e em Consultoria Estratégica como The Boston Consulting Group e Citibank S.A.

José Manoel Lobato Barletta, 54 anos, é diretor da BV Financeira desde maio de 2002. Formou-se em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atuou em diversas instituições financeiras como BCN Barclays Banco de Investimentos S.A., Banco Iochpe de Investimentos S.A. e Banco Maisonnave de Investimentos S.A.

Luiz Henrique Campana Rodrigues, 44 anos, é diretor executivo operacional da BV Financeira desde abril de 2003. Formou-se em engenharia eletrônica pela Faculdade de Engenharia Industrial, Mestre em qualidade pela Universidade de Campinas e possui MBA em finanças e marketing pela Fundação Instituto Administração. Atuou em empresas como Visanet – Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, Cartão Nacional Visa e American Express.

Paulo Ribeiro de Mendonça, 56 anos, é diretor executivo comercial da BV Financeira desde abril de 2000. Formou-se em economia pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Tem atuado em diversas instituições financeiras, tais como: Banco Santander S.A., Banco Noroeste S.A., Banco Norchem S.A.

Celso Marques de Oliveira, 56 anos, é diretor executivo de recursos humanos da Emissora desde abril de 2004. Formou-se em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Marcos. Atuou no Banco Operador S.A., no Banco BCN e BCN Empreendimentos e Serviços S.A., na Fiat Automóveis S.A. e no Banco Comind S.A.

Pedro Paulo Mollo Neto, 39 anos, é diretor da BV Financeira desde junho de 2004. Formou-se em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado. Atuou em empresas como Banco Votorantim S.A. e Metrobanco S.A.

Didimo Santana Fernandes Jr., 51 anos, é diretor gerente da BV Financeira desde abril de 2006. Possui diversos cursos sobre Vendas, Negociação, Liderança e *Coaching*. Atuou em empresas como BANCO BMC, Banco BMG S.A. e Finasa Mercantil São Paulo.

Geraldo Donizeti da Silva, 46 anos, é diretor gerente da BV Financeira desde abril de 2006. Formou-se em ciências contábeis e administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui MBA em finanças pelo Instituto de Mercado de Capitais. Atuou em empresas como Banco Votorantim S.A. e Banco Crefisul S.A.

Mario Antonio Thomazi, 49 anos, é diretor da BV Financeira desde abril de 2006. Formou-se em ciências contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu de Porto Alegre e é pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Tem atuado em diversas instituições financeiras como: Banco Santander S.A., Banco Iochpe S.A. e Banco Maisonnave S.A.

Marcelo Parente Vives, 39 anos, é diretor da BV Financeira desde abril de 2006. Formou-se em engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou em empresas como Banco Votorantim S.A. e Booz Allen & Hamilton.

Yeh Jui Cheng, 33 anos, é diretor gerente da BV Financeira desde junho de 2008. Formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, é pós-graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas e Mestre em finanças e economia pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou suas atividades no Banco Votorantim em 1999 e em 2001 transfere-se para a BV Financeira.

Bartholomeu Antonio Gonzaga Machado Ribeiro, 56 anos, é diretor da BV Financeira desde junho de 2008. Graduou-se em ciências contábeis pela Faculdades Metropolitanas Unidas, pós-graduado em administração industrial pelo Instituto de Engenharia Mauá, Mestre em ciências contábeis pela Universidade de São Paulo e possui MBA em Gestão pela Universidade de São Paulo. Atuou em empresas como Visanet – Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, Porto Seguro Adm. de Cartões de Crédito e American Express do Brasil.

CONSELHO FISCAL

A BV Financeira tem um conselho fiscal de funcionamento não permanente, podendo ser composto por três membros efetivos e três membros suplentes.

Os membros do conselho fiscal devem ser pessoas naturais residentes e domiciliadas no País, nos termos dos dispositivos legais aplicáveis.

O conselho fiscal será instalado, a qualquer momento, por deliberação da assembléia geral da BV Financeira, que deverá eleger seus membros e fixar-lhes sua remuneração, sendo que deverá funcionar até a assembléia geral ordinária seguinte à sua instalação.

PRODUTOS

A BV Financeira atua principalmente no segmento de financiamento e refinanciamento de veículos novos e usados e oferece, ainda, outros produtos de financiamento voltados para pessoas físicas, quais sejam: (i) crédito pessoal; (ii) empréstimos consignados, para funcionários do setor público ou privado; (iii) financiamentos para aquisição de material de construção; (iv) cartões de crédito; e (v) seguro.

Os financiamentos têm prazos entre 3 dias e 60 meses. A BV Financeira possui estrutura física e política de crédito próprias.

Carteira de Produtos

Em 30 de junho de 2009, a BV Financeira possuía uma carteira de 2.325.469 operações, totalizando créditos de R\$18.939.284.084,00 (sem *leasing* e cartões de crédito), com um *market share* de 7,5% considerando todos os produtos financiados.

A tabela abaixo apresenta a participação dos principais produtos na carteira da BV Financeira, nos períodos indicados:

Participação dos Principais Produtos na Carteira de Produtos da BV Financeira

	31 de dezembro de						30 de junho de	
	2006		2007		2008		2009	
Tipo de Bens	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$
Financiamento de Veículos	85,9	9.096.857	84,6	13.181.873	84,4%	16.270.693	75,4%	16.135.232
Crédito Pessoal	11,7	1.235.806	12,7	1.976.783	1,4%	279.055	1,4%	292.553
Empréstimos Consignados	1,3	134.267	1,3	203.389	13,2%	2.537.029	10,5%	2.247.016
Material de Construção	1,2	124.259	1,4	224.189	1,0%	200.090	1,2%	257.483
Total	100,0	10.591.189	100,0	15.586.233	100,0	19.286.867	100,0	18.939.284

Relacionamento com Revendas

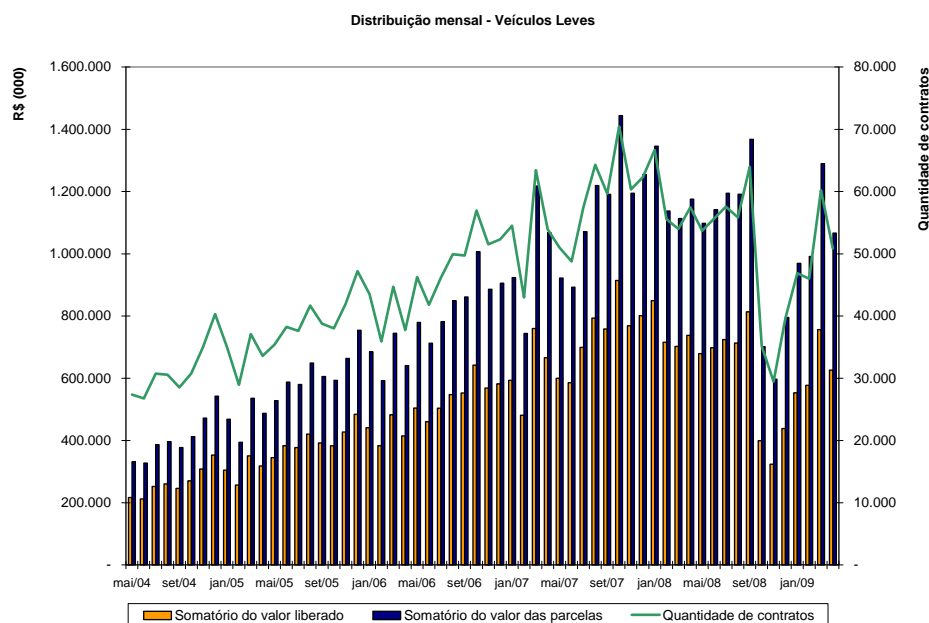
A BV Financeira origina novos negócios através de revenda e concessionárias de veículos. A BV Financeira possui mais de 20.000 lojistas cadastrados, sendo aproximadamente 12.000 ativos. As lojas de revenda atuam principalmente na origem de financiamentos de veículos usados ou semi-novos e as concessionárias na origem de financiamentos de veículos novos.

A distribuição geográfica das lojas de revenda de produtos da BV Financeira era a seguinte em maio de 2009:

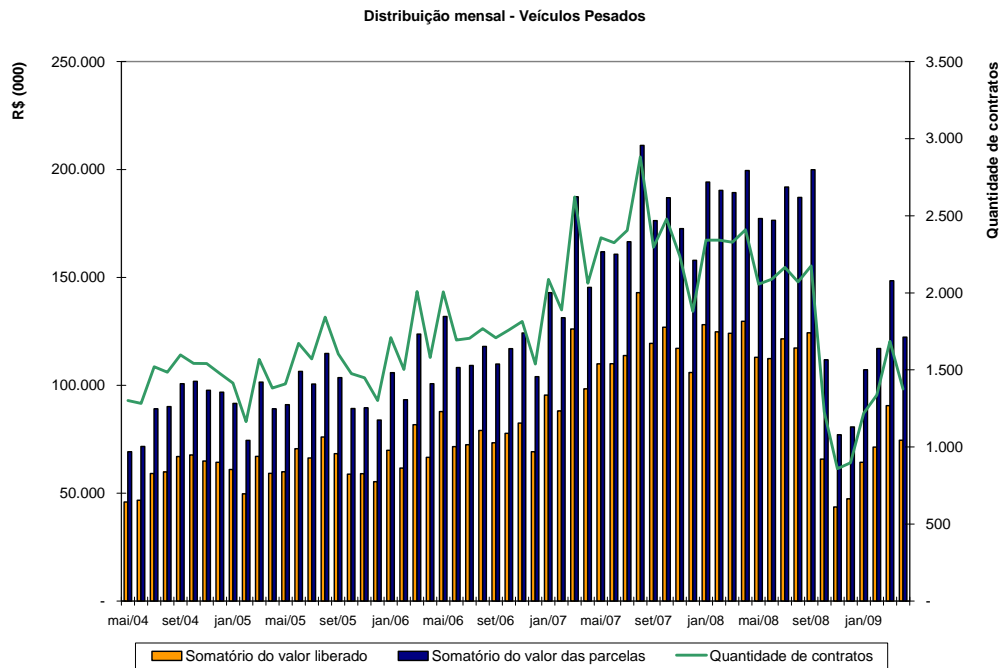
Estado	Quantidade de Lojas	%
AC	39	0,19%
AL	111	0,54%
AM	107	0,52%
AP	25	0,12%
BA	470	2,27%
CE	330	1,59%
DF	388	1,87%
ES	471	2,27%
GO	411	1,98%
MA	110	0,53%
MG	2.455	11,84%
MS	295	1,42%
MT	408	1,97%
PA	226	1,09%
PB	171	0,82%
PE	295	1,42%
PI	101	0,49%
PR	2.363	11,39%
RJ	1.465	7,06%
RN	211	1,02%
RO	62	0,30%
RR	32	0,15%
RS	2.100	10,13%
SC	1.734	8,36%
SE	76	0,37%
SP	6.184	29,82%
TO	99	0,48%
Total Geral	20.739	100,00%

Financiamento de Veículos

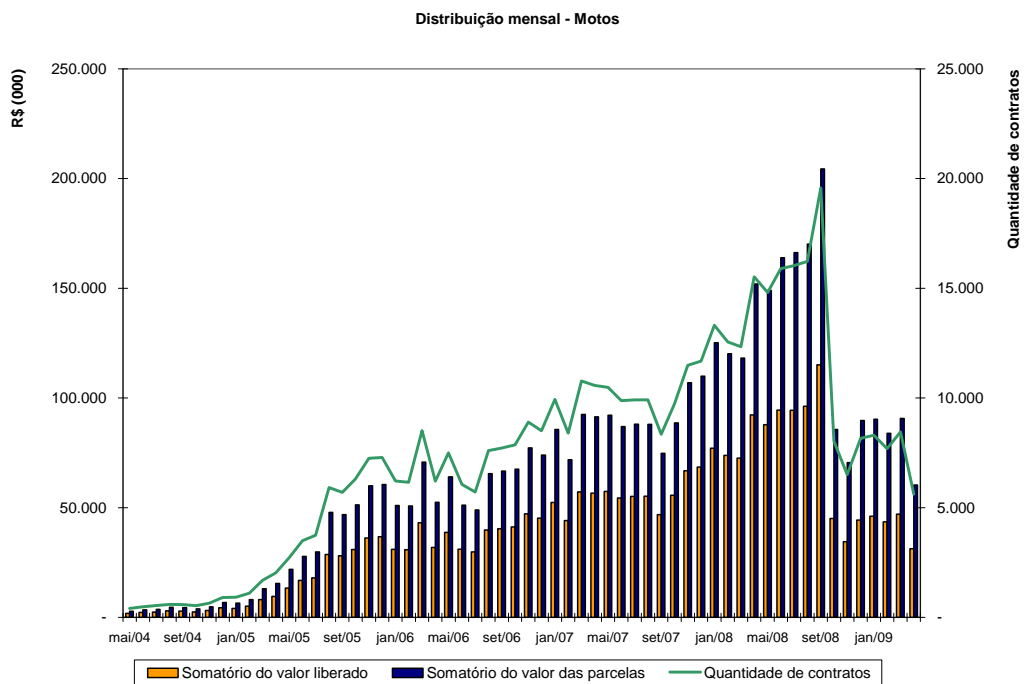
Os veículos financiados são predominantemente de fabricação brasileira. O percentual de financiamento depende da avaliação de crédito realizada e da classificação de risco obtida pelo cliente (*credit score*). Os financiamentos são, normalmente, em taxas prefixadas. Abaixo apresentamos a produção mensal para veículos leves, pesados e motos respectivamente.



Fonte: Relatório da KPMG



Fonte: Relatório da KPMG

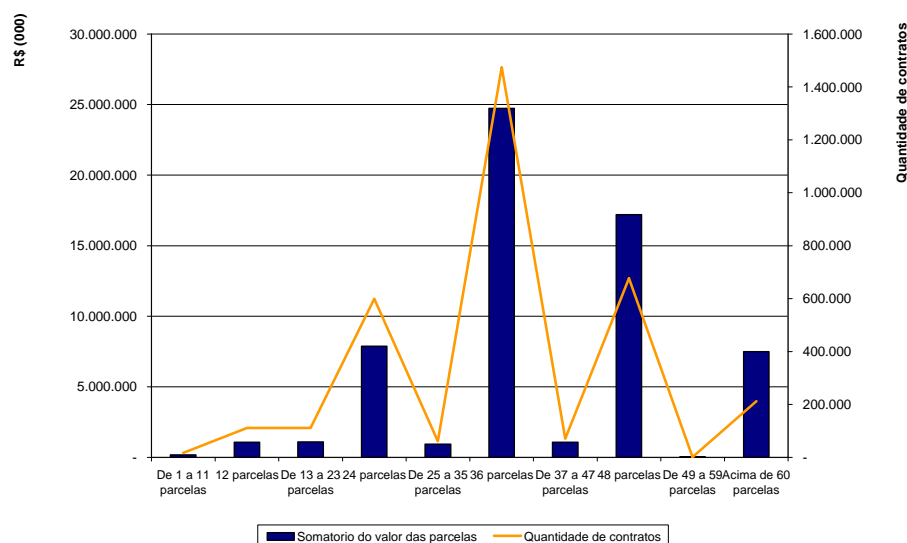


Fonte: Relatório da KPMG

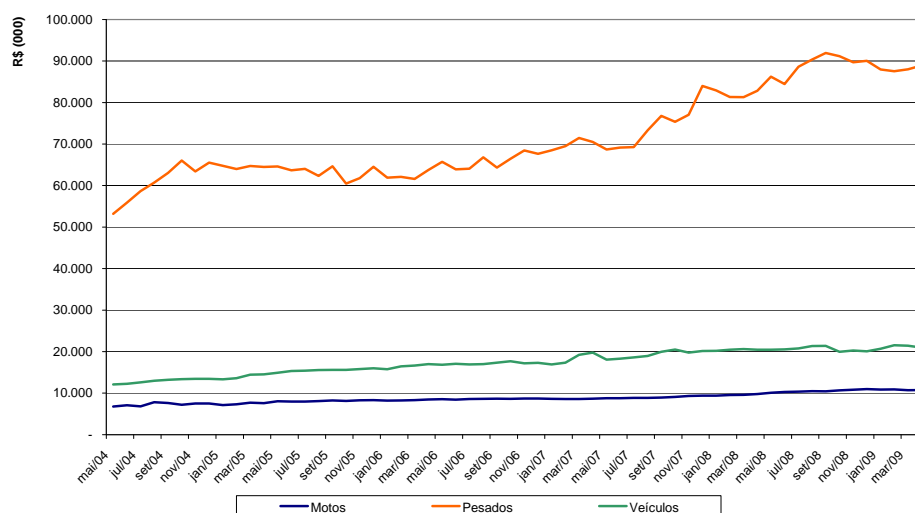
Veículos Leves e Pesados

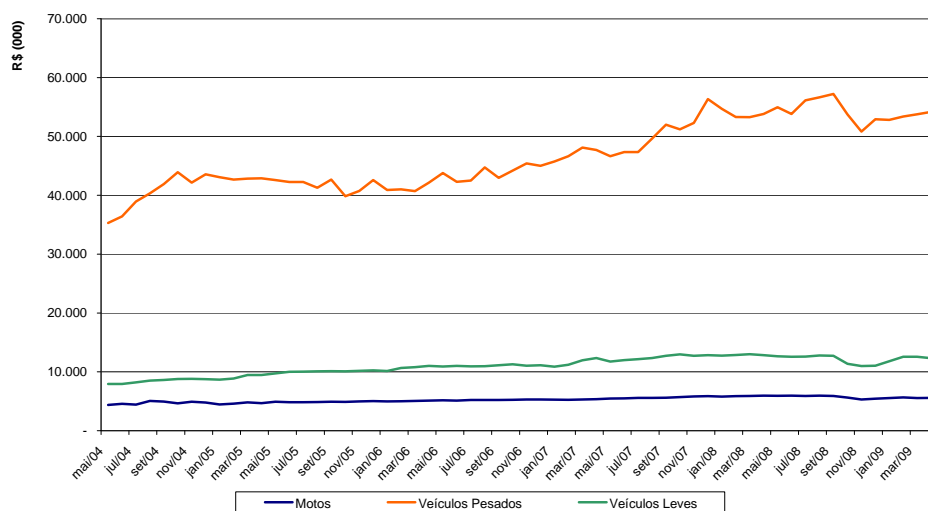
No caso de veículos leves e pesados, que representam 93,7% e 92% respectivamente da carteira de produtos financiados pela BV Financeira, o prazo médio de financiamento era de 36 e 40 meses em 2007 e 2008, respectivamente sendo que em maio de 2009 o prazo médio é de 43 meses. O valor médio financiado por cliente para o segmento de veículos era de R\$12,7 mil, e R\$13,7 mil em 2007 e 2008 respectivamente. Em maio de 2009, os valores médios financiados eram de R\$16,3 mil para veículos novos e R\$12,1 mil para usados. Os gráficos abaixo mostram a distribuição dos prazos por quantidades de parcelas, consolidando veículos leves, pesados e motos, bem como a evolução dos valores médios liberados (Fonte: Relatório KPMG).

Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Consolidado



Ticket Médio - Somatório do valor das parcelas





A carteira de financiamento de veículos, desde o 2º semestre de 2005, é quase que em sua totalidade operada via Cédula de Crédito Bancário – CCB.

O bem adquirido, sempre que possível, serve como garantia da operação, ficando a ela vinculado pela figura jurídica da alienação fiduciária, pela qual o cliente transfere à BV Financeira a propriedade do bem adquirido até o pagamento total de sua dívida. Para informações sobre os aspectos legais da alienação fiduciária em garantia, *vide* seção "Marco Regulatório".

CLIENTES

O gráfico abaixo mostra a distribuição da carteira da BV Financeira entre pessoas físicas e jurídicas, por setor de atividade, nos períodos indicados.

Participação dos Tipos de Clientes na Receita Bruta da BV Financeira

Tipo de Cliente	31 de dezembro de						30 de junho de	
	2006		2007		2008		2009	
	R\$ mil	Qt. cto	R\$ mil	Qt. cto	R\$ mil	Qt. cto	R\$ mil	Qt. cto
Pessoas Jurídicas	697.704	24.506	802.416	29.033	889.941	29.398	825.962	28.780
Pessoas Físicas	9.893.485	1.648	14.783.818	2.453.073	18.264.748	2.711.756	18.113.323	2.296.689
Total	10.591.189	1.672.853	15.586.233	2.482.106	19.154.689	2.741.154	18.939.284	2.325.469

A tabela abaixo apresenta a concentração geográfica dos clientes das carteiras da BV Financeira em 30 de maio de 2009:

Estado	Qtd. Lojas	%
AC	39	0.19%
AL	111	0.54%
AM	107	0.52%
AP	25	0.12%
BA	470	2.27%
CE	330	1.59%
DF	388	1.87%
ES	471	2.27%
GO	411	1.98%
MA	110	0.53%
MG	2,455	11.84%
MS	295	1.42%
MT	408	1.97%
PA	226	1.09%
PB	171	0.82%
PE	295	1.42%
PI	101	0.49%
PR	2,363	11.39%
RJ	1,465	7.06%
RN	211	1.02%
RO	62	0.30%
RR	32	0.15%
RS	2,100	10.13%
SC	1,734	8.36%
SE	76	0.37%
SP	6,184	29.82%
TO	99	0.48%
Total Geral	20,739	100.00%

CONCORRÊNCIA

Os principais concorrentes da BV Financeira no segmento de veículos são Banco Itaú S.A.; Bradesco (Finasa) e Banco ABN AMRO Real S.A. (Aymoré).

ANÁLISE E CONCESSÃO DE CRÉDITO

As centrais de crédito da BV Financeira são responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais devedores por meio de contratos de financiamento. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que compõem a política de concessão de crédito:

- (i) perfil cadastral: análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF), profissão, rendimentos, endividamento, residência, bens próprios etc., sendo que, no caso de financiamento de veículos pesados, são levados em conta outros fatores, tais como rota de transporte, frota e compatibilidade da atividade profissional com a operação solicitada;
- (ii) dados cadastrais (*credit scoring*): pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contêm informações sobre pessoas inadimplentes, e utilização de ferramentas de localização; e
- (iii) referências bancárias, pessoais e comerciais: pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas aos potenciais devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios Potenciais Devedores.

A política de crédito é constantemente avaliada por meio de índices de inadimplência, sendo alterada diante das necessidades ou oportunidades verificadas.

A BV Financeira possui faixas de classificação de risco de crédito (*credit score*) que varia de 1 a 10. Clientes enquadrados nas faixas 1,2 ou 3 tem baixa chance de terem seus créditos aprovados. A BV Financeira constantemente avalia os modelos de *credit score* monitorando a performance dos financiamentos concedidos de acordo com as faixas de *credit score*, incorporando ajustes quando necessário.

O índice de aprovação em 30 de junho de 2009 era de 40,20% para veículos leves, de 32,61% para veículos pesados. Destes totais, cerca de 80% (para veículos leves) e 65% (para pesados) das propostas aprovadas eram efetivadas com a formalização de contratos.

Os processos de aprovação de crédito levam em média menos do que 25 minutos. Os recursos são desembolsados apenas quando os veículos são transferidos, no DETRANS, para o nome do devedor.

Após a concessão do financiamento, a BV Financeira envia para o endereço do devedor um carnê que inclui as parcelas de financiamento a serem pagas, sendo que os devedores podem efetuar os pagamentos das parcelas através da rede bancária ou via internet.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA

A BV Financeira tem por política esgotar todas as possibilidades de negociação antes de iniciar a cobrança judicial. A cobrança extrajudicial segue três fases, divididas de acordo com os dias de atraso.

Na primeira fase (quatro a 15 dias de atraso), a cobrança é feita por meio de um *call center* da própria BV Financeira, através de um staff de aproximadamente 120 funcionários.

Na segunda fase (15 a 75 dias de atraso), a cobrança é terceirizada junto a assessorias administrativas, que são remuneradas de acordo com o êxito da recuperação de valores, limitado a 10% (dez por cento) do valor recuperado. Nesta fase a cobrança é intensificada e a negativação é efetuada. A BV Financeira usa aproximadamente 20 diferentes firmas de cobrança, que possuem juntas, mais de 100 escritórios espalhados pelo País.

Na terceira fase (acima de 75 dias), a cobrança é terceirizada por meio de assessorias jurídicas, também remuneradas de acordo com o êxito da recuperação de valores e sujeitas à mesma limitação de remuneração aplicável às assessorias administrativas de cobrança.

Grande parte das apreensões de veículos que são objeto de garantia dos financiamentos são motivadas por desequilíbrio financeiro dos devedores. Outro fator é o financiamento feito para terceiro, no qual, embora seja o financiado que assuma uma obrigação perante a BV Financeira, os pagamentos ficam a cargo de um terceiro que deixa de efetuá-los.

Boa parte dos veículos retomados é vendida em leilões, sendo a taxa de recuperação média da ordem de 60%. A BV Financeira também possui parcerias estratégicas com empresas que costumam comprar parte do lote de veículos apreendidos. O índice médio de recompra em março de 2009 era inferior a 0,5% (*zero por cento e cinco décimos de um por cento*) do total de veículos apreendidos.

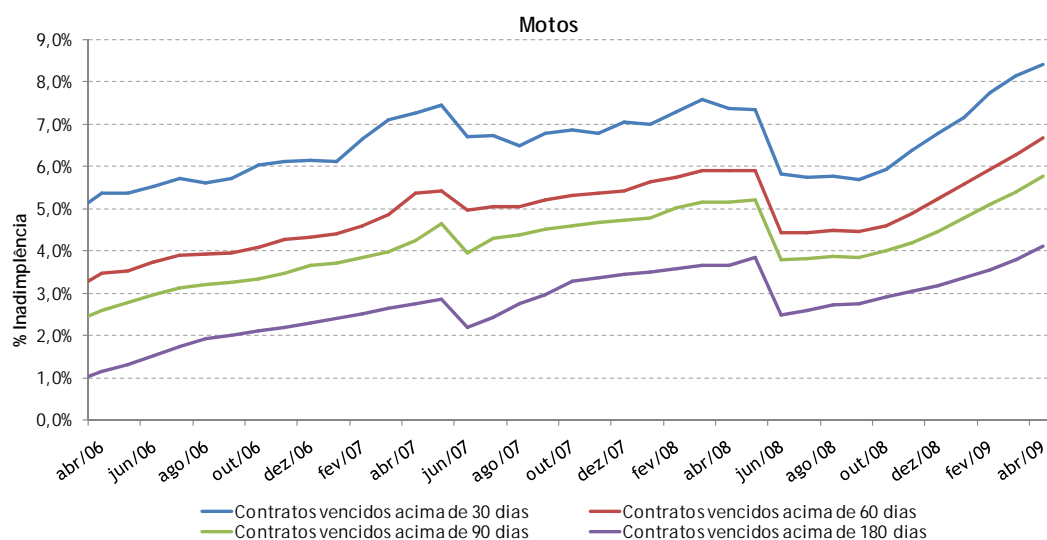
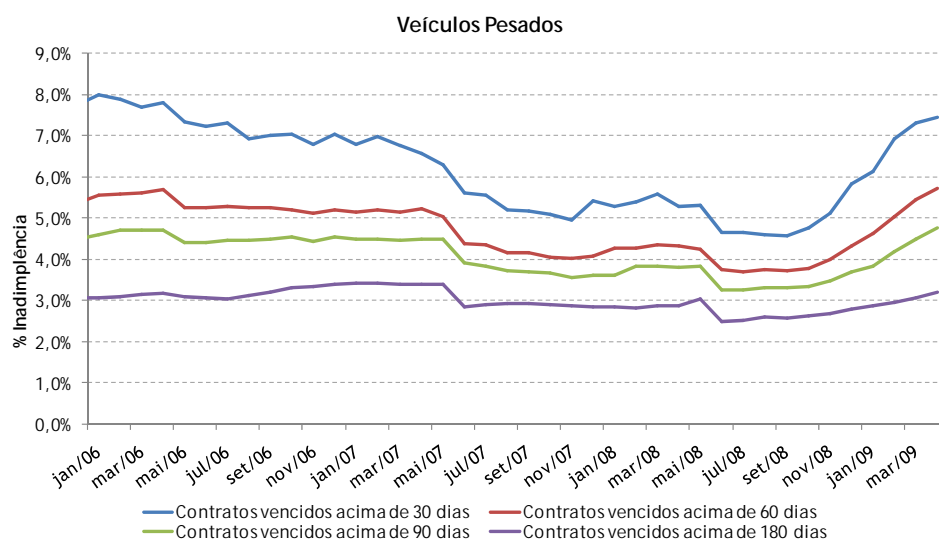
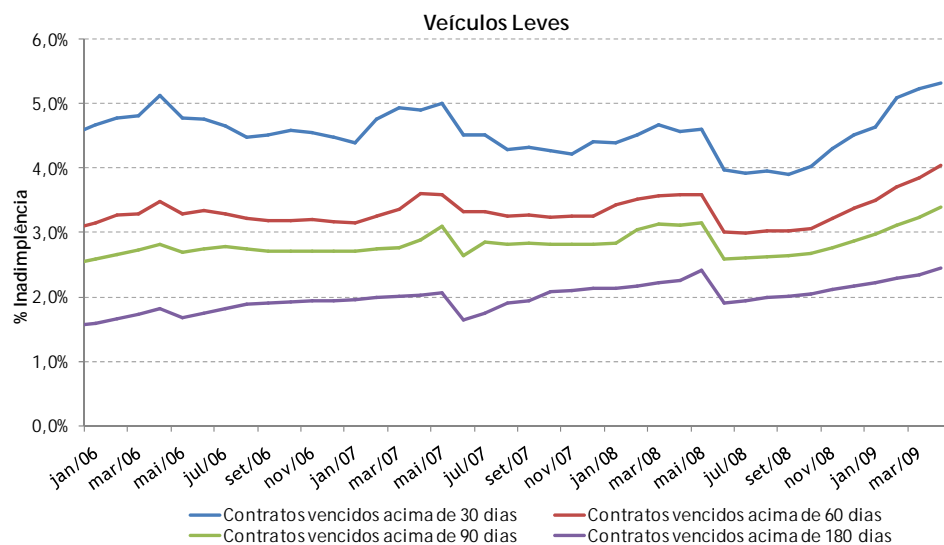
A BV Financeira possui uma política conservadora em que adota como critério efetuar provisão de perdas acima dos percentuais mínimos estabelecidos pelo Banco Central. Com 120 (cento e vinte) dias de atraso, a BV Financeira provisiona 100% (cem por cento) de provisão para devedores duvidosos.

A tabela abaixo demonstra a média de inadimplência da carteira da BV Financeira dos anos de 2005, 2006, 2007, 2008:

Ano	Média Ano	Em dia	Até 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-120 dias	121-180 dias	181-359 dias	>= 360 dias
2005	2,79%	80,50%	14,30%	2,54%	0,71%	0,47%	0,55%	0,93%	0,00%
2006	2,95%	79,37%	14,30%	2,79%	0,83%	0,54%	0,71%	1,46%	0,00%
2007	2,77%	80,58%	13,72%	2,18%	0,80%	0,52%	0,71%	1,46%	0,01%
2008	3,35%	76,52%	15,22%	3,24%	1,32%	0,76%	0,93%	1,89%	0,12%

Considerando contratos na modalidade crédito direto ao consumidor (veículos, pesados, motos, refinanciamento de veículos, refinanciamento de pesados e vans). Os gráficos abaixo mostram a inadimplência no caso de veículos leves, pesados e motos respectivamente (Fonte: Relatório KPMG). Os gráficos apresentados abaixo demonstram o percentual de operações em atraso, segregadas em faixas: (i) acima de 30 dias de atraso; (ii) acima de 60 dias de atraso; (iii) acima de 90 dias de atraso; e (iv) acima de 180 dias de atraso. O montante de operações em atraso nas respectivas faixas (numerador), compreende o saldo devedor (somatório do valor das parcelas vencidas e vincendas) apurado sobre o total acumulado das operações originadas no período sob análise (denominador).

Adicionalmente, com relação às estatísticas sobre perdas, além do critério acima mencionado, foram elaboradas e apresentadas no Relatório KPMG informações sobre perdas, representadas graficamente na página 63 de tal relatório (Anexo II do Prospecto). As informações sobre pagamento antecipado encontram-se apresentadas na página 50 deste mesmo relatório – tabela 2.23.

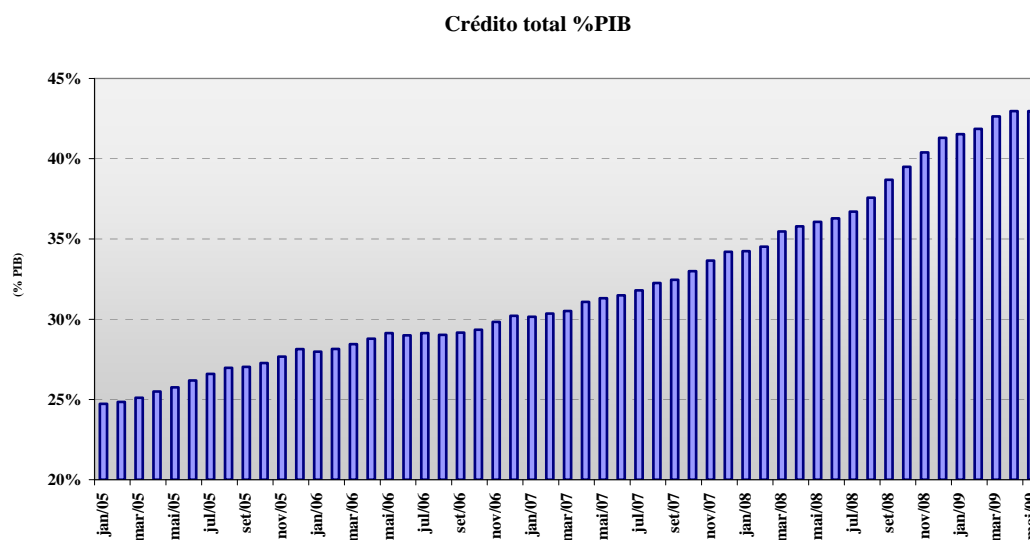


DESEMPENHO DO MERCADO DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Nos últimos anos, o Brasil adotou uma série de medidas de política econômica, cujos resultados afloraram num ambiente internacional bastante positivo. A flutuação da taxa de câmbio, a política de metas para inflação, o maior controle das contas públicas e a melhora do perfil da dívida pública resultaram num aumento da credibilidade do país frente aos investidores em geral. Paralelamente, o crescimento mundial acelerado, entre 2003 e 2008, neste período, elevou os preços das commodities, que respondem pela maior parcela das exportações brasileiras, além dos maiores volumes desses produtos vendidos para o mercado externo.

Consequentemente, o país ampliou suas reservas de divisas internacionais e a moeda brasileira se valorizou, contribuindo para a redução da inflação e aumento da renda real da população e emprego, o que elevou a confiança e a propensão ao consumo.

O prêmio de risco do país diminuiu devido à melhor imagem do país frente aos investidores em geral e a oferta de crédito aumentou. As taxas de juros de mercado caíram e os prazos de financiamento foram estendidos, diminuindo sensivelmente o valor das prestações no varejo para o consumidor final. O volume de crédito tomado na economia, em proporção do PIB, quase dobrou entre o começo de 2005 e o começo de 2009 por conta do otimismo entre empresários e consumidores.



Fonte: BACEN

Pode-se dizer, até mesmo, que a economia brasileira esteve superaquecida a partir de 2007 e em meados de 2008, de forma que o Banco Central viu-se obrigado a elevar a taxa básica de juros para dissipar pressões inflacionárias que poderiam surgir. No entanto, o agravamento da crise internacional, no segundo semestre de 2008, reverteu rapidamente o movimento e, hoje, a taxa Selic encontra-se, no patamar de um dígito (8,75% em setembro de 2009), buscando manter o nível da demanda para sustentar a economia, o que está sendo possível devido à ausência de pressões inflacionárias.

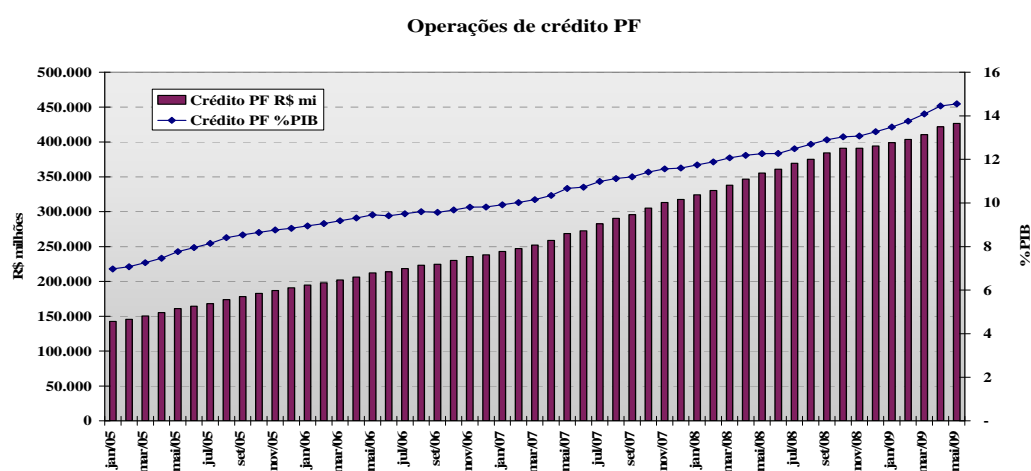
A partir do segundo semestre de 2008, o país sofreu com a contração da demanda externa ocasionando elevada ociosidade no setor produtivo, de forma que o governo adotou uma política fiscal anticíclica para ajudar conter a retração da economia. Desonerou diversos setores, como a construção civil, o de produtos da linha branca e o automobilístico, com a redução de impostos e contribuições como o IPI e a Confins. Também cortou o imposto sobre o crédito (IOF) e reduziu o imposto de renda (IRPF) com a criação de níveis intermediários de tributação, aumentando a renda disponível da população. Ampliou os programas de transferência de renda para a população de baixa renda e continuou concedendo elevados reajustes anuais do salário mínimo, que atingiram ampla gama de aposentados e pensionistas e indexa o rendimento de algumas categorias de trabalhadores.

Com estas ações, já a partir do começo de 2009, notou-se uma retomada do consumo, com o indicador nacional de vendas no varejo retornando aos patamares de setembro de 2008.

Além da política fiscal, o governo brasileiro tomou medidas para ampliar a liquidez do mercado financeiro e de crédito, com a redução das alíquotas de depósitos compulsórios e a ampliação da abrangência do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), visando atingir as instituições de menor porte, que tinham sido bastante afetadas pela falta de liquidez. Os financiamentos de crédito voltaram a existir a taxas baixas em função do aumento da concorrência por causa da presença de um maior número de instituições atuando no mercado de concessão de crédito.

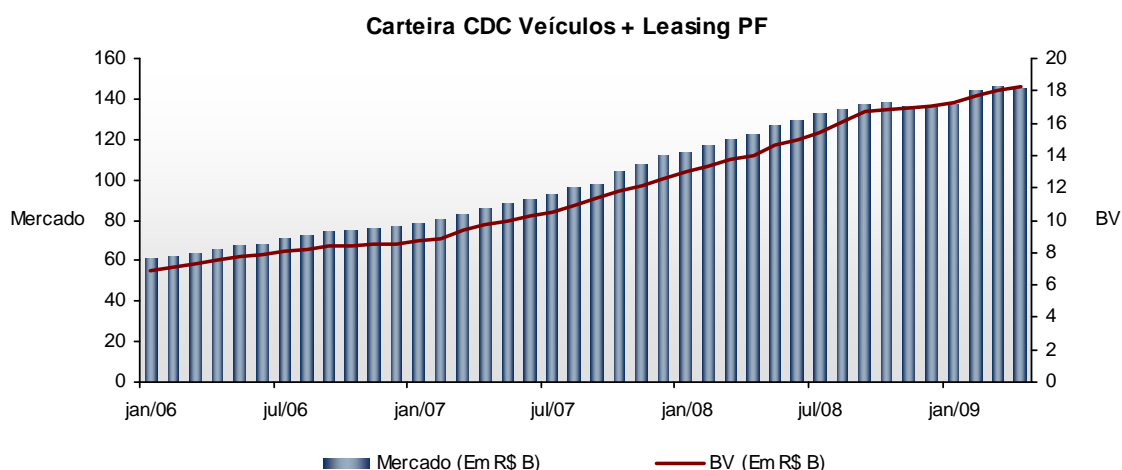
Abaixo, segue a evolução da carteira de crédito à pessoa física no Brasil, juntamente com a relação de crédito em proporção do PIB.

Alguns setores, como o automobilístico e o imobiliário têm apresentado crescimento acelerado desde 2004, em função da elevada demanda reprimida destes mercados.



Fonte: BACEN

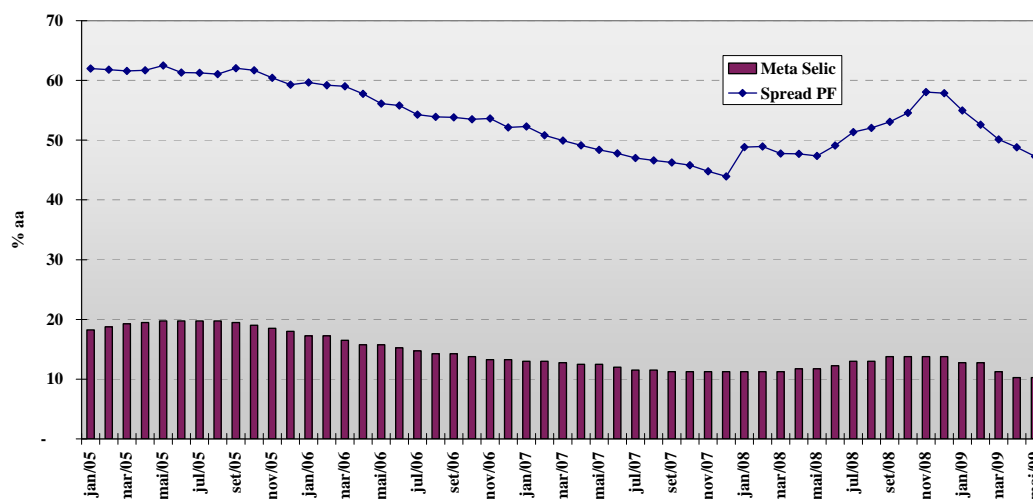
A mesma dinâmica que afeta financiamentos do mercado, afeta a BV Financeira. Abaixo, segue gráfico com evolução da carteira de financiamento de veículos na BV Financeira e no mercado. Comparando o histórico das duas séries, percebemos que ambas evoluem de forma bastante correlacionada, com crescimento acentuado nos últimos anos.



Fonte: BACEN e BV Financeira

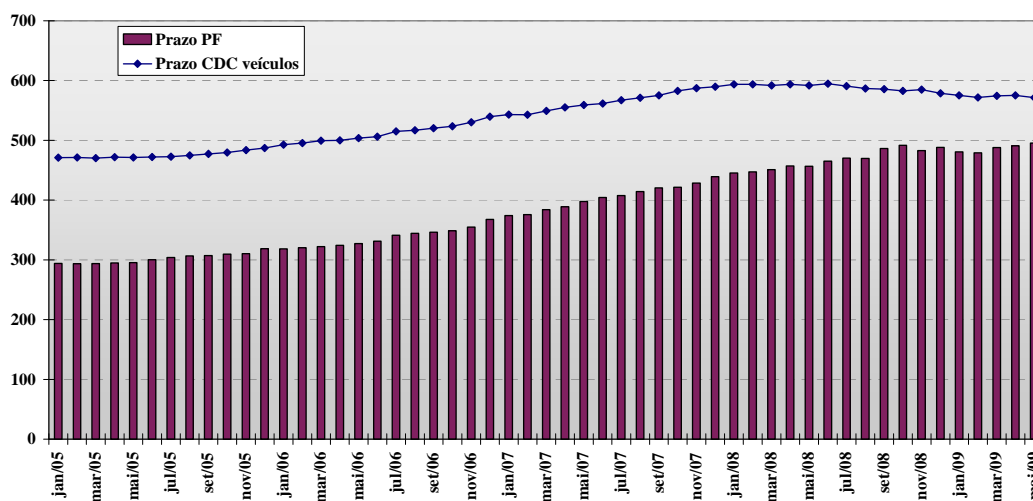
No segmento de pessoas físicas, observamos quedas de spread, praticados nos financiamentos, parte por queda na taxa Selic, parte por conta do aumento da concorrência.

Meta Selic e Spread total PF



Fonte: BACEN

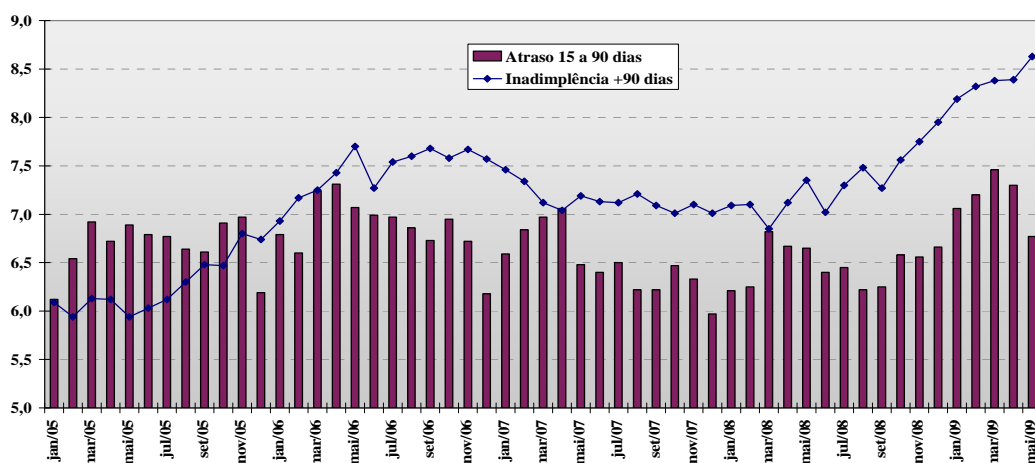
Prazo



Fonte: BACEN

A ampliação do mercado de crédito para pessoas físicas num momento de contração da liquidez dos mercados financeiros, em decorrência do aprofundamento da crise no ano passado, gerou uma elevação da inadimplência, pois os consumidores tiveram maiores dificuldades de rolar seus pagamentos. No entanto, a melhora do fluxo de capitais em 2009 já aponta uma diminuição das operações em atraso, sinalizando uma diminuição da inadimplência à frente, afinal, a renda da população continuou crescendo por causa do reajuste do salário mínimo e dos dissídios elevados de importantes categorias de trabalhadores no segundo semestre de 2008. Adicionalmente, as indústrias já voltaram a contratar. A inflação cadente ajudou a preservar o poder de compra.

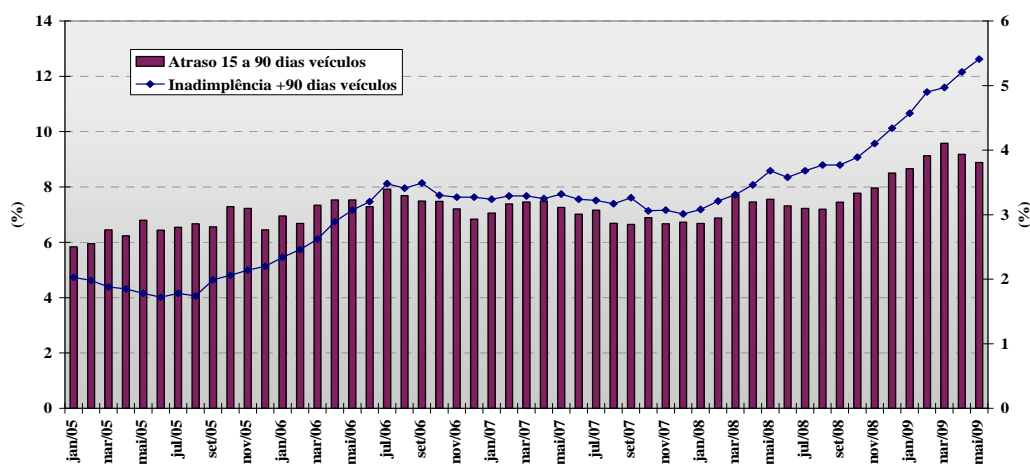
Inadimplência total PF



Fonte: BACEN

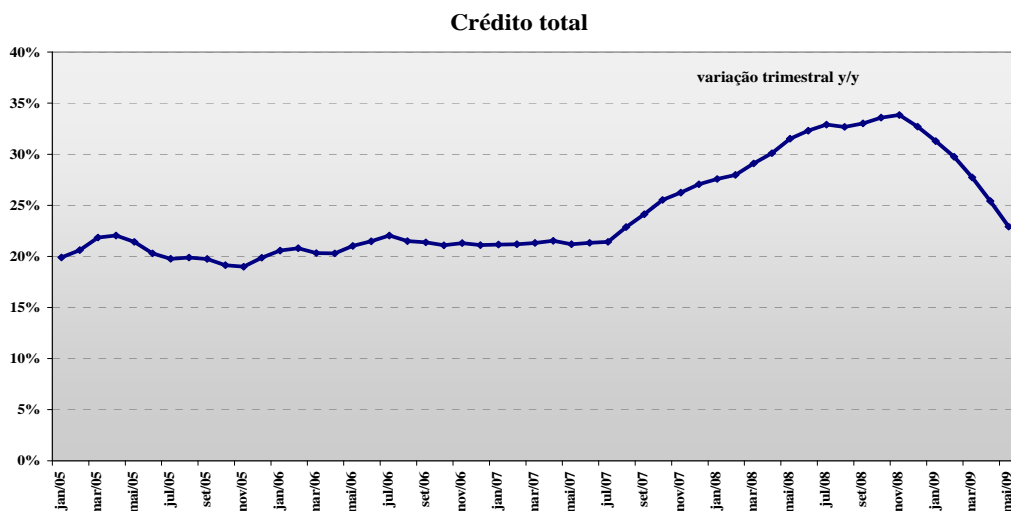
Situação semelhante, com relação à inadimplência, pode ser observada no mercado de veículos, ilustrado pelo gráfico abaixo:

Inadimplência em veículos



Fonte: BACEN

Neste período de crise e, pelo menos, na primeira metade de 2009, observou-se uma desaceleração do ritmo de crescimento do volume de concessão de crédito total, de taxas anuais de até 35% para o patamar de 20%. No entanto, a evolução dos indicadores correntes e os efeitos das medidas oficiais apontam para a contenção desse movimento, podendo até retomar uma aceleração. A confiança dos consumidores voltou a registrar otimismo.



Fonte: BACEN

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A BV Financeira financia suas operações de crédito direto ao consumidor com recursos próprios e emissão de CDIs.

A tabela abaixo mostra as fontes de recursos consolidadas por tipo, valor e percentual da carteira em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e 30 de junho de 2008 e 2009.

	31.12.06		31.12.07		31.12.08		30.06.08		30.06.09	
	R\$ mil	% do Portfólio	R\$ mil	% do Portfólio	R\$ mil	% do Portfólio	R\$ mil	% do Portfólio	R\$ mil	% do Portfólio
Depósitos interfinanceiros	10,688,494	100.00%	15,406,999	100.00%	17,681,465	100.00%	17,179,232	100.00%	18,991,190	100.00%
Captações Mercado Aberto	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%
Emissões no Exterior	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%
Empréstimos, Cessões e Repasses	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%
Total	10,688,494	100.00%	15,406,999	100.00%	17,681,465	100.00%	17,179,232	100.00%	18,991,190	100.00%
Passivo total	11,828,103	90.37%	17,314,477	88.98%	20,209,895	87.49%	19,908,886	86.29%	21,212,989	89.53%

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A BV Financeira, no ano de 2008, foi responsável por 46,65% do resultado total do Estruturador Banco Votorantim S/A e, até o período encerrado em 30 de junho de 2009 por 23,36%.

Encerrou o exercício social de 2008 com uma carteira de operações de crédito no montante de R\$ 17.779.073 mil, significando um aumento de 13,99% em relação ao exercício social findo em 31/12/07. No mesmo período, o lucro apurado foi de R\$420.677 mil, atingindo um Patrimônio Líquido ao final do exercício de 2008 de R\$ 663.240 mil.

O 2º trimestre de 2009 foi encerrado com uma carteira de operações de crédito no montante de R\$ 19.031.311 mil, incluindo operações e leasing, significando um aumento de 6,30% em relação ao 2º trimestre de 2008. O prejuízo apurado foi de R\$93.535 mil atingindo um Patrimônio Líquido ao final do período de R\$ 755.037 mil.

EXPERIÊNCIA PRÉVIA EM OUTRAS OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

A BV Financeira já participou de outras operações de securitização de direitos creditórios originados de financiamento de veículos. Dentre elas, destacamos as descritas a seguir.

BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I, que emitiu inicialmente um total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em cotas seniores e R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) em cotas subordinadas. O prazo de duração do Fundo é de 20 (vinte) anos, e teve início em 27 de junho de 2006. As cotas seniores do BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I podem ser resgatadas a qualquer momento.

BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II, que emitiu um total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em cotas seniores e R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em subordinadas classe B e no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em cotas subordinadas classe A, observada a relação mínima. As cotas seniores devem respeitar ao longo do prazo do de tal fundo, a relação mínima de 70% (setenta por cento) em relação ao patrimônio líquido do mesmo. O prazo de duração do BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II é de 60 (sessenta) meses, sendo que as cotas seniores serão amortizadas mensalmente a partir do 36º (trigésimo sexto) mês inclusive a partir da data da primeira integralização. As cotas da classe subordinada B serão amortizadas semestralmente contados a partir do 30º (trigésimo) mês, inclusive a partir da data da primeira integralização. As cotas subordinadas classe A não serão amortizadas. A distribuição das cotas seniores e subordinadas teve início em outubro de 2006.

Balanço Patrimonial

Seguem abaixo informações sobre o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e 30 de junho de 2008 e 2009.

Ativo (R\$ mil)								
	31 de dezembro de			Variação		30 de junho de		Variação
	2006	2007	2008	2006/2007	2007/2008	2008	2009	2008/2009
Circulante	6.811.987	9.146.047	10.759.022	34%	18%	10.291.738	10.951.320	6%
Realizável a longo prazo	4.965.925	8.111.405	9.398.648	63%	16%	9.560.398	10.214.137	7%
Permanente	50.191	57.025	52.225	14%	-8%	56.750	47.532	-16%
Investimentos	2.125	2.125	2.263	0%	6%	2.316	2.125	-8%
Imobilizado	27.662	31.114	30.475	12%	-2%	31.704	26.922	-15%
Diferido	20.404	23.786	19.487	17%	-18%	22.730	16.349	-28%
Intangível	-	-	-	-	-	-	2.136	-
Total	11.828.103	17.314.477	20.209.895	46%	17%	19.908.886	21.212.989	7%

Passivo (R\$ mil)								
	31 de dezembro de			Variação		30 de junho de		Variação
	2006	2007	2008	2006/2007	2007/2008	2008	2009	2008/2009
Circulante	11.155.648	16.135.818	19.109.008	45%	18%	17.156.949	15.206.144	-11%
Exigível a longo prazo	33.879	219.096	437.647	547%	100%	1.531.847	5.251.808	243%
Patrimonio Líquido	638.576	959.563	663.240	50%	-31%	1.220.090	755.037	-38%
Total	11.828.103	17.314.477	20.209.895	46%	17%	19.908.886	21.212.989	7%

Demonstrações de Resultados

Seguem abaixo informações sobre as demonstrações de resultados da BV Financeira relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e trimestres findos em 30 de junho de 2008 e 2009.

Demonstração de Resultados (R\$ mil)								
	31 de dezembro de			Variação		30 de junho de		Variação
	2006	2007	2008	2006/2007	2007/2008	2008	2009	2008/2009
Receitas de Intermediação Financeira	2.910.938	3.966.978	5.248.383	36%	32%	2.455.726	2.878.417	17%
Despesas de Intermediação Financeira	(1.691.373)	(2.003.495)	(2.797.910)	18%	40%	(1.231.613)	(1.686.929)	37%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.219.565	1.963.483	2.450.473	61%	25%	1.224.113	1.191.488	-3%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(865.864)	(1.326.144)	(1.654.491)	53%	25%	(739.055)	(927.157)	25%
Resultado Operacional	353.701	637.339	795.982	80%	25%	485.058	264.331	-46%
Resultado Não Operacional	(12.764)	(28.853)	(56.666)	126%	96%	(21.032)	(58.166)	177%
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	340.937	608.486	739.316	78%	22%	464.026	206.165	-56%
Provisão para IR e CSLL	(70.256)	(160.388)	(156.918)	128%	-2%	(79.990)	(74.019)	-7%
Participações no Lucro	(103.897)	(136.496)	(161.721)	31%	18%	(71.297)	(38.611)	-46%
Lucro/(Prejuízo) do Exercício/Período	166.784	311.602	420.677	87%	35%	312.739	93.535	-70%

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 31 de março de 2009, a BV Financeira era parte em R\$384.543 mil processos judiciais e administrativos de natureza fiscal para os quais constituiu provisões no valor total de cerca de R\$382.621 mil. Tais processos envolviam basicamente, questionamentos acerca da Instituição pleitear o não pagamento do COFINS com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela Lei nº 9.718/98) no montante de R\$382.113 mil, estando o mesmo totalmente provisionado na data-base de 31 de março de 2009.

Na mesma data, a BV Financeira figurava no pólo ativo em 68 mil processos cíveis, que correspondiam basicamente a ações de Busca e Apreensão e Reintegração de Posse. No pólo passivo, a BV Financeira era parte em 43.944 ações cíveis (incluindo reclamações perante o Procon), das quais cerca de 65% (sessenta e cinco por cento) correspondiam a ações revisionais questionando os valores cobrados pela BV Financeira.

Em 31 de março de 2009, a BV Financeira era parte em 404 reclamações trabalhistas, para as quais constituiu provisões no valor total de R\$44.741 mil.

MARCO REGULATÓRIO

Introdução

A alienação fiduciária em garantia de veículos automotores, no âmbito do mercado financeiro, está regulada pelo Código Civil, nos artigos 1361 e seguintes, pela Lei n.º 4.728/65, no artigo 66-B, pelos artigos 2º e seguintes do Decreto-lei n.º 911/69 e pela Resolução n.º 159/04, do Conselho Nacional de Trânsito.

Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o devedor transmite a propriedade resolúvel de um determinado bem de sua propriedade ao credor com o fim de garantir a dívida do devedor, permanecendo o devedor com a posse direta do bem e o credor com a posse indireta. Uma vez quitada a dívida, a propriedade se resolve e o bem retorna ao patrimônio do devedor.

No caso de alienação fiduciária em garantia de veículos automotores, o parágrafo 1º do artigo 1361 do Código Civil, estabelece como requisito de constituição da garantia o registro do respectivo contrato na repartição competente para o licenciamento do veículo, fazendo-se a anotação no seu certificado de registro.

Até o vencimento da dívida, o devedor, às suas expensas e risco, pode usar a coisa de acordo com a sua destinação natural, como seu depositário, devendo empregar na guarda da coisa a diligência exigida pela natureza do bem, assim como entregá-lo ao credor se não pagar a dívida no vencimento (artigo 1363 do Código Civil).

Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia

Os artigos 1361 e seguintes do Código Civil, que se aplicam à alienação fiduciária de coisa móvel infungível (a coisa móvel que não pode ser substituída por outra da mesma espécie, qualidade e quantidade), autorizam a utilização desta forma de garantia a qualquer pessoa, ainda que não seja uma entidade integrante do Sistema Financeiro Nacional. Desse modo, o Fundo pode ser cessionário dos Direitos Creditórios, assim como de sua garantia.

A Resolução n.º 2.907/01 do CMN, que autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios, dispõe em seu artigo 2º, inciso I, que, nas operações de créditos realizadas entre instituições financeiras e fundos de investimento em direitos creditórios, devem-se observar as disposições da Resolução CMN n.º 2.686/00 e suas alterações.

Por sua vez, a Resolução CMN n.º 2.686/00 prevê, em seu artigo 2º, inciso III, que as cessões de crédito realizadas entre instituições financeiras e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de tais créditos implicam na transferência, à cessionária, dos contratos, títulos, instrumentos e garantias necessários a sua execução ressalvados os casos de cessão oriunda de operações de arrendamento mercantil, nas quais os contratos e bens arrendados permanecem sob a titularidade da cedente.

Ainda que não houvesse esta disposição infra-legal, o Código Civil prevê, em seu artigo 287, que, salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.

Da Eficácia do Contrato contra Terceiros

De acordo com o já mencionado parágrafo 1º do artigo 1361 do Código Civil, para a constituição da alienação fiduciária em garantia de veículo automotor deverá haver o registro no órgão competente para o licenciamento do veículo automotor, a saber, o órgão executivo de trânsito do Estado, ou Distrito Federal, onde o veículo automotor estiver registrado (artigo 130 do Código de Trânsito Brasileiro), que deve ser o do domicílio ou residência do seu proprietário (artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro).

Os procedimentos para registro são regulados pela Resolução n.º 159/04, do Conselho Nacional de Trânsito, e visam não apenas atender aos requisitos legais de constituição da garantia, mas também conferir publicidade ao registro, protegendo terceiros que venham a adquirir o bem. Trata-se, também, de um requisito de eficácia da garantia contra terceiros.

Antes da promulgação do Código Civil e da Lei 10.931/04, a Lei n.º 4.728/65 estabelecia, por meio do parágrafo 1º do revogado artigo 66, cuja redação havia sido dada pelo Decreto-lei n.º 911/69, que o contrato deveria ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do credor. Além disso, o parágrafo 10º desse mesmo revogado dispositivo legal dispunha que a alienação fiduciária em garantia de veículo automotor deveria, para fins probatórios, constar do certificado de registro do automóvel.

Assim, eram necessários (i) o registro do contrato de alienação fiduciária em garantia no Cartório de Títulos e Documentos e (ii) a transcrição da alienação fiduciária no certificado de registro do veículo automotor. A esse respeito, a Súmula n.º 92, do Superior Tribunal de Justiça, previa que "*A terceiro de boa-fé não é oponente à alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do Veículo Automotor.*"

Contudo, a Lei n.º 10.931/04 revogou os artigos 66 e 66-A da Lei n.º 4.728/65 e introduziu o artigo 66-B, o qual passou a prever apenas algumas regras específicas para a alienação fiduciária no âmbito do mercado financeiro, não fazendo menção alguma à exigência de registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Nesse novo contexto legal, a única regra que dispõe expressamente sobre o registro do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículos automotores é o mencionado parágrafo 1º do artigo 1361 do Código Civil. Nesse sentido, é necessário apenas o registro do contrato no órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, competente para o licenciamento do veículo automotor e a consequente anotação no certificado de registro do veículos para que a garantia seja constituída e produza efeitos perante as partes e perante terceiros.

Dos Regulamentos Editados pelos Órgãos Públicos Competentes

O Conselho Nacional de Trânsito, órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito (inciso I do artigo 7º do Código de Trânsito Brasileiro), com o fim de estabelecer e padronizar procedimentos para o registro de contratos de alienação fiduciária de veículos perante órgãos executivos de trânsito (DETRANs), expediu a Resolução n.º 159/04.

O parágrafo 1º do artigo 1º da Resolução n.º 159/04 prevê que se considera registro de contrato de alienação fiduciária de veículo o arquivamento de seu instrumento, público ou particular, por cópia, microfilme ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou óptico, precedido do devido assentamento em livro próprio, podendo os dados desse registro ser arquivado em qualquer forma de banco de dados magnético ou eletrônico, desde que este garanta requisitos de segurança quanto à adulteração e manutenção do seu conteúdo.

O parágrafo 2º do artigo 1º prevê que o registro do contrato deve ser anterior à expedição do certificado de registro do veículo. Ademais, o parágrafo 3º deste mesmo artigo dispõe que *"cumprida a responsabilidade decorrente do contrato com cláusula de alienação fiduciária, deverá ser efetuada a sua baixa no registro"*.

Já o artigo 5º da referida resolução dispõe que se considera gravame a anotação, no campo de observações do certificado de registro do veículo, de garantia real de veículo automotor, decorrente de contratos com cláusula de alienação fiduciária, reserva de domínio ou penhor. Os mencionados órgãos executivos de trânsito, após o registro do contrato de alienação fiduciária, farão constar em favor da empresa credora da garantia real, no campo de observações do certificado de registro do veículo, a existência do gravame com a identificação do credor da garantia real (artigo 6º da Resolução n.º 159/04).

As informações para as inserções e liberações de gravames poderão ser feitas eletronicamente, mediante sistemas ou meios eletrônicos compatíveis com os dos órgãos ou entidades executivos de trânsito, sob a integral expensa dos credores (artigo 7º da Resolução n.º 159/04).

Será de inteira e exclusiva responsabilidade dos credores a veracidade das informações para a inclusão e liberação do gravame, inexistindo para os órgãos ou entidades executivos de trânsito obrigações sobre a imposição de quaisquer exigências legais, junto aos usuários, referentes aos contratos com cláusula de garantia real de veículos automotores (artigo 8º da Resolução n.º 159/04).

Após o cumprimento das obrigações por parte do devedor, o credor da garantia real de veículo automotor providenciará, eletronicamente, a informação da baixa do gravame junto aos órgãos ou entidades executivos de trânsito do Estado ou do Distrito Federal (artigo 9º da Resolução n.º 159/04).

Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal expedirão os certificados de registro dos veículos, com a inserção do gravame, depois de verificada a compatibilidade com as informações do registro do contrato de garantia real, prestadas pelos referidos órgãos ou entidades executivos de trânsito, ou, se for o caso, instituição conveniada (artigo 10 da Resolução 159/04). Além disso, o parágrafo 1º deste mesmo artigo prevê que as informações eletrônicas de inserção e liberação de gravames poderão ser prestadas pelos agentes financeiros, anterior ou simultaneamente ao registro definitivo do contrato com cláusula de garantia real (parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução 159/04).

Dos Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato

Paga a dívida pelo devedor, extingue-se a propriedade resolúvel do credor sobre o bem, tornando-se o devedor novamente proprietário do bem.

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, garantidos pelas referidas alienações fiduciárias foram constituídos no âmbito do mercado financeiro, sob a disciplina da Lei n.º 4.728/65. Assim, se o devedor não pagar a dívida, poderá o credor adotar os procedimentos previstos no Decreto-lei n.º 911/69 para cobrar o seu crédito.

O artigo 2º do Decreto-lei n.º 911/69 prevê que, no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas com alienação fiduciária, o credor poderá vender a coisa alienada fiduciariamente independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda para quitar a dívida e as despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo remanescente ao devedor.

A mora na obrigação decorrerá do simples vencimento do prazo para o pagamento, podendo ser comprovada por meio de notificação extrajudicial ou de protesto do título (parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto-lei n.º 911/69).

O proprietário fiduciário do bem, uma vez comprovada a mora, poderá requerer contra o devedor, ou o terceiro que esteja na posse do bem, a busca e apreensão, a qual poderá ser concedida liminarmente (*caput* do artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69). Nesse contexto, é importante ressaltar a Súmula n.º 72, do Superior Tribunal de Justiça, a qual dispõe que *"a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente"*.

A Lei n.º 10.931/04 alterou e acrescentou parágrafos ao artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69. Nesse sentido, o parágrafo 1º deste artigo passou a prever que, cinco dias após o cumprimento da medida liminar de busca e apreensão do bem, a propriedade do bem será consolidada no patrimônio do credor, devendo, no caso em questão, o órgão executivo de trânsito competente expedir novo certificado de registro do veículo em nome do credor ou de terceiro por ele indicado, livre de qualquer ônus da propriedade fiduciária.

Dentro do prazo de cinco dias, o devedor poderá quitar a dívida conforme os valores apresentados pelo credor (purgação da mora), situação em que o bem lhe será restituído sem o ônus da propriedade fiduciária (parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69). No prazo de 15 dias do cumprimento da medida liminar, o devedor poderá apresentar resposta impugnando o valor cobrado pelo credor mesmo que tenha purgado a mora (parágrafos 3º e 4º do artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69).

Importante ressaltar que, caso venha a ser decretada a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa em favor do devedor fiduciante equivalente a 50% do valor originalmente financiado se o bem já tiver sido alienado (parágrafo 6º do artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69).

Caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, que tem procedimento específico na legislação processual civil em vigor.

Se o credor preferir, poderá recorrer à execução diretamente, hipótese em que poderão ser penhorados tantos bens do devedor quanto bastem para assegurar a execução (artigo 5º do Decreto-lei n.º 911/69).

No caso de falência do devedor, é assegurado ao credor pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente, já que o bem não deverá integrar a massa falida do devedor (artigo 7º do Decreto-lei n.º 911/69). Este dispositivo continua em vigor, nos termos dos artigos 85 e seguintes da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Falências).

ASSEMBLÉIA GERAL DO FUNDO

A assembléia geral de condôminos do Fundo possui as seguintes competências privativas:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- (ii) alterar o Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (v) deliberar sobre a liquidação, transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (vi) deliberar sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado em caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, nos termos da seção "Das Cotas e Regras de Valorização Valorização das Cotas";
- (vii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos para exercer(em) as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo;
- (viii) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para o Resgate Compulsório, nos termos da seção Resgate Compulsório das Cotas acima; e
- (ix) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para a alienação de Direitos Creditórios Cedidos, nos termos da seção Alienação de Direitos Creditórios acima.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de assembléia geral, em decorrência de alterações na legislação em vigor e/ou de cumprimento de determinações da CVM, devendo a Administradora providenciar a divulgação das alterações aos cotistas mediante publicação no Periódico ou mediante o envio de correspondência aos cotistas nesse sentido, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da respectiva ocorrência.

A convocação da assembléia geral de condôminos do Fundo obedece às seguintes regras:

- (i) a convocação será feita mediante anúncio publicado no Periódico ou por correspondência endereçada a cada condômino, do qual devem constar dia, hora e local de realização da assembléia geral e os assuntos a serem tratados;
- (ii) a primeira convocação da assembléia geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio da correspondência aos condôminos;
- (iii) não se realizando a assembléia geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos, com antecedência mínima de cinco dias;
- (iv) a segunda convocação da assembléia geral poderá ser providenciada juntamente com o anúncio ou carta da primeira convocação; e
- (v) independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembléia geral a que comparecerem todos os condôminos.

Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral pode reunir-se por convocação da Administradora ou de condôminos titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total.

Na assembleia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas, pelo critério da maioria de Cotas de condôminos presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado, entretanto, que:

- (i) a cada Cota Sênior corresponde um voto nas assembleias gerais do Fundo, sendo que as Cotas Subordinadas não terão direito a voto, exceto no que se refere às matérias que afetem diretamente os direitos e/ou interesses dos titulares das Cotas Subordinadas, quais sejam (A) Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação Antecipada, ressalvados os Eventos de Revisão listados nos itens 20.1 (i) e 20.1 (xiv), cuja deliberação deverá ser tomada apenas pelos titulares de Cotas Seniores; (B) Critérios de Elegibilidade; e/ou (C) alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas, quando votarão (a) juntamente com as Cotas Seniores e em igualdade de condições quando o assunto for afeto a ambas as espécies de Cotas; ou (b) em separado, e após a aprovação da matérias pelos titulares das Cotas Seniores, quando o assunto for afeto apenas às Cotas Subordinadas; e
- (ii) as deliberações relativas (a) à substituição da Administradora, do Custodiante e da Agência Classificadora de Risco; (b) à elevação da taxa de administração praticada pela Administradora; e (c) à liquidação, transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Somente poderão votar na assembleia geral os condôminos do Fundo, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de um ano, em qualquer caso desde que registrado até três Dias Úteis antes da data fixada para sua realização.

A Administradora ou seus empregados não têm direito a voto na assembleia geral, ainda que sejam titulares de Cotas.

A assembleia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser condômino do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos do Fundo;
- (ii) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (iii) não exercer cargo na BV Financeira.

EVENTOS DE REVISÃO DO FUNDO

São considerados Eventos de Revisão do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso ocorra o desenquadramento da Relação Mínima indicada acima e não seja sanada por cinco Dias Úteis consecutivos;
- (ii) descumprimento, pela BV Financeira, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Promessa de Cessão e que, a critério da Administradora, possam comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os seus cotistas, desde que a BV Financeira tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de cinco Dias Úteis;
- (iii) rescisão do Contrato de Custódia, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Custodiante.
- (iv) rescisão do contrato de cobrança entre o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador sem substituição do Banco Arrecadador por outro com as mesmas qualificações, ou seja, com condições de dar continuidade à cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (v) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial administrativo temporário da BV Financeira ou protocolo de pedido de falência da BV Financeira que não seja ilidido no prazo legal ou no prazo concedido pelo poder judiciário para tanto;
- (vi) protestos de títulos em que a BV Financeira figure como devedora em valor agregado igual ou superior a R\$10 milhões;
- (vii) ajuizamento de execução de natureza fiscal contra a BV Financeira em que o valor cobrado em face da BV Financeira, considerada individualmente, seja igual ou superior a R\$50 milhões na data do ajuizamento, sem que a BV Financeira tenha apresentado garantia em forma de depósito judicial, penhora, caução ou qualquer outra forma que seja admitida pelo juízo responsável pela execução fiscal;
- (viii) arresto ou penhora judicial de bens da BV Financeira em valor agregado igual ou superior a R\$15 milhões, observado que não será considerado um Evento de Revisão nos termos desta alínea (viii) qualquer penhora ou arresto em função da alínea (vii) acima;
- (ix) rescisão do convênio celebrado em 17 de dezembro de 1998 entre Fenaseg e Departamento Nacional de Trânsito, ao qual a BV Financeira aderiu em 7 de maio de 1999, ou interrupção do cumprimento, pela Fenaseg, das suas atribuições ali previstas;
- (x) caso o valor da totalidade das despesas do Fundo apuradas em cada mês, na respectiva Data de Verificação, seja superior a 1% (um por cento) do valor do Patrimônio Líquido, observado que não haverá verificação nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias de funcionamento do Fundo;
- (xi) verificação pela Administradora, a qualquer tempo, do não atendimento da Reserva de Liquidez por 30 (trinta) dias consecutivos;
- (xii) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Pagamento, em 2 (duas) Datas de Verificação de Reserva de Pagamento;
- (xiii) rebaixamento da(s) classificação(ões) de risco das Cotas Seniores;
- (xix) caso o excesso de *spread* (calculado nos termos abaixo - item 20.1.1 do Regulamento), em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do excesso de *spread*, seja inferior a 7% (sete por cento), sendo que tal evento não será apurado nos primeiros 180 (cento e oitenta dias) dias de funcionamento do Fundo;

- (xx) caso, após 180 (cento e oitenta) dias contados do início do Fundo, a média móvel dos 3 (três) meses anteriores a cada Data de Verificação dos índices de *performance* (1) IP30, (2) IP120, (3) IP180 ou (4) IP181 (definidos abaixo - item 20.1.2 do Regulamento), apurados pela Administradora, seja superior a 35% (trinta e cinco por cento), 15% (quinze por cento), 5% (cinco por cento) ou 10% (dez por cento), respectivamente.

Para os fins da alínea (xix) acima, o excesso de *spread* deve ser calculado da seguinte forma:

$$ES = \left\{ \left[1 + \frac{RDCA_{(t-1)} + ROA_{(t-1)} - RQSC_{(t-1)} - D_{(t-1)}}{DCA_{(t-1)}} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$$

onde:

$RDCA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos adimplentes apropriados no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$ROA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Outros Ativos do Fundo, apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$RQSC_{(t-1)}$: somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$D_{(t-1)}$: somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$DCA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios adimplentes na Data de Verificação do mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

Para os fins da alínea (xx) acima:

- (i) "IP30" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último Dia Útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias, excluindo-se do IP30 os Direitos Creditórios Cedidos integrantes dos IP120, IP180 e IP181, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo;
- (ii) "IP120" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo;
- (iii) "IP180" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo; e

- (iv) "IP181" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedidos com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão, (i) o Custodiante, mediante instrução da Administradora, suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios; e (ii) a Administradora deverá convocar uma assembléia geral para que seja deliberada a liquidação antecipada do Fundo.

Se a assembléia geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá proceder ao resgate compulsório das Cotas em circulação, aplicando-se o disposto na seção "Liquidação Antecipada do Fundo".

Se a assembléia geral de cotistas do Fundo deliberar pela não liquidação antecipada de fundo, será concedido aos cotistas dissidentes titulares de Cotas Seniores a possibilidade de solicitar o resgate antecipado de suas Cotas, pelo valor de suas respectivas Cotas Seniores à época da deliberação da assembléia geral de cotistas do Fundo.

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

Sem prejuízo do disposto na seção acima, a liquidação antecipada do Fundo poderá ocorrer automaticamente(i) por decisão da CVM, (ii) por decisão dos condôminos, ou (iii) em razão da rescisão do Contrato de Promessa de Cessão e será gerida pela Administradora, observado o disposto no Regulamento e o que for deliberado em assembléia geral.

A liquidação antecipada do Fundo ocorrerá por decisão dos condôminos desde que reunidos em assembléia convocada especialmente para esse fim, observado o quorum, em primeira convocação, da maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, da maioria das Cotas dos cotistas presentes à assembléia geral.

No caso de decisão da assembléia geral pela não liquidação do Fundo, fica assegurado o resgate de Cotas Seniores pelos seus respectivos valores aos cotistas dissidentes que o solicitarem. Tal disposição, prevista no artigo 24, inciso XVI, da Instrução CVM n.º 356/01, vigorará com relação ao Fundo apenas e tão-somente enquanto a mesma vigorar na Instrução CVM n.º 356/01.

No caso de liquidação antecipada por decisão da CVM, esta ocorrerá se:

- (i) no âmbito de uma oferta pública de Cotas Seniores ao amparo das Instruções CVM n.º 356/01 e n.º 400/03 no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do Anúncio de Início, não for subscrita a totalidade das cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado, antes do referido prazo (porém, em virtude de solicitação fundamentada, a CVM poderá prorrogar os prazos acima previstos); ou
- (ii) o Patrimônio Líquido do Fundo permanecer, por três meses consecutivos, em valor inferior a R\$500 mil, observado que, nesta hipótese, o Fundo poderá, alternativamente, ser incorporado por outro fundo de investimento em direitos creditórios.

TRIBUTAÇÃO

O Fundo e seus cotistas estão sujeitos às seguintes regras de tributação:

TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

O Fundo não tem personalidade jurídica própria. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários ("IOF") incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de diversos tributos, dentre os quais destacam-se, em especial, o imposto de renda (em geral retido na fonte), o IOF e a CPMF.

Imposto de Renda

Por ser o Fundo um condomínio fechado, o imposto de renda poderá incidir nas seguintes situações: (i) quando da amortização das cotas; (ii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo; e (iii) em caso de alienação de cotas a terceiros.

Amortização e/ou Resgate de Cotas do Fundo

Ocorrendo a amortização e/ou resgate de cotas, incidirá imposto de renda, a ser retido pelo Fundo ("IR-Fonte"), sobre os valores que excederem o respectivo custo de aquisição das cotas. Para os rendimentos auferidos na data de vencimento do Fundo, as alíquotas serão regressivas de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento.

O prazo médio da carteira do Fundo é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem, ressaltando-se que os Direitos Creditórios não são considerados para tal cálculo.

Os prazos dos investimentos, por sua vez, são considerados a partir da data da aplicação pelo cotista.

Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15% (quinze por cento). Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Alienação de Cotas do Fundo a Terceiros

Na hipótese de alienação de cotas do Fundo em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio cotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cálculo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime do SIMPLES ou isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar cotas do Fundo em bolsa de valores, haverá a incidência de IR-Fonte à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento), calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR-Fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do cotista do Fundo.

O valor do IR-Fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR-Fonte retido; e (iv) compensado com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital na alienação das cotas.

IOF

Operações que tenham por objeto a aquisição, cessão, resgate, repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como o pagamento de suas liquidações estão sujeitas ao IOF, na forma prevista no Decreto n.º 4.494, de 3 de dezembro de 2002.

Atualmente, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate e/ou amortização das cotas antes de 30 (trinta) dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% (um por cento) do valor do resgate e/ou amortização, limitada a 96% (noventa e seis por cento) do rendimento da aplicação. Como o Fundo é um condomínio fechado, suas cotas apenas serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Contudo, a alíquota do IOF pode ser majorada a qualquer momento, por meio de ato do poder executivo, até a alíquota máxima de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

Adicionalmente, o IOF incide sobre a entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição deste. Embora a alíquota do IOF atualmente em vigor para quase todas as operações de câmbio seja zero, o poder executivo está autorizado a aumentar a alíquota, a qualquer tempo, para até 25% (vinte e cinco por cento). No entanto, qualquer aumento na alíquota será aplicável apenas às operações realizadas após o aumento.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E PUBLICAÇÕES

Em linhas gerais, a Administradora deverá divulgar no Periódico as informações relativas ao Fundo exigidas pela legislação em vigor, nos prazos e condições previstos, inclusive atos ou fatos relevantes relativos ao Fundo que possam influir na decisão dos condôminos de manutenção dos recursos investidos no Fundo, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas.

Todo Dia Útil, a Administradora divulgará no Periódico, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor da Cota e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e também manterá tais informações, juntamente com os relatórios das Agências Classificadoras de Risco, disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem as Cotas.

A divulgação das informações a que se refere o parágrafo anterior pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeira Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação de tais informações.

No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, a Administradora colocará à disposição dos condôminos, em sua sede e, informações sobre:

- (i) o número de Cotas de propriedade de cada condômino e respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Trimestralmente, a Administradora deverá elaborar, por meio de seu diretor designado, nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM n.º 356/01, demonstrativos trimestrais evidenciando:

- (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- (ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
- (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e
- (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios Cedidos inexistentes porventura encontrados.

Anualmente, a Administradora fornecerá aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil, a rentabilidade do Fundo no ano e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor.

Além disso, a Administradora colocará as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, publicando-as ainda através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Com relação às informações que deverão ser encaminhadas à CVM, a Administradora deverá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da primeira integralização de Cotas, fornecer (i) número de inscrição do Fundo no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; e (ii) data da primeira integralização de Cotas.

Mensalmente, a Administradora encaminhará à CVM, até o terceiro Dia Útil contado da data de encerramento do mês anterior, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações, observado que eventuais retificações nas informações aqui previstas devem ser comunicadas à CVM até o primeiro Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência: (i) saldo das aplicações; (ii) valor do Patrimônio Líquido; (iii) valor da Cota e quantidade em circulação; (iv) valores totais das captações e das amortizações no mês, considerados os valores efetivamente ingressados e amortizados; (v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e (vi) posições mantidas em mercados de derivativos.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora apresentará à CVM, documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo: (i) alteração do Regulamento; (ii) substituição da Administradora; (iii) incorporação; (iv) fusão; (v) cisão; ou (vi) liquidação.

ATENDIMENTO A COTISTAS

Aplicando no Fundo o cotista receberá uma cópia do Regulamento, que deve ser lido com atenção. Para obter um histórico da performance do Fundo, o cotista deve solicitá-lo ao Serviço de Atendimento a Clientes abaixo identificado, que estará apto também a transmitir informações adicionais sobre este produto, assim como encaminhar críticas e sugestões, ou poderá acessar o site "www.vam.com.br".

SEDE DA ADMINISTRADORA

Av. das Nações Unidas 14.171 – 7º andar - Torre A

04707-000 São Paulo, SP

At.: Sr. Paulo Geraldo Oliveira Filho

Telefone: (11) 5171-5078

Fac-símile: (11) 5185-1757

Correio Eletrônico: paulo.filho@vam.com.br

As informações sobre o Fundo são divulgadas e disponibilizadas nos endereços acima citados, onde tais informações poderão ser solicitadas.

A Administradora mantém serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos cotistas, nas referidas dependências.

Adicionalmente, para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os investidores poderão dirigir-se à CVM ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado abaixo, ou acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: www.cvm.gov.br e www.cetip.com.br.

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, nº 111

20050-901 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone e Fax: (21) 3554-8686

www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar

01009-000 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

www.cetip.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS DO PROSPECTO

- Anexo I** - Regulamento do Fundo
- Anexo II** - Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios preparado pelo Auditor
- Anexo III** - Relatórios de Classificação de Risco
- Anexo IV** - Declarações da Administradora
- Anexo V** - Declaração do Estruturador
- Anexo VI** - Demonstrações Financeiras da BV Financeira Relativas aos Exercícios Sociais
Encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 e em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

- Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

77 Offício de Registro Jurídico do Estado de São Paulo
e Civil do Registro Jurídico do Estado de São Paulo
DR. JOSÉ A. MICHALIAT - OFIC. AL

08 JAN. 2010

MICROFILMAGEM

1732232

**BV FINANCEIRA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS III**

CNPJ/MF Nº 10.341.638/0001-40

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL CONJUNTA DE CONDÔMINOS DE COTAS
SENIORES E CONDÔMINOS DE COTAS SUBORDINADAS, REALIZADA EM 05
DE JANEIRO DE 2010**

1. DATA E LOCAL: 5 de janeiro de 2010, às 10:00 horas, na sede social da Administradora, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 7º andar.

2. PRESENÇA: A totalidade dos Condôminos de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas do BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III ("Fundo") e, na qualidade de administradora do Fundo, Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administradora"), neste ato representada na forma de seu contrato social.

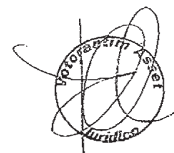
3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Mario Antonio Thomazi – Presidente
Rudmila Onha Cruz – Secretária

4. CONVOCAÇÃO: Dispensada, observado o estabelecido no artigo 17 (v) do Regulamento do Fundo.

5. DELIBERAÇÃO: Foi aprovada, por unanimidade de votos, a seguinte matéria colocada na ordem do dia:

1. Alteração do Artigo 4.1. do Regulamento do Fundo, para que o mesmo passe a vigorar com a seguinte nova redação:

"4.1. As Cotas são nominativas escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, sendo permitidas Cotas fracionárias."

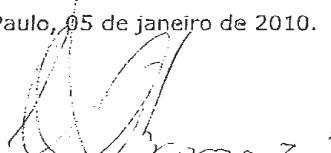


2. Em decorrência da deliberação acima, alterar e consolidar o Regulamento do Fundo, conforme Anexo II.

6. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida, achada conforme e unanimemente aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa e todos os Condôminos.

A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 05 de janeiro de 2010.


Mario Antonio Thomazi

Presidente


Rudmila Onha Cruz

Secretária

 **OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**
Rua XV de novembro, 261 6º andar - São Paulo - SP - Tel.: 3377-1677

Apresentado hoje, Protocolado e Registrado em MICROFILME sob
nº 1.730.232 à margem do registro 1.893.882

Serventário R\$	191,26
Acertado R\$	54,34
RECP R\$	40,43
Registro Civil R\$	10,24
TJ R\$	10,24

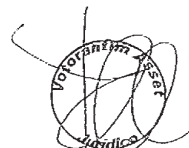
São Paulo, 08 de janeiro de 2010


Oficial José JOSÉ ANTONIO MICHALUT

Sócio e Taxas recolhidas por guia

Total pago R\$ 306,53


1 7 3 0 2 3 2


Votaramos
Jurídico

7ª Seção do Reg. do Tr. e Documentos
e Civil do Poder Judiciário do Capital
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

08 JAN. 2010

Regulamento

MICROFILMAGEM

1730232



Votorantim Asset

**REGULAMENTO DO
BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS III**

ÍNDICE

1.	Definições	1
2.	Objeto, Constituição e Características	6
3.	Fatores de Risco	7
4.	Cotas do Fundo	15
5.	Emissão de Cotas	16
6.	Distribuição das cotas	17
7.	Aplicação em Cotas do Fundo	17
8.	Reserva de Pagamento	18
9.	Resgate Compulsório das Cotas do Fundo	20
10.	Política de Investimento	20
11.	Valorização das Cotas	26
12.	Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	28
13.	Administração	29
14.	Contratação de Terceiros	35
15.	Despesas e Encargos e alocação das disponibilidades do Fundo	38
16.	Alienação de Direitos Creditórios	39
17.	Assembleia Geral	39
18.	Publicidade e Remessa dos Documentos	41
19.	Indenização à Administradora	41
20.	Eventos de Revisão	42
21.	Liquidação Antecipada do Fundo	45
22.	Disposições Finais	46
23.	Foro	46



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

08 JAN. 2010

MICROFILMAGEM
1730232

**REGULAMENTO DO
BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS III**

1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Os termos iniciados com letra maiúscula utilizados neste Regulamento terão o significado que lhes é atribuído a seguir, no singular ou no plural:

"Administradora": Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14, 171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório n.º 5805, de 19 de janeiro de 2000, e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, responsável pela administração e gestão do Fundo e pela escrituração das cotas do Fundo.

"Agência Classificadora de Risco": Moody's América Latina Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.101.919/0001-05, para prestar os serviços de classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo ou qualquer outra agência de classificação de risco em funcionamento no País que vier a ser contratada pelo Fundo para substituí-la.

"Agente de Cobrança": BV Financeira ou quem vier a substituí-la, responsável pela cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.

"Alienação dos Direitos Creditórios": é a alienação de Direitos Creditórios Cedidos para cobrir encargos do Fundo nos termos do item 16 abaixo.

"Alocação Mínima": percentual de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e no máximo 99,75% (noventa e nove vírgula setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido que deverá estar investido nos Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, nos termos do item 10.5 abaixo.

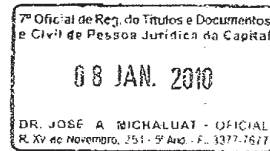
"Anúncio de Início": anúncio de início da primeira distribuição pública de Cotas Seniores do Fundo.

"Banco Arrecadador": Banco Bradesco S.A., instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12, banco arrecadador, responsável pela cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos, ou qualquer outra instituição financeira que vier substituí-lo.

"BV Financeira": BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14, 171, Torre A, 8º andar, conjunto A, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.149.953/0001-89.

"CETIP": Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.





"CNPJ": Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

"Conta de Custódia": conta corrente de titularidade do Fundo, mantida perante o Custodiante, na qual os valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos e as Disponibilidades serão depositados.

"Contrato de Custódia": "Contrato de Custódia" a ser celebrado entre o Fundo e o Custodiante, relativo à prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo.

"Contratos de Financiamento": cédulas de crédito bancário ou contratos de abertura de crédito relativos a operações de financiamento de veículos automotores (automóveis leves, pesados, motos e vans) (i) que tenham sido celebrados entre a BV Financeira e os respectivos Devedores; (ii) que sejam garantidos por alienação fiduciária em garantia dos veículos automotores financiados, constituída em favor da BV Financeira de acordo com os procedimentos definidos no Sistema Nacional de Gravames; (iii) que, no caso dos contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas sejam evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira; (iv) cujos créditos tenham sido integralmente desembolsados e aplicados na aquisição dos veículos automotores; (v) que não contenham qualquer vedação à sua livre cessão pela BV Financeira; e (vi) que tenham os requisitos necessários para a caracterização de títulos executivos extrajudiciais.

"Contrato de Promessa de Cessão": "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios", a ser celebrado entre a BV Financeira, na qualidade de cedente e legítima proprietária e possuidora dos Direitos Creditórios, o Fundo, na qualidade de cessionário, o Custodiante e o Banco Arrecadador, na qualidade de intervenientes anuentes.

"Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas": Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e a Cedente, conforme aditado de tempos em tempos.

"COSIF": Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

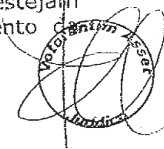
"Cotas": Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, consideradas em conjunto.

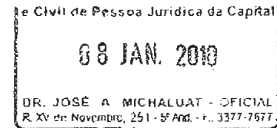
"Cotas Seniores": cotas de emissão do Fundo que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, se houver, e resgate, e apresentam preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo em relação às Cotas Subordinadas.

"Cotas Subordinadas": cotas de emissão do Fundo que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, observado o disposto nos itens 11.7 e 11.8 abaixo.

"CPE": Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

"Critérios de Elegibilidade": as características que os Direitos Creditórios deverão atender para que sejam cedidos ao Fundo, sendo aqueles que, cumulativamente, (i) tenham vencimento com data anterior ao prazo de duração do Fundo; (ii) sejam devidos por Devedores que não estejam inadimplentes com suas obrigações perante o Fundo no momento





cessão; (iii) tenham o somatório das parcelas vincendas de um ou mais Contratos de Financiamento limitado a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por Devedor (CPF ou CNPJ) no momento da cessão ao Fundo ou quando de novas cessões ao Fundo; e (iv) no momento da cessão ao Fundo, tenham grau de concentração, após a cessão a ser celebrada e considerando apenas os Direitos Creditórios Cedidos, (a) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, não superior a 10% (dez por cento); (b) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhões, não superior a 20% (vinte por cento); e (c) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de automóveis, até 100% (cem por cento).

"Custodiante": Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1111, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.868.597/0001-40, para prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo, ou qualquer outra instituição financeira que vier substituí-la.

"CVM": Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Subscrição Inicial": data da subscrição e integralização de Cotas representativas do patrimônio líquido inicial do Fundo.

"Data do Resgate Compulsório": data da liquidação ordinária do Fundo quando do término do seu prazo de duração.

"Data de Verificação": o último Dia Útil de cada mês.

"Data de Verificação da Reserva de Pagamento": tem o significado estabelecido no item 8.2 abaixo.

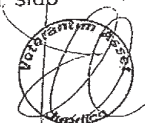
"Devedores": os devedores dos Direitos Creditórios.

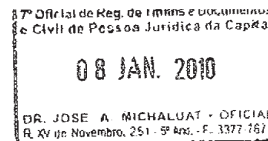
"Dia Útil": dia em que haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

"Direitos Creditórios": créditos líquidos e certos de titularidade legítima e exclusiva da BV Financeira, decorrentes de Contratos de Financiamento apresentados pela BV Financeira ao Custodiante para aquisição pelo Fundo.

"Direitos Creditórios Cedidos": os Direitos Creditórios cedidos pela BV Financeira ao Fundo por meio da celebração de Termos de Cessão.

"Disponibilidades": é o somatório, apurado pela Administradora em cada Dia Útil, dos recursos mantidos em moeda corrente nacional na Conta de Custódia decorrentes (i) do aporte de recursos em razão da integralização de Cotas pelos cotistas; (ii) do recebimento dos valores devidos a título de juros e principal dos Direitos Creditórios Cedidos; (iii) do recebimento dos valores devidos a títulos de juros (inclusive de mora), principal e multa em decorrência dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pelos respectivos Devedores; (iv) dos valores recuperados em razão da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pelos respectivos Devedores, inclusive mediante excussão das respectivas garantias (observado que tais valores previstos nesta alínea (iv) somente deverão ser contabilizados pelo Fundo na medida em que tenham sido





depositados na Conta de Custódia); (v) da Reserva de Liquidez ; e (vi) de depósitos bancários à vista e aplicações de liquidez imediata.

"Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos": os documentos que deram origem a cada Direito Creditório Cedido, quais sejam, os Contratos de Financiamento, os documentos que formalizam as respectivas garantias e todos os demais documentos relacionados com os Direitos Creditórios Cedidos.

"Estruturador": Banco Votorantim S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14, 171, Torre A 8º andar, inscrito no CNPJ sob o n.º 59.588.111/0001-03, para prestar os serviços de estruturação da distribuição pública das Cotas Seniores.

"Evento de Indenização": qualquer um dos seguintes eventos previstos no Contrato de Promessa de Cessão, os quais dão causa à rescisão da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados, com a restituição integral do Preço de Aquisição, nos termos ali previstos: (i) inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; (ii) existência de vícios ou defeitos em qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos, que seja constatada pela BV Financeira ou pela Administradora; ou (iii) reclamação de Direitos Creditórios Cedidos por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre os Direitos Creditórios Cedidos objeto da reclamação.

"Evento de Liquidação Antecipada": qualquer dos eventos descritos no item 21 abaixo, que acarretarão na liquidação antecipada automática do Fundo.

"Evento de Revisão": qualquer dos eventos descritos no item 20 abaixo.

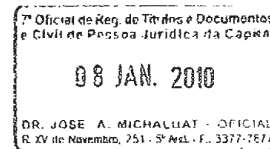
"Fenaseq": Federação Nacional das Empresas de Seguro e Capitalização.

"Fundo": BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III.

Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Financiamento" ou "ILACF": o valor apurado pela Administradora, a partir do 90º (nonagésimo) dia imediatamente após a data de início do Fundo, em cada Data de Verificação, equivalente à fração representativa do (i) somatório dos recursos pagos pelos Devedores a título de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios Cedidos e o valor do saldo devedor em aberto dos Contratos de Financiamento objeto dos procedimentos de devolução amigável de veículos automotores, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à data de Verificação do ILACF, dividido pelo (ii) valor do patrimônio líquido do Fundo, acrescido do somatório dos resgates de Cotas Seniores ocorridos, a qualquer título, no período no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à Data de Verificação do ILACF.

"Instituições Autorizadas": são as instituições financeiras, e respectivas Partes Relacionadas, (i) preferencialmente a Administradora; e (ii) instituições financeiras, não incluídas as respectivas Partes Relacionadas, exclusivamente com classificação de risco mínima "Aa2.br", ou classificação de risco equivalente atribuída por outra agência classificadora de risco.





"Instrução CVM n.º 356/01": Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

"Instrução CVM n.º 409/04": Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

"Instrução CVM n.º 476/09": Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009.

"Investidores Qualificados": tem o significado que lhe foi atribuído no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

"Oferta": a distribuição pública das Cotas Seniores ao amparo da Instrução CVM n.º 356/01 e da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, ou ainda, a critério da Administradora, a distribuição pública de Cotas Seniores com esforços restritos ao amparo da Instrução CVM n.º 476/09.

"Outros Ativos": (i) moeda corrente nacional, (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, (iii) cotas de fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa, com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, (iv) cotas de fundos que aplicam em cotas de fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa, com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, e (v) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (i), observado que especificamente para os itens (ii) e (iii) acima, o somatório dos fundos que possuam ativos com crédito privado, seja de baixo ou médio risco, não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) do total do patrimônio líquido do Fundo..

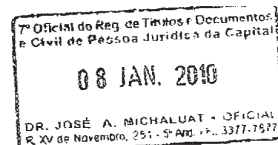
"Partes Relacionadas": em relação a uma determinada pessoa, significa (i) pessoas físicas ou jurídicas Controladoras de tal pessoa; (ii) sociedades direta ou indiretamente Controladas por tal pessoa; (iii) sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob o Controle comum de tal pessoa. Para os fins desta definição, o termo "Controle" tem o significado do Artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

"Patrimônio Líquido": tem o significado estabelecido no item 4.6.2.

"Periódico": jornal Valor Econômico, com circulação nacional.

"Potenciais Devedores": pessoas interessadas em contratar financiamentos para financiarem a compra de veículos automotores.

"Prazo de Colocação": prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data publicação do Anúncio de Início, conforme estabelecido no artigo 9º, inciso II, da Instrução CVM n.º 356/01, dentro do qual deverá ser realizada, pela Administradora, a colocação das Cotas Seniores do Fundo, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores objeto da Oferta. No caso de oferta pública com esforços restritos ao amparo da Instrução CVM n.º 476/09, o prazo de colocação será fixado pela Administradora, em conjunto com os distribuidores (se o caso) por ocasião da realização de referida oferta.



"Preço de Aquisição": é o preço pago pelo Fundo como contraprestação à cessão de Direitos Creditórios pela Cedente, conforme definido no Contrato de Promessa de Cessão.

"Prospecto": o prospecto da Oferta.

"Regulamento": este regulamento do Fundo.

"Relação Mínima": tem o significado estabelecido no item 4.6 abaixo.

"Reserva de Liquidez": reserva constituída pela Administradora a partir da Data de Subscrição Inicial, que deverá ser mantida em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), que deverá ser utilizada para pagamento de encargos do Fundo, e que corresponderá a no mínimo 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido a partir da Data de Subscrição Inicial e até o resgate total das Cotas.

"Reserva de Pagamento": reserva constituída pela Administradora para o pagamento dos valores relativos ao resgate das Cotas Seniores na Data do Resgate Compulsório, nos termos do item 8 abaixo.

"Resgate Compulsório": liquidação ordinária do Fundo quando do término do seu prazo de duração, com o consequente resgate das Cotas.

"Selic": Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

"Tabela Molicar": tabela fornecida quinzenalmente à BV Financeira pela MOLICAR - Serviços Técnicos de Seguro Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 68.153.238/0001-90, com sede na Av. Yojiro Takaoka 4.384, cj. 401, Alphaville, Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, contendo cotações de veículos de passeio e de carga, nacionais e importados.

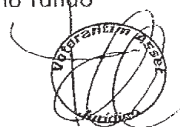
"Taxa DI": variação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

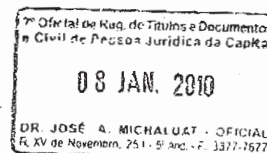
"Taxa Selic": taxa média diária da Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil.

"Termos de Cessão": termos de cessão dos Direitos Creditórios, amparados no Contrato de Promessa de Cessão, celebrados entre o Fundo e a BV Financeira, que efetivam e concretizam a cessão de cada lote de Direitos Creditórios da BV Financeira para o Fundo.

2. OBJETO, CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

- 2.1. O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios decorrentes de operações de financiamento para aquisição de veículos automotores, de acordo com a política de investimentos descrita no item 10 abaixo.
- 2.2. Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, o Fundo é classificado como fundo de investimento de longo prazo.





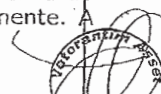
- 2.3. O Fundo tem prazo de duração de 30 (trinta) meses a contar da Data de Subscrição Inicial.
- 2.4. O exercício social do Fundo terá início em 01 de outubro e término em 30 de setembro de cada ano.
- 2.5. Somente poderão subscrever Cotas do Fundo os Investidores Qualificados e/ou investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como Investidores Qualificados, e/ou (iii) os investidores que possuírem autorização legal ou normativa para investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios. As aplicações terão valor mínimo de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Caso a legislação aplicável venha a alterar esses requisitos, o Regulamento do Fundo poderá ser aditado pela Administradora para refletir tais alterações.

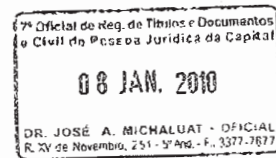
3. FATORES DE RISCO

- 3.1. O Fundo realiza aplicações que colocam em risco o seu patrimônio, podendo ocorrer perda de capital investido em decorrência do risco intrínseco aos ativos que compõem a carteira do Fundo.
- 3.2. Antes de tomar a decisão de investimento no Fundo, o investidor deve considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Regulamento e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos abaixo.

3.2.1. Riscos Relacionados aos Ativos da Carteira do Fundo:

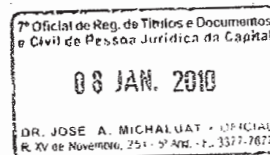
- (i) Risco de Crédito dos Ativos do Fundo: caso os Devedores e/ou os devedores dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo não efetuem os pagamentos devidos nas datas previstas e caso não haja mecanismos de proteção suficientes para cobrir essa inadimplência, poderá haver, conforme o caso, a redução de ganhos do Fundo ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não poderão ser responsabilizados pelo risco de crédito dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos ou dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo, ou em eventual execução de Devedor inadimplente, no qual o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida, o Patrimônio Líquido pode ser afetado negativamente.
- (ii) Risco de Mercado: os ativos financeiros do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. Dessa forma, podem ocorrer oscilações nos preços dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo, podendo acarretar em uma depreciação do valor das Cotas. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo, o Patrimônio Líquido poderá ser afetado negativamente.





queda do valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos e/ou indeterminados. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação ou perda do valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo devido às oscilações de mercado.

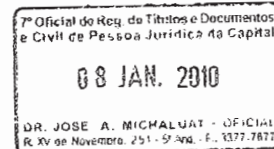
- (iii) Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos: caso ocorram, no Brasil ou no exterior, fatos extraordinários ou situações de mercado especiais ou eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem e/ou influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro e/ou internacionais, resultando no aumento nas taxas de juros, na desvalorização do real ou no aumento da inflação ou em mudanças legislativas, tais eventos poderão resultar em oscilações inesperadas no valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo e/ou perda de rendimento das Cotas, bem como na capacidade da BV Financeira originar novos financiamentos.
- (iv) Risco de Descasamento de Taxas: o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, bem como em modalidades financeiras de renda fixa. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado nos termos do item 11.1 abaixo, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios Cedidos e de Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores. Além disso, os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo mediante deságio calculado a taxas prefixadas e a distribuição dos rendimentos para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI, conforme previsto no item 11.1 abaixo. Eventuais operações com derivativos realizadas pelo Fundo para proteção das posições mantidas à vista poderão ser insuficientes. Caso a Taxa DI eleve-se substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida das Cotas Seniores.
- (v) Risco de Liquidez: caso ocorra a redução ou inexistência de demanda pelos Direitos Creditórios ou Outros Ativos e títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, devido a condições específicas atribuídas a cada um desses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados, o Fundo poderá não estar apto a efetuar, dentro do prazo estabelecido neste Regulamento e na regulamentação em vigor, pagamentos relativos ao Resgate Compulsório das Cotas. Este cenário pode se dar em função da falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados ou de outras condições atípicas de mercado.
- (vi) Risco de Derivativos: a eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos



pelos cotistas do Fundo em razão da utilização de instrumentos derivativos.

3.2.2. Riscos Relacionados Preponderantemente ao Fundo:

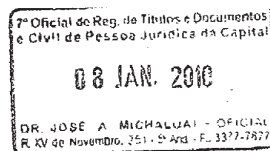
- (i) Fundo Fechado: o Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de um Evento de Liquidação Antecipada, não havendo por parte da Administradora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário.
- (ii) Risco de Ausência de Notificação dos Devedores: caso os Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos não sejam notificados acerca da cessão realizada ao Fundo, existe a possibilidade dos Devedores efetuarem pagamentos diretamente à BV Financeira, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.
- (iii) Risco de Ausência de Coobrigação da BV Financeira: a BV Financeira é responsável pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos. Entretanto, a BV Financeira não é responsável ou coobrigada pela solvência dos respectivos Devedores, cabendo exclusivamente ao Fundo o risco de inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos.
- (iv) Risco de Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos: os custos incorridos com os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos são de inteira e exclusiva responsabilidade da BV Financeira. Caso a BV Financeira não disponha de recursos suficientes ou deixe de arcar com os recursos necessários para tanto, a Administradora, o Custodiante e o Banco Arrecadador não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pelos custos com a adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, ainda, diretamente pelos cotistas.
- (v) Risco de Questionamento do Lastro dos Direitos Creditórios Cedidos: no caso dos Contratos de Financiamento que sejam contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas, devidamente efetivadas mediante desembolso pela BV Financeira, são evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira e vinculadas a tais contratos. O lastro dos Direitos Creditórios Cedidos representados por notas promissórias vinculadas a Contratos de Financiamento poderá ser objeto de questionamento por parte dos respectivos Devedores, uma vez que (i) a vinculação



pelos cotistas do Fundo em razão da utilização de instrumentos derivativos.

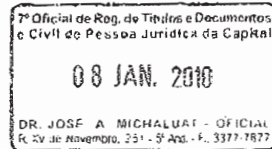
3.2.2. Riscos Relacionados Preponderantemente ao Fundo:

- (i) Fundo Fechado: o Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de um Evento de Liquidação Antecipada, não havendo por parte da Administradora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário.
- (ii) Risco de Ausência de Notificação dos Devedores: caso os Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos não sejam notificados acerca da cessão realizada ao Fundo, existe a possibilidade dos Devedores efetuarem pagamentos diretamente à BV Financeira, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.
- (iii) Risco de Ausência de Coobrigação da BV Financeira: a BV Financeira é responsável pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos. Entretanto, a BV Financeira não é responsável ou coobrigada pela solvência dos respectivos Devedores, cabendo exclusivamente ao Fundo o risco de inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos.
- (iv) Risco de Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos: os custos incorridos com os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos são de inteira e exclusiva responsabilidade da BV Financeira. Caso a BV Financeira não disponha de recursos suficientes ou deixe de arcar com os recursos necessários para tanto, a Administradora, o Custodiante e o Banco Arrecadador não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pelos custos com a adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, ainda, diretamente pelos cotistas.
- (v) Risco de Questionamento do Lastro dos Direitos Creditórios Cedidos: no caso dos Contratos de Financiamento que sejam contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas, devidamente efetivadas mediante desembolso pela BV Financeira, são evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira e vinculadas a tais contratos. O lastro dos Direitos Creditórios Cedidos representados por notas promissórias vinculadas a Contratos de Financiamento poderá ser objeto de questionamento por parte dos respectivos Devedores, uma vez que (i) a vinculação

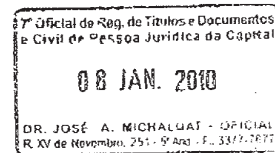


da nota promissória ao contrato de abertura de crédito poderá afastar sua natureza de título executivo extrajudicial nos casos em que o Devedor apresentar, em oposição à nota promissória, exceções relativas ao contrato de abertura de crédito; e (ii) a nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito poderá ter sua natureza cambial desnaturada se houver questionamento sobre a liquidez do contrato a que está vinculada.

- (vi) Risco de Insuficiência de Recursos para Pagamento do Resgate das Cotas: a liquidação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo é a principal fonte de recursos do Fundo para efetuar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra a BV Financeira ou contra quaisquer Partes Relacionadas quanto aos Direitos Creditórios, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores.
- (vii) Risco de Não Indenização pela BV Financeira: caso a BV Financeira não cumpra com sua obrigação de indenizar o Fundo na ocorrência de um Evento de Indenização, o Fundo terá em sua carteira Direitos Creditórios Cedidos que não atendem à sua política de investimento. Direitos Creditórios que não atendem à política de investimento também trazem para o Fundo riscos adicionais àqueles originalmente antecipados, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo.
- (viii) Risco de Ausência de Registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios: Apenas o Contrato de Promessa de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo e da Cedente. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão, em especial em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da BV Financeira.
- (ix) Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações da Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:



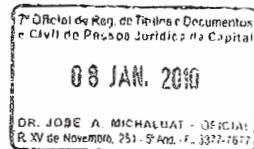
- (a) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
 - (b) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e
 - (c) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou processos similares contra a Cedente.
- (x) Risco Operacional: caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou nos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo ao financiamento para aquisição dos veículos em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Custodiante, e posteriormente ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do Banco Arrecadador ou problemas internos das instituições financeiras.
- (xi) Risco de Liquidação Antecipada do Fundo: caso ocorra um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, as Cotas deverão ser resgatadas, podendo ocasionar perdas para os titulares das Cotas, que poderão não receber a rentabilidade esperada ou, ainda que consigam recuperar o capital investido nas Cotas, que poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos investidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou pela Administradora qualquer multa ou compensação em decorrência desse fato.
- (xii) Risco de Ausência de Garantia das Aplicações em Cotas. A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos cotistas no Fundo. As aplicações nas Cotas não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC para redução ou eliminação de tais riscos.
- (xiii) Risco de Falta da Transferência da Garantia: os Direitos Creditórios Cedidos são oriundos de Contratos de Financiamento garantidos por alienação fiduciária de veículos. A propriedade fiduciária dos veículos



dados em garantia, porém, permanece com a BV Financeira, sendo que a efetiva transferência ao Fundo somente ocorrerá caso a Administradora assim entenda necessário. Caso seja necessária a execução dos Devedores, é possível que a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o nome do Fundo demore mais do que o esperado, o que pode dificultar, inviabilizar ou mesmo impedir a execução da garantia. Se isso ocorrer, o patrimônio do Fundo será reduzido, afetando negativamente o rendimento das Cotas.

- (xiv) Risco Relativo ao Resgate das Cotas Seniores em Direitos Creditórios Cedidos: na hipótese da assembleia geral de cotistas do Fundo deliberar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios Cedidos, conforme autorizado pelo artigo 15 da Instrução CVM n.º 356/01, os titulares das Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios Cedidos recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.
- (xv) Risco Relativo à BV Financeira como Fiel Depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos: a BV Financeira será responsável, na qualidade de fiel depositária, pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos. Os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos podem conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos ou podem, ainda, ser perdidos ou destruídos, podendo acarretar prejuízos para o Fundo em caso de inadimplemento ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios Cedidos. A guarda dos referidos documentos pela BV Financeira pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e/ou formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como de exercer seus direitos, na qualidade de titular de tais Direitos Creditórios Cedidos.
- (xvi) Risco de Insuficiência da Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos: o Custodiante realizará verificação periódica dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo (i) está sujeita à inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; e/ou (ii) poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.
- (xvii) Inexistência de Rendimento Predeterminado: o valor das Cotas Seniores será atualizado diariamente, de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores

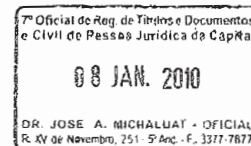




quando do Resgate Compulsório de suas respectivas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante ou da BV Financeira em assegurar tal remuneração aos referidos cotistas.

- (xviii) Insuficiência da Reserva de Pagamento e/ou de Liquidez. O Fundo poderá não ter recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento e/ou de Liquidez, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça e/ou iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Pagamento e/ou de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento e/ou Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas. A não constituição ou o não atendimento da Reserva de Pagamento e/ou de Liquidez, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, é considerada um Evento de Revisão nos termos do item 20 abaixo.
- (xix) Liquidez reduzida das Cotas: as Cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento, os cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas no mercado secundário.
- (xx) Risco Relativo à Aplicação Conjunta em Cotas do Fundo. Nos termos do item 4.3, é admitido o investimento conjunto em Cotas feito solidariamente por 2 (duas) ou mais pessoas, sendo que, para todos os efeitos, perante a Administradora, cada co-investidor é considerado único proprietário das Cotas objeto da propriedade conjunta, ficando a Administradora exonerada de qualquer pagamento feito a um, isoladamente, ou a ambos em conjunto. Em caso de conflito entre 2 (dois) ou mais co-proprietários de Cotas, ou, ainda, em caso de indisponibilidade de bens de algum dos co-proprietários de Cotas, os pagamentos efetuados pela Administradora a qualquer dos co-proprietários, isoladamente, poderão ser alvo de questionamentos.
- (xxi) Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios. A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes inadimplentes. Todavia, a BV Financeira prestará ao Fundo serviços de cobrança judicial e/ou extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios, e a BV Financeira dispõe de poderes para cobrar os clientes inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a BV Financeira consiga receber dos clientes devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus cotistas.



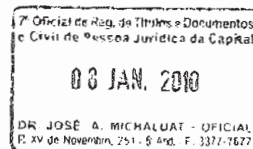


- (xxii) Necessidade de Aporte de Recursos Adicionais: os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos cotistas em assembléia geral. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

3.2.3. Riscos Relacionados Preponderantemente à BV Financeira:

- (i) Efeitos da Política Econômica do Governo Federal: ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifa, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da BV Financeira, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.
- (ii) Risco de Descontinuidade: caso o Fundo não encontre novos Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade pela BV Financeira (em função de alterações no contexto econômico que influenciem a geração de recebíveis); e (b) pelo descumprimento, pela BV Financeira, de sua obrigação de ceder Direitos Creditórios para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Cotas em função da impossibilidade de aquisição de ativos com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos Creditórios.
- (iii) Risco de Conflito de Interesses: a Administradora e a BV Financeira estão sob o controle comum do Estruturador. Assim, o Estruturador, incluindo o grupo de controle da Administradora e da BV Financeira, encontra-se em posição de eleger a maioria dos administradores da Administradora e da BV Financeira e de determinar a realização da maioria dos atos que requerem a aprovação dos acionistas. Os interesses do Estruturador, na qualidade de controlador da Administradora e da BV Financeira, podem conflitar com os interesses dos cotistas, inclusive em relação a operações que resultem na alteração de controle.
- (iv) Risco Relativo às Informações Financeiras da BV Financeira Constantes do Prospecto: a BV Financeira, por não ser companhia





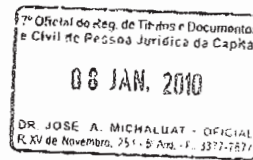
aberta registrada perante a CVM, não divulga informações financeiras trimestrais. Dessa forma, as informações financeiras da BV Financeira constantes do Prospecto são relativas a 31 de março de 2009 e, portanto, podem não refletir a realidade no momento em que o Prospecto for distribuído aos investidores.

- (v) Alterações na Política de Concessão de Crédito. A política de concessão de crédito da Cedente é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito da Cedente. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito da Cedente não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos cotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis da Cedente. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito da Cedente poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus cotistas.

4. COTAS DO FUNDO

- 4.1. As Cotas são nominativas escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, sendo permitidas Cotas fracionárias.
- 4.2. A qualidade de condômino caracteriza-se pelo registro das Cotas na conta de depósito aberta em nome do condômino nos livros da Administradora.
- 4.3. É admitido o investimento conjunto feito solidariamente por 2 (duas) ou mais pessoas, sendo que, para todos os efeitos, perante a Administradora, cada co-investidor é considerado único proprietário das Cotas objeto da propriedade conjunta, ficando a Administradora exonerada de qualquer pagamento feito a um, isoladamente, ou a ambos em conjunto. Cada co-investidor, isoladamente, e sem a anuência do outro, pode investir, receber amortizações, dar recibos e praticar, enfim, todo e qualquer ato inerente à propriedade das Cotas.
- 4.4. As Cotas não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto neste Regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas.
- 4.5. As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio. As cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.
- 4.5.1. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, se houver, e resgate, e apresentam preferência na distribuição dos resultados da carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas. O critério para distribuição dos resultados para as Cotas Seniores está previsto no item 11.1 abaixo.
- 4.5.2. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos



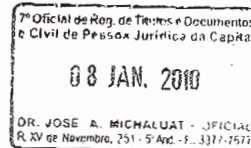


rendimentos da carteira do Fundo, observado o disposto nos itens 11.7 e 11.8 abaixo.

- 4.6. Na Data de Subscrição Inicial e durante todo o prazo de vigência do Fundo, as Cotas Seniores não poderão ultrapassar 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido. Conseqüentemente, as Cotas Subordinadas, durante toda a vigência do Fundo, deverão representar no mínimo 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido ("Relação Mínima"). As Cotas Subordinadas deverão, nos termos do disposto no item 5.1 abaixo, ser subscritas pela Cedente sempre que as Cotas Subordinadas representem menos que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido. A Relação Mínima deve ser apurada e disponibilizada aos condôminos diariamente na sede da Administradora.
- 4.6.1. A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 5 (cinco) Dias Úteis será caracterizada, para os fins deste Regulamento, como um Evento de Revisão.
- 4.6.2. O patrimônio líquido do Fundo corresponde à soma algébrica do caixa disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.
- 4.6.3. Na apuração do valor da carteira serão observadas as normas e procedimentos constantes no COSIF, exceto se a CVM expedir normas contábeis específicas para este fim, hipótese em que estas deverão ser observadas.

5. EMIÇÃO DE COTAS

- 5.1. Serão emitidas inicialmente pelo Fundo até 500.000 (quinhentas mil) Cotas Seniores, de uma única série, com valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). As Cotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Cotas Subordinadas, com valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista neste Regulamento, à Relação Mínima. Na hipótese de, durante o período de distribuição, não serem subscritas e integralizadas Cotas Subordinadas em montante que permita a subscrição e distribuição do montante de Cotas Seniores estabelecido neste item, o saldo de Cotas Seniores excedente ao número de Cotas Seniores passíveis de subscrição e distribuição será cancelado pela Administradora independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.
- 5.2. Não serão realizadas novas emissões de Cotas Seniores além da referida no item 5.1 acima, exceto se houver decisão nesse sentido dos cotistas reunidos em assembleia geral, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 5.3. Na emissão de novas Cotas, deve-se utilizar o valor da Cota em vigor, conforme itens 11.6 a 11.8 abaixo no Dia Útil em que ocorreu a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.



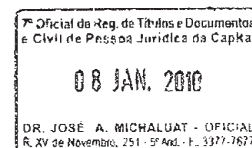
6. DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS

- 6.1. A colocação das Cotas Seniores objeto da Oferta, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores, representativas de seu Patrimônio Líquido inicial, deverá ser feita pela Administradora no Prazo de Colocação, sendo que a integralização obedecerá ao disposto neste Regulamento e no boletim de subscrição. No caso de oferta pública com esforços restritos ao amparo da Instrução CVM n.º 476/09, o prazo de colocação será fixado pela Administradora, em conjunto com os distribuidores (se o caso) por ocasião da realização de referida oferta.
- 6.2. As Cotas Subordinadas serão colocadas de forma privada pela Administradora junto à Cedente, que subscreverá a totalidade das Cotas Subordinadas, nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas.
- 6.3. No momento da subscrição das Cotas do Fundo, caberá à Administradora assegurar a condição de Investidor Qualificado e/ou a respectiva permissão para investimento contida em legislação aplicável e/ou no regulamento do subscritor das Cotas.
- 6.4. No ato de subscrição de Cotas Seniores, o subscritor assinará o boletim de subscrição, comprometendo-se a integralizar as Cotas subscritas conforme ali estabelecido, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento e assinará o termo de adesão ao Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, correio eletrônico. Caberá a cada Cotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.
- 6.5. Caso a totalidade de Cotas do Fundo não seja colocada até o dia útil imediatamente anterior ao encerramento do Prazo de Colocação, conforme especificado no Anúncio de Início, o eventual saldo não colocado deverá ser cancelado pela Administradora, conforme previsto no artigo 9º, II da Instrução CVM n.º 356/01, respeitada, em qualquer caso, a Relação Mínima.
- 6.6. Será admitida a aquisição, por um mesmo investidor, de todas as Cotas Seniores emitidas, não havendo, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.
- 6.7. As Cotas Seniores serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do SF - Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

7. APLICAÇÃO EM COTAS DO FUNDO

- 7.1. A aplicação nas Cotas obedece às seguintes regras:

- 7.1.1. A aplicação mínima nas Cotas é aquela determinada pela CVM de acordo com a regulamentação em vigor, atualmente em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); caso a regulamentação em vigor seja alterada, o valor para aplicação mínima no Fundo será



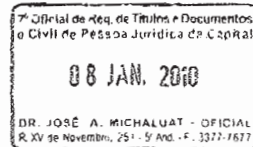
automaticamente diminuído ou aumentado para refletir a regulamentação em vigor.

- 7.1.2. A aplicação nas Cotas poderá ser efetuada em cheque, débito em conta corrente ou em conta investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, à escolha da Administradora, correndo os custos correspondentes às tarifas de serviço bancário por conta do subscritor.
- 7.1.3. Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a aplicação seja efetuada, além dos meios definidos no item 7.1 acima, em Direitos Creditórios, de acordo com o Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas.
- 7.1.4. As aplicações são consideradas efetivadas somente após a devida disponibilidade dos recursos na conta corrente do Fundo, observado que, para que valor de emissão da Cota para aplicação seja o valor de abertura da Cota no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo condômino à Administradora (D+0), tais recursos deverão ser disponibilizados até as 15 horas do referido dia.
- 7.1.5. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

8. RESERVA DE PAGAMENTO

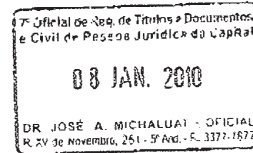
- 8.1. A Administradora deverá constituir Reserva de Pagamento para o pagamento do Resgate Compulsório das Cotas Seniores. Para tanto, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e manter os ativos do Fundo (exceção feita aos Direitos Creditórios) em Disponibilidades de modo que:
 - I. até o 150º (centésimo quinquagésimo) dia corrido anterior à Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data de pagamento, deverá ser correspondente a 20% (vinte por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório;
 - II. até o 120º (centésimo vigésimo) dia corrido anterior à Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data de amortização, deverá ser correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório;





- III. até o 90º (nonagésimo) dia corrido anterior à Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data, deverá ser correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório;
- IV. até o 60º (sexagésimo) dia corrido anterior à Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data, deverá ser correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório ; e
- V. até o 30º (trigésimo) dia corrido anterior a cada Data do Resgate Compulsório de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data, deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos ao Resgate Compulsório.
- 8.2. Cada uma das datas limite previstas nos incisos I, II, III, IV e V acima deve ser considerada, para os fins deste Regulamento, um "Data de Verificação da Reserva de Pagamento". Uma vez devidamente constituída a Reserva de Pagamento em cada uma das Datas de Verificação da Reserva de Pagamento, a Administradora poderá adquirir, em nome do Fundo, novos Direitos Creditórios.
- 8.3. Na constituição da Reserva de Pagamento, a Administradora deverá privilegiar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo do Resgate Compulsório das Cotas Seniores, sempre observada a política de investimento do Fundo.
- 8.4. Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste Regulamento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento. Tal procedimento somente será suspenso quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor estimado do Resgate Compulsório de Cotas Seniores.

Os procedimentos descritos neste item 8 não constituem promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, se houver, ou do Resgate Compulsório, estabelecendo meramente uma previsão de pagamento e procedimento de constituição de reserva para tanto.

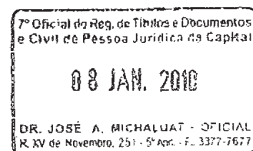


9. RESGATE COMPULSÓRIO DAS COTAS DO FUNDO

- 9.1. As cotas do Fundo não serão amortizadas ao longo do prazo de duração do Fundo, sendo resgatadas, em uma única parcela, na Data do Resgate Compulsório. Na Data do Resgate Compulsório, os valores mantidos na Conta de Custódia, após o pagamento de todos os encargos do Fundo remanescentes, nos termos do item 15.1 abaixo, serão destinados ao pagamento do resgate das Cotas, observada a ordem de preferência prevista no item 9.2 abaixo.
- 9.2. O resgate das Cotas será realizado mediante a observância do seguinte procedimento:
- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate em moeda corrente nacional, sendo que, no caso de insuficiência de recursos do Fundo em moeda corrente, serão entregues Direitos Creditórios em dação em pagamento aos titulares de Cotas Seniores, conforme faculta o artigo 15, §1º da Instrução CVM n.º 356/01;
 - (ii) assegurada a prioridade de pagamento de resgate em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios às Cotas Seniores nos termos do item (i) acima, as Cotas Subordinadas serão resgatadas em moeda corrente nacional e/ou por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente do Fundo.

10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

- 10.1. O Fundo tem como meta, mas não garante atingir, a obtenção de rentabilidade correspondente a 109,5% (cento e nove e meio por cento) da Taxa DI (*benchmark*) para as Cotas Seniores, e aplica parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios, que atendam cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, controlados pelo Custodiante.
- 10.2. Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo por meio do Contrato de Promessa de Cessão e dos Termos de Cessão, dos quais constarão, dentre outros:
- (i) taxa de desconto sobre o valor de face dos Direitos Creditórios, negociada entre o Fundo e a BV Financeira por ocasião da cessão de cada lote, que deverá ser negociada entre as partes, observadas as disposições deste Regulamento e as condições de mercado à época, resultando sempre em um valor de aquisição inferior ao valor de face dos Direitos Creditórios. Para cada lote de Direitos Creditórios, a Administradora deverá considerar a rentabilidade alvo das Cotas Seniores com base na curva futura de juros, bem como as despesas do Fundo, incluindo o nível de provisão para perdas e acrescida do excesso de *spread* mínimo anual para o cálculo da taxa de desconto;
 - (ii) inexistência de direito de regresso contra a BV Financeira e inexistência de coobrigação da BV Financeira ou de qualquer outra pessoa no pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, não respondendo a BV Financeira ou qualquer de suas controladas

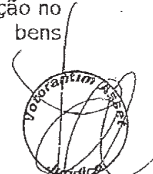


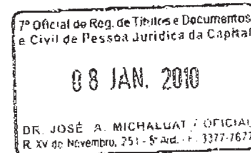
controladoras ou sócias, diretas ou indiretas, qualquer de suas coligadas ou qualquer outra sociedade sob controle comum, pela solvência dos Devedores, sendo apenas responsável pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos;

- (iii) a obrigação da BV Financeira de, ocorrendo qualquer Evento de Indenização, indenizar o Fundo por meio de resilição da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados pelo Evento de Indenização, com a restituição integral do preço pago pelo Fundo à BV Financeira pela aquisição dos Direitos Creditórios afetados pelo Evento de Indenização; e
- (iv) obrigação da BV Financeira de, na hipótese de solicitação de liquidação antecipada de um Direito Creditório Cedido por parte de seu respectivo Devedor, disponibilizar meios para receber o referido pagamento por parte do respectivo Devedor, e informar ao Custodiante e ao Banco Arrecadador o montante a ser transferido ao Fundo em virtude do pagamento antecipado, após a negociação dos valores para pagamento entre a BV Financeira e o respectivo Devedor.

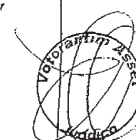
10.3. Para os fins do artigo 24, inciso X, da Instrução CVM n.º 356/01, são descritas abaixo características inerentes aos Direitos Creditórios:

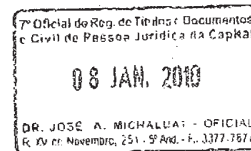
- (i) os Direitos Creditórios são originados dos financiamentos para aquisição de veículos automotores (automóveis leves, pesados, motos e vans), concedidos pela BV Financeira por meio das suas filiais ou por meio de seus correspondentes, contratados nos termos da Resolução n.º 3.110, de 31 de julho de 2003, conforme alterada, do Conselho Monetário Nacional, que têm pontos de venda e de atendimento em todo o País;
- (ii) os Direitos Creditórios são formalizados por meio dos Contratos de Financiamento, acompanhados, se assim prever o respectivo Contrato de Financiamento, de notas promissórias representativas da dívida e de instrumentos constitutivos de garantia;
- (iii) as filiais e os pontos de venda e atendimento recebem fichas cadastrais padronizadas, contendo campos, a serem preenchidos, com informações básicas relativas aos Potenciais Devedores. Tais fichas cadastrais são preenchidas pelos Potenciais Devedores e enviadas, via fax ou eletronicamente, através das filiais ou dos pontos de venda, para uma das centrais de crédito da BV Financeira;
- (iv) as centrais de crédito são responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos Potenciais Devedores, que são liberados mediante a formalização dos Contratos de Financiamento. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que compõem a política de concessão de crédito:
 - (a) perfil cadastral: análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição no CPF ou CNPJ), profissão, rendimentos, residência, bens próprios etc.;





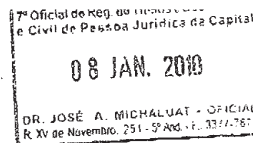
- (b) dados cadastrais (*credit scoring*): pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contém informações sobre pessoas inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos Potenciais Devedores; e
 - (c) referências bancárias, pessoais e comerciais: pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas aos Potenciais Devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios Potenciais Devedores;
- (v) a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos será feita, pelo Banco Arrecadador e/ou por outras instituições financeiras contratadas como agentes arrecadadores pelo Custodiante, com a intervenção da Administradora, arcando a BV Financeira com os respectivos custos, devendo os valores recebidos referentes aos Direitos Creditórios Cedidos ser transferidos pelo Banco Arrecadador e/ou por tais instituições financeiras contratadas, ou pelo Custodiante, conforme a hipótese prevista na alínea (b) e (c) abaixo, e depositados na Conta de Custódia:
- (a) na mesma data da compensação, para os Direitos Creditórios Cedidos cuja forma de pagamento seja por meio de carnê; ou
 - (b) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do primeiro depósito, para os Direitos Creditórios cuja forma de pagamento seja por meio de cheque; ou
 - (c) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do seu recebimento pela BV Financeira, para os Direitos Creditórios Cedidos cuja forma de pagamento seja diferente da prevista no item (a) acima ou no item (b) acima, ou seja decorrente de cobrança de crédito inadimplido;
- (vi) a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos será feita, às expensas exclusivas da Cedente, pelo Agente de Cobrança e/ou por prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou judicial contratados pelo Custodiante, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob os Contratos de Financiamento, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, de acordo com as seguintes fases:
- (a) fase preventiva, por meio de envio de carta de cobrança ao Devedor, bem como contato telefônico com o Devedor relativo ao Direito Creditório Cedido inadimplido para (1) identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; e/ou (2) negociar com o Devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nessa fase, o Devedor é comunicado que o não pagamento acarretará a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito;





- (b) fase pré-judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança via protesto em cartório, seguido de cobrança, por carta, visando receber o pagamento e/ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório Cedido inadimplido. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão e/ou protesto e execução dos Documentos Representativos do Crédito Cedido;
 - (c) fase judicial, que compreende (1) controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório inadimplido; e (2) gerenciamento da guarda e da venda do veículo automotor dado em garantia, nos termos do respectivo Contrato de Financiamento; e
 - (d) fase de negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.
- (vii) o recebimento, pelo Banco Arrecadador ou pelo Agente de Cobrança, de qualquer valor relativo a qualquer Direito Creditório Cedido nos termos dos incisos (v) e (vi) acima, será considerado recebido pelo Banco Arrecadador ou pelo Agente de Cobrança, na qualidade de depositários, para benefício do Fundo, para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo em 1 (um) Dia Útil, ressalvados os prazos estabelecidos no item (v) acima, sem qualquer direito a remuneração, retenção ou compensação a qualquer título, aplicando-se o disposto nos artigos 627 e seguintes do Código Civil;
- (viii) conforme declaração da BV Financeira no Contrato de Promessa de Cessão, no momento da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo:
- (a) a cessão de Direitos Creditórios que venha a ser realizada ao Fundo compreenderá Direitos Creditórios que, cumulativamente, (i) sejam originados dos, e lastreados nos, Contratos de Financiamento (a) referentes a Devedores que não possuam, na data da cessão dos Direitos Creditórios, registros na Serasa, relativos a títulos protestados, em valor agregado igual ou superior a R\$500,00 (quinhentos reais), que não possuam apontamentos de pedido de falência, requerimentos de recuperação judicial ou extrajudicial ou insolvência, e que não estejam em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; e (b) que tenham, no mínimo, 1 (uma) parcela já paga no momento da cessão ao Fundo; (ii) sejam de titularidade da BV Financeira; (iii) estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais; e, (iv) que possam ser livremente cedidos ao Fundo nos termos dos respectivos Contratos de Financiamento e do Contrato de Promessa de Cessão;
 - (b) a relação entre (1) o saldo atualizado de cada Contrato de Financiamento e (2) o valor de avaliação do veículo alienado fiduciariamente no âmbito de cada Contrato

Valor
Cobrança
Serasa



Financiamento, medido por meio da Tabela Molicar, será sempre inferior a 80% (oitenta por cento);

- (c) cada Contrato de Financiamento somente será cedido ao Fundo integralmente; dessa forma, a BV Financeira fará a cessão de todos os Direitos Creditórios decorrentes de cada Contrato de Financiamento, exceto pelas parcelas já pagas pelos respectivos Devedores, não sendo admitida a cessão parcial de Direitos Creditórios;
- (d) a BV Financeira notificará à Administradora, em até (10) dias contados do evento, a rescisão do convênio celebrado entre a Fenaseg e o Departamento Nacional de Trânsito em 17 de dezembro de 1998, ao qual aderiu em 7 de maio de 1999; ou interrupção do cumprimento, pela Fenaseg, de suas atribuições ali estabelecidas; e
- (e) os Contratos de Financiamento cujos Direitos Creditórios tiverem sido cedidos ao Fundo não poderão ser alterados, aditados ou de qualquer forma modificados.

10.4. O Fundo deverá sempre manter a Reserva de Liquidez, que, conforme definido, é reserva constituída pela Administradora a partir da Data de Subscrição Inicial, que deverá ser mantida em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), e que corresponderá a no mínimo 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido até o resgate total das Cotas.

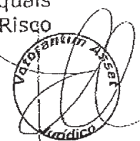
10.4.1. A Reserva de Liquidez somente poderá ser utilizada para o pagamento dos encargos do Fundo previstos no item 15.1 abaixo, sendo certo que, após tais pagamentos, a Reserva de Liquidez deverá ser prontamente restabelecida, observando-se a ordem de alocação de recursos prevista no item 15.4 abaixo.

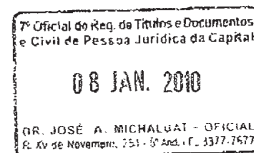
10.5. Observada a manutenção da Reserva de Liquidez, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias contados da data de início de suas atividades, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e no máximo 99,75% (noventa e nove vírgula setenta e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido investido nos Direitos Creditórios ("Alocação Mínima").

10.5.1. Observado o disposto no item (viii) da Cláusula 10.3 acima, o Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em Outros Ativos.

10.5.2. É facultado ao Fundo, ainda, a realização de:

- (i) operações compromissadas tendo como contraparte Instituições Autorizadas e como lastro títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; e
- (ii) operações em mercados de derivativos, tendo como contraparte exclusivamente Instituições Autorizadas, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, as quais deverão ser informadas às Agência(s) Classificador(a)s de Risco





juntamente com as informações mensais descritas no item 13.3 (xx) abaixo.

10.5.3. Para efeito do disposto no inciso (ii) do item 10.5.2 acima:

- (i) as operações podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil; e
- (ii) devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

10.6. É vedado ao Fundo:

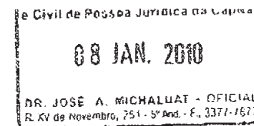
- (i) adquirir ativos ou aplicar recursos em modalidade de investimento de renda variável;
- (ii) adquirir cotas de Fundos de Desenvolvimento Social - FDS; e
- (iii) realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

10.7. Os Direitos Creditórios Cedidos e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

10.8. Observado o disposto no item 10.4 acima, na composição da carteira do Fundo:

- (i) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física pode representar a totalidade do Patrimônio Líquido;
- (ii) os Direitos Creditórios Cedidos podem representar até 99,75% (noventa e nove vírgula setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido; e
- (iii) observada a manutenção da Reserva de pagamento e da Reserva de Liquidez, o Fundo pode, na composição de sua carteira, ter a totalidade de seu Patrimônio Líquido aplicado em direitos creditórios da BV Financeira e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente





controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

10.9. É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com os Direitos Creditórios Cedidos em carteira:

- (i) alienar tais Direitos Creditórios Cedidos para qualquer terceiro, pelo preço e nos termos e condições que a Administradora julgar conveniente; ou
- (ii) manter os Direitos Creditórios Cedidos em carteira à fim de receber os valores pagos diretamente pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos.

10.10. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

11. VALORIZAÇÃO DAS COTAS

As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição de rendimentos (incorporando ao principal investido por cada cotista a rentabilidade diária) ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo

11.1. Remuneração das Cotas Seniores: será incorporado, diariamente, ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente à aplicação do Fator Multiplicador Sênior sobre a Taxa DI. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$ReSn = (VCSn \times \text{FatorDI})$; onde:

$ReSn$ = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior diariamente, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

$VCSn$ = valor de cada Cota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

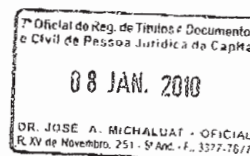
FatorDI = Taxa DI com uso do Fator Multiplicador Sênior, da data do cálculo, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$\text{FatorDI} = (TDI \times FMSn)$; onde:

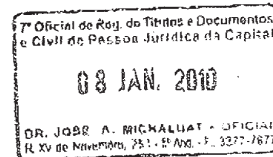
TDI = Taxa DI, conforme definida neste Regulamento; e

$FMSn$ = Fator Multiplicador Sênior, sendo equivalente a 109,5% (cento e nove e meio por cento).

11.2. Remuneração das Cotas Subordinadas. Após a distribuição dos rendimentos acima descritos para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.



- 11.3. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.
- 11.4. Se na data de distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI.
- 11.5. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 30 (trinta) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Administradora, mediante aviso aos condôminos, substituirá a Taxa DI pela Taxa Selic. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa Selic, a Administradora deverá convocar assembleia geral de condôminos para definir o parâmetro a ser aplicado como *benchmark*. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas neste Regulamento, se o Patrimônio Líquido assim permitir, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.
- 11.6. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:
- (i) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pela quantidade de Cotas Seniores ; ou
 - (ii) o valor apurado conforme a fórmula a que se refere o item 11.1 acima.
- 11.7. Caso o Patrimônio Líquido, (i) após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, considerando o cálculo conforme o item 11.1 acima, resulte em um valor inferior ao somatório do principal investido pelos cotistas titulares das Cotas Subordinadas, o valor unitário das Cotas Subordinadas será o menor valor entre:
- (i) a divisão do somatório do principal investido pelo cotista das Cotas Subordinadas pela quantidade total de Cotas Subordinadas; ou
 - (ii) a divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pela quantidade total de Cotas Subordinadas.
- 11.8. Caso o Patrimônio Líquido, (i) após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, considerando o cálculo conforme o item 11.1 acima, resulte em um valor superior ao somatório do principal investido pelo cotista das Cotas Subordinadas, o valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, considerando o cálculo conforme o item 11.1 acima, pela quantidade total de Cotas Subordinadas.
- 11.9. Todo Dia Útil, após a incorporação dos rendimentos a que se referem o item 11.1 acima, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.



11.10.O disposto no item 11.1.1 acima estabelece meramente um limite de incorporação ao valor das Cotas Seniores dos rendimentos da carteira do Fundo, não constituindo compromisso ou promessa de rendimentos, de modo que os condôrninos somente receberão rendimentos se os rendimentos da carteira do Fundo assim permitirem.

11.11.O inadimplemento de qualquer dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou quaisquer outras perdas sofridas pela carteira do Fundo será prioritariamente absorvido pelas Cotas Subordinadas, através da redução de seu valor e, uma vez esgotada tal possibilidade, pelas Cotas Seniores, através da redução de seu valor.

12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

12.1. Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado descrita nos itens abaixo.

12.2. O valor de mercado dos Direitos Creditórios Cedidos será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume e prazo.

12.2.1. Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, metodologia esta justificada pelos seguintes motivos:

- (i) inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios Cedidos; e
- (ii) as características dos Direitos Creditórios Cedidos.

12.2.2. Caso seja verificada a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, sendo elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios Cedidos.

12.3. Os critérios de provisionamento a serem seguidos pela Administradora, em nome do Fundo, por dia de atraso de pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos pelos clientes serão, no mínimo, aqueles previstos na tabela abaixo, sempre pela faixa de maior risco do mesmo.



08 JAN. 2010

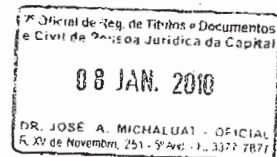
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 251 - 5ª And. - F. 3377-7677

Regras de Provisão			
Níveis de Risco	Dias em Atraso	Dias em Atraso	PDD
AA	0	0	0%
A	1	14	0,5%
B	15	30	1%
C	31	60	3%
D	61	90	10%
E	91	120	30%
F	121	150	50%
G	151	180	70%
H	181		100%

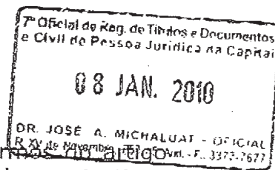
- 12.4. Os títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e os demais títulos e ativos financeiros de renda fixa pertencentes à carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado de acordo com sua respectiva cotação média oficial em bolsa ou em mercado de balcão organizado, conforme disposto no manual de precificação que o Custodiante disponibiliza no site "<http://www.latam.citiibank.com/brasilcorp/>".

13. ADMINISTRAÇÃO

- 13.1. A administração do Fundo será exercida pela Administradora, que indicará um de seus diretores para supervisionar e responder diretamente pela supervisão do Fundo.
- 13.2. A Administradora, observadas as limitações deste Regulamento e na regulamentação aplicável, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros que integrem sua carteira.
- 13.3. São obrigações da Administradora:
- (i) manter atualizados e em perfeita ordem, de acordo com a boa técnica administrativa:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos condôminos;
 - (c) o livro de atas de assembleias gerais;
 - (d) o livro de presença de condôminos;
 - (e) o Prospecto;
 - (f) os demonstrativos trimestrais a que se refere o item (ix) abaixo;

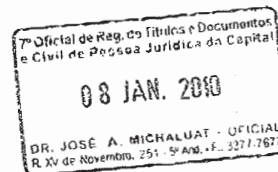


- (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- (h) os relatórios do auditor independente; e
- (i) este Regulamento, em decorrência de deliberações da assembléia geral, de alterações na legislação em vigor e/ou de cumprimento de determinações da CVM, devendo, no último caso, providenciar a divulgação das alterações no Periódico no prazo de até 30 (trinta) dias contados da respectiva ocorrência;
- (ii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM n.º 356/01;
- (iii) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como cientificá-lo do nome do Periódico e da taxa de administração praticada, e providenciar para que os condôminos assinem o termo de adesão a este Regulamento nos termos do Anexo I a este Regulamento, exceção feita aos casos de aquisição no mercado secundário;
- (iv) divulgar, diariamente, exceto nos feriados nacionais, no Periódico, o valor do Patrimônio Líquido, o valor da Cota e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, além de manter tais informações, juntamente com os relatórios da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco, disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem as Cotas, sendo que tal divulgação pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação de tais informações;
- (v) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (vi) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil, a rentabilidade do Fundo no ano e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (vii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação aplicável, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a mesma e o Fundo;
- (viii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização, pela(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco, da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, e notificar os condôminos, por carta com aviso de recebimento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de tal informação;

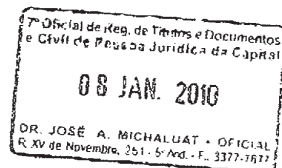


- (ix) elaborar, por meio de seu diretor designado, nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM n.º 356/01, demonstrativos trimestrais evidenciando:
- (a) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
 - (b) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
 - (c) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e
 - (d) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios Cedidos inexistentes porventura encontrados;
- (x) submeter, anualmente, os demonstrativos trimestrais a que se refere o item (ix) acima a exame por parte do auditor independente, enviá-los à CVM no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e mantê-los em sua sede à disposição dos condôminos do Fundo;
- (xi) colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, informações sobre:
- (a) o número de Cotas de propriedade de cada condômino e respectivo valor;
 - (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e
 - (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- (xii) colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- (a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - (b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais;
- (xiii) remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as informações previstas no item (xii) acima, conforme modelos disponíveis na referida página, sendo observados os mesmos prazos;





- (xiv) divulgar no Periódico as informações relativas ao Fundo exigidas pela legislação em vigor, nos prazos e condições previstos, inclusive atos ou fatos relevantes relativos ao Fundo que possam influir na decisão dos condôminos de manutenção dos recursos investidos no Fundo, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas;
- (xv) requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos para outra conta corrente de titularidade do Fundo no caso de pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial do agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (xvi) convocar a assembléia geral nos termos deste Regulamento caso ocorra qualquer dos Eventos de Revisão previstos no item 20 abaixo;
- (xvii) encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da primeira integralização de Cotas, as seguintes informações:
 - (a) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
 - (b) data da primeira integralização de Cotas;
- (xviii) encaminhar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações, observado que eventuais retificações nas informações aqui previstas devem ser comunicadas à CVM até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência:
 - (a) saldo das aplicações;
 - (b) valor do Patrimônio Líquido;
 - (c) rentabilidade apurada no período;
 - (d) valor das Cotas e quantidade em circulação;
 - (e) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - (f) posições mantidas em mercados de derivativos; e
 - (g) número de cotistas;
- (xix) protocolar na CVM, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:
 - (a) alteração deste Regulamento;
 - (b) substituição da Administradora;



- (c) incorporação;
- (d) fusão;
- (e) cisão; ou
- (f) liquidação; e

(xx) informar imediatamente à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco a ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, a ocorrência de alterações ao Regulamento, bem como informar ou encaminhar, mensalmente, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados a partir de cada Data de Verificação:

- (a) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas em circulação, bem como com a composição analítica dos ativos e passivos do Fundo conforme calculado e informado pelo Custodiante;
- (b) o enquadramento do Fundo quanto ao disposto nos itens 8 (Reserva de Pagamento) e 10.4 acima (Reserva de Liquidez);
- (c) o resultado das deliberações das assembleias extraordinárias de cotistas;
- (d) os índices referidos nos itens 20.1.1 abaixo; e
- (e) o Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Financiamento.

(xxi) fornecer à Agência Classificadora de Risco, relatório contendo a taxa média dos Contratos de Financiamento que originaram os respectivos Direitos Creditórios na data da primeira cessão de Direitos Creditórios e 180 (cento e oitenta) dias após a primeira cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.

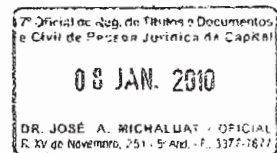
13.3.1. A divulgação das informações a que se refere o item (iv) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação de tais informações.

13.4. É vedado à Administradora:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

13.4.1. As vedações de que trata o item 13.4 acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle





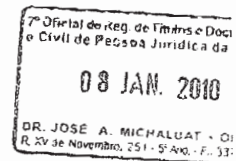
comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

13.4.2. Excetuam-se do disposto no item 13.4.1 acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

13.5. É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (vi) vender Cotas a prestação;
- (vii) vender cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes dos Direitos Creditórios Cedidos, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de amortização e resgate;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no item 14.1(ii) abaixo;
- (xi) obter ou conceder financiamentos ou empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; ou
- (xii) efetuar locação, financiamento ou empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

13.6. A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a convocar assembleia geral que decidirá sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.



13.6.1. Nas hipóteses de substituição da Administradora ou de liquidação do Fundo, aplicar-se-ão, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

13.7. Pelos serviços prestados, a Administradora fará jus à remuneração correspondente à taxa de administração de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, provisionada diariamente, exceto nos feriados nacionais, sobre o valor do Patrimônio Líquido (tendo por base no número de Dias Úteis do ano em vigor), apurada e paga mensalmente, por períodos vencidos, no 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao encerramento de cada mês do calendário civil. A remuneração aqui estabelecida será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$TA = \{(0,4/100) \times (1/n) \times PL(D-1)\}$, onde:

TA = Taxa de Administração, calculada todo Dia Útil;

PL = Patrimônio Líquido no Dia Útil anterior; e

n = Número de dias úteis do ano em vigor.

14. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

14.1. A Administradora pode, sem necessidade de prévia autorização da assembleia geral e sem prejuízo de sua responsabilidade e do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- (i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- (ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos do Anexo II à Instrução CVM n.º 356/01;
- (iii) custódia, conforme previsto no item 14.4 abaixo; e
- (iv) classificação de risco.

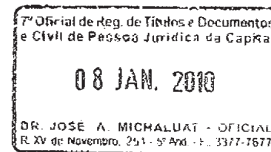
14.2. Os poderes de gestão referidos no item 14.1(ii) acima somente podem ser delegados a pessoas jurídicas domiciliadas ou com sede no País, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional.

14.3. Qualquer alteração cadastral relativa ao gestor da carteira do Fundo deve ser comunicada à CVM, no prazo de até 15 (quinze) dias contados de sua ocorrência.

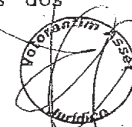
14.4. O Custodiante prestará ao Fundo os serviços de custódia qualificada e de controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, por meio da celebração de contrato de prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria de fundos de investimento em direitos creditórios, sendo responsável pelas seguintes atividades:

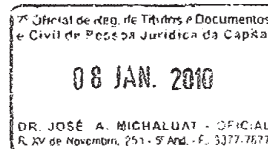
- (i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos;





- (ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
 - (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
 - (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
 - (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência(s) Classificadora(s) de Risco e órgãos reguladores; e
 - (vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.
- 14.4.1. A Administradora pode, a qualquer tempo e a seu critério, contratar outra instituição credenciada pela CVM para a prestação dos serviços a que se refere o item 14.4 acima.
- 14.4.2. Em decorrência da nomeação da BV Financeira como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, da expressiva diversificação de Devedores e do significativo volume de Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora e à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco. Tal verificação (i) será realizada de acordo com a metodologia normalmente aceita no País e utilizada pelo Custodiante, com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios Cedidos; (ii) dependerá de alguns estudos estatísticos; e (iii) incluirá a verificação da existência de Contrato de Financiamento físico celebrado por escrito entre a BV Financeira e o respectivo Devedor.
- 14.4.3. A análise dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem será realizada em observância ao disposto a seguir:
- (i) o Custodiante deverá analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, em data-base pré-estabelecida, selecionando uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos selecionados;





- (ii) o escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos contempla a verificação da existência dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos correspondentes, a avaliação da recuperabilidade dos Direitos Creditórios Cedidos e a sua formalização e constituição jurídica; e
- (iii) para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios Cedidos.

14.4.4. A análise por amostragem a que se refere o item 14.4.3 acima justifica-se pelo fato de que os Direitos Creditórios Cedidos corresponderão a mais de 40.000 (quarenta mil) Devedores e possuirão valor médio de R\$12.000,00 (doze mil reais).

14.4.5. Os valores e números indicados no item 14.4.4 acima representam uma média estimada do número de Devedores, quantidade e valor dos créditos de Devedores, podendo sofrer alterações quando da efetiva cessão de Direitos Creditórios para o Fundo.

14.5. A BV Financeira prestará ao Custodiante os serviços de fiel depositária da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

14.6. O Agente de Cobrança prestará serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.

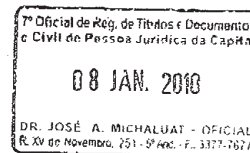
14.7. A contratação dos serviços a que se referem os itens 14.5 e 14.6 acima não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01 e do artigo 16 da Instrução CVM n.º 89, de 8 de novembro de 1988.

14.8. A Administradora poderá ainda contratar os serviços de terceiros para emissão, impressão e postagem dos boletos que instrumentalizam os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, sendo que as despesas decorrentes desses serviços – sejam eles prestados diretamente pela Administradora ou por quaisquer terceiros contratados – constituem encargos do Fundo.

14.9. As Cotas Seniores serão analisadas e classificadas, conforme exige o artigo 3º, inciso III da Instrução CVM n.º 356/01, pela Agência Classificadora de Risco, que emitirá classificação de risco para as Cotas Seniores, consoante a escala de risco por ela adotada.

14.9.1. A Agência Classificadora de Risco deverá emitir relatório de classificação de risco quando do início das atividades do Fundo, que deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente. O relatório inicial, as atualizações e eventuais relatórios complementares, ficarão à disposição dos cotistas na sede da Administradora.

14.9.2. Em caso de rebaixamento da classificação de risco atribuída inicialmente às Cotas Seniores, os cotistas serão notificados sobre tal fato nos termos do item 1.1, inciso (viii) acima, sendo que



cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Cotas, nos termos do item 17.3.1 abaixo, poderão convocar assembleia geral para o fim de deliberar sobre referido rebaixamento.

15. DESPESAS E ENCARGOS E ALOCAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO FUNDO

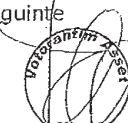
15.1. Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração a que se refere o item 13.7 acima:

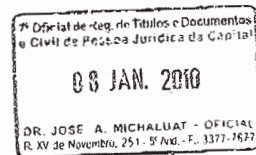
- (i) tributos federais, estaduais, municipais ou autárquicos, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição, manutenção ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembleia geral de condôminos;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, caso tal venha a ocorrer; e
- (x) despesas com a contratação de agências classificadoras de risco, cujo pagamento ficará condicionado ao resgate integral das Cotas Seniores no caso de Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.

15.2. Quaisquer despesas não previstas no item 15.1 acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

15.3. A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração a que se refere o item 13.7 acima.

15.4. Diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a utilizar as Disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:





- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme acima descritos no item 15.1 acima;
- (ii) constituição ou manutenção da Reserva de Liquidez, conforme definida neste Regulamento;
- (iii) pagamento dos valores referentes ao rendimento, ao Resgate Compulsório das Cotas Seniores;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas, após o integral pagamento do rendimento e do resgate compulsório das Cotas Seniores.

16. ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

16.1. É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com Direitos Creditórios cedidos em carteira:

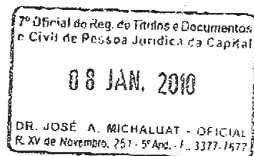
- (i) alienar tais Direitos Creditórios Cedidos para qualquer terceiro, desde que essa operação seja permitida nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, pelo preço e nos termos e condições que a Administradora julgar conveniente; ou
- (ii) manter os Direitos Creditórios Cedidos em carteira a fim de receber os valores pagos diretamente pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos.

17. ASSEMBLÉIA GERAL

17.1. Será da competência privativa da assembléia geral de condôminos do Fundo:

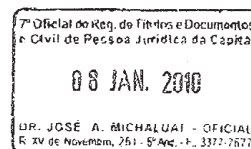
- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (v) deliberar sobre a liquidação, transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (vi) deliberar sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, no caso previsto no item 11.5 acima;
- (vii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos do item 17.7 abaixo; e
- (viii) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para o Resgate Compulsório, nos termos do item 9.2 acima.





- 17.2. Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de assembleia geral, em decorrência de alterações na legislação em vigor e/ou de cumprimento de determinações da CVM, devendo a Administradora providenciar a divulgação das alterações aos cotistas mediante publicação no Periódico ou mediante o envio de correspondência aos cotistas nesse sentido, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da respectiva ocorrência.
- 17.3. A convocação da assembleia geral de condôminos do Fundo obedece às seguintes regras:
- (i) a convocação será feita mediante anúncio publicado no Periódico ou por correspondência endereçada a cada condômino, do qual devem constar dia, hora e local de realização da assembleia geral e os assuntos a serem tratados;
 - (ii) a primeira convocação da assembleia geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio da correspondência aos condôminos;
 - (iii) não se realizando a assembleia geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
 - (iv) a segunda convocação da assembleia geral poderá ser providenciada juntamente com o anúncio ou carta da primeira convocação; e
 - (v) independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os condôminos.
- 17.3.1. Além da reunião anual de prestação de contas, a assembleia geral pode reunir-se por convocação da Administradora ou de condôminos titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total.
- 17.4. Na assembleia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas, pelo critério da maioria de Cotas de condôminos presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado entretanto que:
- (i) a cada Cota Sênior corresponde um voto nas assembleias gerais do Fundo, sendo que as Cotas Subordinadas não terão direito a voto, exceto no que se refere às matérias que afetem diretamente os direitos e/ou interesses dos titulares das Cotas Subordinadas, quais sejam: (A) Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação Antecipada, ressalvados os Eventos de Revisão listados nos itens 20.1 (i) e 20.1 (xiv), cuja deliberação deverá ser tomada apenas pelos titulares de Cotas Seniores; (B) Critérios de Elegibilidade; e/ou (C) alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas), quando votarão (a) juntamente com as Cotas Seniores e em igualdade de condições quando o assunto for afeto a ambas as espécies de Cotas; ou (b) em separado, e após a aprovação da matérias pelos titulares das





Cotas Seniores, quando o assunto for afeto apenas às Cotas Subordinadas; e

- (ii) as deliberações relativas às matérias a que se referem os itens 17.1(iii), 17.1(iv) ou 17.1(v) acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.
- 17.5. Somente poderão votar na assembléia geral os condôminos do Fundo, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de um ano, em qualquer caso desde que registrado até 3 (três) Dias Úteis antes da data fixada para sua realização.
- 17.6. A Administradora ou seus empregados não têm direito a voto na assembléia geral, ainda que sejam titulares de Cotas.
- 17.7. A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:
- (i) ser condômino do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos do Fundo;
 - (ii) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
 - (iii) não exercer cargo na BV Financeira.

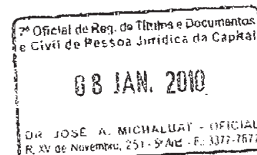
18. PUBLICIDADE E REMESSA DOS DOCUMENTOS

- 18.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo ou às mesmas, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam influir em suas decisões quanto à permanência ou não no Fundo.
- 18.2. A divulgação de qualquer informação pertinente ao Fundo deverá ser feita por intermédio de publicação no Periódico e mantida à disposição dos condôminos na sede da Administradora.
- 18.3. A eventual substituição do Periódico por qualquer outro deverá ser precedida de aviso aos condôminos.

19. INDENIZAÇÃO À ADMINISTRADORA

- 19.1. Exceto nos casos de culpa ou dolo da Administradora, os condôminos serão responsáveis por indenizar a Administradora por toda e qualquer despesa ou prejuízo incorrido pela Administradora em decorrência do regular exercício de suas atividades previstas neste Regulamento.



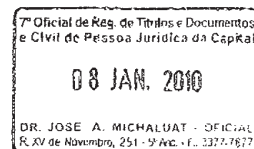


20. EVENTOS DE REVISÃO

20.1. São considerados Eventos de Revisão do Fundo:

- (i) caso ocorra o desenquadramento da Relação Mínima indicada no item 4.6 acima e não seja sanada no prazo estabelecido naquele item;
- (ii) descumprimento, pela BV Financeira, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Promessa de Cessão e que, a critério da Administradora, possam comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os seus cotistas, desde que a BV Financeira tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis;
- (iii) resilição do Contrato de Custódia, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Custodiante;
- (iv) resilição do contrato de cobrança entre o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador sem substituição do Banco Arrecadador por outro com as mesmas qualificações, ou seja, com condições de dar continuidade à cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (v) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial administrativo temporário da BV Financeira ou protocolo de pedido de falência da BV Financeira que não seja ilidido no prazo legal ou no prazo concedido pelo poder judiciário para tanto;
- (vi) protestos de títulos em que a BV Financeira figure como devedora em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (vii) ajuizamento de execução de natureza fiscal contra a BV Financeira em que o valor cobrado em face da BV Financeira, considerada individualmente, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na data do ajuizamento, sem que a BV Financeira tenha apresentado garantia em forma de depósito judicial, penhora, caução ou qualquer outra forma que seja admitida pelo juízo responsável pela execução fiscal;
- (viii) arresto ou penhora judicial de bens da BV Financeira em valor agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), observado que não será considerado um Evento de Revisão nos termos desta alínea (viii) qualquer penhora ou arresto em função da alínea (vii) acima;
- (ix) resilição do convênio celebrado em 17 de dezembro de 1998 entre Fenaseg e Departamento Nacional de Trânsito, ao qual a BV Financeira aderiu em 7 de maio de 1999, ou interrupção do cumprimento, pela Fenaseg, das suas atribuições ali previstas;
- (x) caso o valor da totalidade das despesas do Fundo apuradas em cada mês, na respectiva Data de Verificação, seja superior a 1% (um por cento) do valor do Patrimônio Líquido, observado que não haverá





verificação nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias de funcionamento do Fundo;

- (xi) verificação pela Administradora, a qualquer tempo, do não atendimento da Reserva de Liquidez por 30 (trinta) dias consecutivos;
- (xii) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Pagamento, em 2 (duas) Datas de Verificação de Reserva de Pagamento;
- (xiii) rebaixamento da(s) classificação(ões) de risco das Cotas Seniores; e
- (xiv) caso o excesso de *spread* (calculado nos termos do item 14.1.1 abaixo), em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do excesso de *spread*, seja inferior a 7% (sete por cento), sendo que tal evento não será apurado nos primeiros 180 (cento e oitenta dias) dias de funcionamento do Fundo;
- (xv) caso, após 180 (cento e oitenta) dias contados do início do Fundo, a média móvel dos 3 (três) meses anteriores a cada Data de Verificação dos índices de *performance* (1) IP30, (2) IP120, (3) IP180 ou (4) IP181 (definidos no item 14.1.2 abaixo), apurados pela Administradora, seja superior a 35% (trinta e cinco por cento), 15% (quinze por cento), 5% (cinco por cento) ou 10% (dez por cento), respectivamente.

20.1.1. Para os fins da alínea (xiv) do item 20.1 acima, o excesso de *spread* deve ser calculado da seguinte forma:

$$ES = \left\{ \left[1 + \frac{RDCA_{(t-1)} + ROA_{(t-1)} - RQSC_{(t-1)} - D_{(t-1)}}{DCA_{(t-1)}} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$$

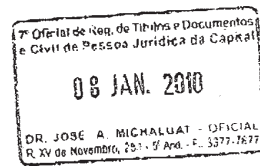
onde:

$RDCA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos adimplentes apropriados no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$ROA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Outros Ativos do Fundo, apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$RQSC_{(t-1)}$: somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$D_{(t-1)}$: somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.



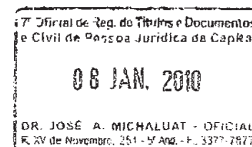
$DCA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios adimplentes na Data de Verificação do mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

20.1.2. Para os fins da alínea (xv) do item 20.1 acima:

- (i) "IP30" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último Dia Útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias, excluindo-se do IP30 os Direitos Creditórios Cedidos integrantes dos IP120, IP180 e IP181, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo;
- (ii) "IP120" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo;
- (iii) "IP180" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo; e
- (iv) "IP181" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedidos com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo.

20.2. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados no item 20.1 acima, (i) o Custodiante, mediante instrução da Administradora, suspenderá





imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios; e (ii) a Administradora deverá convocar uma assembléia geral para que seja deliberada a liquidação antecipada do Fundo.

- 20.3. Se a assembléia geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá proceder ao Resgate Compulsório das Cotas em circulação.
- 20.4. Se a assembléia geral de cotistas do Fundo deliberar pela não liquidação antecipada de Fundo, aplicar-se-á o disposto no item 21.3 abaixo.

21. LIQUIDÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

21.1. Será considerado um Evento de Liquidação Antecipada, que acarretará na liquidação antecipada automática do Fundo, o advento de uma das seguintes hipóteses:

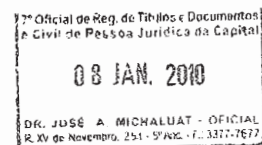
- (i) por decisão da CVM, se:
- (a) no âmbito de uma oferta pública de Cotas Seniores ao amparo das Instruções CVM n.º 356/01 e n.º 400/03, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do Anuncio de Início, não for subscrita a totalidade das cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado, antes do referido prazo; ou
 - (b) o Patrimônio Líquido permanecer, por 3 (três) meses consecutivos, em valor inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (ii) por decisão dos condôminos, reunidos em assembléia convocada especialmente para esse fim, observado o quorum previsto no item 17.4(ii) acima; ou
- (iii) em razão da rescisão do Contrato de Promessa de Cessão.

21.1.1. Na hipótese da alínea (i)(b) do item 21.1 acima, o Fundo poderá, alternativamente, ser incorporado por outro fundo de investimento em direitos creditórios.

21.1.2. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, poderá prorrogar os prazos previstos no item 21.1(i) acima.

21.2. A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observado o disposto neste Regulamento e o que for deliberado em assembléia geral.

21.3. No caso de decisão da assembléia geral pela não liquidação do Fundo, fica assegurado o resgate de Cotas Seniores pelos seus respectivos valores aos cotistas dissidentes que o solicitarem. Tal disposição, prevista no artigo 24, inciso XVI, da Instrução CVM n.º 356/01, vigorará com relação ao Fundo apenas e tão-somente enquanto a mesma vigorar na Instrução CVM n.º 356/01.



22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O Fundo terá escrituração contábil própria.

22.2. As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

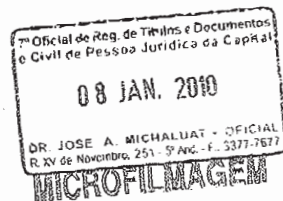
22.3. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Outros Ativos e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos condôminos, serão de inteira e exclusiva responsabilidade da Cedente, não cabendo à Administradora ou ao Custodiante qualquer responsabilidade pelo pagamento de tais custos e despesas.

23. FORO

23.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa ser, para solução de quaisquer controvérsias e/ou processos judiciais relativos ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.

* * * *





REGULAMENTO DO
BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS III

ANEXO I

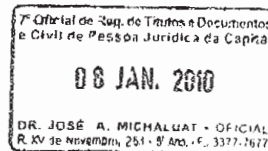
MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO

TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESÃO AO REGULAMENTO DO
BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS III

1. Nome do cotista:	2. CNPJ/CPF:
---------------------	--------------

3. Estou(amos) ciente(s) de que:
- 3.1 O objetivo do BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III ("Fundo"), administrado pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14, 171, Torre A, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório n.º 5805, de 19 de janeiro de 2000, e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários ("Administradora"), é proporcionar rendimento aos cotistas por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de direitos de crédito de titularidade da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n.º 14, 171, Torre A, 8º andar, conjunto A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.149.953/0001-89 ("BV Financeira" ou "Cedente").
- 3.2 Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita no Regulamento, a Administradora não se responsabilizará por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste termo de adesão. O cotista, portanto, se expõe ao risco de perda, total ou parcial, do capital investido, existindo ainda a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos, conforme disposto no Regulamento.
- 3.3 Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora fará jus à remuneração correspondente à taxa de administração definida no item 13.7 do Regulamento.
- 3.4 O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é "Valor Econômico", com circulação nacional.





- 3.5 Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados neste Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento.
- 3.6 Declaro(amos), ainda, para todos os fins e efeitos:
- (i) ter recebido, lido e entendido o Regulamento e o Prospecto, e ter tomado ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos e de todos os demais termos e condições relativos ao Fundo;
 - (ii) aderir, neste ato, ao inteiro teor do Regulamento, sobre o qual não tenho(amos) qualquer dúvida, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, a composição da carteira do Fundo e a taxa de administração devida à Administradora, bem como com os riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no item 3 do Regulamento e no prospecto do Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido;
 - (iii) ser Investidor(es) Qualificado(s) e/ou investidor(es) que tenha(m) permissão para realizar tal aplicação contida em legislação aplicável e/ou em seu(s) regulamento(s), conforme legislação vigente; e
 - (iv) concordar com a intenção e ter capacidade financeira suficiente para que os Direitos Creditórios Cedidos sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento.
- 3.7 As Cotas do Fundo apenas poderão ser subscritas ou integralizadas por Investidores Qualificados e/ou investidores que tenham permissão para realizar tal aplicação contida em legislação aplicável e/ou em seu regulamento, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

São Paulo, [•] de [•] de 200[•].

ASSINATURA DO(S) COTISTA(S)

A instituição responsável pela distribuição das quotas do Fundo declara que verificou a condição de Investidor Qualificado nos termos do item 3.7 acima e, se pessoa jurídica, os poderes para assinatura deste termo pelo investidor.

ASSINATURA DA INSTITUIÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

- Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios preparado pelo Auditor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



RISK ADVISORY SERVICES

BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento

Relatório sobre a aplicação de procedimentos pré-acordados
30 de abril de 2009

ADVISORY

AUDIT • TAX • ADVISORY

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pela BV Finaiceira S.A. Crédito Financiamento e Investimento. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia, por parte da KPMG, quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, considerando-se todas as informações contidas no prospecto.





KPMG Risk Advisory Services Ltda.

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel
Fax Nacional
Internacional
Internet

55 (11) 2183-3000
55 (11) 2183-3001
55 (11) 2183-3034
www.kpmg.com.br

À
BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

24 de agosto de 2009

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 15 de maio de 2009, a KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") apresenta constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis da BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento ("BV Financeira" ou "Cedente"). Tais recebíveis são representados por contratos de financiamento para aquisição de motos, veículos leves e veículos pesados.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características de *performance* dos pagamentos dos recebíveis, bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e sobre os respectivos controles relacionados aos processos de originação e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela BV Financeira para o período compreendido entre 1º de maio de 2004 e 30 de abril de 2009. Indicamos, ainda neste relatório, as fontes das demais informações apresentadas.

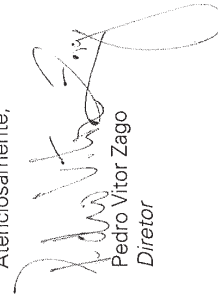
Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório.

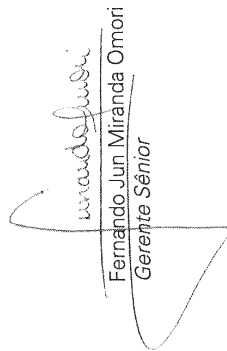
Nossos trabalhos foram executados no período de 15 de junho a 10 de agosto de 2009 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes da BV Financeira e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da Gerência e dos colaboradores da BV Financeira no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Pedro Vitor Zago
Diretor


Fernando Jun Miranda Omori
Gerente Sênior

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando J. M. Omori
Gerente Sênior
Tel.: 55 (11) 2183-3381
Fax: 55 (11) 2183-3001
fjomori@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	4
Descrição dos procedimentos realizados	5 e 6
Apresentação da carteira de recebíveis	7 a 79
Conciliação da base de dados com os registros contábeis	80
Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis	81 - 95
Anexos	96 - 99



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDM5 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Seção 1

Objetivos do trabalho

De acordo com informações fornecidas por representantes da BV Financeira, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos principais objetivos a seguir:

- Identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, os valores relativos ao perfil e à *performance* de pagamentos por parte dos clientes das carteiras de financiamento de veículos leves e pesados e motos originados pela BV Financeira.
- Levantar os fluxos de originação, coleta e cobrança desses recebíveis e identificar os respectivos controles e a sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem.

Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram obtidas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia da BV Financeira e compreendem as operações geradas pela Cedente, para um período de 60 meses, de 1º de maio de 2004 a 30 de abril de 2009. Essa base de dados foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros oficiais do Cedente, conforme descrito na Seção 3 deste relatório.
- Os procedimentos pré-acordados a seguir formaram o escopo de nossos trabalhos, estabelecidos com representantes da BV Financeira, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos das operações, foram definidos, em comum acordo com representantes da BV Financeira, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência do pagamento das parcelas, que representariam indicadores de desempenho, sendo estes:
 - *Aging* de pagamentos: apresenta os recebimentos ocorridos (liquidez da carteira) e os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da parcela e a data de pagamento pelo financiado.
 - *Pool*/estático (*vintage analysis*): apresenta a distribuição dos volumes financeiros não liquidados com atraso superior a 60, 90 e 180 dias. Para elaboração dessa informação, o saldo devedor de cada contrato é classificado de acordo com a parcela mais atrasada em cada um dos meses sob análise.
- Conforme solicitação de representantes da BV Financeira, foram elaboradas informações sobre os volumes mensais de financiamento relativas ao período de 1º de maio de 2004 a 30 de abril de 2009. Distribuições e estatísticas sobre as características da carteira também foram realizadas para o período sob análise, conforme descrito a seguir.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de originação e cobrança dos recebíveis, foram obtidas pela indagação aos responsáveis pelas áreas de Crédito e Cobrança, pela consulta aos manuais de políticas de crédito e cobrança e pela observação dos fluxos de originação executados com base em testes por amostragem.



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos realizados

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

Recálculo das seguintes informações:

- Características gerais da carteira de recebíveis
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período - Consolidado
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período - Veículos leves
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período - Veículos pesados
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período - Motos
- Evolução mensal do ticket médio das operações
- Evolução mensal do ticket médio do valor liberado
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período - Segregado por tipo de produto (novo ou usado) - Consolidado
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período - Segregado por tipo de produto (novo ou usado) - Veículos leves
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período - Segregado por tipo de produto (novo ou usado) - Veículos pesados
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período - Segregado por tipo de produto (novo ou usado) - Motos
- Distribuição das operações por faixas de valor - Veículos leves
- Distribuição das operações por faixas de valor - Veículos pesados
- Distribuição das operações por faixas de valor - Motos
- Distribuição das operações por quantidade de parcelas (prazo médio) - Consolidado
- Distribuição das operações por quantidade de parcelas (prazo médio) - Veículos leves
- Distribuição das operações por quantidade de parcelas (prazo médio) - Veículos pesados
- Distribuição das operações por quantidade de parcelas (prazo médio) - Motos
- Distribuição das operações por UF
- Evolução mensal do percentual financiado
- Evolução mensal da taxa média praticada
- Evolução mensal da representatividade do valor da parcela sobre a renda do cliente
- Aging list - Consolidado
- Aging list - Por tipo de veículo

Seção 2

Tabela 2.1

- Tabela 2.2 e Gráfico 2.1
- Tabela 2.3 e Gráfico 2.2
- Tabela 2.4 e Gráfico 2.3
- Tabela 2.5 e Gráfico 2.4
- Tabela 2.6 e Gráfico 2.5
- Tabela 2.7 e Gráfico 2.6
- Tabela 2.8 e Gráfico 2.7
- Tabela 2.9 e Gráfico 2.8
- Tabela 2.10 e Gráfico 2.9
- Tabela 2.11 e Gráfico 2.10
- Tabela 2.12 e Gráfico 2.11
- Tabela 2.13 e Gráfico 2.12
- Tabela 2.14 e Gráfico 2.13
- Tabela 2.15 e Gráfico 2.14
- Tabela 2.16 e Gráfico 2.15
- Tabela 2.17 e Gráfico 2.16
- Tabela 2.18 e Gráfico 2.17
- Tabela 2.19 e Gráfico 2.18
- Tabela 2.20 e Gráfico 2.19
- Tabela 2.21 e Gráfico 2.20
- Tabela 2.22 e Gráfico 2.21
- Tabela 2.23
- Tabela 2.24



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos realizados (cont.)

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

- Aging list - 1st e 2nd Payment Default - Veículos leves
- Aging list - 1st e 2nd Payment Default - Veículos pesados
- Aging list - 1st e 2nd Payment Default - Motos
- Pool estático - Veículos leves
- Pool estático - Veículos pesados
- Pool estático - Motos

Tabela 2.25
Tabela 2.26
Tabela 2.27
Gráficos 2.22 a 2.29
Gráficos 2.30 a 2.37
Gráficos 2.38 a 2.45

Conciliação da base de dados com os registros contábeis

Seção 3

Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis

Seção 4



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Seção 2

Tabela 2.1 - Características gerais da carteira de recebíveis

Período sob análise: **1º de maio de 2004 a 30 de abril de 2009 (60 meses)**

Somatório do valor das parcelas - **R\$ 61.698.143 mil**

Somatório do valor financiado - **R\$ 38.876.198 mil**

Média mensal de origemação (valor futuro) - **R\$ 1.028.302 mil**

Média mensal de origemação (valor financiado) - **R\$ 647.937 mil**

Quantidade de contratos - **3.334.314**

Média de contratos originados (mês) - **55.572**

Ticket médio das operações (valor futuro) - **R\$ 18.504**

Ticket médio das operações (valor financiado) - **R\$ 11.659**

Prazo médio das operações - **40 parcelas**



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 85907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.2 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor liberado da quantidade de contratos no período - Consolidado

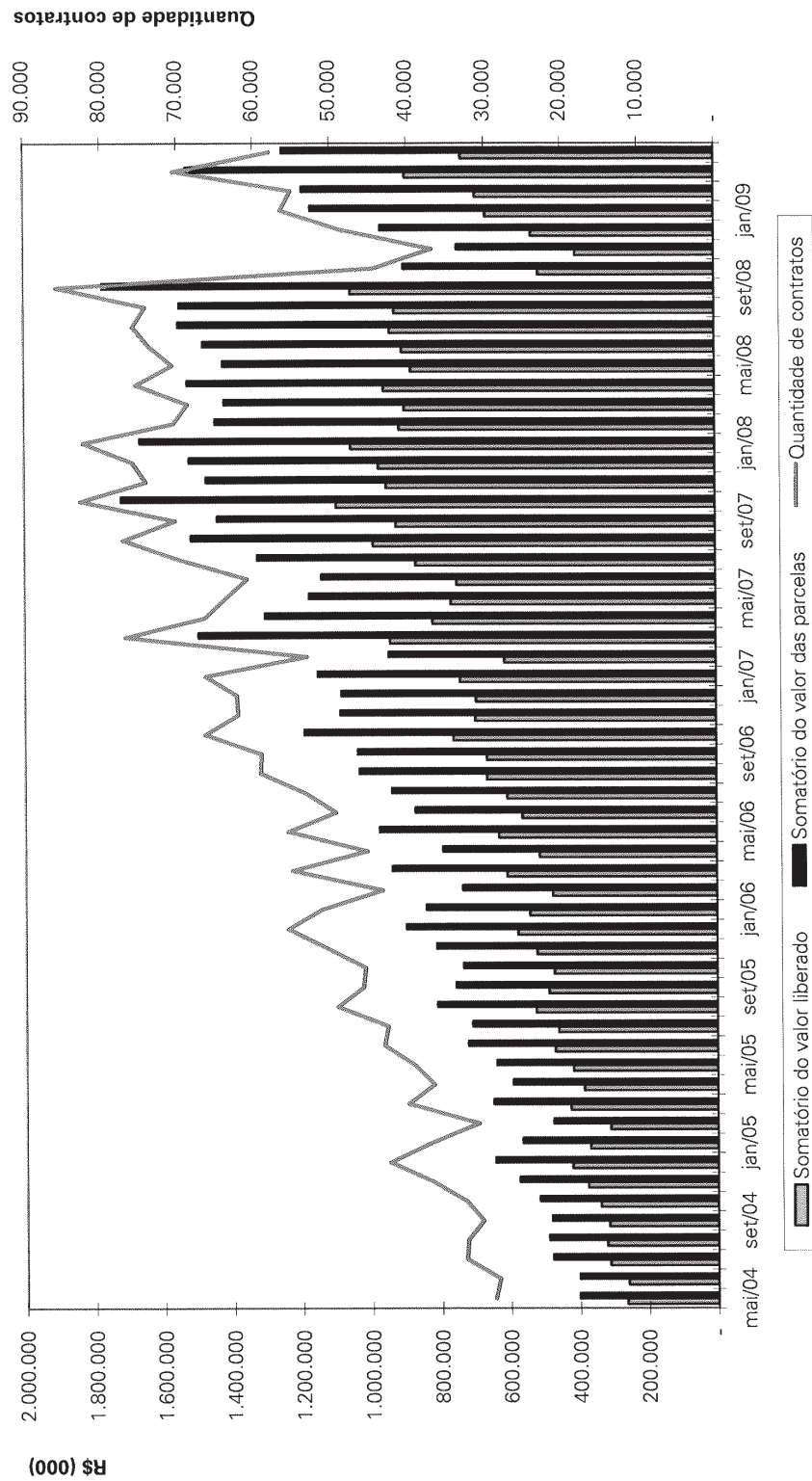
Período	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%	Período	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
mai/04	403.734	0,7%	264.825	0,7%	29.077	0,9%	dez/06	1.083.155	1,8%	696.180	1,8%	62.361	1,9%
jun/04	402.521	0,7%	260.965	0,7%	28.520	0,9%	jan/07	1.151.723	1,9%	741.098	1,9%	66.537	2,0%
jul/04	479.482	0,8%	313.580	0,8%	32.799	1,0%	fev/07	947.072	1,5%	613.104	1,6%	53.254	1,6%
ago/04	491.022	0,8%	322.979	0,8%	32.637	1,0%	mar/07	1.497.380	2,4%	943.172	2,4%	76.834	2,3%
set/04	482.335	0,8%	316.439	0,8%	30.730	0,9%	abr/07	1.304.057	2,1%	820.490	2,1%	66.551	2,0%
out/04	517.767	0,8%	340.580	0,9%	32.834	1,0%	mai/07	1.176.251	1,9%	766.948	2,0%	63.834	1,9%
nov/04	574.225	0,9%	376.741	1,0%	37.233	1,1%	jun/07	1.140.610	1,8%	749.773	1,9%	60.959	1,8%
dez/04	645.781	1,0%	421.755	1,1%	42.677	1,3%	jul/07	1.325.399	2,1%	868.334	2,2%	69.811	2,1%
jan/05	566.118	0,9%	369.692	1,0%	37.387	1,1%	ago/07	1.518.531	2,5%	991.105	2,5%	77.095	2,3%
fev/05	476.501	0,8%	311.586	0,8%	31.198	0,9%	set/07	1.441.860	2,3%	924.248	2,4%	70.301	2,1%
mar/05	649.770	1,1%	426.238	1,1%	40.329	1,2%	out/07	1.719.259	2,8%	1.096.660	2,8%	82.685	2,5%
abr/05	591.984	1,0%	386.992	1,0%	37.014	1,1%	nov/07	1.474.377	2,4%	952.126	2,4%	74.093	2,2%
mai/05	640.705	1,0%	418.391	1,1%	39.519	1,2%	dez/07	1.522.205	2,5%	975.374	2,5%	75.871	2,3%
jun/05	721.679	1,2%	470.829	1,2%	43.410	1,3%	jan/08	1.664.859	2,7%	1.054.526	2,7%	82.335	2,5%
jul/05	710.213	1,2%	461.391	1,2%	42.929	1,3%	fev/08	1.447.801	2,3%	913.906	2,4%	70.464	2,1%
ago/05	811.685	1,3%	525.160	1,4%	49.419	1,5%	mar/08	1.420.538	2,3%	898.557	2,3%	68.649	2,1%
set/05	756.203	1,2%	488.564	1,3%	46.083	1,4%	abr/08	1.526.991	2,5%	959.628	2,5%	75.377	2,3%
out/05	733.875	1,2%	472.853	1,2%	45.805	1,4%	mai/08	1.423.949	2,3%	879.774	2,3%	70.587	2,1%
nov/05	812.919	1,3%	522.490	1,3%	50.688	1,5%	jun/08	1.481.944	2,4%	905.405	2,3%	73.629	2,2%
dez/05	898.630	1,5%	576.393	1,5%	55.799	1,7%	jul/08	1.552.801	2,5%	940.680	2,4%	75.765	2,3%
jan/06	841.489	1,4%	542.290	1,4%	51.441	1,5%	ago/08	1.548.760	2,5%	926.774	2,4%	74.136	2,2%
fev/06	735.672	1,2%	475.886	1,2%	43.565	1,3%	set/08	1.771.734	2,9%	1.053.052	2,7%	85.703	2,6%
mar/06	938.906	1,5%	607.575	1,6%	55.241	1,7%	out/08	898.941	1,5%	510.529	1,3%	44.392	1,3%
abr/06	793.621	1,3%	513.714	1,3%	45.516	1,4%	nov/08	744.580	1,2%	402.266	1,0%	36.832	1,1%
mai/06	975.505	1,6%	631.175	1,6%	55.757	1,7%	dez/08	965.751	1,6%	530.152	1,4%	48.710	1,5%
jun/06	872.065	1,4%	562.993	1,4%	49.543	1,5%	jan/09	1.166.702	1,9%	663.792	1,7%	56.377	1,7%
jul/06	939.512	1,5%	606.367	1,6%	53.552	1,6%	fev/09	1.191.952	1,9%	692.031	1,8%	55.030	1,7%
ago/06	1.032.536	1,7%	666.172	1,7%	59.290	1,8%	mar/09	1.528.460	2,5%	893.813	2,3%	70.361	2,1%
set/06	1.037.591	1,7%	666.635	1,7%	59.161	1,8%	abr/09	1.248.689	2,0%	731.718	1,9%	57.825	1,7%
out/06	1.190.805	1,9%	761.241	2,0%	66.563	2,0%	Total	61.698.143		38.876.198		3.334.314	
nov/06	1.086.963	1,8%	698.493	1,8%	62.230	1,9%							



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.1 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período - Consolidado



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 65507.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.3 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor liberado da quantidade de contratos no período - Veículos leves

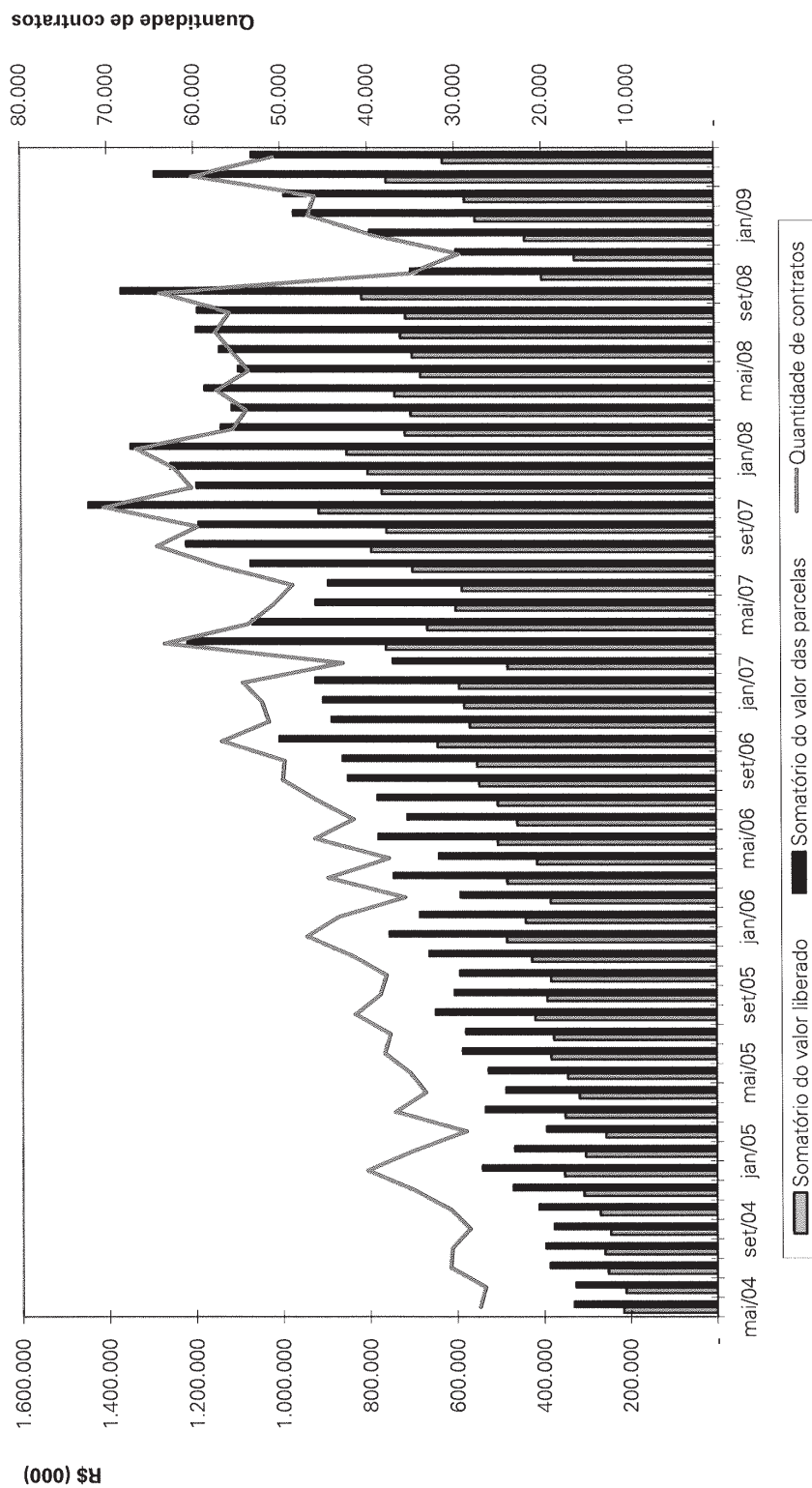
Período	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
mai/04	331.726	82,2%	217.109	82,0%	27.365	94,1%
jun/04	327.368	81,3%	212.014	81,2%	26.751	93,8%
jul/04	386.648	80,6%	251.985	80,4%	30.734	93,7%
ago/04	396.250	80,7%	260.089	80,5%	30.560	93,6%
set/04	377.176	78,2%	246.574	77,9%	28.551	92,9%
out/04	412.063	79,6%	270.352	79,4%	30.754	93,7%
nov/04	471.637	82,1%	308.609	81,9%	35.043	94,1%
dez/04	542.223	84,0%	353.125	83,7%	40.299	94,4%
jan/05	467.951	82,7%	304.642	82,4%	35.052	93,8%
fev/05	393.925	82,7%	256.849	82,4%	28.930	92,7%
mar/05	535.261	82,4%	350.992	82,3%	37.069	91,9%
abr/05	487.415	82,3%	318.245	82,2%	33.598	90,8%
mai/05	527.811	82,4%	344.997	82,5%	35.384	89,5%
jun/05	587.397	81,4%	383.273	81,4%	38.249	88,1%
jul/05	579.792	81,6%	376.943	81,7%	37.611	87,6%
ago/05	649.024	80,0%	420.470	80,1%	41.665	84,3%
set/05	605.686	80,1%	392.140	80,3%	38.781	84,2%
out/05	593.296	80,8%	383.126	81,0%	38.019	83,0%
nov/05	663.379	81,6%	427.230	81,8%	41.993	82,8%
dez/05	754.105	83,9%	484.261	84,0%	47.215	84,6%
jan/06	684.744	81,4%	441.430	81,4%	43.513	84,6%
fev/06	591.520	80,4%	383.419	80,6%	35.902	82,4%
mar/06	744.405	79,3%	482.727	79,5%	44.719	81,0%
abr/06	640.408	80,7%	415.224	80,8%	37.724	82,9%
mai/06	779.614	79,9%	504.555	79,9%	46.251	83,0%
jun/06	712.728	81,7%	460.276	81,8%	41.786	84,3%
jul/06	781.325	83,2%	504.066	83,1%	46.135	86,1%
ago/06	848.969	82,2%	547.288	82,2%	49.921	84,2%
set/06	861.068	83,0%	552.787	82,9%	49.730	84,1%
out/06	1.006.310	84,5%	642.287	84,4%	56.945	85,6%
nov/06	885.431	81,5%	568.841	81,4%	51.519	82,8%
Total	49.846.308	80,8%	31.373.174	80,7%	2.777.799	83,3%



© 2003 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período - Veículos leves



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tbela 2.4 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor liberado da quantidade de contratos no período - Veículos pesados

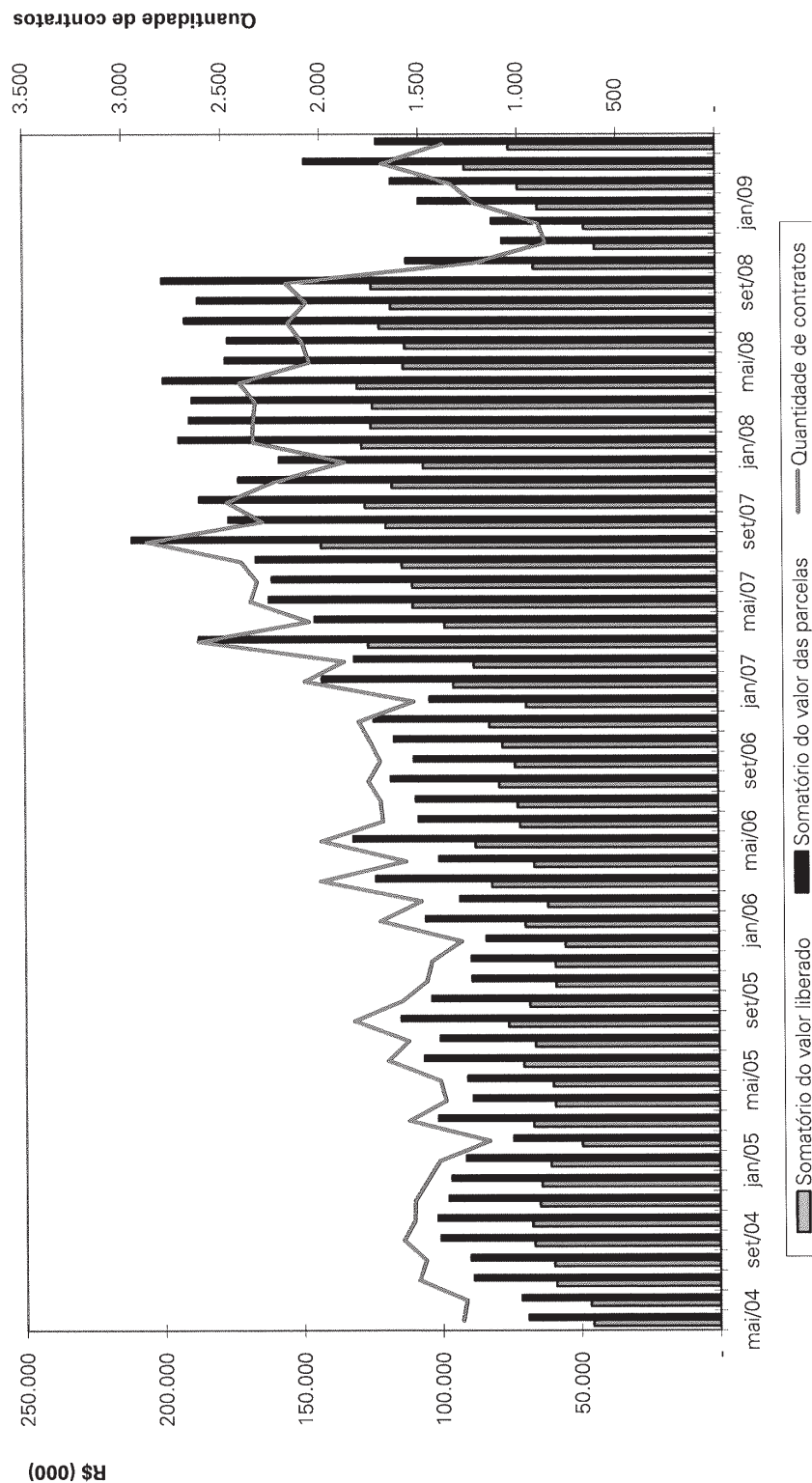
Período	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%	Período	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
mai/04	69.231	17,1%	45.915	17,3%	1.301	4,5%	dez/06	104.027	9,6%	69.186	9,9%	1.538	2,5%
jun/04	71.717	17,8%	46.734	17,9%	1.283	4,5%	jan/07	142.941	12,4%	95.455	12,9%	2.087	3,1%
jul/04	89.116	18,6%	59.184	18,9%	1.520	4,6%	fev/07	131.280	13,9%	88.118	14,4%	1.889	3,5%
ago/04	90.146	18,4%	59.892	18,5%	1.485	4,6%	mar/07	197.312	12,5%	126.058	13,4%	2.621	3,4%
set/04	100.733	20,9%	66.994	21,2%	1.598	5,2%	abr/07	145.405	11,2%	98.416	12,0%	2.063	3,1%
out/04	101.845	19,7%	67.739	19,9%	1.543	4,7%	mai/07	161.847	13,8%	109.940	14,3%	2.357	3,7%
nov/04	97.708	17,0%	64.950	17,2%	1.541	4,1%	jun/07	160.730	14,1%	110.014	14,7%	2.325	3,8%
dez/04	96.775	15,0%	64.323	15,3%	1.477	3,5%	jul/07	166.539	12,6%	113.802	13,1%	2.405	3,4%
jan/05	91.623	16,2%	60.954	16,5%	1.415	3,8%	ago/07	211.186	13,9%	142.943	14,4%	2.881	3,7%
fev/05	74.487	15,6%	49.661	15,9%	1.164	3,7%	set/07	176.298	12,2%	119.371	12,9%	2.296	3,3%
mar/05	101.474	15,6%	67.133	15,8%	1.568	3,9%	out/07	186.875	10,9%	126.931	11,6%	2.479	3,0%
abr/05	89.110	15,1%	59.232	15,3%	1.382	3,7%	nov/07	172.646	11,7%	117.116	12,3%	2.240	3,0%
mai/05	90.998	14,2%	60.001	14,3%	1.409	3,6%	dez/07	157.883	10,4%	105.926	10,9%	1.880	2,5%
jun/05	106.459	14,8%	70.655	15,0%	1.672	3,9%	jan/08	194.161	11,7%	128.079	12,1%	2.342	2,8%
jul/05	100.578	14,2%	66.371	14,4%	1.571	3,7%	fev/08	190.346	13,1%	124.761	13,7%	2.341	3,3%
ago/05	114.816	14,1%	76.013	14,5%	1.842	3,7%	mar/08	189.282	13,3%	124.097	13,8%	2.329	3,4%
set/05	103.611	13,7%	68.364	14,0%	1.603	3,5%	abr/08	199.562	13,1%	129.675	13,5%	2.410	3,2%
out/05	89.256	12,2%	58.828	12,4%	1.476	3,2%	mai/08	177.321	12,5%	112.958	12,8%	2.056	2,9%
nov/05	89.531	11,0%	59.047	11,3%	1.449	2,9%	jun/08	176.421	11,9%	112.402	12,4%	2.089	2,8%
dez/05	83.909	9,3%	55.398	9,6%	1.301	2,3%	jul/08	191.863	12,4%	121.500	12,9%	2.165	2,9%
jan/06	105.801	12,6%	69.889	12,9%	1.709	3,3%	ago/08	187.059	12,1%	117.300	12,7%	2.071	2,8%
fev/06	93.331	12,7%	61.630	13,0%	1.503	3,5%	set/08	199.852	11,3%	124.366	11,8%	2.174	2,5%
mar/06	123.724	13,2%	81.764	13,5%	2.009	3,6%	out/08	111.784	12,4%	65.855	12,9%	1.226	2,8%
abr/06	100.770	12,7%	66.611	13,0%	1.580	3,5%	nov/08	77.045	10,3%	43.677	10,9%	859	2,3%
mai/06	131.837	13,5%	87.818	13,9%	2.006	3,6%	dez/08	80.754	8,4%	47.463	9,0%	897	1,8%
jun/06	108.232	12,4%	71.617	12,7%	1.694	3,4%	jan/09	107.166	9,2%	64.323	9,7%	1.218	2,2%
jul/06	109.213	11,6%	72.477	12,0%	1.705	3,2%	fev/09	117.066	9,8%	71.376	10,3%	1.337	2,4%
ago/06	118.051	11,4%	79.029	11,9%	1.767	3,0%	mar/09	148.409	9,7%	90.614	10,1%	1.686	2,4%
set/06	109.857	10,6%	73.385	11,0%	1.708	2,9%	abr/09	122.355	9,8%	74.560	10,2%	1.376	2,4%
out/06	116.933	9,8%	77.744	10,2%	1.759	2,6%	Total	7.670.541	12,4%	5.028.093	12,9%	106.492	3,2%
nov/06	124.260	11,4%	82.459	11,8%	1.815	2,9%							



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.3 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período - Veículos pesados



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.5 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor liberado da quantidade de contratos no período - Motos

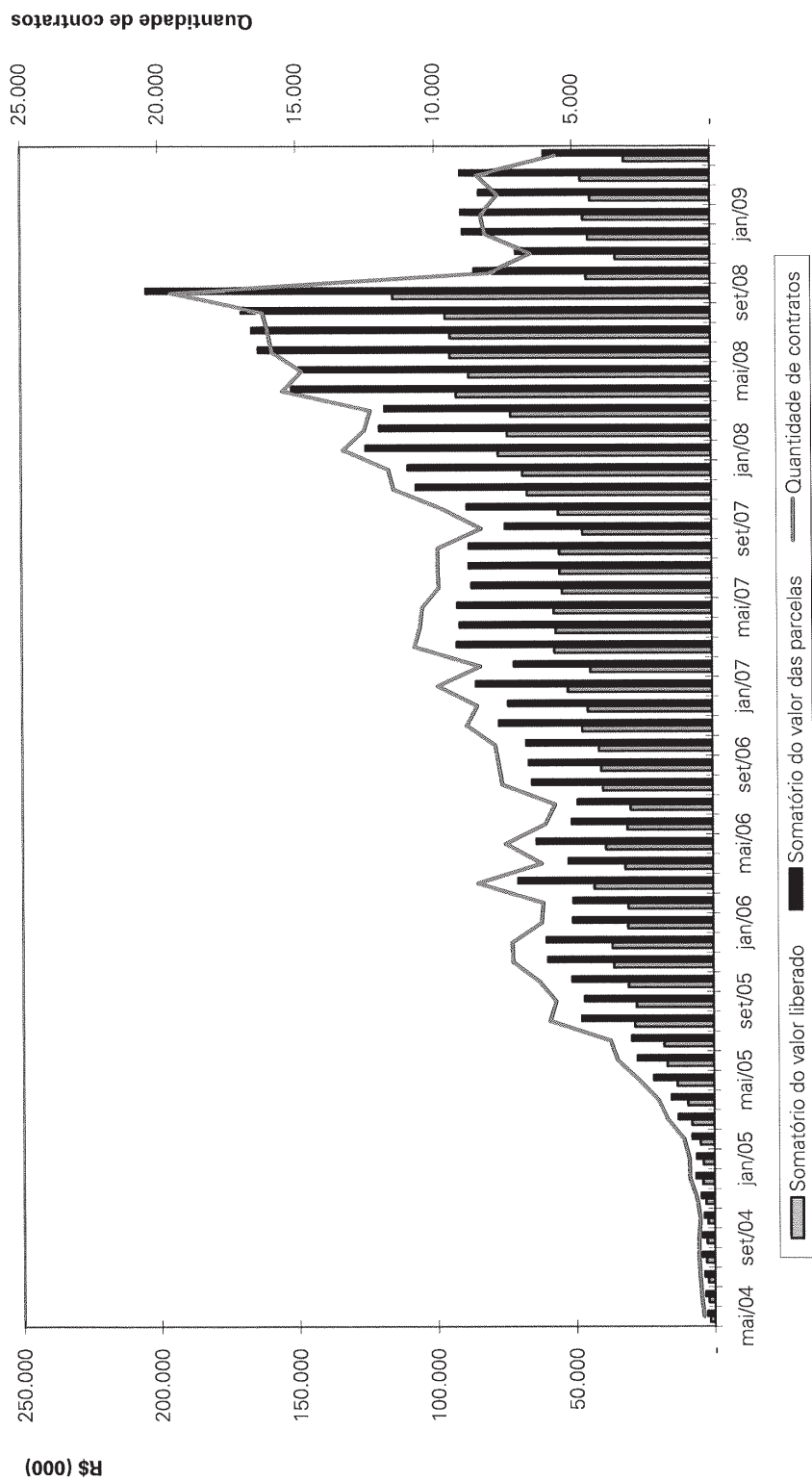
Período	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	Quantidade de contratos	%	Período	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	Quantidade de contratos	%
mai/04	2.777	0,7%	1.802	411	1,4%	dez/06	73.907	6,8%	45.163	8.505	13,6%
jun/04	3.435	0,9%	2.217	486	0,8%	jan/07	85.643	7,4%	52.426	9.931	14,9%
jul/04	3.718	0,8%	2.411	545	1,7%	fev/07	71.835	7,6%	44.152	8.394	15,8%
ago/04	4.626	0,9%	2.998	592	1,8%	mar/07	92.509	6,2%	57.223	10.776	14,0%
set/04	4.426	0,9%	2.871	581	1,9%	abr/07	91.441	7,0%	56.667	10.567	15,9%
out/04	3.859	0,7%	2.489	537	1,6%	mai/07	92.175	7,8%	57.421	10.487	16,4%
nov/04	4.880	0,8%	3.181	649	1,7%	jun/07	87.010	7,6%	54.382	9.878	16,2%
dez/04	6.783	1,1%	4.308	901	2,1%	jul/07	88.046	6,6%	55.176	9.916	14,2%
jan/05	6.543	1,2%	4.096	920	2,5%	ago/07	87.970	5,8%	55.241	9.915	12,9%
fev/05	8.088	1,7%	5.076	1.104	3,5%	set/07	74.743	5,2%	46.869	8.350	11,9%
mar/05	13.036	2,0%	8.112	1.692	4,2%	out/07	88.687	5,2%	55.638	9.733	11,8%
abr/05	15.459	2,6%	9.515	2.034	5,5%	nov/07	106.993	7,3%	66.839	11.492	15,5%
mai/05	21.897	3,4%	13.393	2.726	6,9%	dez/07	109.943	7,2%	68.482	11.682	15,4%
jun/05	27.833	3,9%	16.902	3.489	8,0%	jan/08	125.140	7,5%	77.142	13.318	16,2%
jul/05	29.844	4,2%	18.076	3.747	8,7%	fev/08	120.159	8,3%	73.825	12.561	17,8%
ago/05	47.845	5,9%	28.678	5.912	12,0%	mar/08	118.224	8,3%	72.591	12.342	18,0%
set/05	46.906	6,2%	28.061	5.699	12,4%	abr/08	151.966	10,0%	92.308	15.521	20,6%
out/05	51.323	7,0%	30.898	6.310	13,8%	mai/08	149.103	10,5%	87.800	14.817	21,0%
nov/05	60.009	7,4%	36.213	7.256	14,3%	jun/08	163.923	11,1%	94.526	15.897	21,6%
dez/05	60.616	6,7%	36.734	7.283	13,1%	jul/08	166.292	10,7%	94.438	16.034	21,2%
jan/06	50.943	6,1%	30.971	6.219	12,1%	ago/08	170.087	11,0%	96.258	16.224	21,9%
fev/06	50.821	6,9%	30.836	6.160	14,1%	set/08	204.456	11,5%	115.115	19.577	22,8%
mar/06	70.777	7,5%	43.084	8.513	15,4%	out/08	85.679	9,5%	45.122	8.032	18,1%
abr/06	52.443	6,6%	31.879	6.212	13,6%	nov/08	70.518	9,5%	34.500	6.509	17,7%
mai/06	64.053	6,6%	38.802	7.500	13,5%	dez/08	89.717	9,3%	44.380	8.166	16,8%
jun/06	51.105	5,9%	31.100	6.063	12,2%	jan/09	90.304	7,7%	46.131	8.305	14,7%
jul/06	48.974	5,2%	29.824	5.712	10,7%	fev/09	83.880	7,0%	43.543	7.686	14,0%
ago/06	65.516	6,3%	39.854	7.602	12,8%	mar/09	90.620	5,9%	47.013	8.460	12,0%
set/06	66.667	6,4%	40.463	7.723	13,1%	abr/09	60.290	4,8%	31.311	5.615	9,7%
out/06	67.562	5,7%	41.210	7.859	11,8%						
nov/06	77.272	7,1%	47.194	8.896	14,3%	Total	4.181.294	6,8%	2.474.931	450.023	13,5%
											6,4%

© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período - Motos



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.6 - Evolução mensal do ticket médio das operações

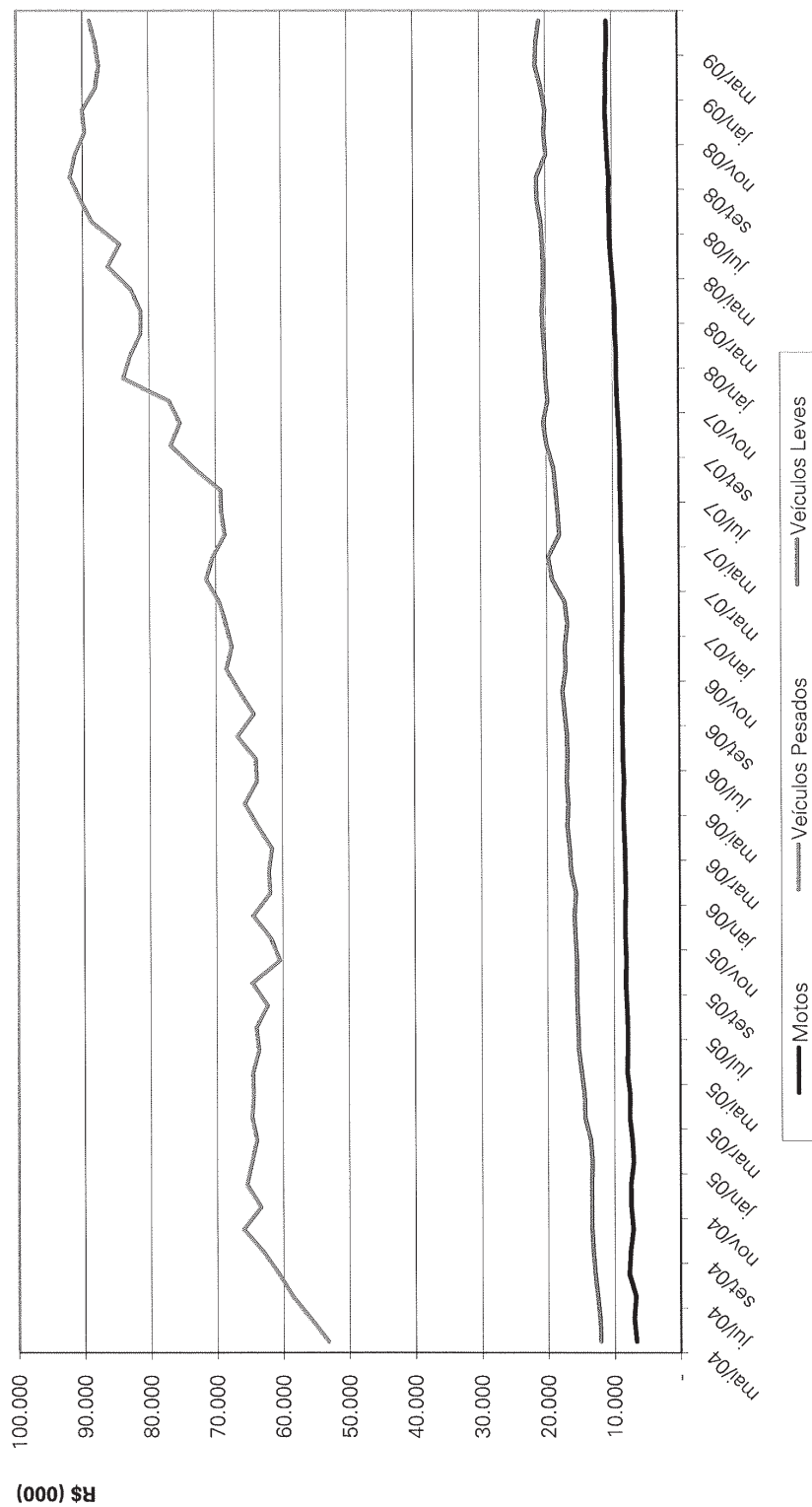
Período	Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado		Período	Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado	
	Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$		Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$		Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$		Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$			Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$		Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$		Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$		Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$	
mai/04	6.756		53.214		12.122		13.885		nov/06	8.686		68.463		17.186		17.467	
jun/04	7.068		55.898		12.238		14.114		dez/06	8.690		67.638		17.302		17.369	
jul/04	6.821		58.629		12.580		14.619		jan/07	8.624		68.491		16.932		17.310	
ago/04	7.814		60.704		12.966		15.045		fev/07	8.558		69.497		17.313		17.784	
set/04	7.618		63.037		13.211		15.696		mar/07	8.585		71.466		19.193		19.489	
out/04	7.186		66.004		13.399		15.769		abr/07	8.653		70.482		19.792		19.595	
nov/04	7.519		63.405		13.459		15.422		mai/07	8.789		68.666		18.086		18.427	
dez/04	7.528		65.521		13.455		15.132		jun/07	8.808		69.131		18.313		18.711	
jan/05	7.112		64.751		13.350		15.142		jul/07	8.879		69.247		18.626		18.986	
fev/05	7.326		63.992		13.616		15.273		ago/07	8.872		73.303		18.964		19.697	
mar/05	7.704		64.716		14.440		16.112		set/07	8.951		76.785		19.962		20.510	
abr/05	7.600		64.479		14.507		15.994		out/07	9.112		75.383		20.486		20.793	
mai/05	8.033		64.583		14.917		16.213		nov/07	9.310		77.074		19.793		19.899	
jun/05	7.977		63.671		15.357		16.625		dez/07	9.411		83.980		20.132		20.063	
jul/05	7.965		64.021		15.415		16.544		jan/08	9.396		82.904		20.181		20.221	
ago/05	8.093		62.332		15.577		16.425		fev/08	9.566		81.310		20.469		20.547	
set/05	8.231		64.636		15.618		16.410		mar/08	9.579		81.272		20.620		20.693	
out/05	8.134		60.471		15.605		16.022		abr/08	9.791		82.806		20.462		20.258	
nov/05	8.270		61.788		15.797		16.035		mai/08	10.063		86.246		20.433		20.173	
dez/05	8.323		64.495		15.972		16.105		jun/08	10.312		84.453		20.517		20.127	
jan/06	8.192		61.908		15.737		16.358		jul/08	10.371		88.620		20.753		20.495	
fev/06	8.250		62.097		16.476		16.887		ago/08	10.484		90.323		21.339		20.891	
mar/06	8.314		61.585		16.646		16.997		set/08	10.444		91.928		21.382		20.673	
abr/06	8.442		63.778		16.976		17.436		out/08	10.667		91.178		19.966		20.250	
mai/06	8.540		65.721		16.856		17.496		nov/08	10.834		89.691		20.263		20.216	
jun/06	8.429		63.891		17.057		17.602		dez/08	10.987		90.027		20.059		19.827	
jul/06	8.574		64.055		16.936		17.544		jan/09	10.873		87.985		20.686		20.695	
ago/06	8.618		66.808		17.006		17.415		fev/09	10.913		87.558		21.540		21.660	
set/06	8.632		64.319		17.315		17.538		mar/09	10.712		88.025		21.414		21.723	
out/06	8.597		66.477		17.672		17.890		abr/09	10.737		88.921		20.971		21.594	
Média										9.291		72.029		17.945		18.504	



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.5 - Evolução mensal do ticket médio das operações



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 - Evolução mensal do ticket médio do valor liberado

Período	Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado		Período	Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado	
	Ticket médio do valor liberado - R\$		Ticket médio do valor liberado - R\$		Ticket médio do valor liberado - R\$		Ticket médio do valor liberado - R\$			Ticket médio do valor liberado - R\$		Ticket médio do valor liberado - R\$		Ticket médio do valor liberado - R\$		Ticket médio do valor liberado - R\$	
mai/04	4.384		35.292		7.934		9.108		nov/06	5.305		45.432		11.041		11.224	
jun/04	4.562		36.426		7.925		9.150		dez/06	5.310		44.984		11.121		11.164	
jul/04	4.424		38.937		8.199		9.561		jan/07	5.279		45.738		10.881		11.138	
ago/04	5.063		40.332		8.511		9.896		fev/07	5.260		46.648		11.190		11.513	
set/04	4.941		41.924		8.636		10.297		mar/07	5.310		48.095		11.979		12.275	
out/04	4.634		43.901		8.791		10.373		abr/07	5.363		47.705		12.340		12.329	
nov/04	4.302		42.148		8.807		10.118		mai/07	5.475		46.644		11.759		12.015	
dez/04	4.781		43.550		8.763		9.882		jun/07	5.505		47.318		12.006		12.300	
jan/05	4.452		43.077		8.691		9.888		jul/07	5.564		47.319		12.165		12.438	
fev/05	4.598		42.664		8.878		9.987		ago/07	5.571		49.616		12.332		12.856	
mar/05	4.794		42.815		9.469		10.569		set/07	5.613		51.991		12.707		13.147	
abr/05	4.678		42.859		9.472		10.455		out/07	5.716		51.203		12.971		13.263	
mai/05	4.913		42.584		9.750		10.587		nov/07	5.816		52.284		12.726		12.850	
jun/05	4.844		42.258		10.020		10.846		dez/07	5.862		56.343		12.855		12.856	
jul/05	4.824		42.248		10.022		10.748		jan/08	5.792		54.688		12.738		12.808	
ago/05	4.851		41.266		10.092		10.627		fev/08	5.877		53.294		12.874		12.970	
set/05	4.924		42.647		10.112		10.602		mar/08	5.882		53.283		13.003		13.089	
out/05	4.897		39.856		10.077		10.323		abr/08	5.947		53.807		12.841		12.731	
nov/05	4.991		40.750		10.174		10.306		mai/08	5.926		54.941		12.641		12.464	
dez/05	5.044		42.581		10.256		10.330		jun/08	5.946		53.807		12.553		12.297	
jan/06	4.980		40.895		10.145		10.542		jul/08	5.890		56.120		12.590		12.416	
fev/06	5.006		41.005		10.680		10.924		ago/08	5.933		56.639		12.772		12.501	
mar/06	5.061		40.699		10.795		10.999		set/08	5.880		57.206		12.722		12.287	
abr/06	5.132		42.159		11.007		11.286		out/08	5.618		53.715		11.372		11.500	
mai/06	5.174		43.777		10.909		11.320		nov/08	5.300		50.846		10.999		10.922	
jun/06	5.129		42.277		11.015		11.364		dez/08	5.435		52.913		11.055		10.884	
jul/06	5.221		42.509		10.926		11.323		jan/09	5.555		52.810		11.810		11.774	
ago/06	5.243		44.725		10.963		11.236		fev/09	5.665		53.385		12.544		12.576	
set/06	5.239		42.965		11.116		11.268		mar/09	5.557		53.745		12.558		12.703	
out/06	5.244		44.198		11.279		11.436		abr/09	5.576		54.186		12.312		12.654	
									Média	5.500		47.216		11.294		11.659	



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.6 - Evolução mensal do ticket médio do valor liberado



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período por tipo de produto - Consolidado

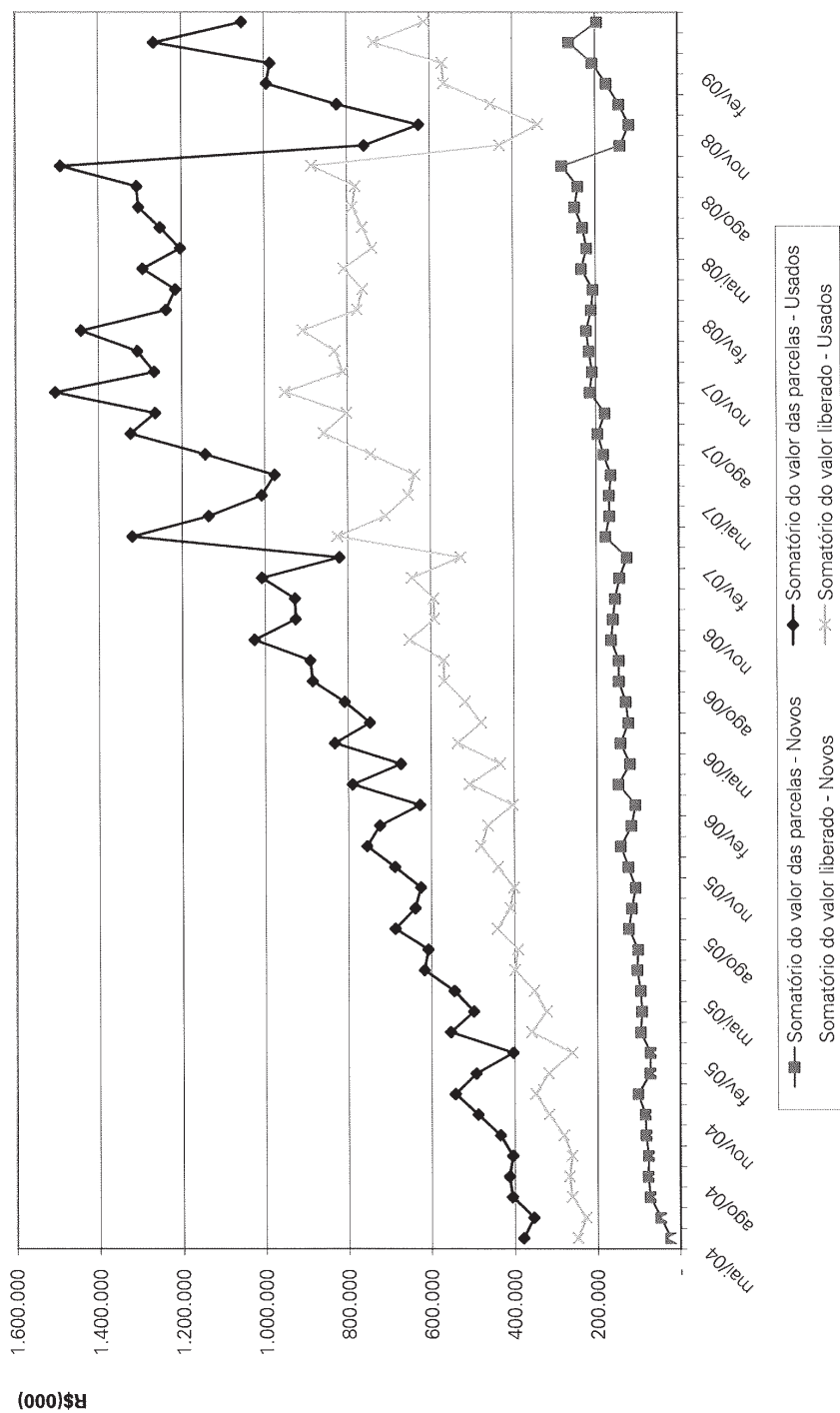
Período	Novos			Usados			Período	Novos			Usados		
	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos		Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos
mai/04	24.069	0,3%	1.039	379.665	0,7%	28.038	jan/07	144.100	1,6%	9.085	1.007.623	1,9%	57.452
jun/04	47.521	0,5%	1.778	355.000	0,7%	26.742	fev/07	126.566	1,4%	7.909	820.506	1,6%	45.345
jul/04	73.078	0,8%	2.595	406.404	0,8%	30.204	mar/07	177.582	2,0%	10.366	1.319.799	2,5%	66.478
ago/04	77.711	0,9%	2.646	413.311	0,8%	29.991	abr/07	168.221	1,9%	10.174	1.135.837	2,2%	56.377
set/04	77.120	0,9%	2.482	405.214	0,8%	28.248	mai/07	168.646	1,9%	10.203	1.007.605	1,9%	53.631
out/04	82.749	0,9%	2.512	435.018	0,8%	30.322	jun/07	163.995	1,8%	9.870	976.615	1,9%	51.089
nov/04	84.535	0,9%	2.713	489.689	0,9%	34.520	jul/07	182.103	2,0%	10.256	1.143.296	2,2%	59.555
dez/04	101.989	1,1%	3.409	543.792	1,0%	39.288	ago/07	195.824	2,2%	10.313	1.322.707	2,5%	66.782
jan/05	72.433	0,8%	2.407	493.685	0,9%	34.980	set/07	178.552	2,0%	9.014	1.263.308	2,4%	61.287
fev/05	72.030	0,8%	2.601	404.471	0,8%	28.597	out/07	214.664	2,4%	10.783	1.504.595	2,9%	71.902
mar/05	95.210	1,1%	3.494	554.560	1,1%	36.835	nov/07	208.888	2,3%	11.862	1.265.489	2,4%	62.231
abr/05	92.335	1,0%	3.609	499.649	0,9%	33.405	dez/07	216.598	2,4%	11.974	1.305.607	2,5%	63.897
mai/05	95.194	1,1%	4.070	545.511	1,0%	35.449	jan/08	223.046	2,5%	12.855	1.441.813	2,7%	69.480
jun/05	104.104	1,2%	4.484	617.575	1,2%	38.926	fev/08	210.529	2,3%	12.344	1.237.272	2,3%	56.120
jul/05	101.413	1,1%	4.510	608.801	1,2%	38.419	mar/08	206.166	2,3%	12.276	1.214.372	2,3%	56.373
ago/05	123.843	1,4%	6.126	687.841	1,3%	43.293	abr/08	234.321	2,6%	14.981	1.292.670	2,5%	60.396
set/05	116.412	1,3%	5.957	639.791	1,2%	40.126	mai/08	221.444	2,5%	14.202	1.202.505	2,3%	56.385
out/05	107.426	1,2%	6.137	626.449	1,2%	39.668	jun/08	230.894	2,6%	15.037	1.251.050	2,4%	58.592
nov/05	124.696	1,4%	7.321	688.224	1,3%	43.377	jul/08	250.540	2,8%	15.393	1.302.260	2,5%	60.372
dez/05	142.637	1,6%	7.779	755.993	1,4%	48.020	ago/08	242.440	2,7%	15.333	1.306.320	2,5%	58.803
jan/06	117.161	1,3%	6.574	724.328	1,4%	44.867	set/08	280.814	3,1%	18.487	1.490.919	2,8%	67.216
fev/06	107.521	1,2%	6.353	628.151	1,2%	37.212	out/08	139.937	1,6%	8.596	759.004	1,4%	35.796
mar/06	148.469	1,7%	8.802	790.437	1,5%	46.439	nov/08	117.965	1,3%	7.258	626.615	1,2%	29.574
abr/06	120.242	1,3%	6.496	673.379	1,3%	39.020	dez/08	141.857	1,6%	9.200	823.894	1,6%	39.510
mai/06	142.341	1,6%	7.777	833.163	1,6%	47.980	jan/09	172.442	1,9%	10.000	994.260	1,9%	46.377
jun/06	123.505	1,4%	6.547	748.559	1,4%	42.996	fev/09	206.732	2,3%	10.297	985.220	1,9%	44.733
jul/06	130.146	1,5%	6.479	809.366	1,5%	47.073	mar/09	263.668	2,9%	12.368	1.264.792	2,4%	57.993
ago/06	146.613	1,6%	7.833	885.923	1,7%	51.457	abr/09	195.569	2,2%	8.688	1.053.120	2,0%	49.137
set/06	146.283	1,6%	7.828	891.308	1,7%	51.333							
out/06	164.920	1,8%	8.454	1.025.885	1,9%	58.109	Total	8.962.866	100,0%	487.884	52.735.277	100,0%	2.846.430
nov/06	160.146	1,8%	9.096	926.818	1,8%	53.134							
dez/06	154.913	1,7%	8.862	928.242	1,8%	53.499							



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65507.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.7 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado de contratos no período por tipo de produto - Consolidado



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.9 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período por tipo de produto - Veículos leves

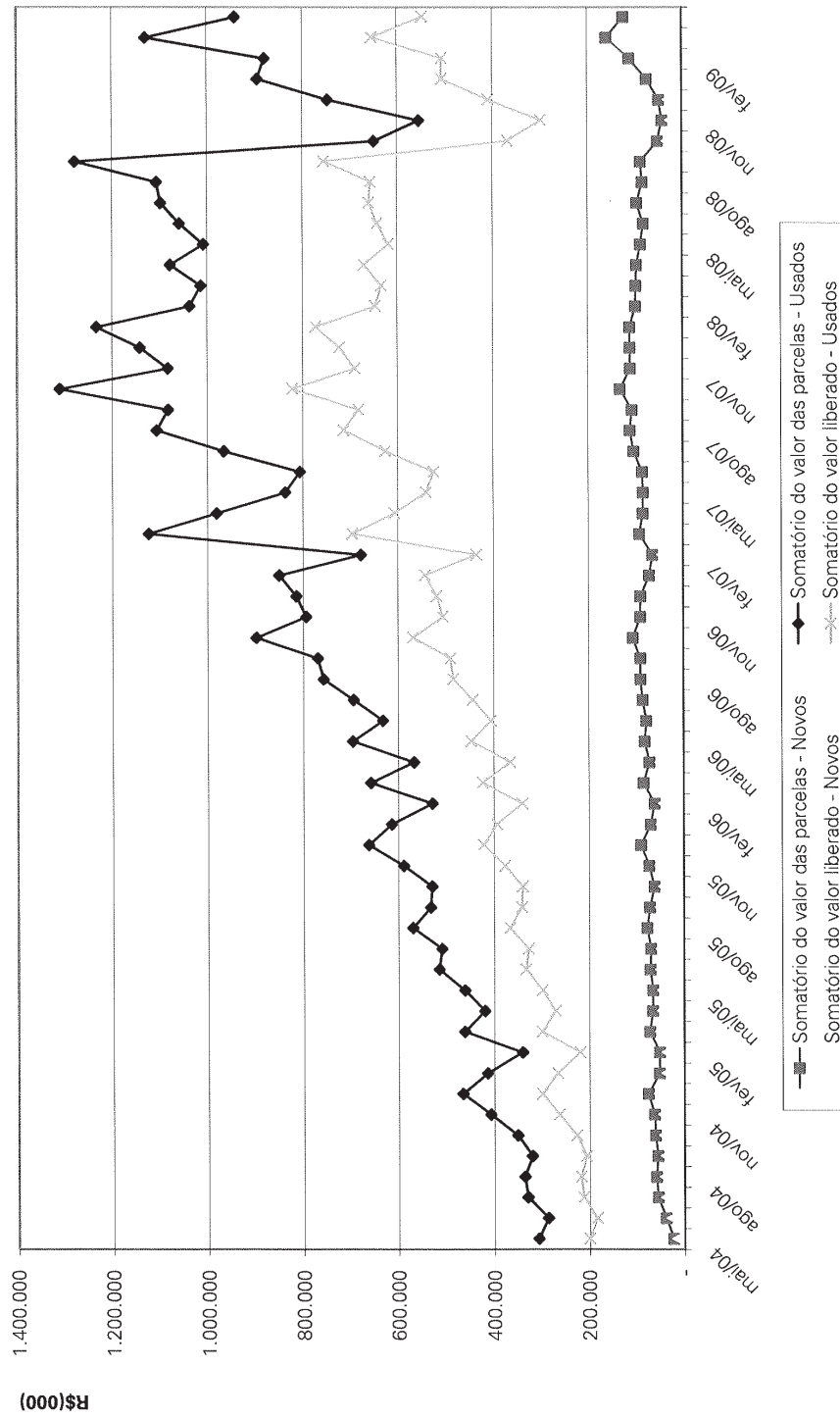
Período	Novos			Usados			Período	Novos			Usados		
	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos		Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos
mai/04	24.019	0,5%	1.030	307.708	0,7%	26.335	jan/07	72.525	1,5%	2.137	850.614	1,9%	52.382
jun/04	39.793	0,8%	1.601	287.575	0,6%	25.150	fev/07	65.387	1,3%	1.896	678.571	1,5%	41.075
jul/04	56.275	1,1%	2.221	330.374	0,7%	28.513	mar/07	93.109	1,9%	2.576	1.124.450	2,5%	60.861
ago/04	59.775	1,2%	2.287	336.475	0,7%	28.273	abr/07	85.480	1,7%	2.389	981.730	2,2%	51.627
set/04	56.473	1,1%	2.100	320.703	0,7%	26.451	mai/07	85.041	1,7%	2.389	837.188	1,9%	48.601
out/04	61.564	1,3%	2.165	350.499	0,8%	28.589	jun/07	86.413	1,8%	2.400	806.457	1,8%	46.356
nov/04	63.569	1,3%	2.321	408.068	0,9%	32.722	jul/07	104.282	2,1%	2.834	966.533	2,2%	54.656
dez/04	76.460	1,6%	2.852	485.764	1,0%	37.447	ago/07	112.347	2,3%	2.961	1.107.028	2,5%	61.338
jan/05	53.272	1,1%	1.945	414.680	0,9%	33.107	set/07	107.619	2,2%	2.765	1.083.200	2,4%	56.890
fev/05	52.885	1,1%	1.924	341.040	0,8%	27.006	out/07	132.532	2,7%	3.297	1.311.164	2,9%	67.176
mar/05	73.007	1,5%	2.519	462.254	1,0%	34.550	nov/07	111.203	2,3%	2.861	1.083.536	2,4%	57.500
abr/05	66.956	1,4%	2.290	420.460	0,9%	31.308	dez/07	111.990	2,3%	2.777	1.142.389	2,5%	59.532
mai/05	66.500	1,4%	2.311	461.311	1,0%	33.073	jan/08	112.186	2,3%	2.693	1.233.372	2,7%	63.982
jun/05	72.264	1,5%	2.338	515.123	1,1%	35.911	fev/08	100.014	2,0%	2.480	1.037.282	2,3%	53.082
jul/05	70.781	1,4%	2.306	509.011	1,1%	35.305	mar/08	98.876	2,0%	2.480	1.014.157	2,3%	51.498
ago/05	78.500	1,6%	2.544	570.525	1,2%	39.121	abr/08	97.259	2,0%	2.424	1.078.203	2,4%	55.022
set/05	72.647	1,5%	2.057	530.006	1,2%	35.962	mai/08	89.151	1,8%	2.227	1.008.375	2,2%	51.487
out/05	63.290	1,3%	2.057	589.160	1,3%	39.648	jun/08	82.742	1,7%	2.075	1.058.858	2,4%	53.568
nov/05	74.219	1,5%	2.345	663.109	1,5%	44.449	jul/08	96.594	2,0%	2.315	1.098.051	2,4%	55.251
dez/05	90.996	1,8%	2.766	614.306	1,4%	41.329	ago/08	84.981	1,7%	1.980	1.106.633	2,5%	53.861
jan/06	70.438	1,4%	2.184	528.851	1,2%	34.005	set/08	88.607	1,8%	2.069	1.278.818	2,8%	61.883
fev/06	62.669	1,3%	1.897	658.828	1,5%	42.159	out/08	52.196	1,1%	1.156	649.282	1,4%	33.978
mar/06	85.577	1,7%	2.560	567.302	1,3%	35.622	nov/08	42.676	0,9%	861	554.341	1,2%	28.603
abr/06	73.106	1,5%	2.102	696.639	1,6%	43.857	dez/08	48.999	1,0%	1.098	746.282	1,7%	38.549
mai/06	82.975	1,7%	2.394	633.128	1,4%	39.552	jan/09	75.219	1,5%	1.706	894.012	2,0%	45.148
jun/06	79.600	1,6%	2.234	694.494	1,5%	43.649	fev/09	111.795	2,3%	2.599	879.211	2,0%	43.408
jul/06	86.831	1,8%	2.486	757.405	1,7%	47.317	mar/09	159.802	3,2%	3.893	1.129.629	2,5%	56.322
ago/06	91.564	1,9%	2.604	769.526	1,7%	47.177	abr/09	124.353	2,5%	3.028	941.691	2,1%	47.806
set/06	91.542	1,9%	2.553	898.814	2,0%	53.940	Total	4.920.959	100,0%	139.855	44.925.349	100,0%	2.637.944
out/06	107.496	2,2%	3.005	793.843	1,8%	48.864							
nov/06	91.589	1,9%	2.655	814.270	1,8%	49.690							
dez/06	90.951	1,8%	2.628										

© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KODS 65507.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.8 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período por tipo de produto - Veículos leves



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.10 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado de contratos no período por tipo de produto - Veículos pesados

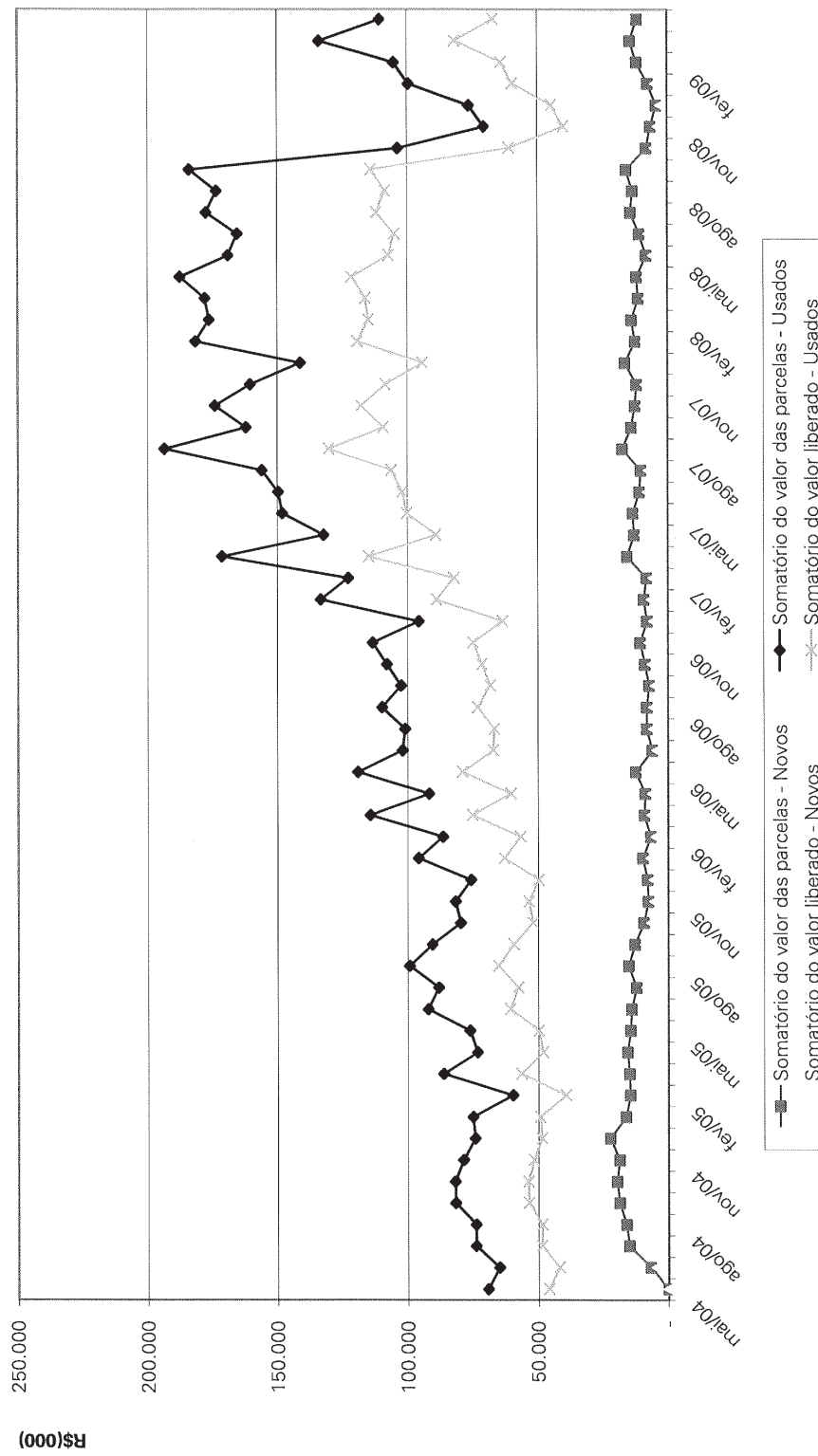
Período	Novos			Usados			Período	Novos			Usados		
	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos		Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos
mai/04	-	0,0%	-	69.231	1,0%	1.301	jan/07	9.387	1,3%	95	133.554	1,9%	1.992
jun/04	6.891	1,0%	73	64.826	0,9%	1.210	fev/07	8.353	1,2%	88	122.927	1,8%	1.801
jul/04	15.145	2,1%	159	73.971	1,1%	1.361	mar/07	15.814	2,2%	132	171.498	2,5%	2.489
ago/04	16.199	2,3%	158	73.947	1,1%	1.327	abr/07	13.020	1,8%	125	132.385	1,9%	1.938
set/04	18.893	2,7%	181	81.839	1,2%	1.417	mai/07	13.584	1,9%	127	148.263	2,1%	2.230
out/04	19.838	2,8%	187	82.006	1,2%	1.356	jun/07	10.977	1,5%	102	149.753	2,2%	2.223
nov/04	18.912	2,7%	175	78.796	1,1%	1.366	jul/07	10.484	1,5%	116	156.054	2,2%	2.289
dez/04	22.460	3,2%	207	74.314	1,1%	1.270	ago/07	17.576	2,5%	158	193.610	2,8%	2.723
jan/05	16.445	2,3%	151	75.178	1,1%	1.264	set/07	14.145	2,0%	121	162.154	2,3%	2.175
fev/05	14.729	2,1%	148	59.758	0,9%	1.016	out/07	12.710	1,8%	116	174.165	2,5%	2.363
mar/05	15.123	2,1%	163	86.351	1,2%	1.405	nov/07	12.060	1,7%	111	160.586	2,3%	2.129
abr/05	15.772	2,2%	145	73.338	1,1%	1.237	dez/07	16.532	2,3%	121	141.351	2,0%	1.759
mai/05	14.677	2,1%	121	76.321	1,1%	1.288	jan/08	12.594	1,8%	111	181.567	2,6%	2.231
jun/05	14.195	2,0%	124	92.263	1,3%	1.548	fev/08	13.957	2,0%	135	176.388	2,5%	2.206
jul/05	12.364	1,7%	105	88.214	1,3%	1.466	mar/08	11.363	1,6%	112	177.919	2,6%	2.217
ago/05	15.350	2,2%	144	90.466	1,4%	1.698	abr/08	11.959	1,7%	115	187.603	2,7%	2.295
set/05	12.937	1,8%	122	90.673	1,3%	1.481	mai/08	8.287	1,2%	74	169.034	2,4%	1.982
out/05	9.500	1,3%	99	79.756	1,1%	1.377	jun/08	10.942	1,5%	97	165.480	2,4%	1.992
nov/05	7.782	1,1%	77	81.749	1,2%	1.372	jul/08	14.324	2,0%	113	177.539	2,6%	2.052
dez/05	8.093	1,1%	75	75.816	1,1%	1.226	ago/08	13.509	1,9%	107	173.550	2,5%	1.964
jan/06	9.842	1,4%	103	95.959	1,4%	1.606	set/08	15.877	2,2%	127	183.975	2,6%	2.047
fev/06	6.834	1,0%	66	86.498	1,2%	1.437	out/08	8.141	1,1%	71	103.643	1,5%	1.155
mar/06	9.220	1,3%	92	114.503	1,6%	1.917	nov/08	6.535	0,9%	48	70.510	1,0%	811
abr/06	8.873	1,2%	80	91.896	1,3%	1.500	dez/08	4.361	0,6%	39	76.394	1,1%	858
mai/06	12.507	1,8%	122	119.330	1,7%	1.884	jan/09	7.645	1,1%	70	99.521	1,4%	1.148
jun/06	6.243	0,9%	74	101.989	1,5%	1.620	fev/09	11.915	1,7%	93	105.150	1,5%	1.244
jul/06	8.210	1,2%	86	101.003	1,5%	1.619	mar/09	14.407	2,0%	110	134.002	1,9%	1.576
ago/06	8.253	1,2%	84	109.798	1,6%	1.683	abr/09	11.738	1,6%	106	110.617	1,6%	1.270
set/06	7.345	1,0%	79	102.512	1,5%	1.629							
out/06	8.978	1,3%	78	107.955	1,6%	1.681	Total	712.694	100,0%	6.599	6.957.847	100,0%	99.893
nov/06	10.704	1,5%	98	113.556	1,6%	1.717							
dez/06	8.188	1,1%	83	95.839	1,4%	1.455							



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDM5 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.9 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período por tipo de produto - Veículos pesados



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.11 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período por tipo de produto - Motos

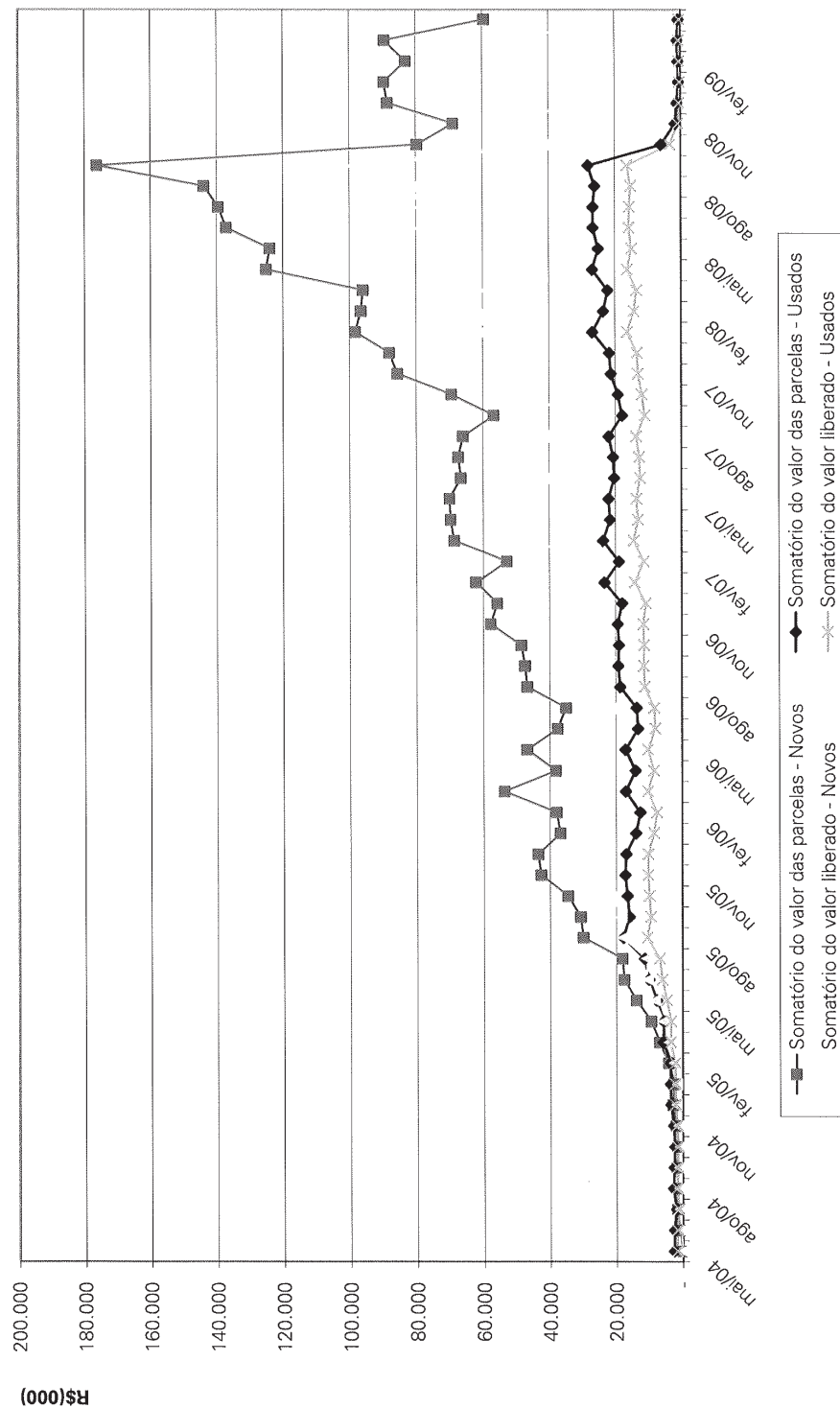
Período	Novos			Usados			Período	Novos			Usados		
	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos		Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de contratos
mai/04	51	0,0%	9	2.726	0,3%	402	jan/07	62.188	1,9%	6.853	23.454	2,8%	3.078
jun/04	836	0,0%	104	2.599	0,3%	382	fev/07	52.827	1,6%	5.925	19.008	2,2%	2.469
jul/04	1.658	0,0%	215	2.060	0,2%	330	mar/07	68.659	2,1%	7.648	23.850	2,8%	3.128
ago/04	1.738	0,1%	201	2.888	0,3%	391	abr/07	69.720	2,1%	7.755	21.721	2,5%	2.812
set/04	1.754	0,1%	201	2.672	0,3%	380	mai/07	70.021	2,1%	7.687	22.154	2,6%	2.800
out/04	1.346	0,0%	160	2.513	0,3%	377	jun/07	66.605	2,0%	7.368	20.405	2,4%	2.510
nov/04	2.054	0,1%	217	2.825	0,3%	432	jul/07	67.337	2,0%	7.306	20.709	2,4%	2.610
dez/04	3.069	0,1%	350	3.714	0,4%	551	ago/07	65.901	2,0%	7.194	22.069	2,6%	2.721
jan/05	2.716	0,1%	311	3.827	0,4%	609	set/07	56.788	1,7%	6.128	17.955	2,1%	2.222
fev/05	4.417	0,1%	529	3.672	0,4%	575	out/07	69.422	2,1%	7.370	19.265	2,3%	2.363
mar/05	7.080	0,2%	812	5.955	0,7%	880	nov/07	85.626	2,6%	8.890	21.368	2,5%	2.602
abr/05	9.608	0,3%	1.174	5.851	0,7%	860	dez/07	88.076	2,6%	9.076	21.867	2,6%	2.606
mai/05	14.017	0,4%	1.638	7.879	0,9%	1.088	jan/08	98.266	3,0%	10.051	26.874	3,2%	3.267
jun/05	17.644	0,5%	2.022	10.189	1,2%	1.467	fev/08	96.558	2,9%	9.729	23.601	2,8%	2.832
jul/05	18.268	0,5%	2.099	11.576	1,4%	1.648	mar/08	95.927	2,9%	9.684	22.297	2,6%	2.658
ago/05	29.994	0,9%	3.438	17.851	2,1%	2.474	abr/08	125.103	3,8%	12.442	26.864	3,2%	3.079
set/05	30.827	0,9%	3.475	16.079	1,9%	2.224	mai/08	124.006	3,7%	11.901	25.096	2,9%	2.916
out/05	34.636	1,0%	3.981	16.687	2,0%	2.329	jun/08	137.210	4,1%	12.865	26.712	3,1%	3.032
nov/05	42.695	1,3%	4.899	17.314	2,0%	2.357	jul/08	139.622	4,2%	12.965	26.670	3,1%	3.069
dez/05	43.548	1,3%	4.938	17.068	2,0%	2.345	ago/08	143.950	4,3%	13.246	26.136	3,1%	2.978
jan/06	36.881	1,1%	4.287	14.062	1,7%	1.932	set/08	176.331	5,3%	16.291	28.126	3,3%	3.286
fev/06	38.018	1,1%	4.390	12.803	1,5%	1.770	out/08	79.601	2,4%	7.369	6.079	0,7%	663
mar/06	53.672	1,6%	6.150	17.106	2,0%	2.363	nov/08	68.754	2,1%	6.349	1.764	0,2%	160
abr/06	38.263	1,1%	4.314	14.181	1,7%	1.898	dez/08	88.497	2,7%	8.063	1.219	0,1%	103
mai/06	46.859	1,4%	5.261	17.194	2,0%	2.239	jan/09	89.577	2,7%	8.224	727	0,1%	81
jun/06	37.662	1,1%	4.239	13.442	1,6%	1.824	fev/09	83.022	2,5%	7.605	858	0,1%	81
jul/06	35.105	1,1%	3.907	13.868	1,6%	1.805	mar/09	89.459	2,7%	8.365	1.161	0,1%	95
ago/06	46.796	1,4%	5.145	18.720	2,2%	2.457	abr/09	59.478	1,8%	5.554	812	0,1%	61
set/06	47.396	1,4%	5.196	19.270	2,3%	2.527							
out/06	48.445	1,5%	5.371	19.116	2,2%	2.488	Total	3.329.213	100,0%	341.430	852.081	100,0%	108.593
nov/06	57.853	1,7%	6.343	19.419	2,3%	2.553							
dez/06	55.775	1,7%	6.151	18.132	2,1%	2.354							



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.10 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período por tipo de produto - Motos



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.12 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - Veículos leves

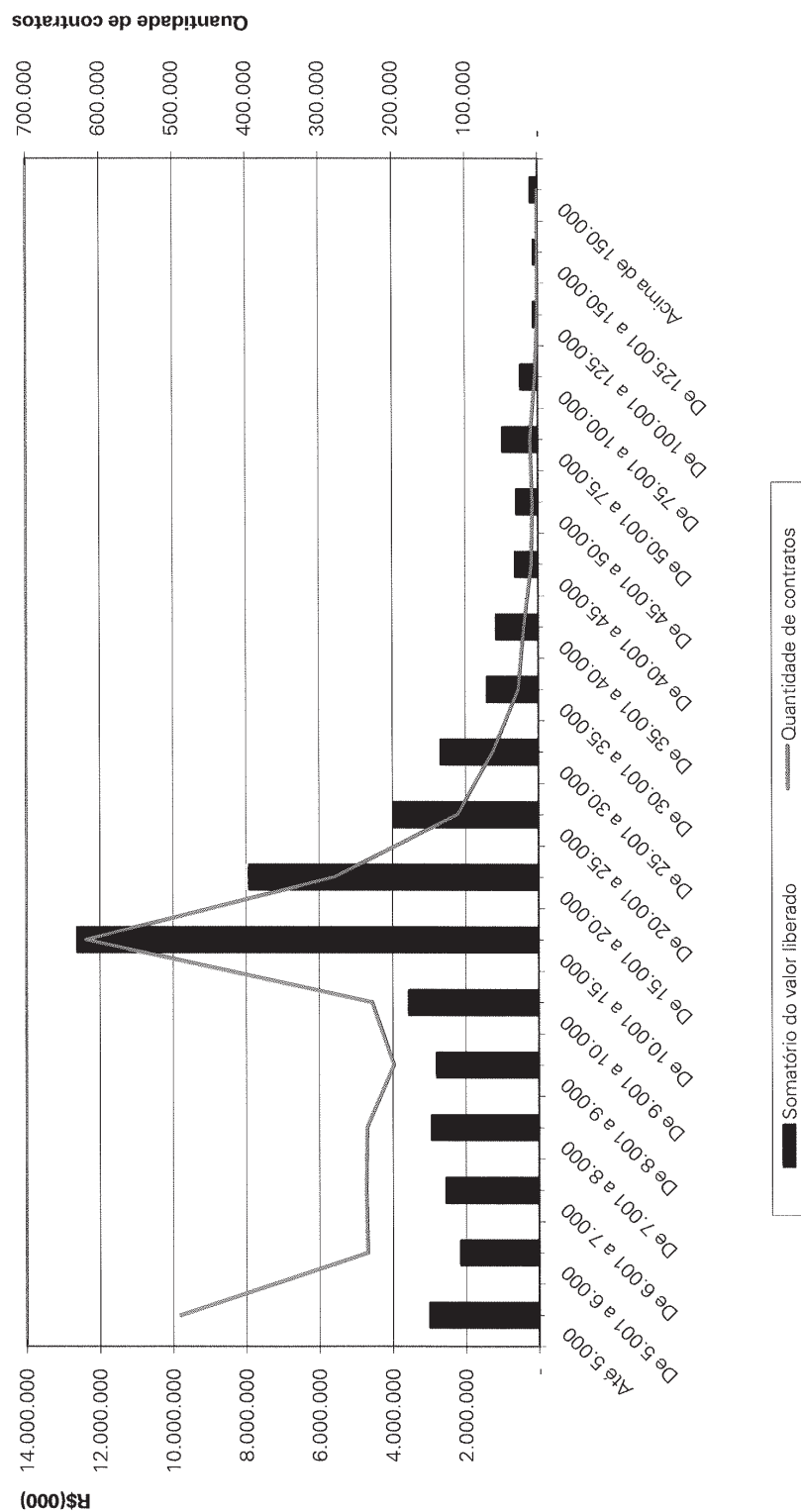
Faixas de valor (em R\$)	Σ do Valor liberado · R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Até 5.000	1.877.113	6,0%	490.065	17,6%
De 5.001 a 6.000	1.337.788	4,3%	233.939	8,4%
De 6.001 a 7.000	1.582.906	5,0%	236.194	8,5%
De 7.001 a 8.000	1.814.266	5,8%	235.219	8,5%
De 8.001 a 9.000	1.726.659	5,5%	198.736	7,2%
De 9.001 a 10.000	2.229.493	7,1%	227.787	8,2%
De 10.001 a 15.000	7.759.534	24,7%	619.352	22,3%
De 15.001 a 20.000	4.928.359	15,7%	279.732	10,1%
De 20.001 a 25.000	2.529.866	8,1%	111.482	4,0%
De 25.001 a 30.000	1.750.638	5,6%	62.660	2,3%
De 30.001 a 35.000	917.429	2,9%	27.866	1,0%
De 35.001 a 40.000	762.975	2,4%	19.976	0,7%
De 40.001 a 45.000	413.148	1,3%	9.575	0,3%
De 45.001 a 50.000	401.447	1,3%	8.251	0,3%
De 50.001 a 75.000	670.508	2,1%	11.055	0,4%
De 75.001 a 100.000	343.808	1,1%	3.863	0,1%
De 100.001 a 125.000	90.574	0,3%	797	0,0%
De 125.001 a 150.000	83.583	0,3%	586	0,0%
Acima de 150.000	153.078	0,5%	664	0,0%
Total	31.373.174	100,0%	2.777.799	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.11 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - Veículos leves



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.13 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - Veículos pesados

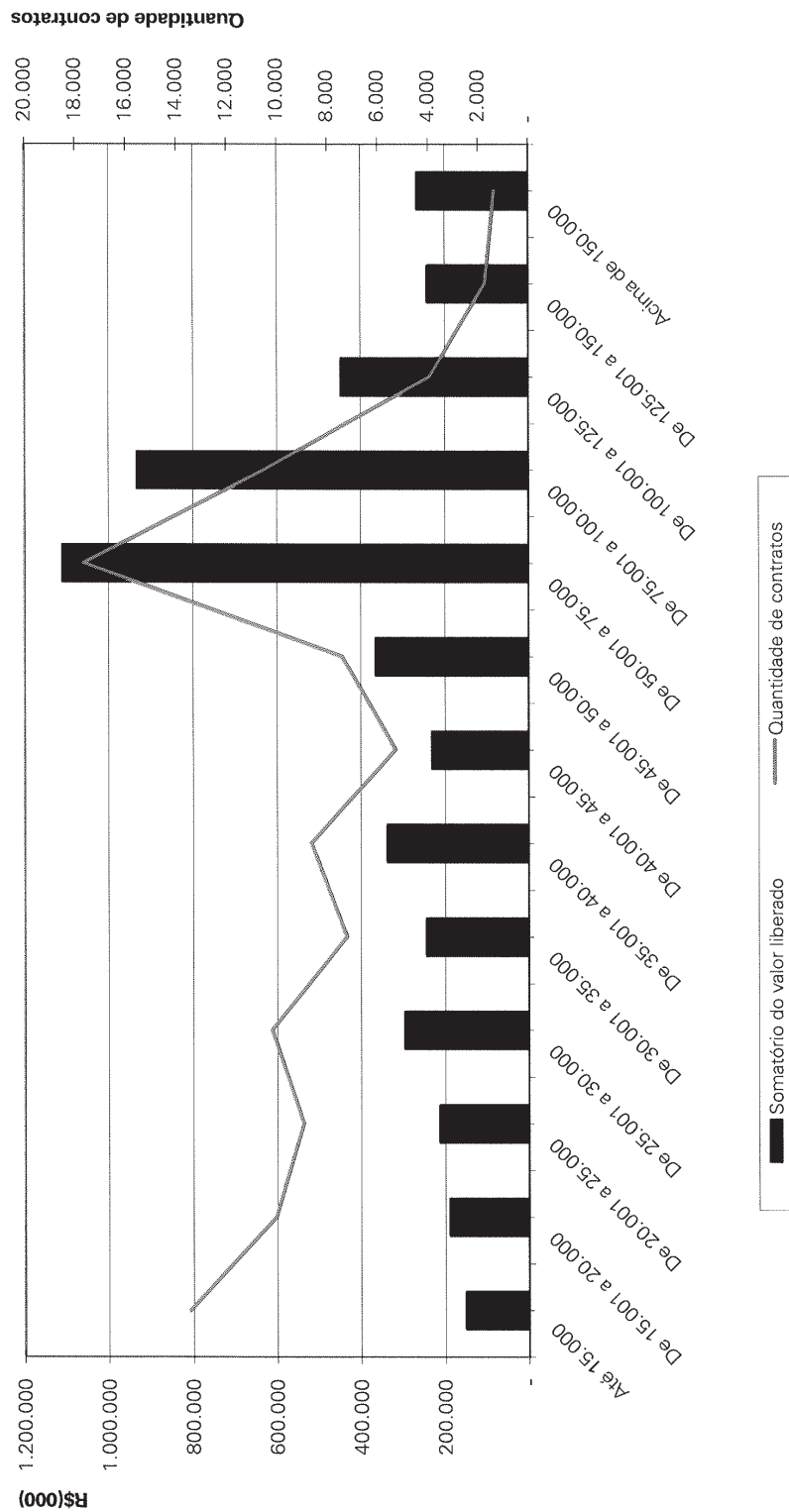
Faixas de valor (em R\$)	Σ do Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Até 15.000	150.973	3,0%	13.450	12,6%
De 15.001 a 20.000	189.255	3,8%	10.049	9,4%
De 20.001 a 25.000	213.273	4,2%	8.963	8,4%
De 25.001 a 30.000	296.128	5,9%	10.209	9,6%
De 30.001 a 35.000	244.596	4,9%	7.222	6,8%
De 35.001 a 40.000	337.774	6,7%	8.642	8,1%
De 40.001 a 45.000	232.493	4,6%	5.300	5,0%
De 45.001 a 50.000	365.247	7,3%	7.411	7,0%
De 50.001 a 75.000	1.110.700	22,1%	17.679	16,6%
De 75.001 a 100.000	933.050	18,6%	10.520	9,9%
De 100.001 a 125.000	446.740	8,9%	3.937	3,7%
De 125.001 a 150.000	241.840	4,8%	1.740	1,6%
Acima de 150.000	266.024	5,3%	1.370	1,3%
Total	5.028.093	100,0%	106.492	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.12 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - Veículos pesados



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.14 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - Motos

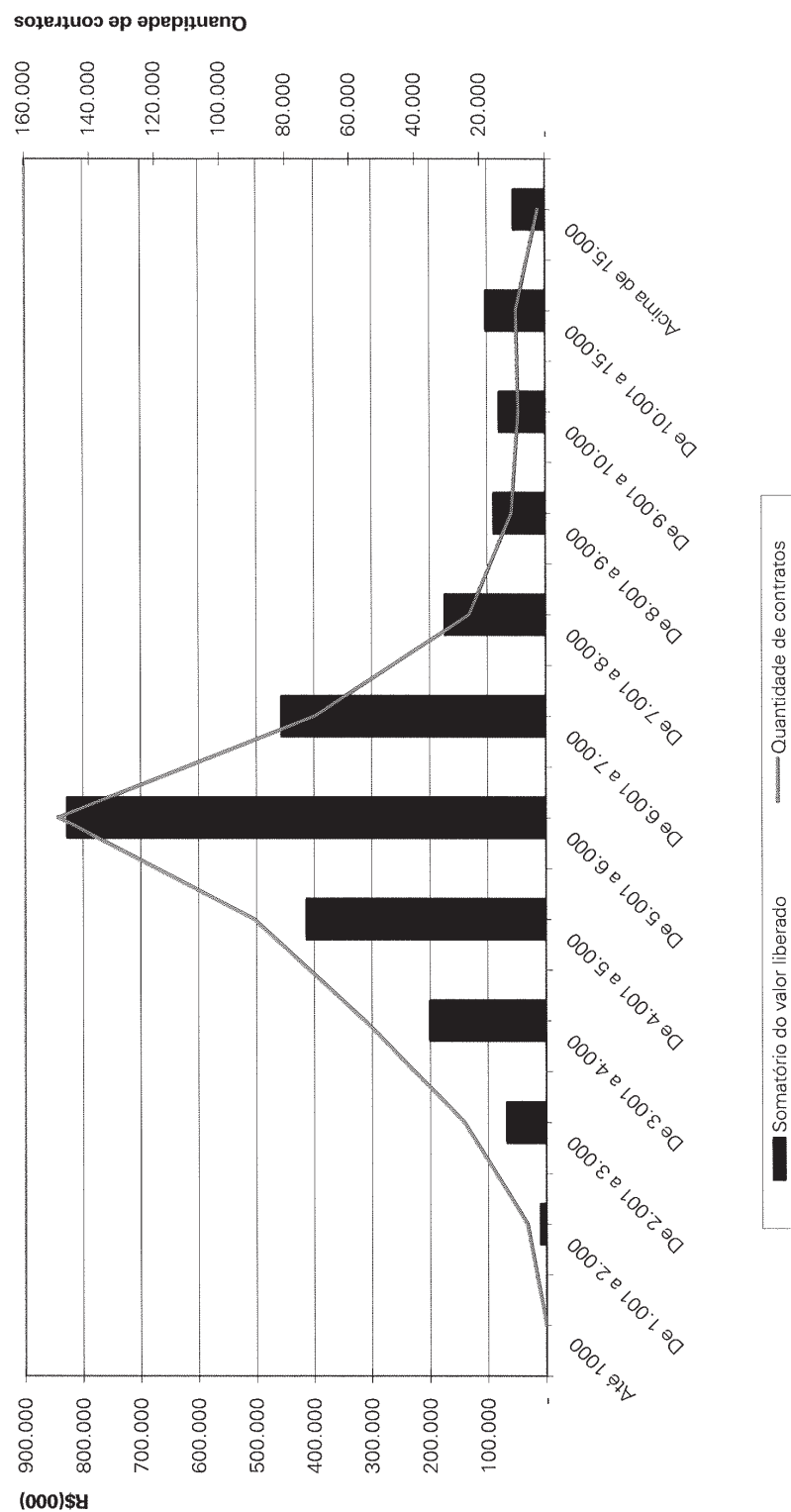
Faixas de valor (em R\$)	Σ do Valor liberado R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Até 1000	90	0,0%	98	0,0%
De 1.001 a 2.000	10.309	0,4%	5.795	1,3%
De 2.001 a 3.000	67.708	2,7%	25.028	5,6%
De 3.001 a 4.000	200.400	8,1%	55.546	12,3%
De 4.001 a 5.000	413.484	16,7%	89.718	19,9%
De 5.001 a 6.000	827.332	33,4%	149.736	33,3%
De 6.001 a 7.000	456.343	18,4%	70.837	15,7%
De 7.001 a 8.000	174.047	7,0%	23.313	5,2%
De 8.001 a 9.000	89.015	3,6%	10.444	2,3%
De 9.001 a 10.000	79.561	3,2%	8.314	1,8%
De 10.001 a 15.000	102.411	4,1%	9.030	2,0%
Acima de 15.000	54.231	2,2%	2.164	0,5%
Total	2.474.931	100,0%	450.023	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.13 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - Motos



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.15 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - Consolidado

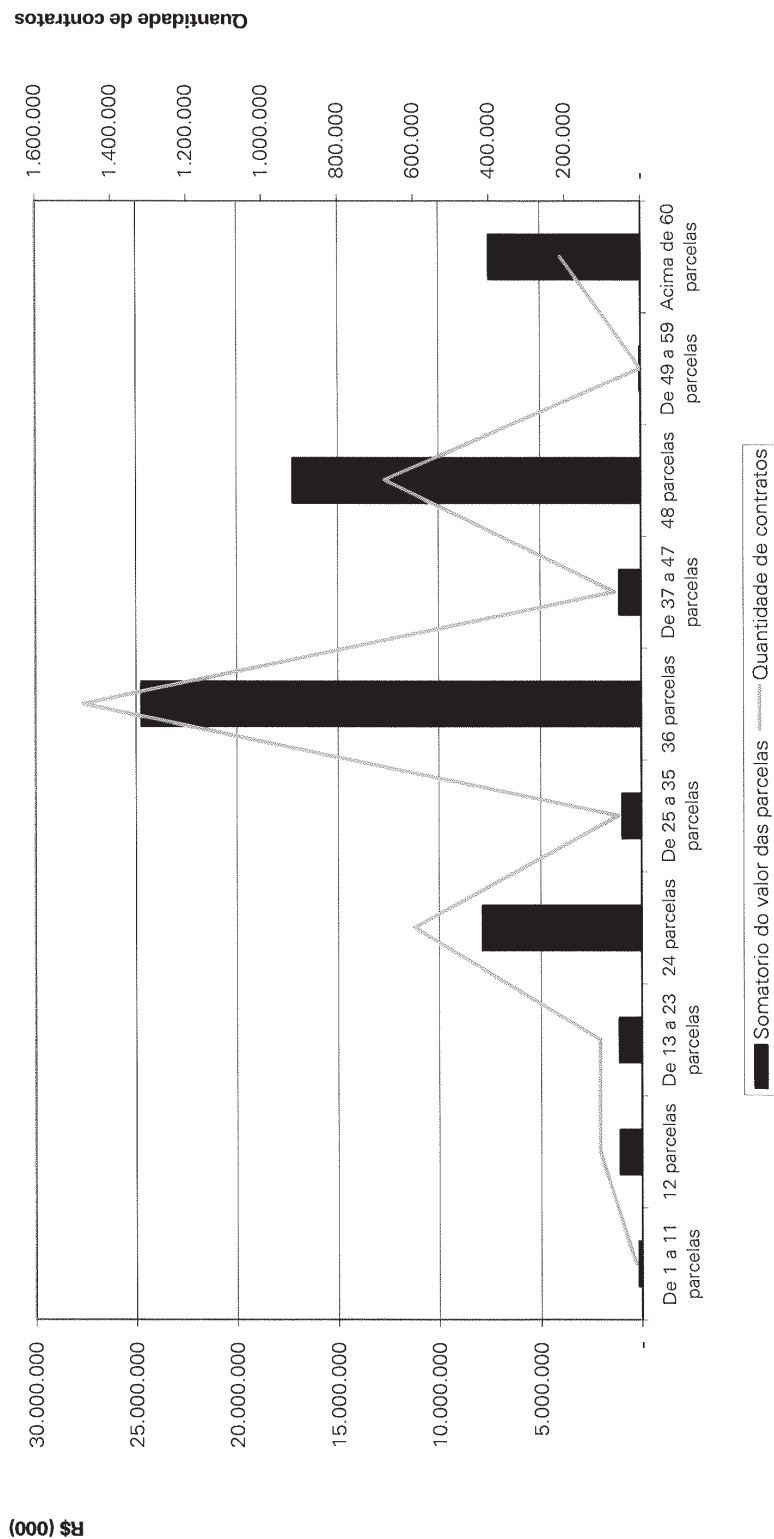
Quantidade de parcelas	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor Liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Contratos	%	% Acum.
De 1 a 11 parcelas	168.171	0,3%	0,3%	142.266	0,45%	0,5%	16.597	0,6%	0,6%
12 parcelas	1.070.390	2,1%	2,5%	853.024	2,72%	3,2%	111.059	4,0%	4,6%
De 13 a 23 parcelas	1.095.009	2,2%	4,7%	821.359	2,62%	5,8%	111.070	4,0%	8,6%
24 parcelas	7.874.182	15,8%	20,5%	5.601.533	17,85%	23,6%	599.431	21,6%	30,2%
De 25 a 35 parcelas	938.880	1,9%	22,4%	623.117	1,99%	25,6%	61.146	2,2%	32,4%
36 parcelas	24.737.310	49,6%	72,0%	15.761.246	50,24%	75,9%	1.474.755	53,1%	85,5%
De 37 a 47 parcelas	1.073.672	2,2%	74,1%	657.454	2,10%	78,0%	70.155	2,5%	88,0%
48 parcelas	17.209.566	34,5%	108,7%	10.161.520	32,39%	110,4%	676.784	24,4%	112,4%
De 49 a 59 parcelas	31.458	0,1%	108,7%	19.641	0,06%	110,4%	975	0,0%	112,4%
Acima de 60 parcelas	7.499.506	15,0%	123,8%	4.235.039	13,50%	123,9%	212.342	7,6%	120,0%
Total	61.698.143	123,8%	123,78%	38.876.198	123,92%	123,92%	3.334.314	120,0%	120,0%
Prazo médio ponderado			40						



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDM5 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.14 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Consolidado



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.16 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - Veículos leves

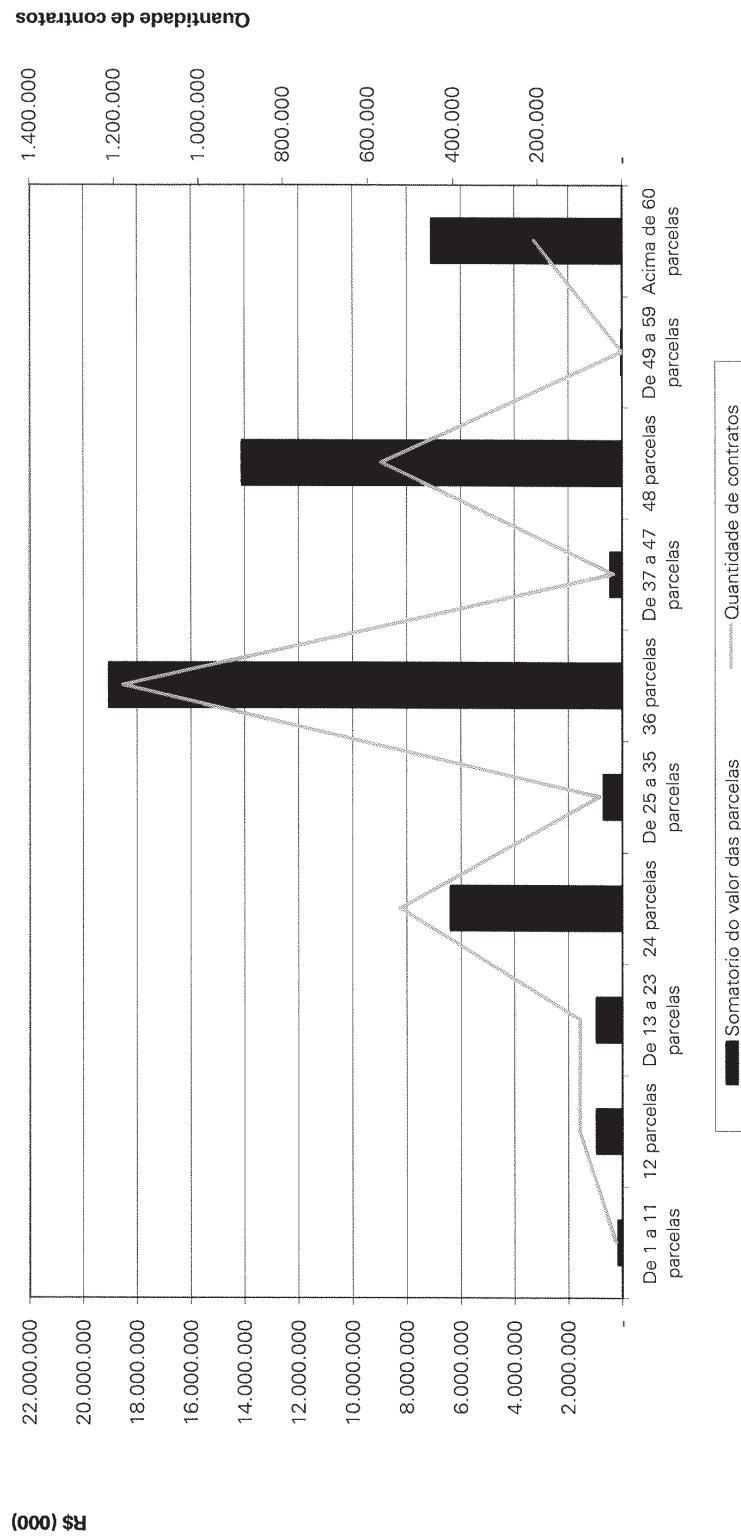
Quantidade de parcelas	Σ do Valor das parcelas - R\$(000)		Σ do Valor liberado - R\$(000)		Quantidade de contratos	
	%	% Acum.	%	% Acum.	%	% Acum.
De 1 a 11 parcelas	156.519	0,3%	132.104	0,42%	15.436	0,6%
12 parcelas	953.161	1,9%	759.306	2,42%	101.473	3,7%
De 13 a 23 parcelas	952.869	1,9%	714.537	2,28%	99.977	3,6%
24 parcelas	6.381.811	12,8%	4.553.837	14,52%	525.017	18,9%
De 25 a 35 parcelas	697.541	1,4%	465.508	1,48%	54.638	2,0%
36 parcelas	19.053.614	38,2%	12.132.769	38,67%	1.179.049	42,4%
De 37 a 47 parcelas	443.255	0,9%	279.221	0,89%	20.970	0,8%
48 parcelas	14.101.542	28,3%	8.327.080	26,54%	570.531	20,5%
De 49 a 59 parcelas	29.864	0,1%	18.541	0,06%	954	0,0%
Acima de 60 parcelas	7.076.131	14,2%	3.990.270	12,72%	209.754	7,6%
Total	49.846.308	100,0%	31.373.174	100,00%	2.777.799	100,0%
Prazo médio ponderado	41					



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDSMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.15 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Veículos leves



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.17 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - Veículos pesados

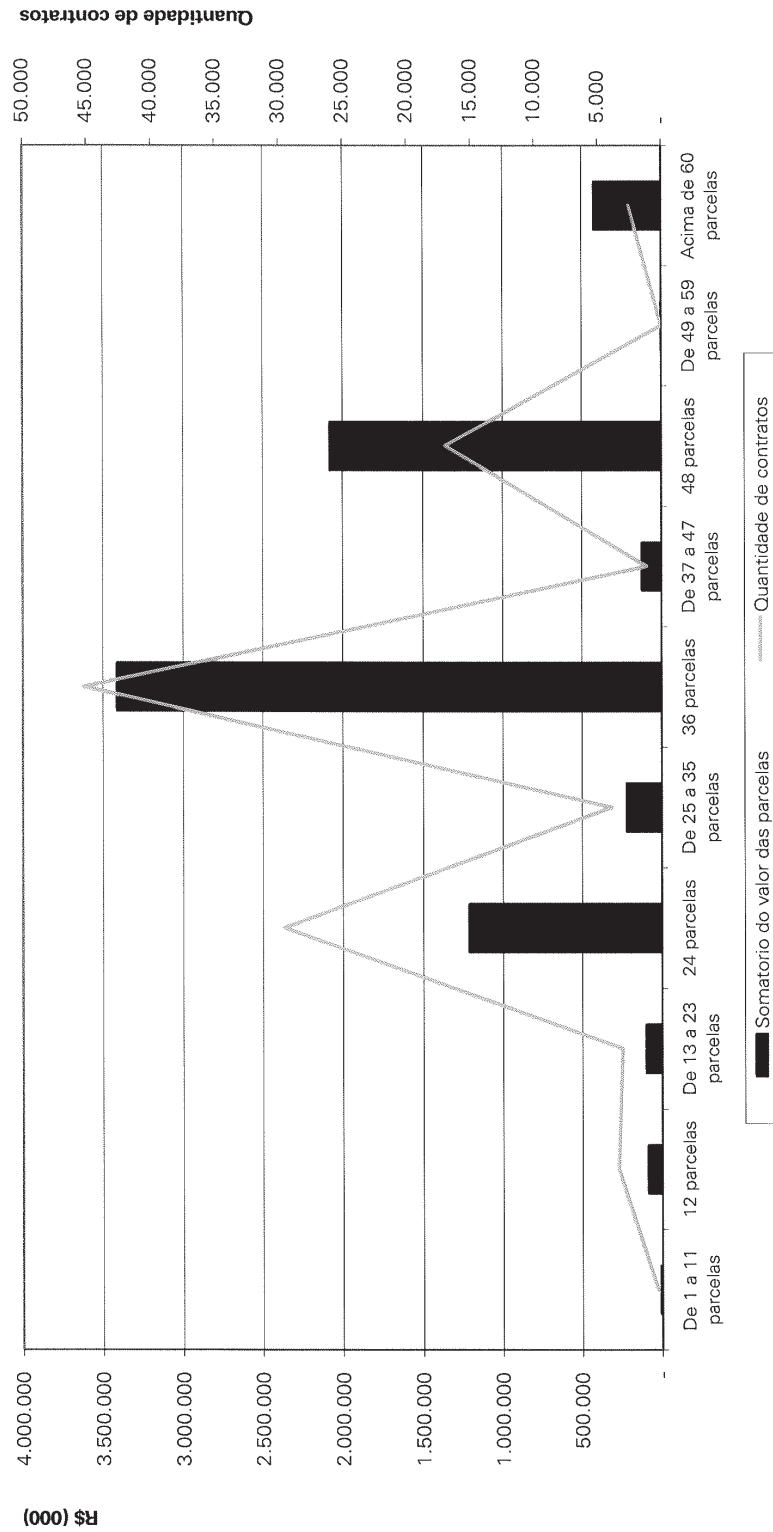
Quantidade de parcelas	Σ do Valor das parcelas - R\$(000)			Σ do Valor liberado - R\$(000)			Quantidade de contratos		
		%	% Acum.		%	% Acum.		%	% Acum.
De 1 a 11 parcelas	8.396	0,1%	0,1%	7.437	0,1%	0,1%	336	0,3%	0,3%
De 12 a 23 parcelas	87.591	1,1%	1,3%	71.105	1,4%	1,6%	3.437	3,2%	3,5%
De 24 a 35 parcelas	100.514	1,3%	2,6%	76.744	1,5%	3,1%	3.110	2,9%	6,5%
De 36 a 47 parcelas	1.213.286	15,8%	18,4%	860.232	17,1%	20,2%	29.623	27,8%	27,8%
De 48 a 59 parcelas	220.681	2,9%	21,3%	143.949	2,9%	23,1%	3.948	3,7%	31,5%
De 60 a 71 parcelas	3.411.704	44,5%	65,7%	2.249.608	44,7%	67,8%	45.268	42,5%	74,0%
De 72 a 83 parcelas	122.970	1,6%	67,3%	78.446	1,6%	69,4%	1.175	1,1%	75,1%
De 84 a 95 parcelas	2.081.102	27,1%	94,5%	1.295.124	25,8%	95,1%	17.009	16,0%	91,1%
De 96 a 107 parcelas	1.324	0,0%	94,5%	930	0,0%	95,1%	11	0,0%	91,1%
Acima de 108 parcelas	422.972	5,5%	100,0%	244.518	4,9%	100,0%	2.575	2,4%	93,5%
Total	7.670.541	100,0%	100,0%	5.028.093	100,0%	100,0%	106.492	100,0%	100,0%
Prazo médio ponderado	38								



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.16 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Veículos pesados



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.18 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - Motos

Quantidade de parcelas	Σ do Valor das parcelas		Σ do Valor liberado -		Quantidade de	
	- R\$(000)	%	R\$(000)	%	contratos	% Acum.
De 1 a 11 parcelas	3.255	0,1%	2.724	0,1%	825	0,2%
12 parcelas	29.637	0,7%	22.612	0,9%	6.149	1,4%
De 13 a 23 parcelas	41.625	1,0%	30.077	1,2%	7.983	1,8%
24 parcelas	279.085	6,7%	187.464	7,6%	44.791	10,0%
De 25 a 35 parcelas	20.658	0,5%	13.660	0,6%	2.560	0,6%
36 parcelas	2.271.992	54,3%	1.378.869	55,7%	250.438	55,7%
De 37 a 47 parcelas	507.446	12,1%	299.786	12,1%	48.010	10,7%
48 parcelas	1.026.922	24,6%	539.316	21,8%	89.244	19,8%
De 49 a 59 parcelas	270	0,0%	170	0,0%	10	0,0%
Acima de 60 parcelas	403	0,0%	251	0,0%	13	0,0%
Total	4.181.294	100,0%	2.474.931	100,0%	450.023	100,0%

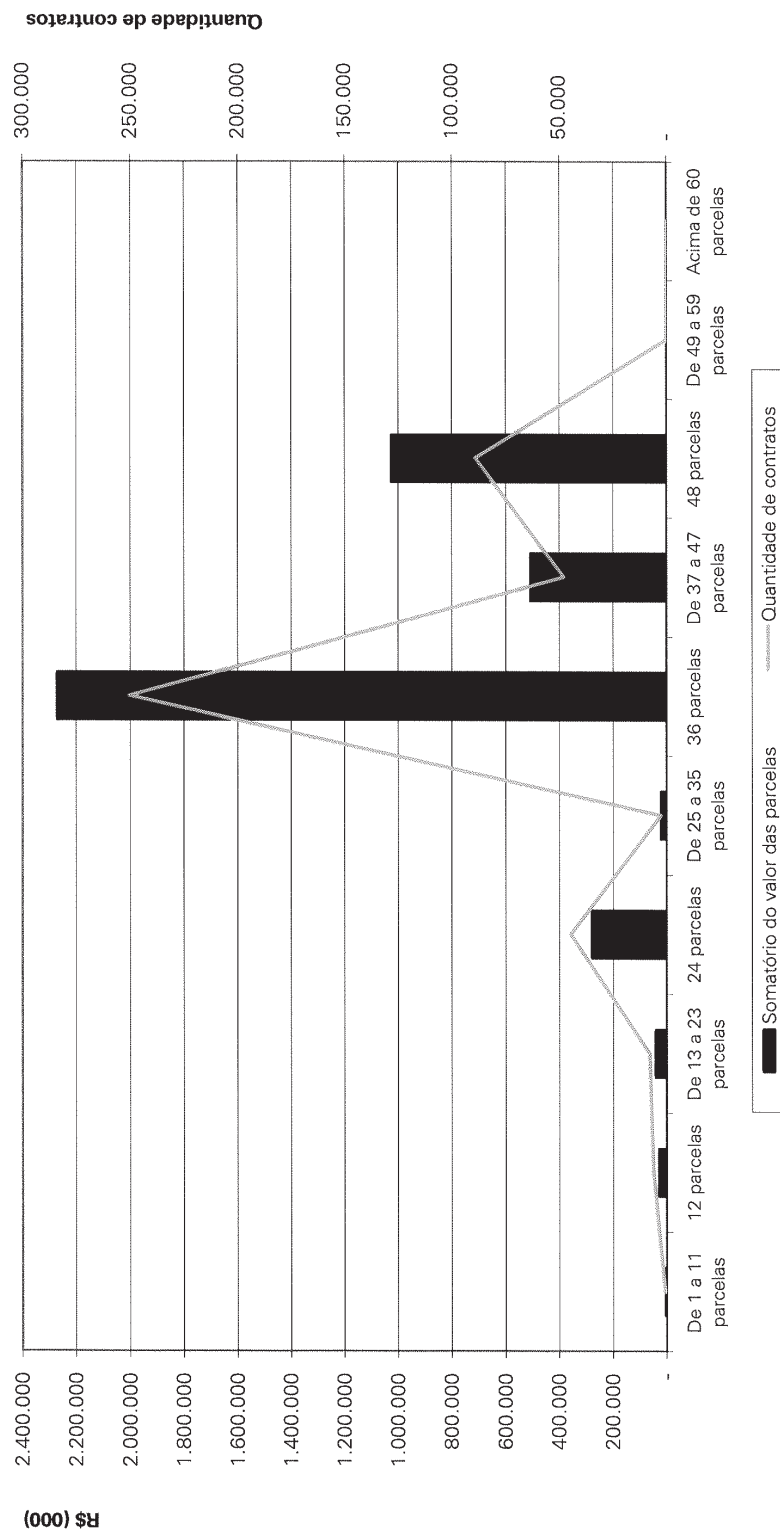
Prazo médio ponderado

38



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.17 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Motos



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.19 - Distribuição das operações por UF - Consolidado

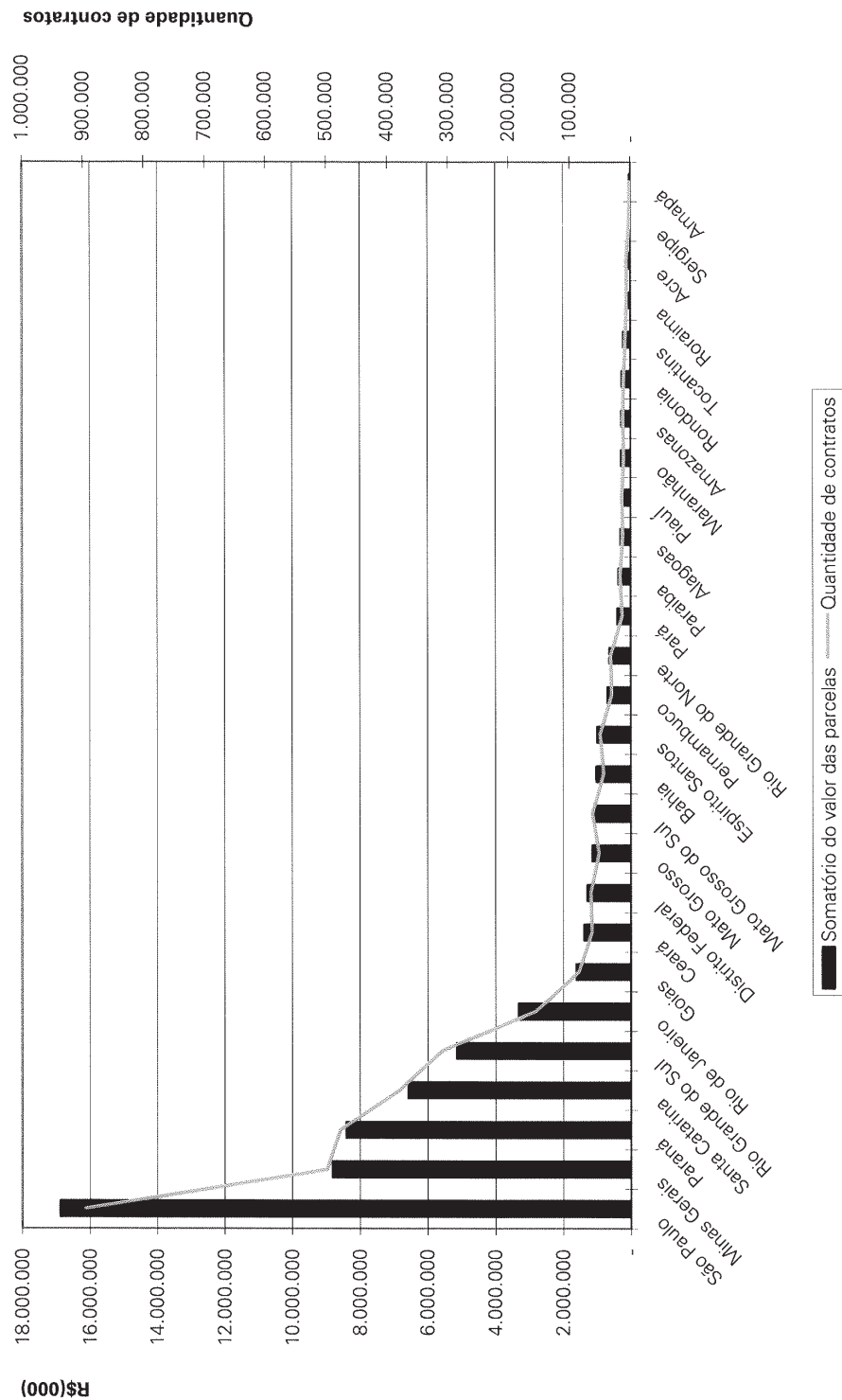
UF do cliente	Σ Valor das parcelas - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
São Paulo	16.872.076	27,3%	10.562.070	27,2%	896.225	26,9%
Minas Gerais	8.821.742	14,3%	5.591.628	14,4%	498.698	15,0%
Paraná	8.410.492	13,6%	5.326.332	13,7%	477.333	14,3%
Santa Catarina	6.569.876	10,6%	4.163.026	10,7%	380.048	11,4%
Rio Grande do Sul	5.139.485	8,3%	3.312.737	8,5%	309.309	9,3%
Rio de Janeiro	3.310.437	5,4%	2.042.332	5,3%	156.012	4,7%
Goiás	1.611.729	2,6%	1.015.933	2,6%	85.465	2,6%
Ceará	1.380.325	2,2%	880.321	2,3%	64.212	1,9%
Distrito Federal	1.286.661	2,1%	807.993	2,1%	65.911	2,0%
Mato Grosso	1.145.519	1,9%	738.278	1,9%	52.652	1,6%
Mato Grosso do Sul	1.066.393	1,7%	679.864	1,7%	63.409	1,9%
Bahia	1.022.291	1,7%	622.977	1,6%	44.782	1,3%
Espírito Santos	993.484	1,6%	618.476	1,6%	50.547	1,5%
Pernambuco	684.606	1,1%	430.898	1,1%	31.809	1,0%
Rio Grande do Norte	630.807	1,0%	392.041	1,0%	33.441	1,0%
Pará	395.096	0,6%	240.857	0,6%	14.284	0,4%
Paraíba	359.813	0,6%	223.438	0,6%	17.862	0,5%
Alagoas	295.750	0,5%	183.918	0,5%	13.299	0,4%
Piauí	288.006	0,5%	178.414	0,5%	14.564	0,4%
Maranhão	280.101	0,5%	171.747	0,4%	11.548	0,3%
Amazonas	273.428	0,4%	165.101	0,4%	12.748	0,4%
Rondonia	256.877	0,4%	161.806	0,4%	11.578	0,3%
Tocantins	211.229	0,3%	129.792	0,3%	8.833	0,3%
Roraima	148.914	0,2%	90.315	0,2%	6.648	0,2%
Acre	114.892	0,2%	68.895	0,2%	6.948	0,2%
Sergipe	53.805	0,1%	31.995	0,1%	2.208	0,1%
Amapá	35.429	0,1%	20.176	0,1%	1.801	0,1%
UFs não identificadas	38.881	0,1%	24.837	0,1%	2.140	0,1%
Total	61.698.143	100%	38.876.198	100,0%	3.334.314	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDM5 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.18 - Distribuição das operações por UF - Consolidado



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.20 - Evolução mensal do percentual financiado

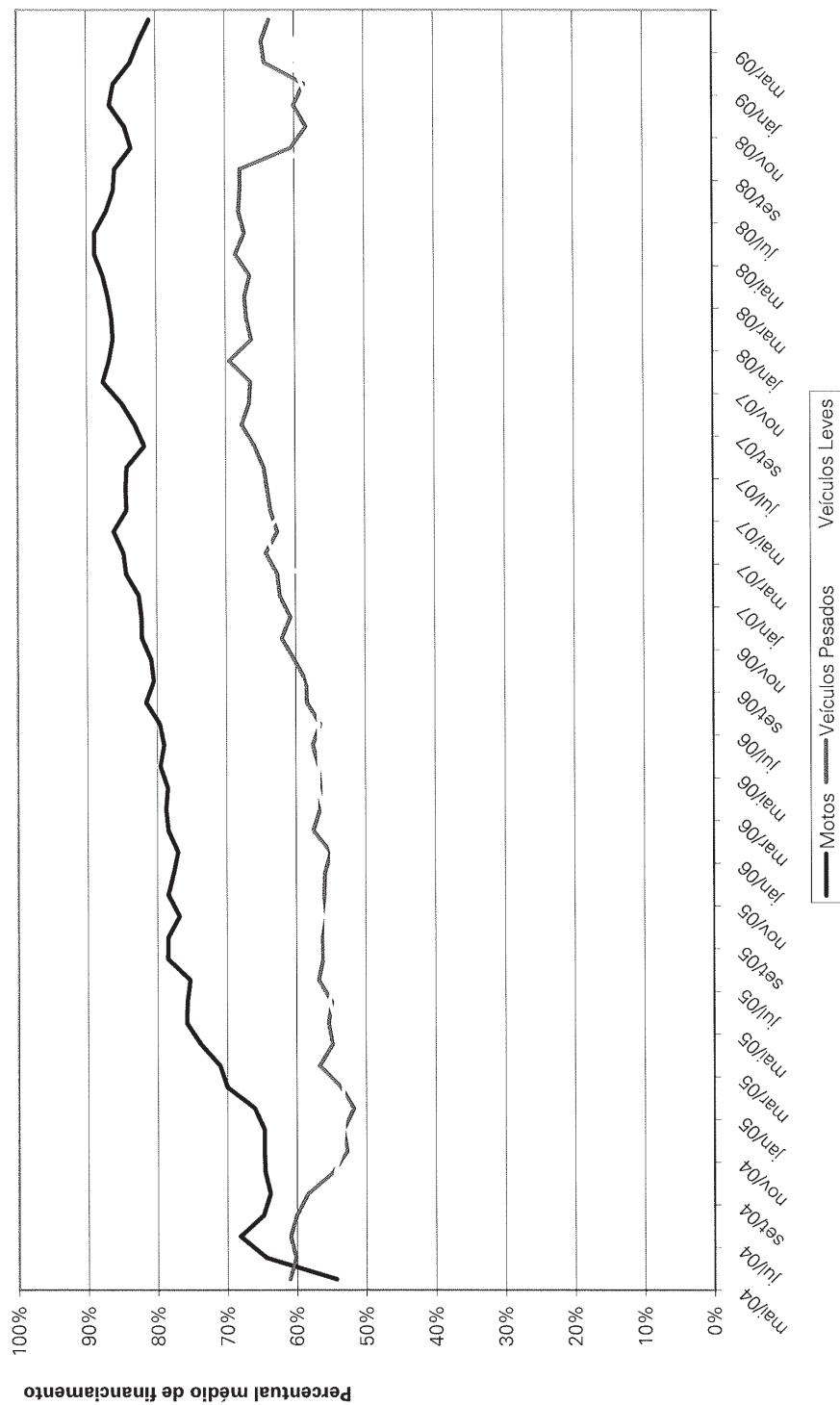
Período	Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado		Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado	
	Período	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Período	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento	Percentual médio de financiamento
mai/04		54%	61%	54%	54%	54%			nov/06	82%	62%	57%	59%			
jun/04		64%	60%	53%	54%	54%			dez/06	82%	61%	58%	59%			
jul/04		68%	61%	54%	55%	55%			jan/07	83%	62%	58%	60%			
ago/04		65%	60%	54%	55%	55%			fev/07	84%	63%	59%	61%			
set/04		64%	58%	54%	55%	55%			mar/07	85%	64%	63%	64%			
out/04		65%	55%	55%	55%	55%			abr/07	86%	63%	64%	65%			
nov/04		65%	53%	54%	54%	54%			mai/07	84%	64%	61%	63%			
dez/04		65%	53%	53%	53%	53%			jun/07	84%	64%	62%	64%			
jan/05		66%	52%	53%	53%	53%			jul/07	84%	65%	63%	64%			
fev/05		70%	54%	53%	54%	54%			ago/07	82%	66%	63%	64%			
mar/05		71%	57%	54%	55%	55%			set/07	83%	68%	65%	66%			
abr/05		74%	55%	54%	54%	54%			out/07	85%	67%	66%	67%			
mai/05		76%	55%	54%	55%	55%			nov/07	87%	70%	64%	66%			
jun/05		76%	55%	55%	56%	56%			dez/07	88%	70%	65%	66%			
jul/05		75%	57%	55%	56%	56%			jan/08	86%	66%	65%	66%			
ago/05		79%	56%	56%	57%	57%			fev/08	86%	67%	65%	67%			
set/05		78%	56%	56%	57%	57%			mar/08	87%	67%	65%	67%			
out/05		77%	56%	56%	57%	57%			abr/08	88%	66%	64%	66%			
nov/05		78%	56%	55%	57%	57%			mai/08	89%	69%	64%	67%			
dez/05		78%	56%	55%	56%	56%			jun/08	89%	67%	64%	66%			
jan/06		77%	55%	55%	56%	56%			jul/08	87%	68%	63%	66%			
fev/06		78%	58%	56%	57%	57%			ago/08	86%	68%	65%	67%			
mar/06		79%	57%	56%	57%	57%			set/08	86%	68%	65%	67%			
abr/06		78%	57%	57%	58%	58%			out/08	84%	61%	57%	59%			
mai/06		80%	57%	57%	58%	58%			nov/08	84%	58%	57%	59%			
jun/06		79%	58%	57%	58%	58%			dez/08	87%	60%	58%	60%			
jul/06		80%	57%	57%	57%	57%			jan/09	86%	59%	59%	60%			
ago/06		82%	58%	57%	58%	58%			fev/09	84%	64%	60%	62%			
set/06		80%	58%	58%	59%	59%			mar/09	82%	65%	60%	61%			
out/06		81%	60%	59%	60%	60%			abr/09	81%	64%	59%	60%			
Média										79%	61%	59%	60%			



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.19 - Evolução mensal do percentual financiado



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.21 - Evolução mensal da taxa média praticada

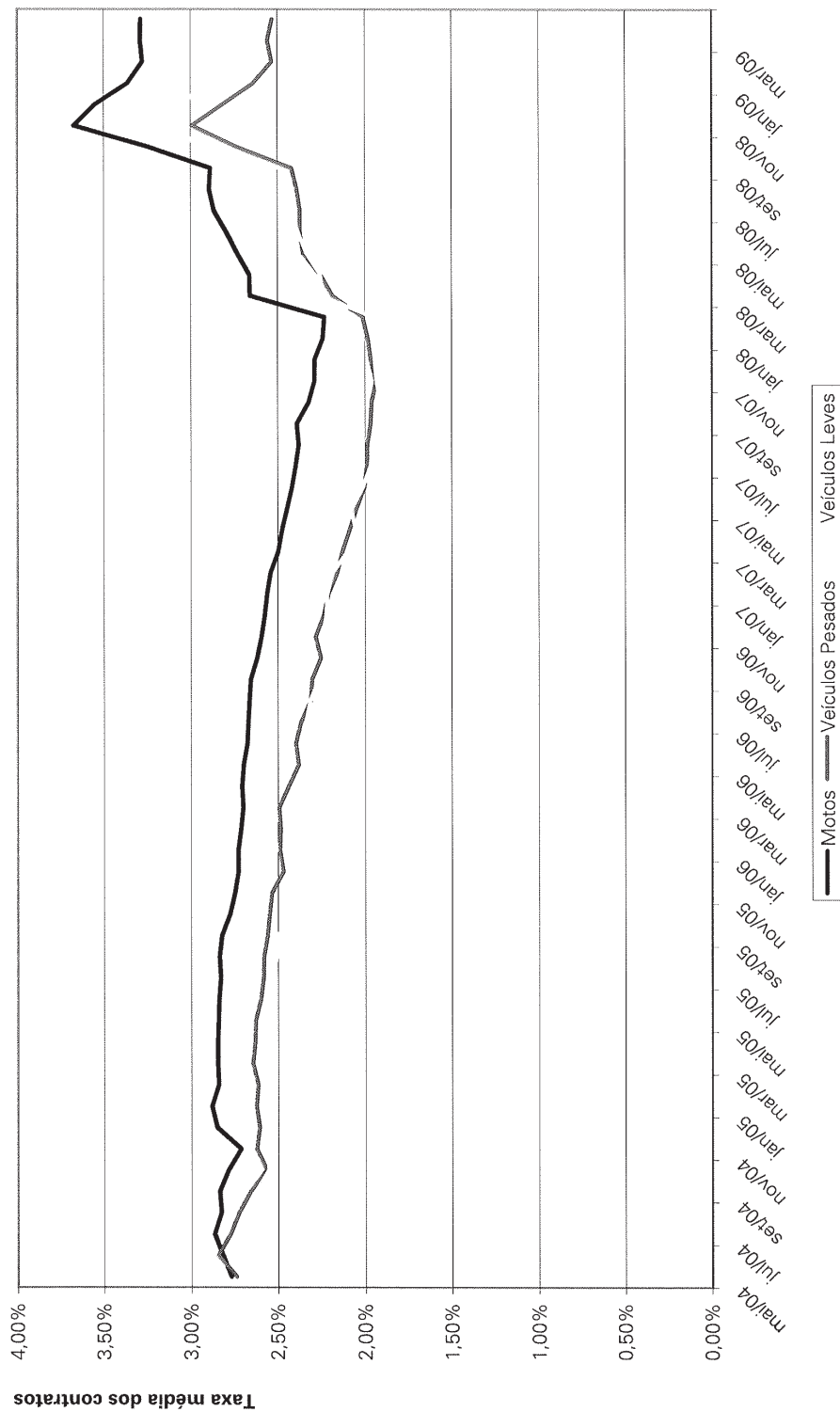
Período	Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado		Período	Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado	
	Taxa média mensal		Taxa média mensal		Taxa média mensal		Taxa média mensal			Taxa média mensal		Taxa média mensal		Taxa média mensal		Taxa média mensal	
mai/04	2,77%		2,74%		2,66%		2,68%		nov/06	2,60%		2,28%		2,24%		2,27%	
jun/04	2,82%		2,85%		2,76%		2,78%		dez/06	2,58%		2,24%		2,22%		2,25%	
jul/04	2,87%		2,78%		2,71%		2,72%		jan/07	2,56%		2,21%		2,22%		2,24%	
ago/04	2,83%		2,73%		2,67%		2,68%		fev/07	2,54%		2,16%		2,19%		2,21%	
set/04	2,84%		2,66%		2,63%		2,64%		mar/07	2,50%		2,13%		2,10%		2,13%	
out/04	2,79%		2,57%		2,56%		2,56%		abr/07	2,48%		2,09%		2,05%		2,09%	
nov/04	2,72%		2,62%		2,56%		2,57%		mai/07	2,45%		2,05%		2,08%		2,10%	
dez/04	2,85%		2,61%		2,57%		2,58%		jun/07	2,42%		2,00%		2,01%		2,04%	
jan/05	2,88%		2,63%		2,59%		2,60%		jul/07	2,40%		1,99%		1,97%		2,00%	
fev/05	2,84%		2,62%		2,58%		2,59%		ago/07	2,38%		1,99%		1,96%		1,99%	
mar/05	2,85%		2,65%		2,54%		2,57%		set/07	2,39%		1,96%		1,94%		1,97%	
abr/05	2,85%		2,63%		2,55%		2,57%		out/07	2,32%		1,96%		1,91%		1,94%	
mai/05	2,85%		2,63%		2,54%		2,56%		nov/07	2,29%		1,94%		1,93%		1,96%	
jun/05	2,84%		2,60%		2,52%		2,55%		dez/07	2,29%		1,97%		1,94%		1,97%	
jul/05	2,83%		2,59%		2,52%		2,54%		jan/08	2,24%		1,98%		1,94%		1,94%	
ago/05	2,84%		2,58%		2,51%		2,54%		fev/08	2,23%		2,01%		1,95%		1,98%	
set/05	2,82%		2,56%		2,49%		2,52%		mar/08	2,66%		2,18%		2,24%		2,27%	
out/05	2,78%		2,55%		2,47%		2,50%		abr/08	2,66%		2,25%		2,25%		2,29%	
nov/05	2,75%		2,54%		2,45%		2,48%		mai/08	2,73%		2,35%		2,33%		2,38%	
dez/05	2,73%		2,47%		2,43%		2,46%		jun/08	2,80%		2,37%		2,38%		2,43%	
jan/06	2,73%		2,49%		2,44%		2,47%		jul/08	2,87%		2,37%		2,43%		2,47%	
fev/06	2,71%		2,49%		2,41%		2,44%		ago/08	2,90%		2,39%		2,46%		2,50%	
mar/06	2,70%		2,49%		2,39%		2,43%		set/08	2,89%		2,42%		2,48%		2,52%	
abr/06	2,71%		2,44%		2,37%		2,40%		out/08	3,25%		2,74%		2,87%		2,89%	
mai/06	2,70%		2,38%		2,35%		2,38%		nov/08	3,68%		2,99%		3,22%		3,24%	
jun/06	2,68%		2,40%		2,34%		2,37%		dez/08	3,55%		2,82%		3,09%		3,11%	
jul/06	2,67%		2,37%		2,34%		2,36%		jan/09	3,36%		2,64%		2,83%		2,86%	
ago/06	2,66%		2,31%		2,31%		2,34%		fev/09	3,28%		2,53%		2,69%		2,71%	
set/06	2,66%		2,30%		2,27%		2,29%		mar/09	3,29%		2,56%		2,66%		2,69%	
out/06	2,62%		2,25%		2,22%		2,24%		abr/09	3,29%		2,53%		2,71%		2,72%	
									Média	2,75%		2,41%		2,40%		2,43%	



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.20 - Evolução mensal do taxa média praticada



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KODS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.22 - Evolução mensal da representatividade do valor da parcela sobre a renda do cliente

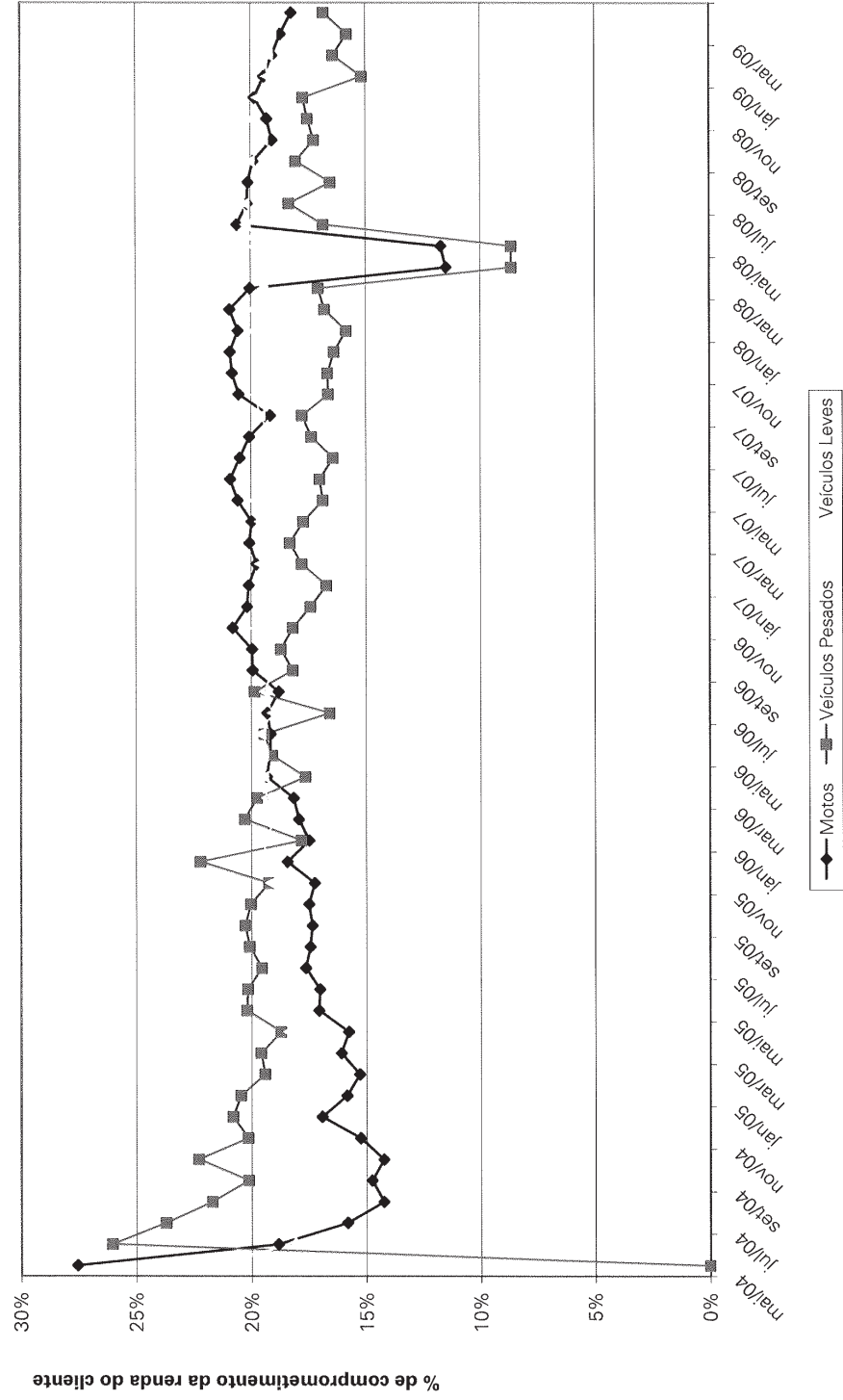
Período	Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado		Motos		Veículos Pesados		Veículos Leves		Consolidado	
	Representatividade média	Período	Representatividade média	Período	Representatividade média	Período	Representatividade média	Período	Representatividade média	Período	Representatividade média	Período	Representatividade média	Período	Representatividade média	Período
mai/04	28%		0%		9%		11%		21%		18%		20%		20%	
jun/04	19%	nov/06	26%	dez/06	0%	dez/06	0%	20%	20%	16%	dez/06	16%	15%	20%	16%	20%
jul/04	16%	dez/06	24%	jan/07	11%	jan/07	11%	20%	20%	16%	jan/07	16%	19%	19%	19%	19%
ago/04	14%	jan/07	22%	fev/07	17%	fev/07	17%	20%	20%	18%	fev/07	18%	19%	19%	19%	19%
set/04	15%	fev/07	19%	mar/07	18%	mar/07	18%	20%	20%	16%	mar/07	16%	19%	19%	18%	18%
out/04	14%	mar/07	22%	abr/07	17%	abr/07	18%	20%	20%	17%	abr/07	17%	19%	19%	19%	19%
nov/04	15%	abr/07	20%	mai/07	12%	mai/07	13%	21%	21%	6%	mai/07	6%	20%	20%	15%	15%
dez/04	17%	mai/07	21%	jun/07	12%	jun/07	13%	21%	21%	16%	jun/07	16%	19%	19%	19%	19%
jan/05	0%	jun/07	20%	jul/07	18%	jul/07	0%	20%	20%	16%	jul/07	16%	19%	19%	19%	19%
fev/05	15%	jul/07	18%	ago/07	17%	ago/07	17%	20%	20%	15%	ago/07	15%	16%	16%	18%	18%
mar/05	16%	ago/07	20%	set/07	16%	set/07	17%	19%	19%	16%	set/07	16%	16%	20%	16%	16%
abr/05	16%	set/07	19%	out/07	18%	out/07	18%	21%	21%	17%	out/07	17%	19%	19%	19%	19%
mai/05	17%	out/07	20%	nov/07	19%	nov/07	19%	21%	21%	14%	nov/07	14%	15%	15%	15%	15%
jun/05	17%	nov/07	20%	dez/07	13%	dez/07	14%	21%	21%	16%	dez/07	16%	20%	20%	19%	19%
jul/05	18%	dez/07	8%	jan/08	3%	jan/08	3%	21%	21%	15%	jan/08	15%	19%	19%	19%	19%
ago/05	17%	jan/08	20%	fev/08	0%	fev/08	0%	21%	21%	16%	fev/08	16%	19%	19%	16%	16%
set/05	17%	fev/08	14%	mar/08	18%	mar/08	17%	20%	20%	17%	mar/08	17%	16%	16%	13%	13%
out/05	17%	mar/08	20%	abr/08	5%	abr/08	6%	11%	11%	9%	abr/08	9%	14%	12%	6%	6%
nov/05	17%	abr/08	15%	mai/08	14%	mai/08	14%	12%	12%	1%	mai/08	1%	12%	2%	2%	2%
dez/05	18%	mai/08	22%	jun/08	18%	jun/08	19%	21%	21%	17%	jun/08	17%	15%	15%	16%	16%
jan/06	17%	jun/08	18%	jul/08	15%	jul/08	16%	20%	20%	17%	jul/08	17%	10%	10%	11%	11%
fev/06	18%	jul/08	16%	ago/08	14%	ago/08	15%	20%	20%	16%	ago/08	16%	20%	20%	19%	19%
mar/06	18%	ago/08	20%	set/08	15%	set/08	16%	16%	16%	18%	set/08	18%	19%	19%	16%	16%
abr/06	19%	set/08	18%	out/08	14%	out/08	15%	19%	19%	7%	out/08	7%	14%	14%	14%	14%
mai/06	19%	out/08	15%	nov/08	19%	nov/08	18%	19%	19%	18%	nov/08	18%	20%	20%	20%	20%
jun/06	19%	nov/08	19%	dez/08	10%	dez/08	11%	20%	20%	15%	dez/08	15%	19%	19%	18%	18%
jul/06	19%	dez/08	13%	jan/09	18%	jan/09	18%	19%	19%	16%	jan/09	16%	19%	19%	19%	19%
ago/06	19%	jan/09	16%	fev/09	18%	fev/09	18%	19%	19%	16%	fev/09	16%	19%	19%	19%	19%
set/06	20%	fev/09	17%	mar/09	19%	mar/09	19%	18%	18%	17%	mar/09	17%	19%	19%	19%	19%
out/06	13%	mar/09	19%	abr/09	15%	abr/09	15%				abr/09					
		Média						18%	18%			16%	15%	15%	15%	15%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNIS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.21 - Evolução mensal da representatividade do valor da parcela sobre a renda do cliente



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Apresenta a situação das parcelas em 30 de abril de 2009, segregadas entre liquidadas antecipadamente, em dia, em atraso ou vencidas e não liquidadas. Indica a liquidez da carteira.

Tabela 2.23 - Aging list Consolidado: liquidez da carteira

Faixas	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	61.698.143		
(-) Cancelamentos	1.003.671		
(-) Renegociações	519.219		
(-) Pré-liquidações de contratos	8.488.356		
(-) Desconto	179.695		
(+) Multa	1.409.449		
(-) parcelas a vencer	23.403.201		
Total vencido	29.513.451		
parcelas antecipadas acima de 180 dias	238.269	0,8%	0,8%
parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	23.476	0,1%	0,9%
parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	28.710	0,1%	1,0%
parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	37.969	0,1%	1,1%
parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	61.129	0,2%	1,3%
parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	179.773	0,6%	1,9%
parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	557.102	1,9%	3,8%
parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	7.637.559	25,9%	29,7%
parcelas liquidadas no vencimento	7.181.494	24,3%	54,0%
parcelas liquidadas com atraso de 1 a 15 dias	8.520.847	28,9%	82,9%
parcelas liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	2.664.759	9,0%	91,9%
parcelas liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	1.042.421	3,5%	95,5%
parcelas liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	218.502	0,7%	96,2%
parcelas liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	40.858	0,1%	96,3%
parcelas liquidadas com atraso de 121 a 150 dias	15.286	0,1%	96,4%
parcelas liquidadas com atraso de 151 a 180 dias	7.761	0,0%	96,4%
parcelas liquidadas com atraso acima de 180 dias	29.901	0,1%	96,5%
parcelas vencidas até 15 dias	145.587	0,5%	97,0%
parcelas vencidas de 16 a 30 dias	85.954	0,3%	97,3%
parcelas vencidas de 31 a 60 dias	92.619	0,3%	97,6%
parcelas vencidas de 61 a 90 dias	70.309	0,2%	97,9%
parcelas vencidas de 91 a 120 dias	53.832	0,2%	98,0%
parcelas vencidas de 121 a 150 dias	45.494	0,2%	98,2%
parcelas vencidas de 151 a 180 dias	41.949	0,1%	98,3%
parcelas vencidas acima de 180 dias	491.890	1,7%	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Apresenta a situação das parcelas em 30 de abril de 2009, segregadas entre liquidadas antecipadamente, em dia, em atraso ou vencidas e não liquidadas. Indica a liquidez da carteira.

Tabela 2.24 - Aging list: liquidez da carteira - Segregado por tipo de veículo

Faixas	Veículos Leves			Veículos Pesados			Motos		
	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	49.846.308			7.670.541			4.181.294		
(-) Cancelamentos	860.994			105.804			36.872		
(-) Renegociações	426.028			77.045			16.146		
(-) Pré-liquidações de contratos	7.242.147			914.306			331.903		
(-) Desconto	130.649			41.116			7.930		
(+) Multa	1.101.659			176.751			131.039		
(-) parcelas a vencer	18.878.477			2.628.294			1.896.429		
Total vencido	23.408.671			4.080.727			2.023.053		
parcelas antecipadas acima de 180 dias	176.936	0,8%	0,8%	48.469	1,2%	1,2%	12.864	0,6%	0,6%
parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	17.248	0,1%	0,8%	4.589	0,1%	1,3%	1.639	0,1%	0,7%
parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	21.097	0,1%	0,9%	5.399	0,1%	1,4%	2.215	0,1%	0,8%
parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	27.942	0,1%	1,0%	6.683	0,2%	1,6%	3.334	0,2%	1,0%
parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	45.314	0,2%	1,2%	10.060	0,2%	1,8%	5.765	0,3%	1,3%
parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	136.972	0,6%	1,8%	21.434	0,5%	2,4%	19.366	1,0%	2,2%
parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	483.007	2,0%	3,8%	38.162	0,9%	3,3%	55.933	2,8%	5,0%
parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	6.309.133	27,0%	30,8%	731.547	17,9%	21,2%	596.879	29,5%	34,5%
parcelas liquidadas no vencimento	5.633.716	24,1%	54,9%	1.208.657	29,6%	50,9%	338.921	16,8%	51,3%
parcelas liquidadas com atraso de 1 a 15 dias	6.743.496	28,8%	83,6%	1.198.833	29,4%	80,2%	578.519	28,6%	79,9%
parcelas liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	2.095.153	8,9%	92,6%	369.067	9,0%	89,3%	200.539	9,9%	89,8%
parcelas liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	786.460	3,4%	95,9%	180.019	4,4%	93,7%	75.942	3,8%	93,5%
parcelas liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	151.179	0,6%	96,6%	50.481	1,2%	94,9%	16.842	0,8%	94,3%
parcelas liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	24.577	0,1%	96,7%	13.080	0,3%	95,2%	3.201	0,2%	94,5%
parcelas liquidadas com atraso de 121 a 150 dias	8.680	0,0%	96,7%	5.549	0,1%	95,4%	1.057	0,1%	94,6%
parcelas liquidadas com atraso de 151 a 180 dias	4.285	0,0%	96,7%	2.571	0,1%	95,5%	504	0,0%	94,6%
parcelas liquidadas com atraso acima de 180 dias	16.185	0,1%	96,8%	12.223	0,3%	95,8%	1.493	0,1%	94,7%
parcelas vencidas até 15 dias	109.411	0,5%	97,3%	20.645	0,5%	96,3%	15.531	0,8%	95,4%
parcelas vencidas de 16 a 30 dias	63.478	0,3%	97,6%	12.873	0,3%	96,6%	9.603	0,5%	95,9%
parcelas vencidas de 31 a 60 dias	66.704	0,3%	97,9%	15.352	0,4%	97,0%	10.563	0,5%	96,4%
parcelas vencidas de 61 a 90 dias	49.803	0,2%	98,0%	12.004	0,3%	97,2%	8.503	0,4%	96,8%
parcelas vencidas de 91 a 120 dias	38.002	0,2%	98,2%	9.023	0,2%	97,5%	6.807	0,3%	97,2%
parcelas vencidas de 121 a 150 dias	32.233	0,1%	98,3%	7.351	0,2%	97,6%	5.911	0,3%	97,5%
parcelas vencidas de 151 a 180 dias	29.774	0,1%	98,5%	6.692	0,2%	97,8%	5.483	0,3%	97,7%
parcelas vencidas acima de 180 dias	356.886	1,5%	100,0%	89.356	2,2%	100,0%	45.649	2,3%	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

A tabela 2.25 apresenta a situação dos contratos cuja primeira parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*1st payment default*). Da mesma forma, indica a situação dos contratos cuja segunda parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*2nd payment default*).

Tabela 2.25 - Aging list - 1st e 2nd Payment Default - Veículos leves

Faixas	1st Payment Default			2nd Payment Default		
	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	1.486.548			742.885		
(-) Cancelamentos	860.988			-		
(-) Renegociações	3.519			2.088		
(-) Pré-liquidações de contratos	269.786			241.794		
(-) Desconto	14.531			16.372		
(+) Multa	4.624			10.591		
(-) parcelas a vencer	195.315			243.742		
Total vencido	147.053			249.480		
parcelas antecipadas acima de 180 dias	5.509	3,7%	3,7%	13.520	5,4%	5,4%
parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	442	0,3%	4,0%	1.216	0,5%	5,9%
parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	479	0,3%	4,4%	1.305	0,5%	6,4%
parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	559	0,4%	4,8%	1.431	0,6%	7,0%
parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	621	0,4%	5,2%	1.634	0,7%	7,7%
parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	742	0,5%	5,7%	2.130	0,9%	8,5%
parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	671	0,5%	6,1%	2.514	1,0%	9,5%
parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	5.975	4,1%	10,2%	25.392	10,2%	19,7%
parcelas liquidadas no vencimento	9.625	6,5%	16,7%	27.414	11,0%	30,7%
parcelas liquidadas com atraso de 1 a 15 dias	15.639	10,6%	27,4%	42.769	17,1%	47,8%
parcelas liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	11.324	7,7%	35,1%	25.883	10,4%	58,2%
parcelas liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	10.856	7,4%	42,5%	21.372	8,6%	66,8%
parcelas liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	6.322	4,3%	46,8%	10.190	4,1%	70,9%
parcelas liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	1.404	1,0%	47,7%	2.118	0,8%	71,7%
parcelas liquidadas com atraso de 121 a 150 dias	643	0,4%	48,2%	775	0,3%	72,0%
parcelas liquidadas com atraso de 151 a 180 dias	334	0,2%	48,4%	382	0,2%	72,2%
parcelas liquidadas com atraso acima de 180 dias	1.013	0,7%	49,1%	1.369	0,5%	72,7%
parcelas vencidas até 15 dias	3.002	2,0%	51,1%	3.362	1,3%	74,1%
parcelas vencidas de 16 a 30 dias	2.855	1,9%	53,1%	3.065	1,2%	75,3%
parcelas vencidas de 31 a 60 dias	4.779	3,2%	56,3%	4.847	1,9%	77,2%
parcelas vencidas de 61 a 90 dias	4.621	3,1%	59,4%	4.469	1,8%	79,0%
parcelas vencidas de 91 a 120 dias	3.960	2,7%	62,2%	3.756	1,5%	80,5%
parcelas vencidas de 121 a 150 dias	3.594	2,4%	64,6%	3.367	1,3%	81,9%
parcelas vencidas de 151 a 180 dias	3.521	2,4%	67,0%	3.245	1,3%	83,2%
parcelas vencidas acima de 180 dias	48.543	33,0%	100,0%	41.944	16,8%	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KODS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

A tabela 2.26 apresenta a situação dos contratos cuja primeira parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*1st payment default*). Da mesma forma, indica a situação dos contratos cuja segunda parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*2nd payment default*).

Tabela 2.26 - Aging list - 1st e 2nd Payment Default - Veículos pesados

Faixas	1st Payment Default			2nd Payment Default		
	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	213.039			136.626		
(-) Cancelamentos	105.804			-		
(-) Renegociações	823			849		
(-) Pré-liquidações de contratos	25.755			30.677		
(-) Desconto	4.396			4.587		
(+) Multa	1.321			2.202		
(-) parcelas a vencer	38.255			46.520		
Total vencido	39.327			56.195		
parcelas antecipadas acima de 180 dias	2.039	5,2%	5,2%	2.810	5,0%	5,0%
parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	193	0,5%	5,7%	274	0,5%	5,5%
parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	212	0,5%	6,2%	311	0,6%	6,0%
parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	233	0,6%	6,8%	335	0,6%	6,6%
parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	251	0,6%	7,4%	349	0,6%	7,3%
parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	297	0,8%	8,2%	416	0,7%	8,0%
parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	242	0,6%	8,8%	317	0,6%	8,6%
parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	1.628	4,1%	13,0%	3.650	6,5%	15,1%
parcelas liquidadas no vencimento	4.153	10,6%	23,5%	6.672	11,9%	26,9%
parcelas liquidadas com atraso de 1 a 15 dias	4.964	12,6%	36,1%	9.166	16,3%	43,2%
parcelas liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	3.220	8,2%	44,3%	5.610	10,0%	53,2%
parcelas liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	3.686	9,4%	53,7%	5.903	10,5%	63,7%
parcelas liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	2.378	6,0%	59,8%	3.356	6,0%	69,7%
parcelas liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	665	1,7%	61,4%	1.175	2,1%	71,8%
parcelas liquidadas com atraso de 121 a 150 dias	353	0,9%	62,3%	566	1,0%	72,8%
parcelas liquidadas com atraso de 151 a 180 dias	196	0,5%	62,8%	290	0,5%	73,3%
parcelas liquidadas com atraso acima de 180 dias	701	1,8%	64,6%	1.142	2,0%	75,3%
parcelas vencidas até 15 dias	611	1,6%	66,2%	746	1,3%	76,7%
parcelas vencidas de 16 a 30 dias	533	1,4%	67,5%	629	1,1%	77,8%
parcelas vencidas de 31 a 60 dias	904	2,3%	69,8%	1.006	1,8%	79,6%
parcelas vencidas de 61 a 90 dias	816	2,1%	71,9%	912	1,6%	81,2%
parcelas vencidas de 91 a 120 dias	665	1,7%	73,6%	771	1,4%	82,6%
parcelas vencidas de 121 a 150 dias	593	1,5%	75,1%	655	1,2%	83,7%
parcelas vencidas de 151 a 180 dias	573	1,5%	76,6%	575	1,0%	84,8%
parcelas vencidas acima de 180 dias	9.218	23,4%	100,0%	8.559	15,2%	100,0%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDM5 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

A tabela 2.27 apresenta a situação dos contratos cuja primeira parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*1st payment default*). Da mesma forma, indica a situação dos contratos cuja segunda parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*2nd payment default*).

Tabela 2.27 - Aging list - 1st e 2nd Payment default - Motos

Faixas	1 st Payment Default			2 nd Payment Default		
	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	152.529			80.851		
(-) Cancelamentos	36.872		-	-		
(-) Renegociações	188		32	32		
(-) Pré-liquidações de contratos	42.383		27.937	27.937		
(-) Desconto	523		700	700		
(+) Multa	440		964	964		
(-) parcelas a vencer	49.145		31.817	31.817		
Total vencido	23.877		21.328	21.328		
parcelas antecipadas acima de 180 dias	60	0,3%	0,3%	232	1,1%	1,1%
parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	5	0,0%	0,3%	26	0,1%	1,2%
parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	6	0,0%	0,3%	29	0,1%	1,3%
parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	7	0,0%	0,3%	35	0,2%	1,5%
parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	13	0,1%	0,4%	43	0,2%	1,7%
parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	19	0,1%	0,5%	91	0,4%	2,1%
parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	34	0,1%	0,6%	210	1,0%	3,1%
parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	446	1,9%	2,5%	1.784	8,4%	11,5%
parcelas liquidadas no vencimento	335	1,4%	3,9%	1.245	5,8%	17,3%
parcelas liquidadas com atraso de 1 a 15 dias	931	3,9%	7,8%	3.100	14,5%	31,9%
parcelas liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	840	3,5%	11,3%	2.073	9,7%	41,8%
parcelas liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	882	3,7%	15,0%	1.825	8,6%	50,1%
parcelas liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	698	2,9%	17,9%	973	4,6%	54,7%
parcelas liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	158	0,7%	18,6%	213	1,0%	55,7%
parcelas liquidadas com atraso de 121 a 150 dias	54	0,2%	18,8%	72	0,3%	56,0%
parcelas liquidadas com atraso de 151 a 180 dias	22	0,1%	18,9%	35	0,2%	56,2%
parcelas liquidadas com atraso acima de 180 dias	69	0,3%	19,2%	100	0,5%	56,7%
parcelas vencidas até 15 dias	809	3,4%	22,6%	513	2,4%	59,1%
parcelas vencidas de 16 a 30 dias	853	3,6%	26,1%	475	2,2%	61,3%
parcelas vencidas de 31 a 60 dias	1.473	6,2%	32,3%	814	3,8%	65,1%
parcelas vencidas de 61 a 90 dias	1.505	6,3%	38,6%	791	3,7%	68,8%
parcelas vencidas de 91 a 120 dias	1.384	5,7%	44,3%	681	3,2%	72,0%
parcelas vencidas de 121 a 150 dias	1.259	5,3%	49,5%	633	3,0%	75,0%
parcelas vencidas de 151 a 180 dias	1.265	5,3%	54,8%	609	2,9%	77,9%
parcelas vencidas acima de 180 dias	10.781	45,2%	100,0%	4.724	22,1%	100,0%

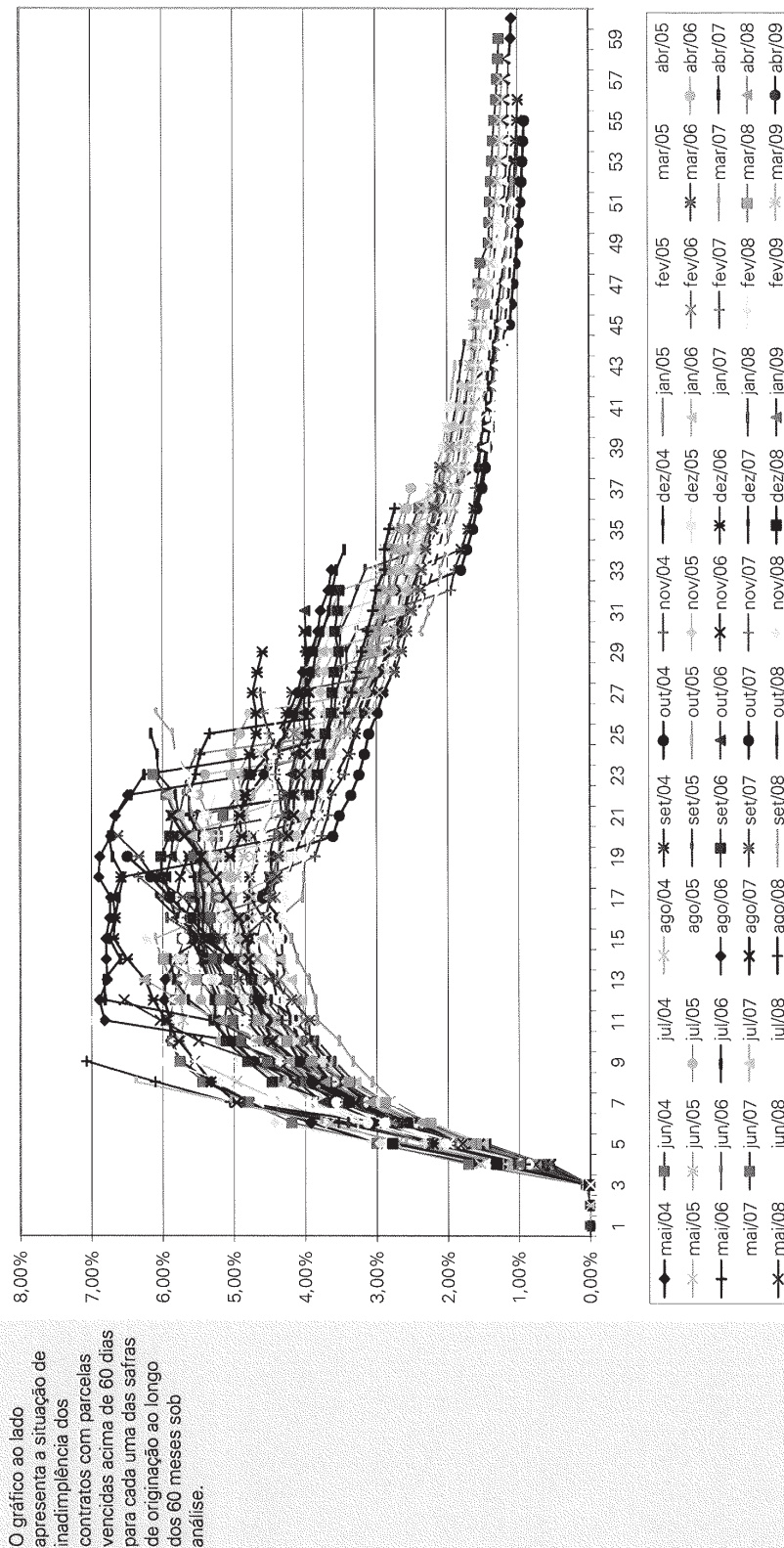


© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 63907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.22 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos leves

Representação gráfica do *pool* estático - Inadimplência por safra - Contratos vencidos acima de 60 dias

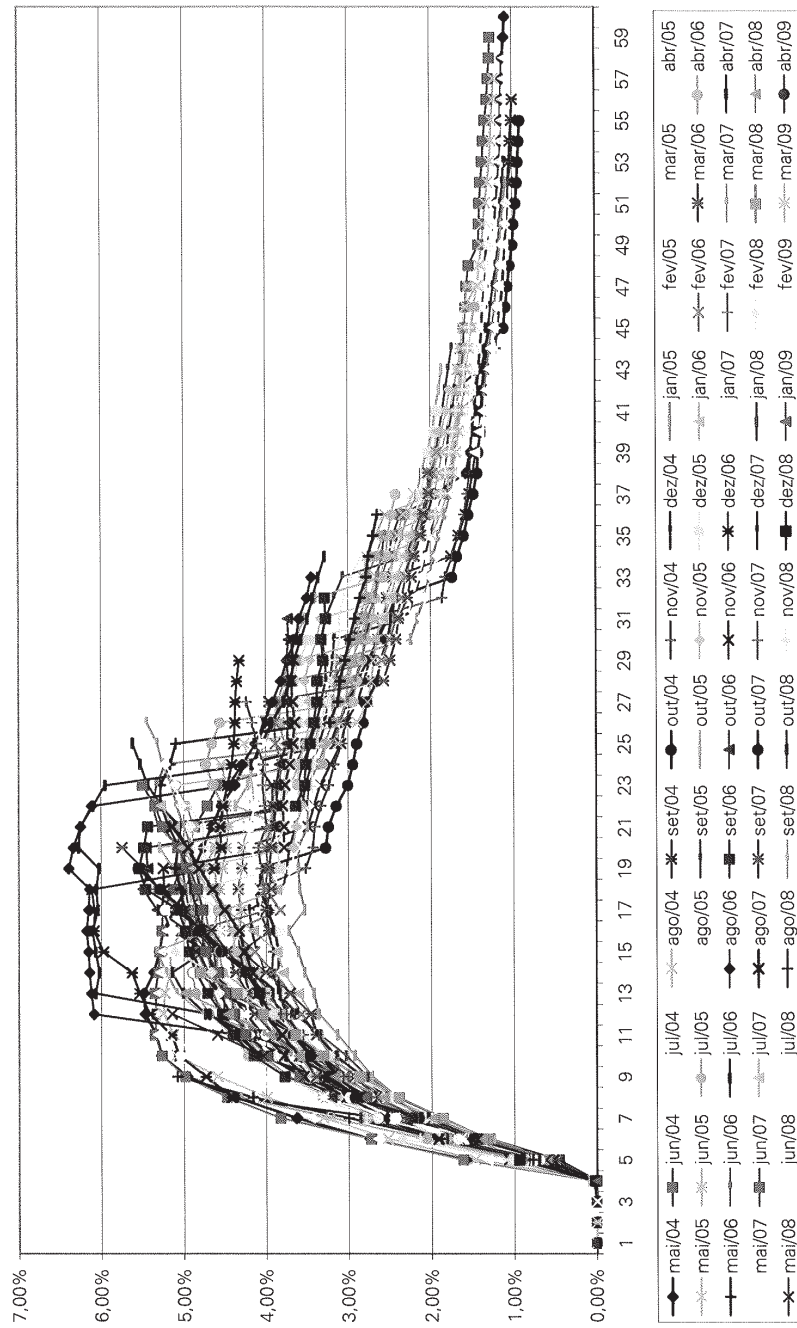


Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.23 - Pool estático (*vintage analysis*) - Veículos leves

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência por safra - Contratos vencidos acima de 90 dias

O gráfico ao lado apresenta a situação de inadimplência dos contratos com parcelas vencidas acima de 90 dias para cada uma das safras de originção ao longo dos 60 meses sob análise.



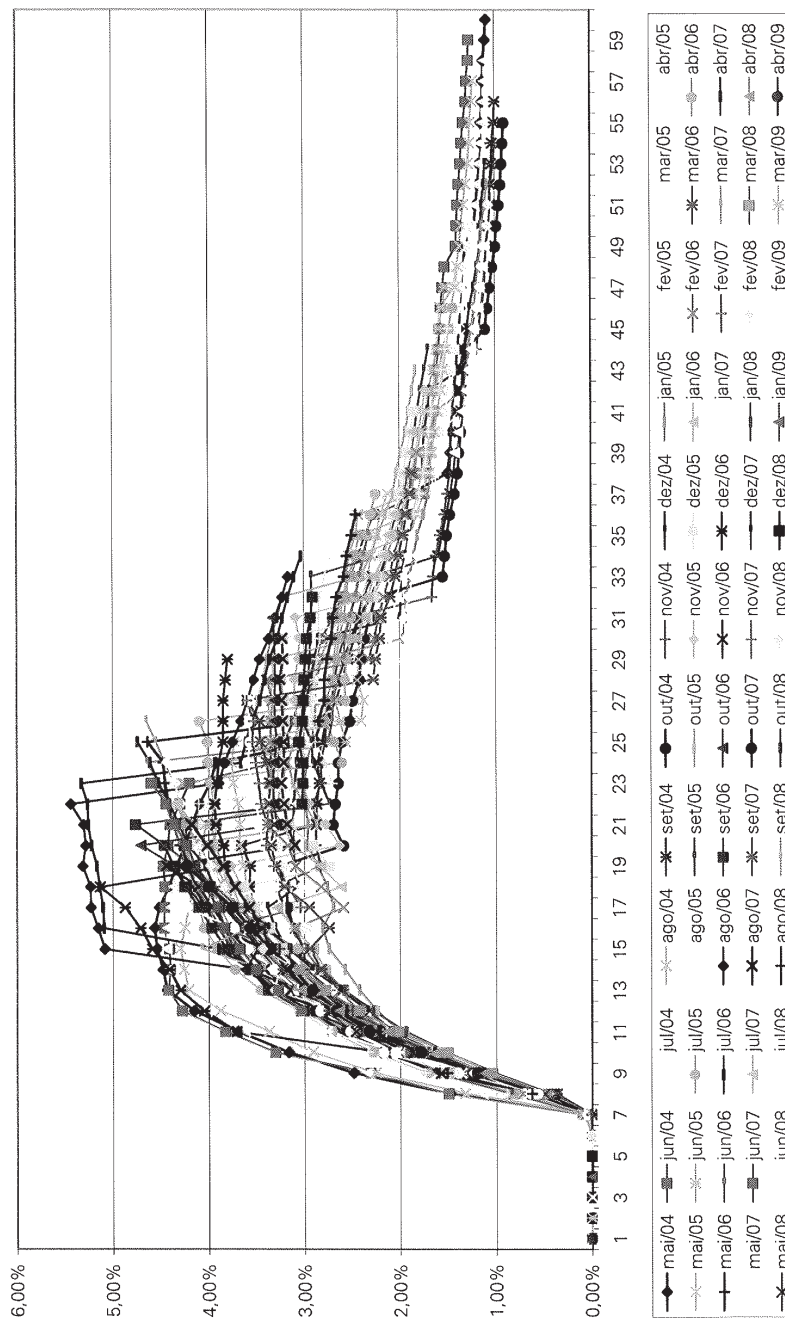
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65507.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.24 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos leves

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência por safra - Contratos vencidos acima de 180 dias

O gráfico ao lado apresenta a situação de inadimplência dos contratos com parcelas vencidas acima de 180 dias para cada uma das safras de origemação ao longo dos 60 meses sob análise.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.25 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos leves

Representação gráfica da inadimplência acumulada no período sob análise

Apresenta a situação de inadimplência acumulada para os contratos originados nos 60 meses sob análise.



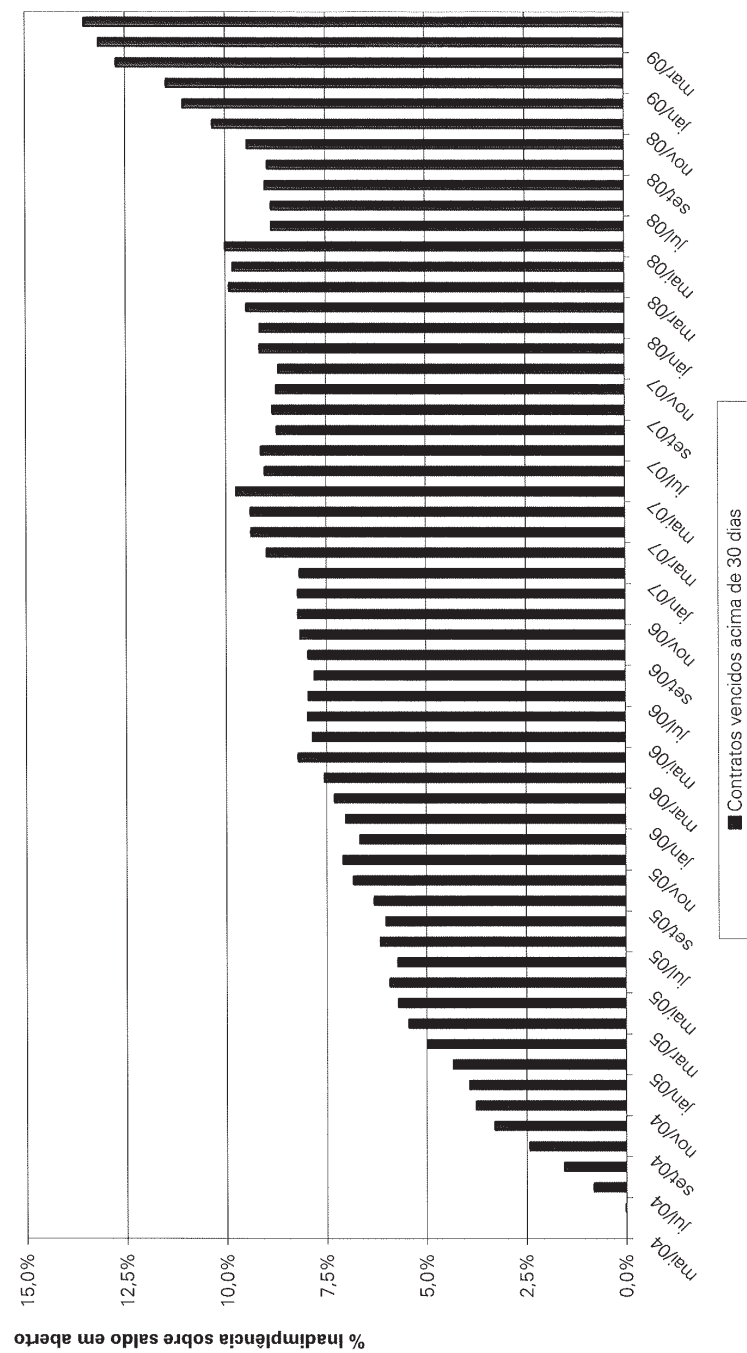
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65807. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.26 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos leves

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 30 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



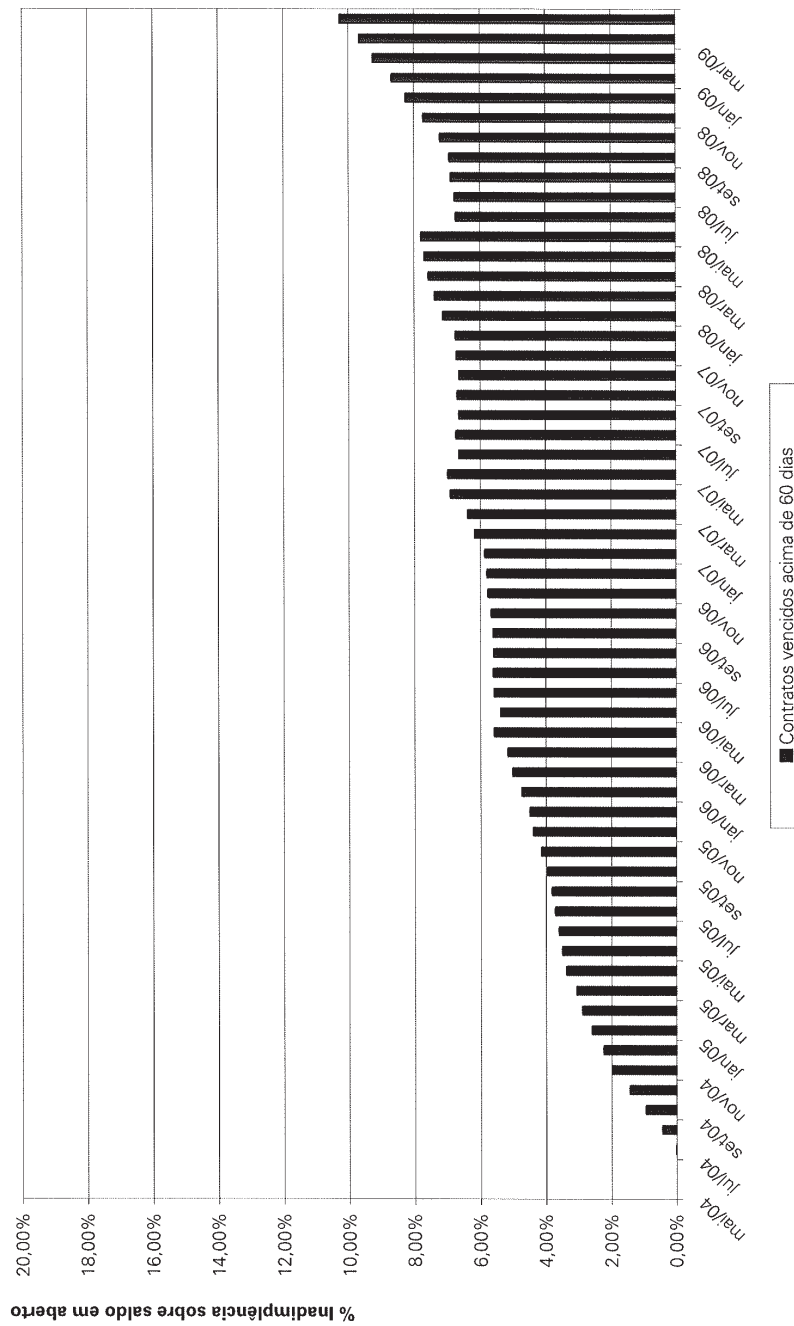
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.27 - Pool estático (*vintage analysis*) - Veículos leves

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 60 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



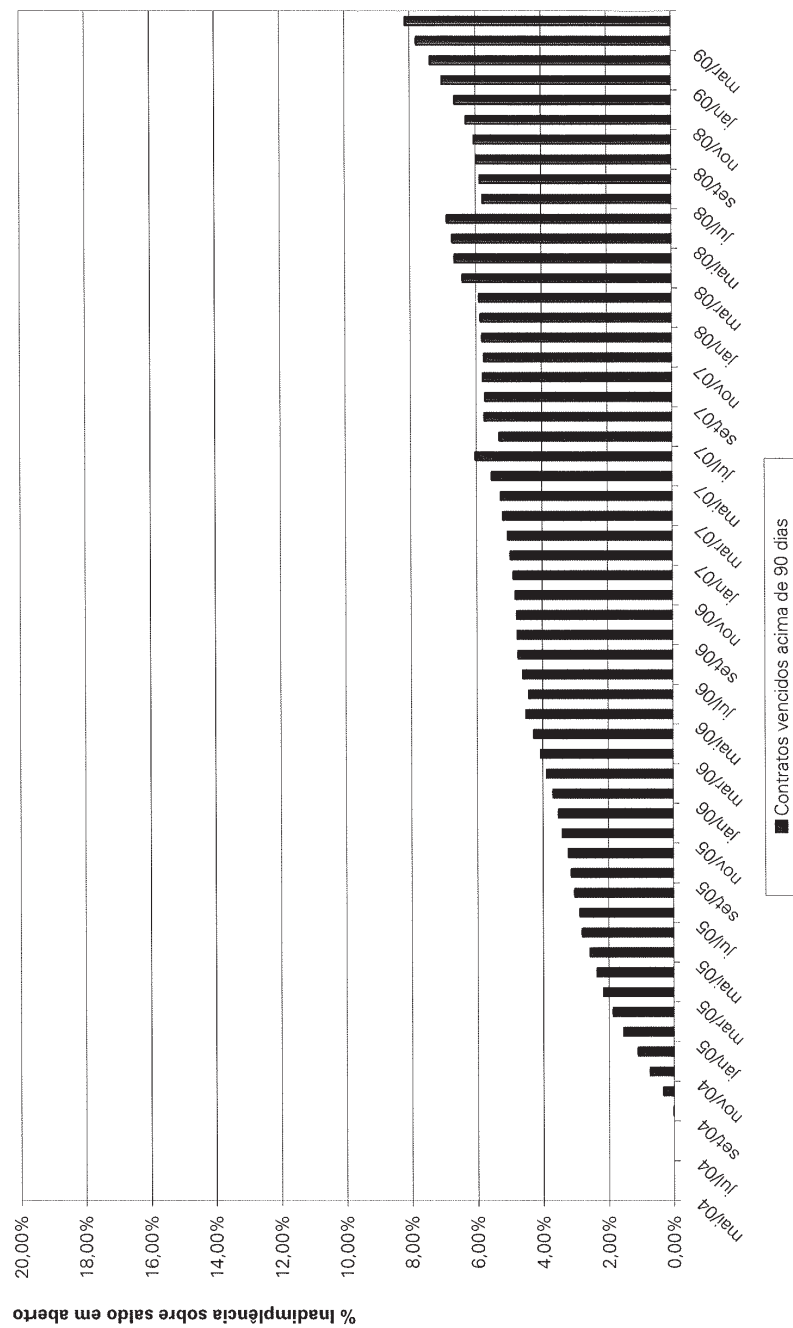
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.28 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos leves

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 90 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



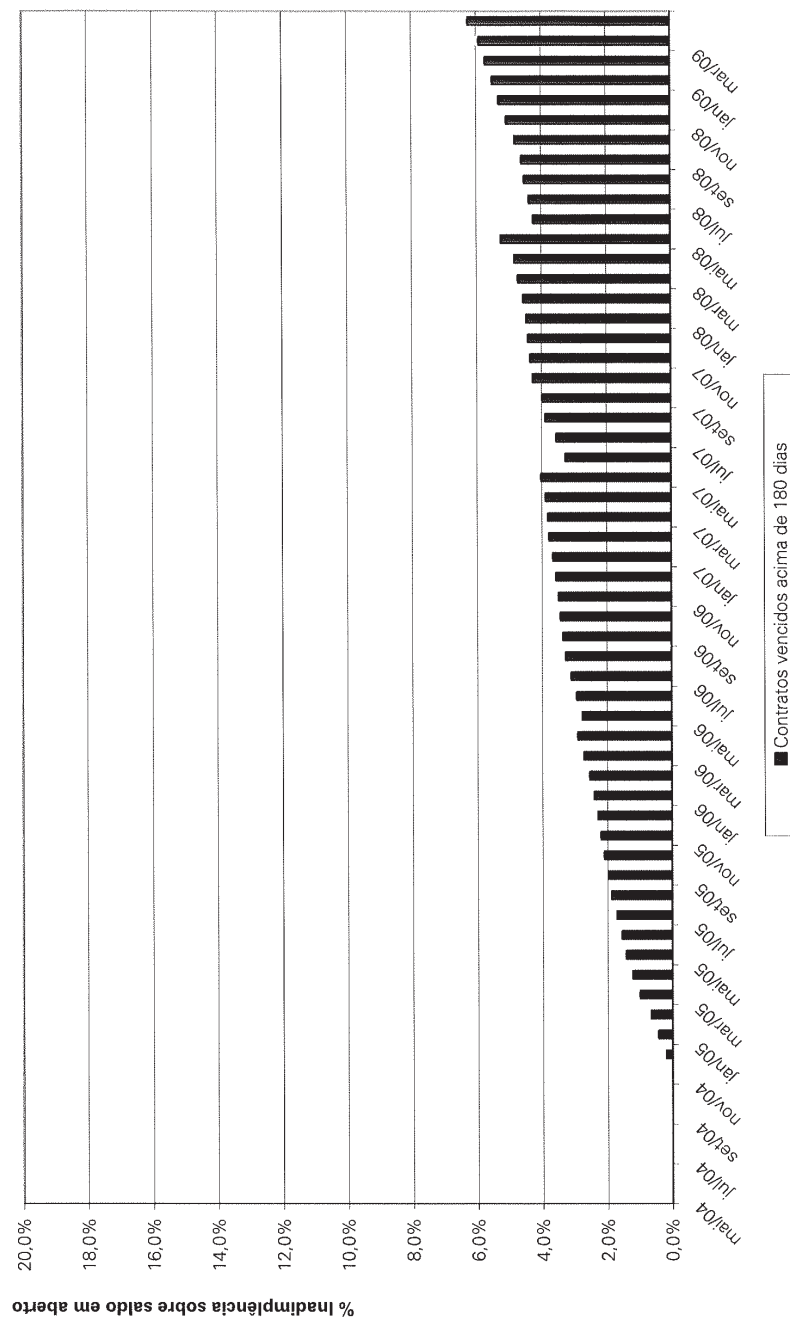
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 69507. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.29 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos leves

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 180 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.

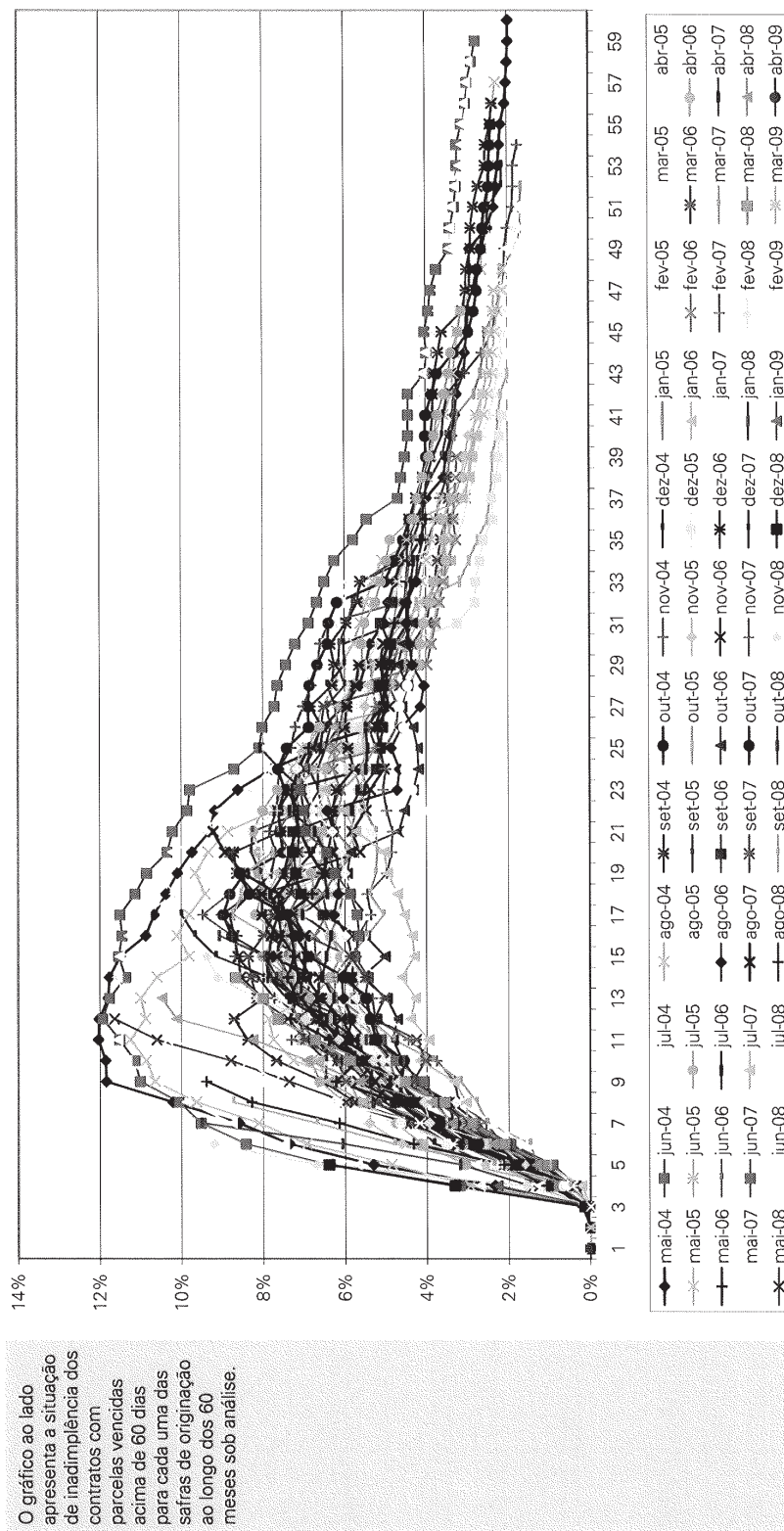


© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.30 - Pool estático (*vintage analysis*) - Veículos pesados

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência por safra - Contratos vencidos acima de 60 dias



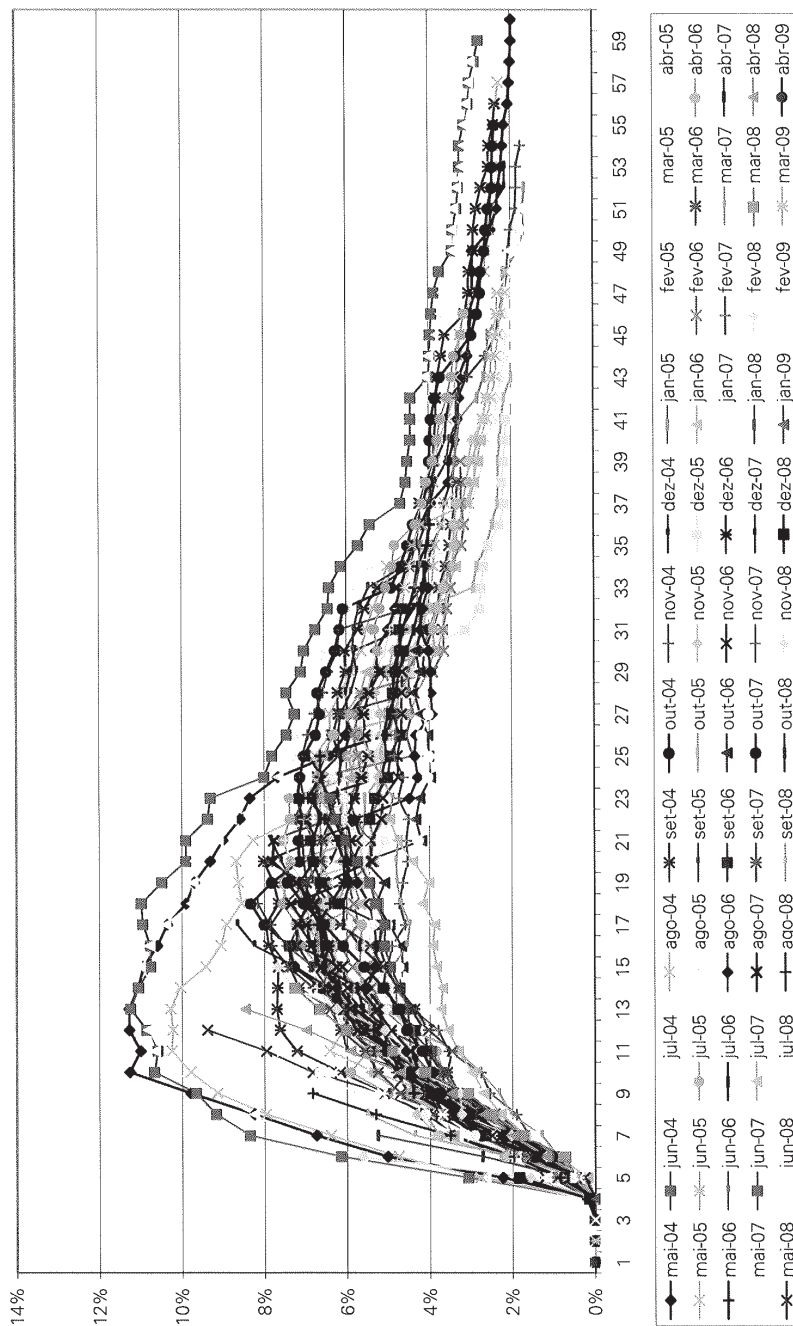
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.31 - Pool estático (*vintage analysis*) - Veículos pesados

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência por safra - Contratos vencidos acima de 90 dias

O gráfico ao lado apresenta a situação de inadimplência dos contratos com parcelas vencidas acima de 90 dias para cada uma das safras de origem ao longo dos 60 meses sob análise.



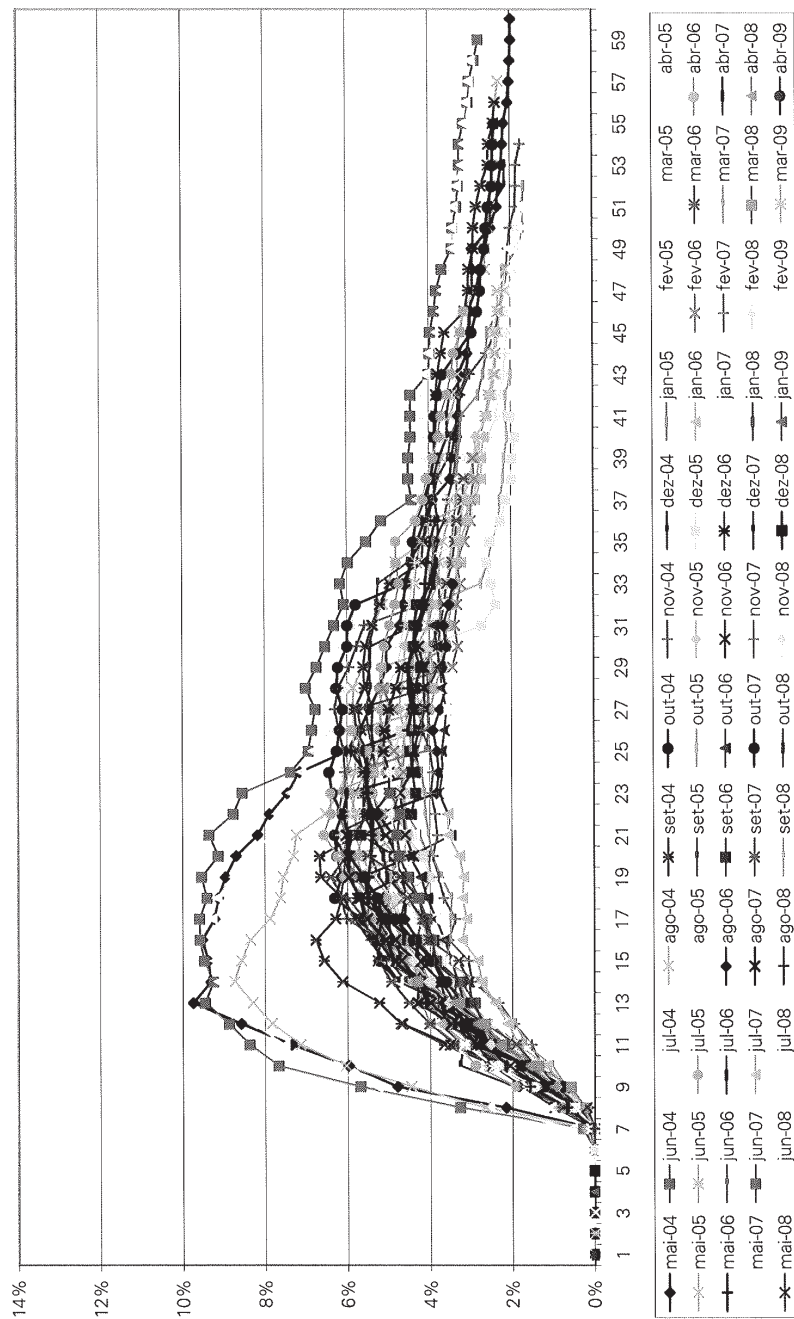
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.32 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos pesados

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência por safra - Contratos vencidos acima de 180 dias

O gráfico ao lado apresenta a situação de inadimplência dos contratos com parcelas vencidas acima de 180 dias para cada uma das safras de origem ao longo dos 60 meses sob análise.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.33 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos pesados

Representação gráfica da inadimplência acumulada no período sob análise

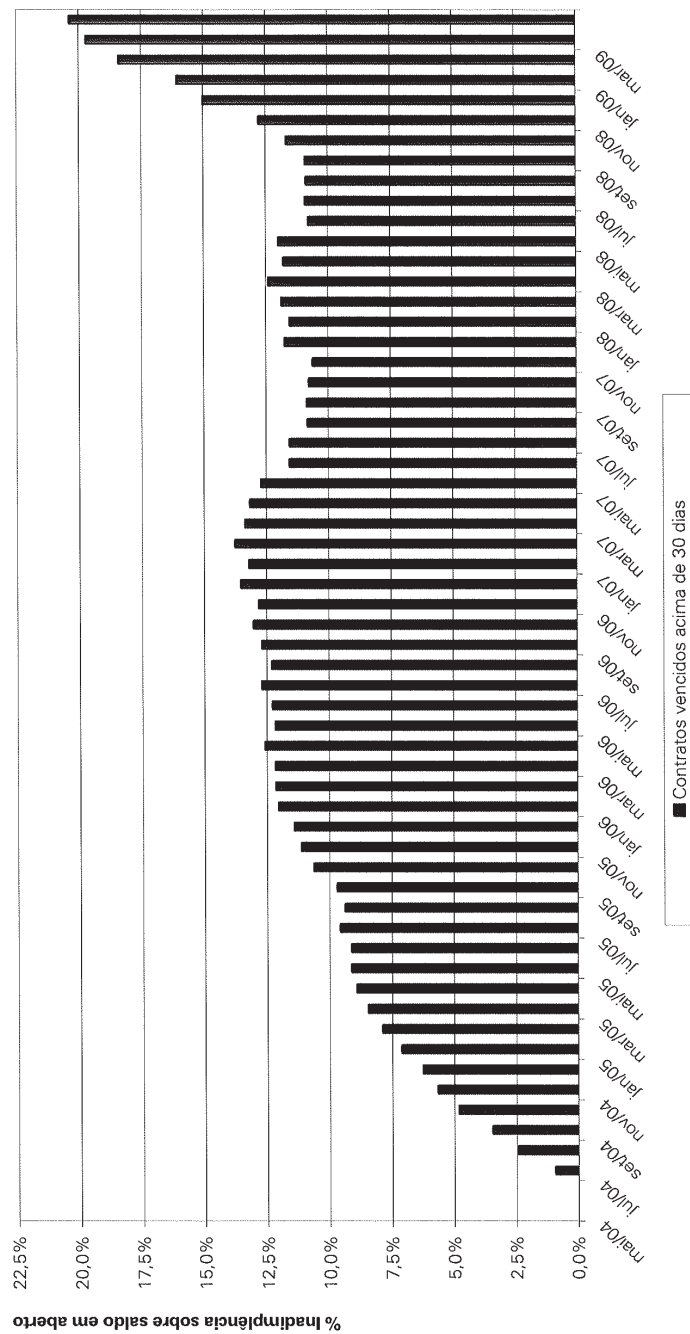


Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.34 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos pesados

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 30 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



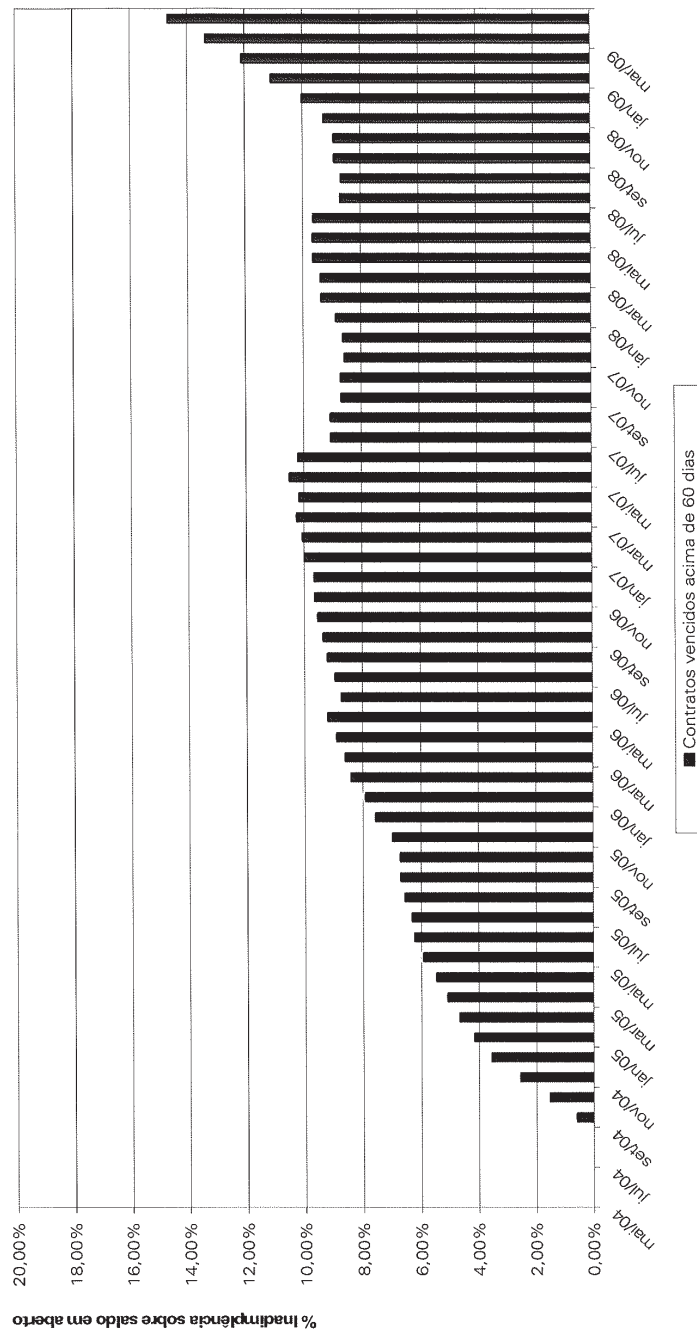
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65507.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.35 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos pesados

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 60 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



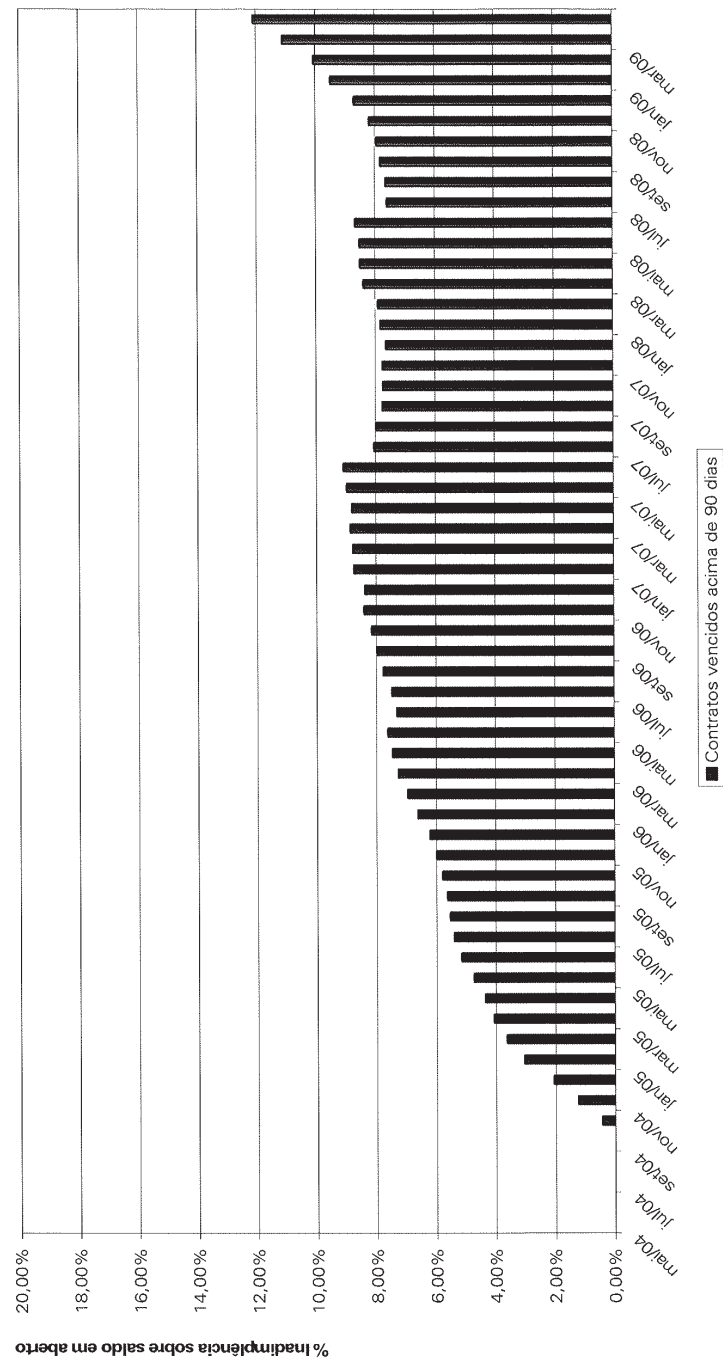
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 55507.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.36 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos pesados

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 90 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



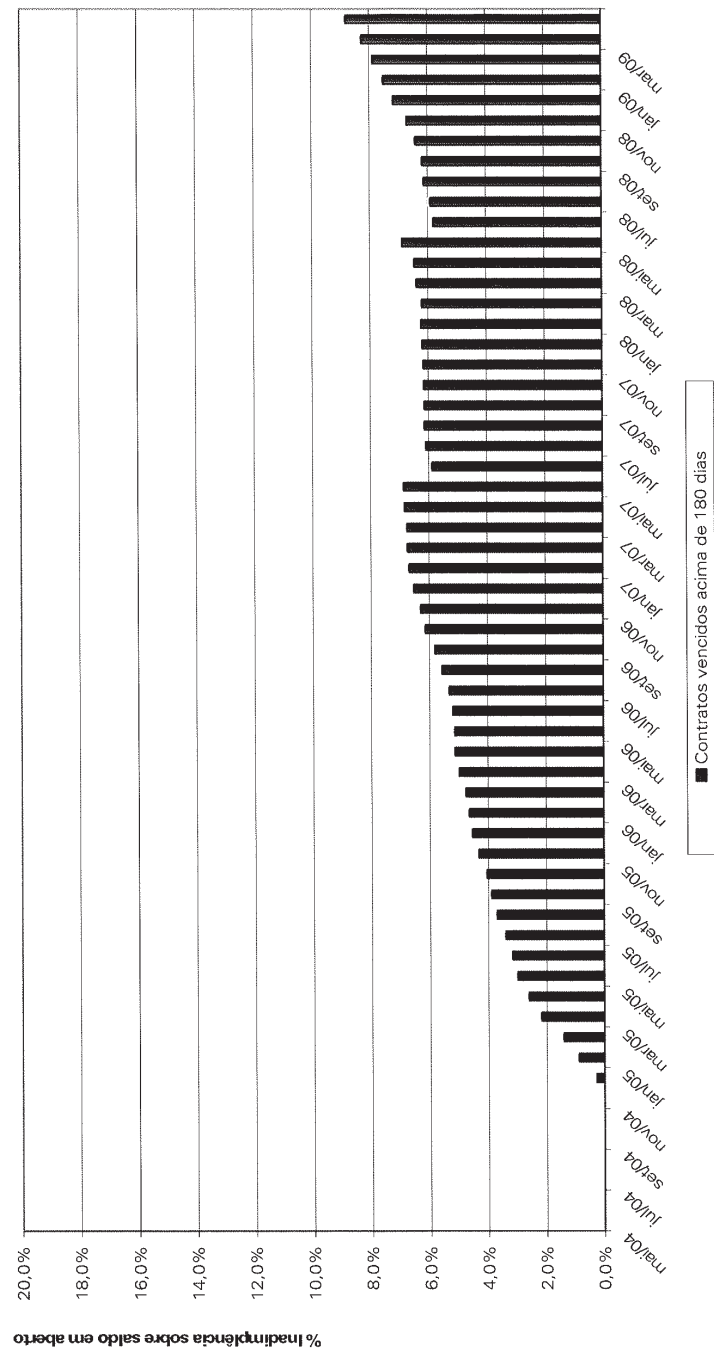
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.37 - Pool estático (vintage analysis) - Veículos pesados

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 180 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



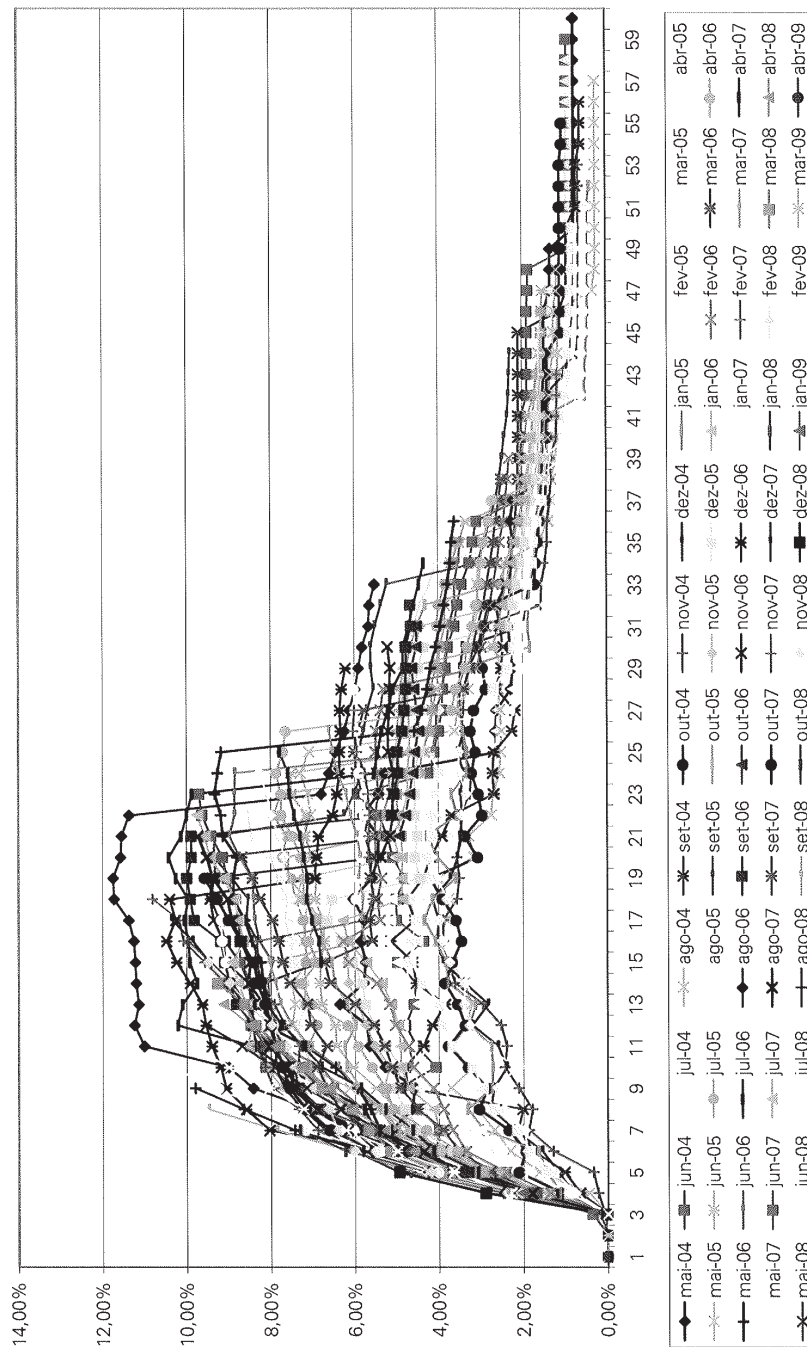
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.38 - Pool estático (vintage analysis) - Motos

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência por safra - Contratos vencidos acima de 60 dias

O gráfico ao lado apresenta a situação de inadimplência dos contratos com parcelas vencidas acima de 60 dias para cada uma das safras de origem ao longo dos 60 meses sob análise.

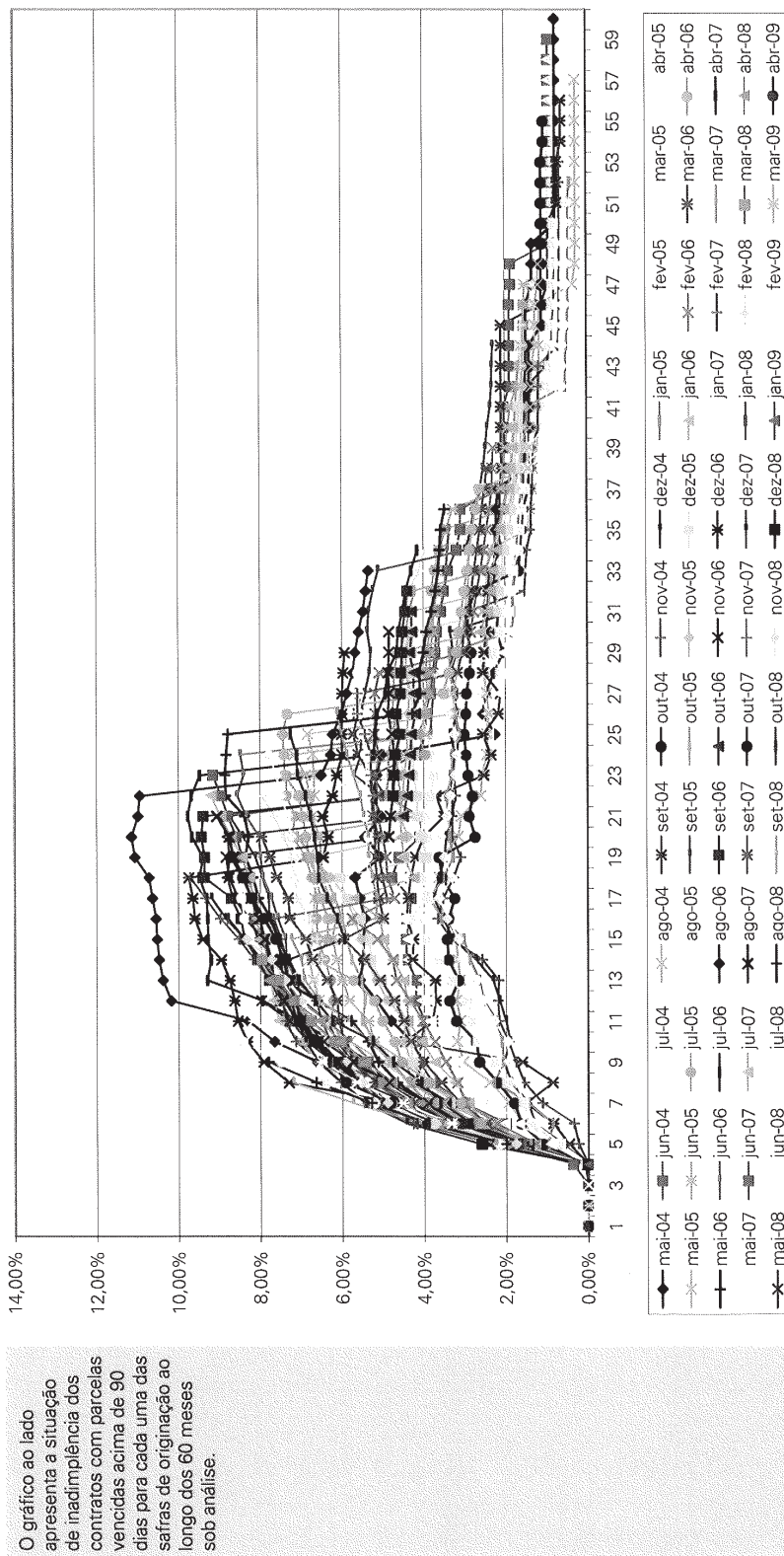


© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDSM 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.39 - Pool estático (vintage analysis) - Motos

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência por safra - Contratos vencidos acima de 90 dias



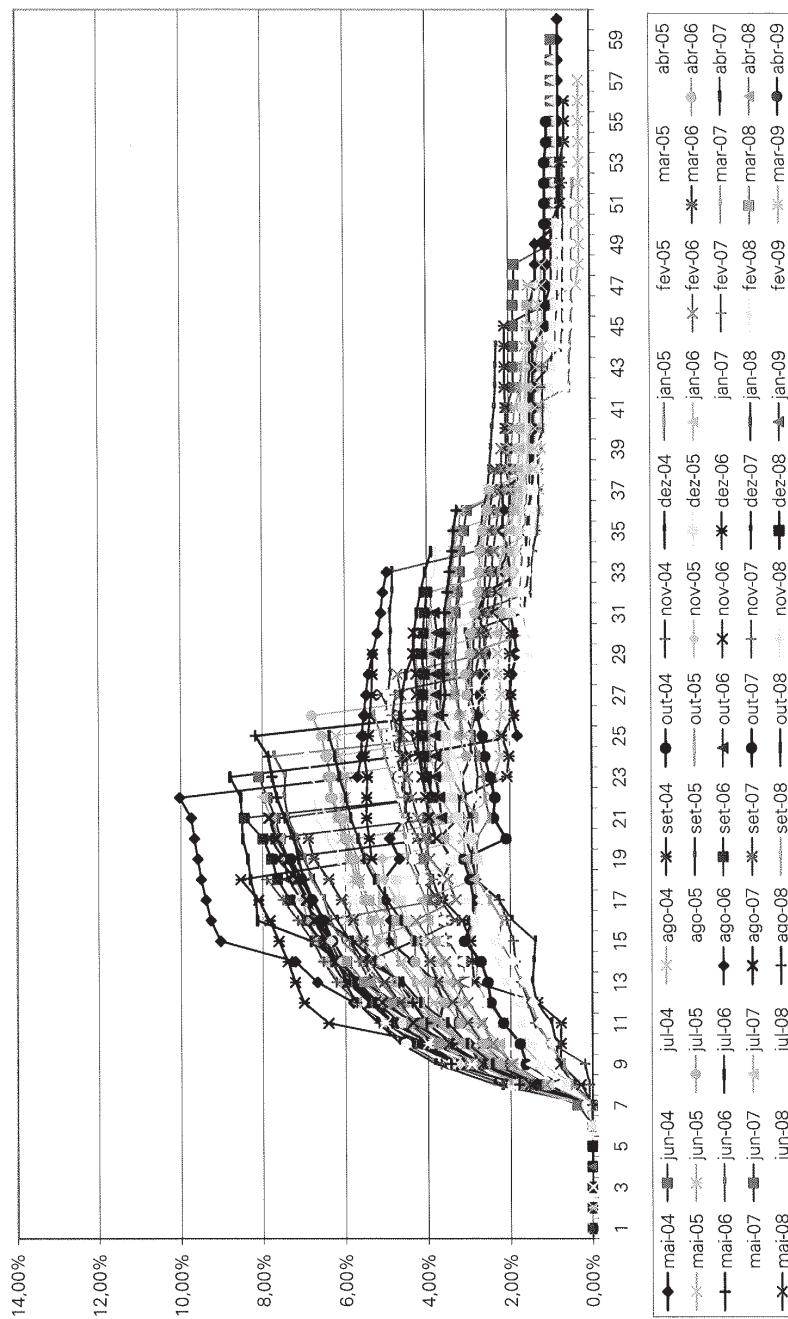
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.40 - Pool estático (vintage analysis) - Motos

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 180 dias

O gráfico ao lado apresenta a situação de inadimplência dos contratos com parcelas vencidas acima de 180 dias para cada uma das safras de origem ao longo dos 60 meses sob análise.



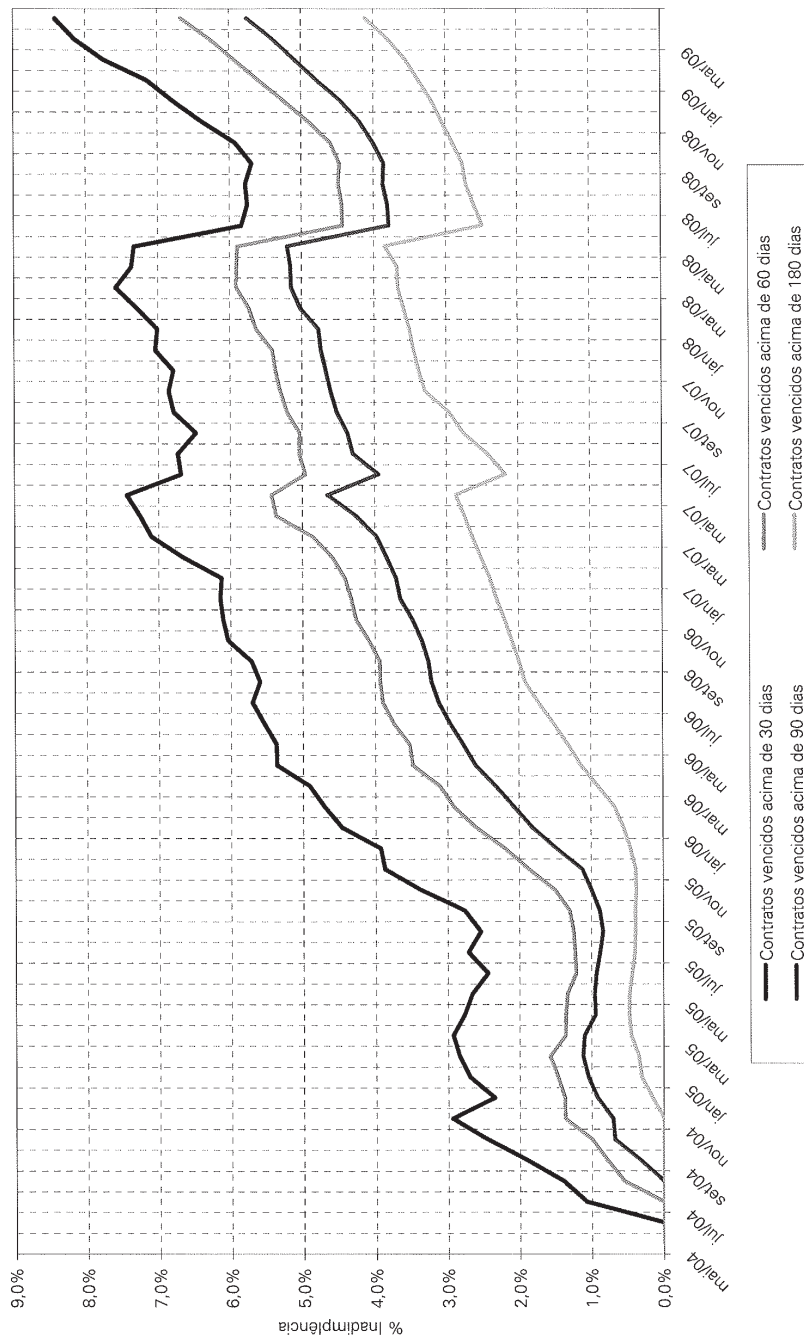
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KODMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.41 - Pool estático (vintage analysis) - Motos

Representação gráfica da inadimplência acumulada no período sob análise

Apresenta a situação de inadimplência acumulada para os contratos originados nos 60 meses sob análise.



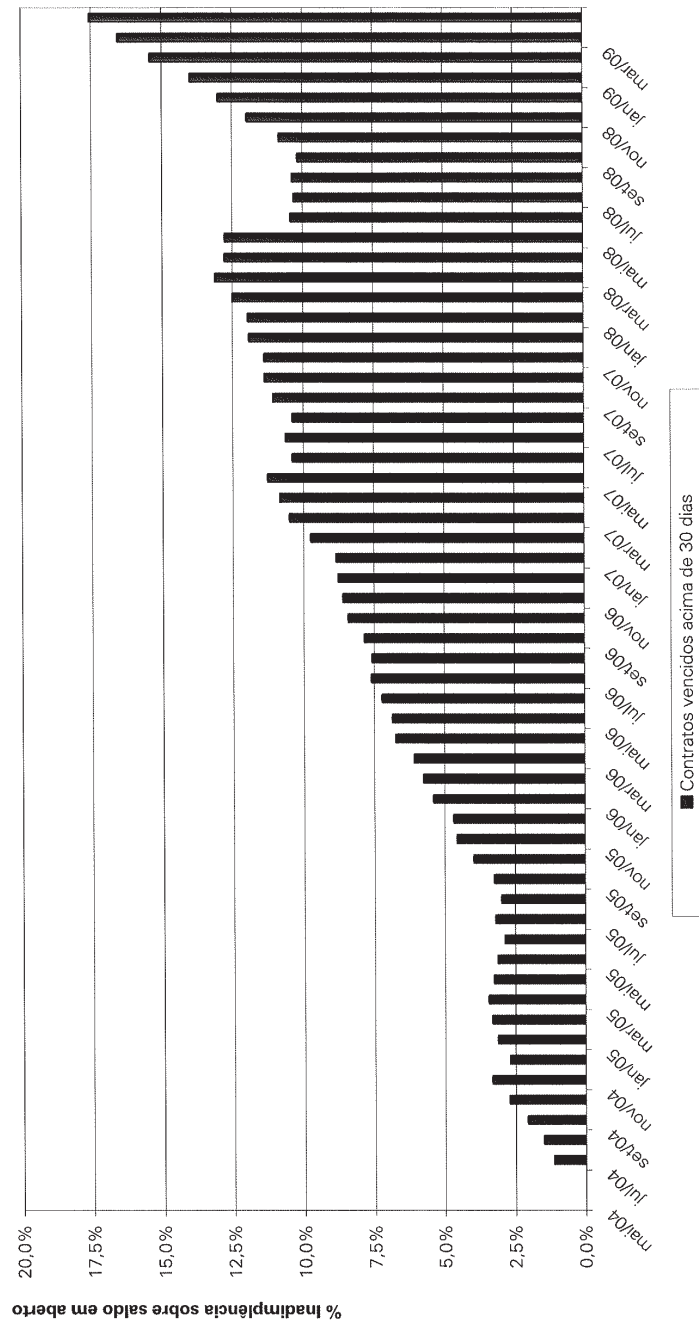
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.42 - Pool estático (vintage analysis) - Motos

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 30 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



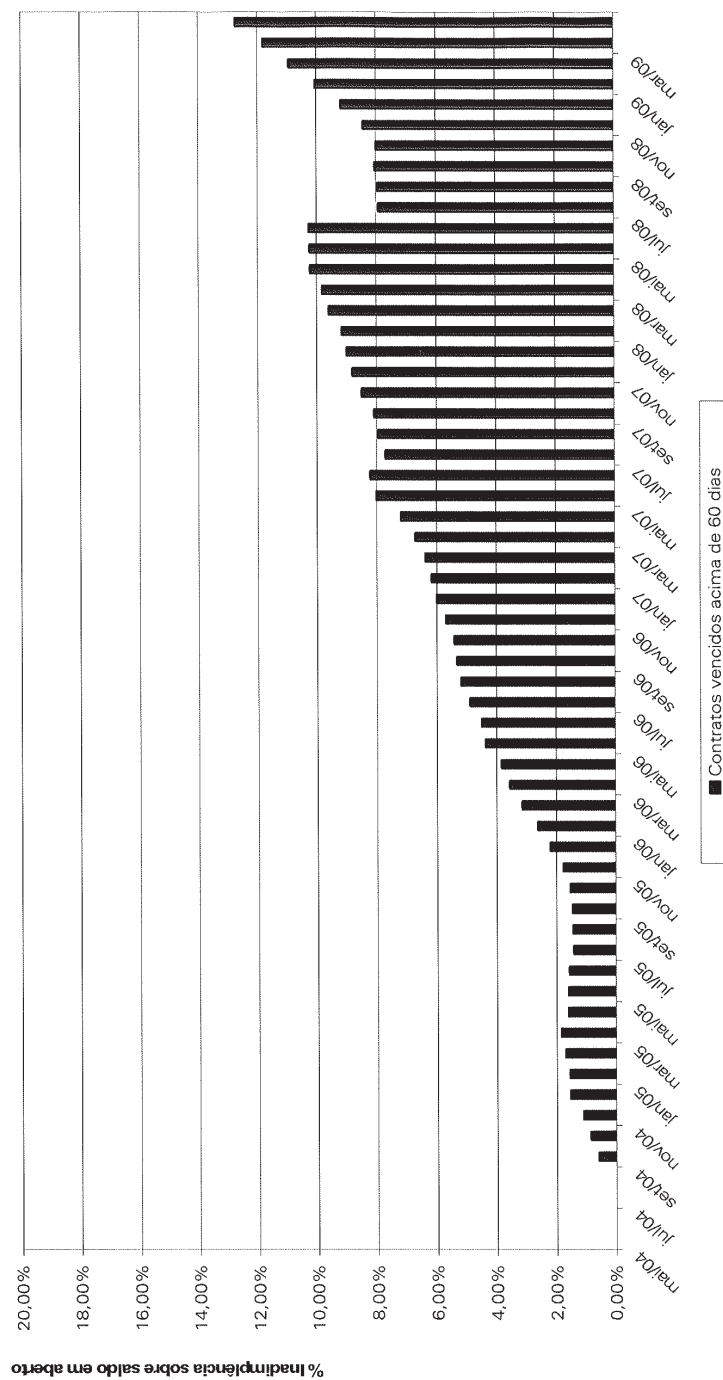
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.43 - Pool estático (vintage analysis) - Motos

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 60 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.

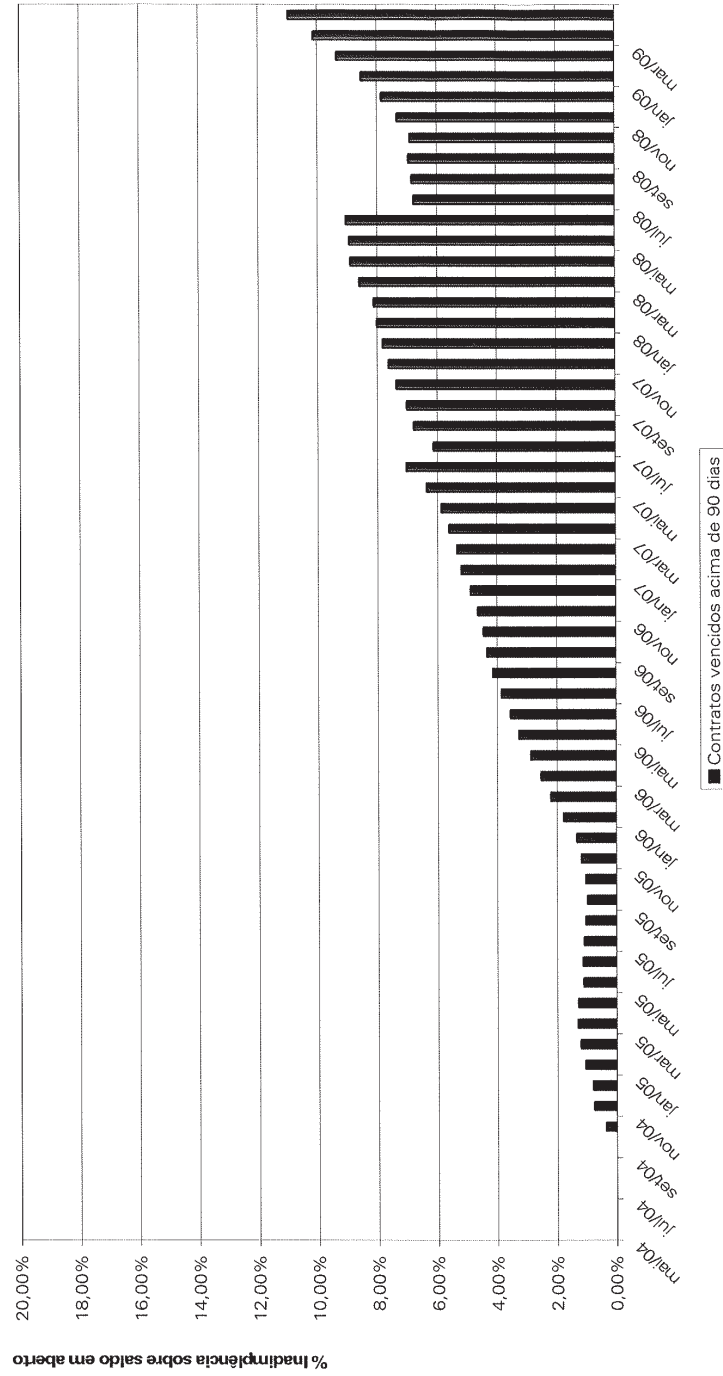


Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.44 - Pool estático (vintage analysis) - Motos

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 90 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



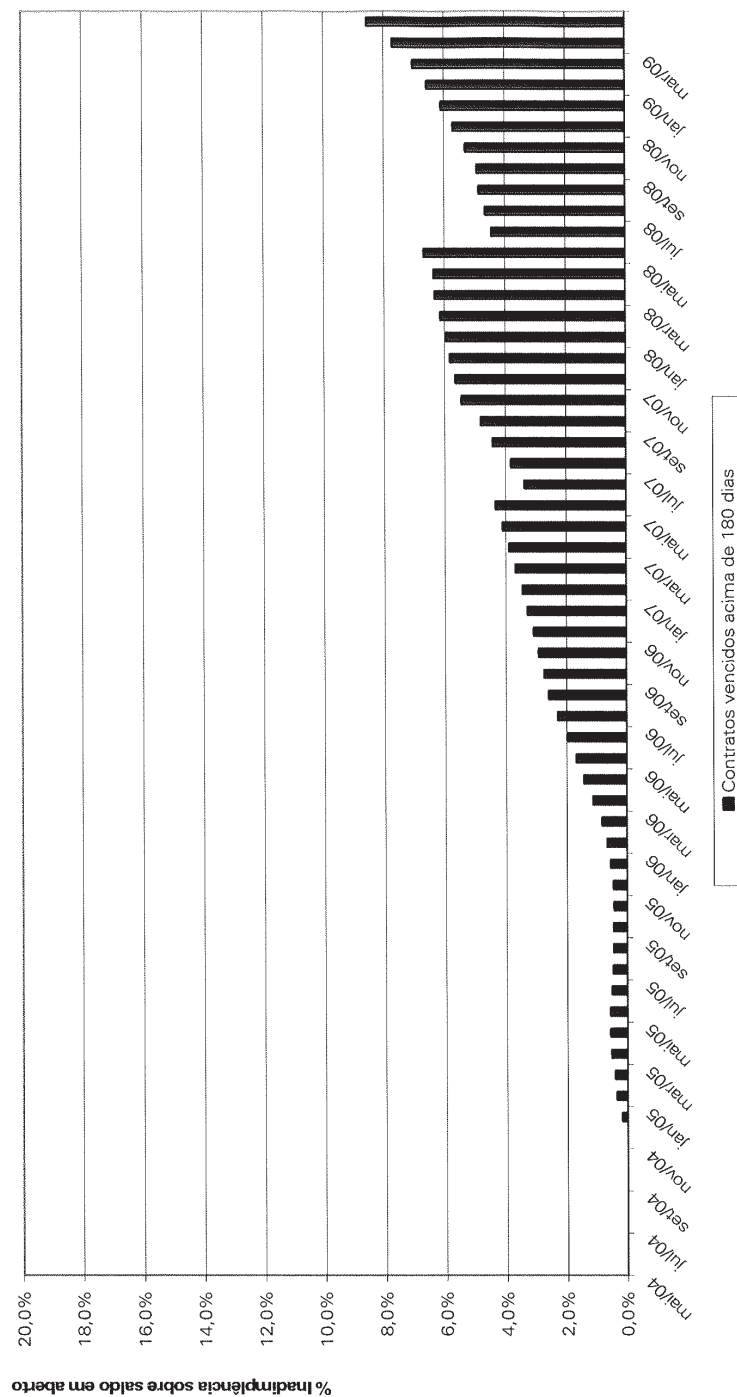
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.45 - Pool estático (vintage analysis) - Motos

Representação gráfica do pool estático - Inadimplência dos contratos em aberto - Situação acima de 180 dias

Apresenta a situação dos contratos em aberto em cada um dos meses sob análise e de forma cumulativa.



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Análise de representatividade dos contratos cedidos contidos na carteira analisada

Apresenta a representatividade dos contratos cedidos em relação à carteira analisada neste relatório.

Segundo representantes da BV Finaaceira, ocorreram vendas de carteiras inadimplentes nas seguintes datas e pelos respectivos montantes, conforme apresentado a seguir:

- 30/12/2005: R\$ 215.328.540,90
- 27/06/2007: R\$ 213.434.410,82
- 30/06/2008: R\$ 368.910.682,00

A partir da base de dados utilizada para análise, selecionamos os contratos baixados nos períodos informados e constatamos a representatividade dos contratos cedidos, por produto, em relação ao total da carteira analisada neste relatório.

Adicionalmente, com base nas informações citadas acima, efetuamos o recalcdo da inadimplência por safra de origem considerando como parcelas “vencidas” aquelas parcelas baixadas por venda.

A seguir, apresentamos os resultados obtidos em nossa análise considerando apenas os meses nos quais houve cessão de contratos:

1. Total originado: **37.117.108 mil**
2. Total das baixas por venda de contratos: **428.495 mil**
3. Representatividade das vendas sobre o total originado (2/1): **1,15%**
4. Total – operações vencidas acima de 180 dias: **1.121.755 mil**
5. Total – Inadimplência calculada (2+4): **1.550.250 mil**
6. Representatividade da inadimplência acumulada sobre o total originado: **4,18%**

O cálculo realizado para obter os valores acima mencionados e as análises de representatividade da venda de contratos por safra de origem são segregadas por tipo de produto estão apresentadas nos Anexos I a IV.



Conciliação da base de dados com os registros contábeis

Seção 3

Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise que nos foi fornecida pela área de Tecnologia da BV Financeira contempla todas as operações realizadas no período de 1º de maio de 2004 a 30 de abril de 2009, independentemente da situação das parcelas/dos contratos em 30 de abril de 2009 (data-base).

Conciliação da base de dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da BV Financeira com os respectivos saldos contábeis. Apresentamos, a seguir, o resultado da aplicação desses procedimentos.

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências consideradas imateriais pelo Grupo Estrutrador no contexto da operação.

Tabela 3.1 - Conciliação da base de dados com os saldos contábeis

	(R\$ 000)
Total da Base de Dados Analisada	61.698.143
(-) Pagamentos (incluindo baixas por renegociações e pré-liquidações)	38.497.062
(-) Contratos Cedidos ou Cancelados	2.248.974
Total Para Conciliação	20.952.107
Valor Contábil - Produtos Analisados	21.315.598
Diferença	(363.491)
Diferença (%)	-1,71%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis

Seção 4

Entendimento dos procedimentos de crédito

Tais informações foram obtidas por indagação à Administração da BV Financeira e estão em conformidade com as informações contidas nos manuais de crédito disponibilizados. Sua eficácia foi testada por procedimentos de simulação com base em amostragem.

Estrutura de crédito

A área de Crédito destinada a veículos é composta pela seguinte estrutura:

- 1 diretor de crédito
- 1 gerente de crédito
- 34 gerentes operacionais
- 65 coordenadores de crédito
- 460 analistas. Tais funcionários estão divididos em 65 escritórios regionais da BV Financeira, espalhados por todo o Brasil.

Existe uma mesa de suporte de crédito na matriz da BV Financeira em São Paulo que dá suporte a 55 filiais. A estrutura dessa mesa conta com quatro coordenadores e 14 analistas.

O contato da BV Financeira com as 12.000 lojas/revendas conveniadas, responsáveis pela venda dos veículos e pela oferta de financiamentos, é realizado pelos 1.476 operadores contratados, presentes nas 55 filiais, localizadas em todos os Estados Brasileiros.

O sistema interno da BV Financeira está parametrizado para classificar cada uma das filiais de acordo com seu risco e, para isso, são considerados dados históricos, volume de inadimplência e fraudes.

A partir do histórico, é atribuído um risco a cada filial e loja, podendo ser Alto, Médio e Baixo, variando de acordo com a pontuação obtida. Essa classificação irá influenciar posteriormente a atribuição de um *rating* de crédito ao cliente.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Cadastramento e aprovação das lojas/revendas

Conforme observado, todos os financiamentos realizados pela BV Financeira são intermediados por operadores contratados ou correspondentes terceirizados, os quais têm contato com as lojas/revendas conveniadas. Para uma loja/revenda ser cadastrada na BV Financeira, são requeridas, pela área Administrativa para aprovação, as documentações a seguir:

- Proposta de filiação de loja preenchida
- Cópias do CPF e do RG do(s) sócio(s)
- Cópia do contrato/estatuto social e alterações, devidamente registrados na Junta Comercial
- Procurações com poderes específicos
- Contrato de prestação de serviços da BV Financeira, devidamente assinado
- Documento com os dados bancários da loja para pagamento da comissão, podendo ser:
 - Cópia do cheque
 - Extrato de conta-corrente sem a informação do CNPJ do favorecido
 - Carta timbrada devidamente assinada pelo lojista com as informações de banco, agência e conta-corrente e os dados do favorecido; ou
 - Carta sem timbre assinada e carimbada com o CNPJ e o razão social do lojista, com as informações de banco, agência e conta-corrente e os dados do favorecido.

Adicionalmente, a área de Crédito da BV Financeira, responsável pela análise das lojas/revendas, realiza os seguintes procedimentos:

- Consultar o órgão de proteção ao crédito (Serasa/SPC) para os sócios e a empresa
- Verificar o tempo de funcionamento da empresa (no mínimo um ano).

Se o cadastro for aprovado, a loja é cadastrada nos sistemas SCC Apoio Loja (código) e Web (identificação e senha).



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDM5 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Fluxo de crédito

Preenchimento da proposta

O início do processo de concessão de crédito relativo ao financiamento com alienação fiduciária, realizado pela BV Financeira, se dá assim que o cliente entra em contato com a loja/revenda com o intuito de adquirir um veículo por financiamento. De posse das políticas e normas preestabelecidas pela BV Financeira, a loja/revenda apresenta os planos e as opções disponíveis. Estando o cliente de acordo, é feito o preenchimento da ficha-proposta na qual são solicitados os seguintes dados:

- Dados da operação
- Dados do cliente
- Dados profissionais
- Dados do cônjuge
- Referência bancária
- Dados de bens ou imóveis

Nas lojas/revendas, a inclusão dos dados é feita diretamente pela Internet, no site www.bvfinanceira.com.br, e fica disponível para a área de Crédito da BV Financeira. O sistema interno da BV Financeira está parametrizado para classificar cada uma das lojas/revendas de acordo com seu risco, e, para isso, são considerados dados históricos de inadimplência, fraudes e tempo de relacionamento com a loja. A partir desse histórico, é atribuída uma classificação a cada revenda de acordo com a pontuação obtida.

A partir dos dados digitados na proposta, o sistema da BV Financeira irá atribuir um *score* ao cliente, o qual está fundamentado nas informações digitadas na proposta, como:

- Renda, profissão e tipo de residência
- Informações da Serasa (restritivos, quantidade de passagens e histórico de pagamentos)
- Informações internas de relacionamento com a BV Financeira.

O *score* atribuído varia de 1 a 10, sendo 1 o pior *score* possível e 10 o melhor. As classificações são as seguintes: 1 a 3 (risco alto), 4 a 6 (risco médio) e 6 a 10 (baixo risco).

Segundo os normativos de crédito, está definido que, para aprovações, o cliente possua no mínimo *score* igual ou superior a 4.



Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Condições gerais para financiamento de veículos pesados:

- Não apresentar restrições nos órgãos de proteção ao crédito Serasa/SPC
 - Não apresentar restrições internas na base da BV Financeira
 - Apresentar atividade profissional comprovada de, pelo menos, 2 anos
 - A prestação do contrato deve comprometer até 33% da renda do cliente
 - O financiado deve ter idade mínima de 21 anos
 - O *score* (sistema da BV Financeira) deve ser de 4 a 10
 - O valor mínimo do financiamento deve ser de R\$ 1.500,00.
- ### Condições gerais para financiamento de veículos leves:
- Não apresentar restrições nos órgãos de proteção ao crédito Serasa/SPC
 - Não apresentar restrições internas na base da BV Financeira
 - Apresentar atividade profissional comprovada de pelo menos 1 ano
 - O financiado deve ter idade mínima de 18 anos
 - O *score* (sistema da BV financeira) deve ser de 4 a 10
 - Deve apresentar comprovante de renda
 - Tolerância de 10% acima da tabela Molicar para veículos com até 10 anos de uso
 - O valor mínimo do financiamento deve ser de R\$ 1.500,00.

Condições gerais para financiamento de motos:

- Não apresentar restrições nos órgãos de proteção ao crédito Serasa/SPC
- Não apresentar restrições internas na base da BV Financeira
- Apresentar atividade profissional comprovada de pelo menos 1 ano
- O valor mínimo de financiamento deve ser de R\$ 1.000,00
- O valor mínimo de parcela deve ser de R\$ 50,00
- O financiado deve ter idade mínima de 18 anos
- O *score* (sistema da BV Financeira) deve ser de 5 a 10.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont..)

Análise de crédito

A análise de crédito envolve os seguintes procedimentos e consultas:

Fase 1 - Consultas automáticas

Existe uma análise via sistema na qual são verificadas automaticamente:

- Consulta ao órgão de proteção ao crédito (Serasa)
- Consulta aos dados internos do proponente (caso este seja ou tenha sido cliente)
- Verificação do valor do veículo conforme tabela Molicar — é permitida variação de, no máximo, 10% de diferença no valor do bem
- Consulta ao sistema Crivo para obtenção de dados pessoais e profissionais.

Fase 2 - Consultas manuais realizadas

São analisadas as operações que tenham apresentado sinais de atenção na fase de análise automática:

- Confirmação do número de telefone no site da All Check
- Consulta ao site da Receita Federal, verificando se o CPF está ativo
- Verificação do percentual mínimo de entrada em relação ao valor do bem, conforme políticas de crédito
- Telefonema ao local de trabalho confirmando dados profissionais
- Telefonema ao local de residência confirmando dados pessoais
- Confirmação de referências pessoais e bancárias
- Visita, se necessário, *in loco* confirmando dados do cliente
- Análise de conformidade da proposta em relação aos parâmetros de crédito (prazo máximo em relação à idade do veículo, percentual máximo do valor da parcela em relação à renda líquida, entradas mínimas).

Adicionalmente, o analista de crédito pode realizar consultas, solicitando o envio de documentos que comprovem os dados informados ou o motivo de restrições e/ou divergências identificadas.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Teste de aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados, foi realizado o acompanhamento de consultas referentes a três propostas de financiamentos, sendo apurado o seguinte resultado:

Procedimentos	Propostas de financiamento		
	1	2	3
Consultas automáticas			
Consultas ao SPC/Serasa	✓	✓	✓
Consultas ao Score interno e Bureau de crédito	✓	✓	✓
Consulta ao histórico do cliente na BV	✓	✓	✓
Consulta ao Score da loja	✓	✓	✓
Consulta ao Crivo	✓	✓	✓
Consultas manuais realizadas			
Confirmação do local de trabalho e residência via telefone	✓	✓	✓
Verificação do percentual de financiamento	✓	✓	✓
Verificação do valor do veículo e comparação com valor da tabela Molicar	N/A	N/A	✓

Legenda: ✓ - Realizado; ☒ - Não realizado; N/A - Não aplicável

Resultado obtido

Proposta de financiamento 1

A proposta não foi aprovada, pois o cliente não tinha perfil de crédito necessário por apresentar tempo de emprego inferior com o estabelecido na política de concessão de crédito.

Proposta de financiamento 2

A proposta não foi aprovada, pois a proposta não tinha perfil de crédito necessário e estava em desacordo com o estabelecido na política de concessão de crédito.

Proposta de financiamento 3

A proposta não foi aprovada, pois o cliente já apresentava reprovação anterior no histórico da BV Financeira.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Aprovação das propostas

Os analistas tem de 20 a 25 minutos para analisar cada proposta recebida no sistema. Realizadas as consultas complementares e confirmações de informações, de acordo com a necessidade, ficará a cargo do Analista, com limite de alçada correspondente, a aprovação da proposta. A validade das propostas aprovadas é de 15 dias. Após esse prazo, estas deverão ser reanalisadas.

As propostas que estejam acima do valor de alçada do analista responsável são enviadas para outro analista que tenha uma alçada de aprovação maior, para que este analise e efetue, se de acordo, a aprovação.

Alçadas de crédito

As alçadas para liberação de crédito de operações com veículos leves, pesados e motos obedecem à tabela apresentada a seguir, de acordo com a classificação de risco do cliente (quando aplicável):

Cargo	Veículos Leves			Veículos Pesados*		Motos*
	Risco alto	Risco médio	Risco baixo	#	#	
Alçada inicial	8.000,00	8.000,00	8.000,00	12.000,00		5.000,00
Analista I	8.000,00	8.000,00	8.000,00	Não há		8.000,00
Analista II	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00		8.000,00
Analista III	20.000,00	20.000,00	20.000,00	30.000,00		10.000,00
Analista IV	25.000,00	25.000,00	25.000,00	40.000,00		12.000,00
Analista V	30.000,00	30.000,00	30.000,00	60.000,00		16.000,00
Analista VI	45.000,00	45.000,00	45.000,00	80.000,00		20.000,00
Coordenador	45.000,00	50.000,00	60.000,00	120.000,00		30.000,00
Supervisor	45.000,00	50.000,00	60.000,00	120.000,00		60.000,00
Gerente Operacional	45.000,00	50.000,00	60.000,00	Não há		60.000,00
Gerente de crédito	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00		120.000,00
Superintendente			200.000,00			
Diretorias de Crédito e Operacional			400.000,00			
Comitê BV Financeira e Banco Votorantim			Acima de 400.000,00			

* Para as operações com veículos pesados e motos, não há segregação de alçadas por Risco da operação.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Fluxo de formalização

A área de Formalização da BV Financeira trabalha em duas etapas. Na primeira, em D+0, após a aprovação do crédito, é efetuada a confirmação das informações inseridas no sistema pela área de Crédito, a documentação do veículo passível de financiamento é verificada pelos operadores e são realizadas a alienação fiduciária do veículo e a liberação do pagamento. Em uma segunda etapa, toda a documentação requerida é recebida nas filiais, sendo, posteriormente, encaminhada e conferida na empresa que realiza o arquivamento/a custódia.

Etapa 1 - Verificação da documentação

A área de Formalização da BV Financeira solicita a seguinte documentação aos operadores, responsáveis pelo contato com as lojas/revendas:

- boleto/autorização para liberação de crédito
- DUT do veículo a ser financiado ou nota fiscal (para veículos novos)
- autorização da loja para pagamento em conta de terceiros (caso o veículo não esteja em nome da loja) e termo de responsabilização por eventuais multas
- carta de compromisso da loja/revenda e comprovante de quitação ao respectivo banco, no caso de o veículo estar alienado a outra instituição
- laudo de vistoria do veículo para casos em que julgar necessário.

Conferências

Nesta fase, verifica-se a documentação destacada acima, confrontando os dados disponíveis com o sistema. Caso durante a análise de crédito qualquer documentação adicional tenha sido necessária, esta também será solicitada e conferida pela formalização. É constatado, ainda, se o crédito foi efetivamente aprovado e se o analista responsável pela aprovação detinha alçada compatível.

Por fim, é verificado se a taxa aplicada na operação está de acordo com as tabelas e as normas da BV Financeira e apurada a existência de eventuais débitos relacionados à garantia (consulta ao sistema MEGADATA do Detran).

Análise antifraude

Segundo informações obtidas com a Administração da BV Financeira, os analistas responsáveis pela formalização das operações estão capacitados a identificar indícios de fraude. Para toda a documentação analisada, há o enfoque na apuração de fraudes. Caso seja verificada qualquer evidência nesse sentido, há o encaminhamento do processo para a área de Auditoria Interna.

Inclusão do gravame (alienação do veículo) e liberação do recurso

Após as diversas conferências realizadas no item anterior, é realizada a inclusão do gravame, alienando o veículo em nome da BV Financeira S.A. Ainda nessa etapa, após a alienação do veículo, é efetuada a liberação do pagamento pela área de Tesouraria da BV Financeira por TED. Os dados requeridos para a liberação do recurso são disponibilizados no sistema de liquidação financeira após aprovação de funcionário da área de Formalização.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Teste de aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência aos procedimentos de formalização efetuados pela BV Financeira, realizamos o acompanhamento do fluxo de formalização referente a dois processos de financiamentos, sendo apurados os seguintes resultados:

Procedimento	Processos	
	1	2
Verificação da documentação		
Boleto/autorização para liberação de crédito	✓	✓
DUT ou Nota fiscal do veículo a ser financiado	✓	✓
Carta de compromisso da loja/revenda	N/A	N/A
Laudo de vistoria	N/A	N/A
Consulta		
Detran	✓	✓
Confirmação da liberação do crédito		
	✓	✓

Legenda: ✓ - Realizado; ✗ - Não realizado; N/A - Não aplicável

Resultados obtidos

Para os processos analisados, não foram verificadas divergências na realização dos procedimentos de formalização das operações.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65507. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Etapa II - Envio de documentação completa

No prazo máximo de uma semana, após a liberação do pagamento, a documentação solicitada é enviada pelos operadores ao Departamento de Formalização. Deverão constar os seguintes itens:

- Ficha cadastral
- Contrato assinado (CCB)
- Cópia do CPF
- Cópia do RG
- Comprovante de renda (desde que solicitado na análise de crédito)
- Comprovante de residência
- DUT - Alienação Fiduciária à BV Financeira S.A.
- Nota fiscal, em caso de veículo zero quilômetro
- Autorização de pagamento preenchida
- Documentação adicional solicitada pela área de Crédito
- Carta de pagamento a terceiros assinada pelo cliente e pelo lojista (autoriza)
- Carta-compromisso se o veículo estiver alienado em outra instituição.

Teste de aderência - KPMG

Selecionamos uma amostra de 100 contratos identificados a partir da base de dados fornecida pela BV Financeira. Dessa amostra, foram apresentados os processos e os respectivos documentos arquivados, sobre os quais foram adotados os seguintes procedimentos:

Procedimentos	Sem divergência		Com divergência		Não apresentado		Comentários
Verificação do "Nº do contrato"	100	-	-	-	-	-	i - Conforme informações da Gerência da BV Financeira, a solicitação do comprovante de renda somente é necessária quando solicitado pelo analista no momento da análise de crédito; para esses 21 contratos, não foi solicitado o comprovante de renda pela análise de crédito.
Verificação do "Nome do devedor"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "CPF do devedor"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "DUT"	100	-	-	-	-	-	
Verificação da "Quantidade de parcelas"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "Valor financiado"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "Valor liberado"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "Valor da parcela"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "Valor do bem"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "Ano de fabricação"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "Tipo de contrato"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "IUF"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "Gravame"	100	-	-	-	-	-	
Verificação da "Ficha de análise de crédito"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "Ficha de cadastro"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "CCB/nota promissória"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "RG"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "CPF"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "Comprovante de renda**"	79	-	-	-	21	-	
Verificação do "Comprovante de residência"	100	-	-	-	-	-	
Verificação do "DUT ou Nota fiscal"	100	-	-	-	-	-	



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Arquivamento/custódia

Após as conferências e os apontamentos devidos, o processo é levado para arquivamento/custódia em um prazo máximo de dez dias após a liberação do recurso. Esse trabalho é realizado pela empresa contratada Interfile Gestão Arquivos Ltda. ("Interfile"). São delegados à empresa a digitalização e o controle dos contratos.

Em visita à empresa, foram efetuados os seguintes procedimentos:

Levantamento de dados da empresa

A área da Interfile, destinada ao arquivamento e à custódia dos contratos da BV Finaaceira, está localizada em Taboão da Serra, São Paulo. A Interfile Gestão Arquivos Ltda. está localizada em Taboão da Serra, São Paulo, à Avenida Paulo Ayres, 70.

Identificação de mecanismos de segurança

Os seguintes mecanismos de segurança do ambiente foram identificados:

- Vigilância 24 horas
- Extintores de incêndio
- Hidrantes
- Câmeras de vigilância.

Logística no controle das operações

Os contratos custodiados na Interfile são controlados a partir do sistema eletrônico CredCons. No caso de entrada ou retirada de documentação, são digitados em sistema os itens de entrada ou saída e o funcionário responsável.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDSMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Baixa do gravame após a liquidação financeira do contrato

A baixa do gravame ocorre, automaticamente, 20 dias após a liquidação integral do contrato, sendo monitorada por determinados funcionários da área de Formalização.

Transferência de financiado

A transferência de financiado ou cessão de direitos ocorre por iniciativa do financiado. Para tanto, é requerido que o contrato esteja em dia, e é efetuada uma nova análise de crédito, podendo ou não ser aprovada.

A análise do cessionário obedece às mesmas normas de avaliação de crédito usualmente adotadas, sendo verificado se a transferência não será onerosa para a BV Financeira. Depois de aprovado o crédito ao cessionário, são feitas a conferência e a troca do gravame do cedente para o cessionário no site do Detran.

Substituição de garantias

Corresponde à substituição indicada pelo cliente do bem alienado por outro. Para que esse procedimento seja aprovado, o contrato deve estar em dia, e o valor do bem substituído deve ser maior que o valor do bem substituído, salvo exceções.

Após a manifestação do cliente interessado na substituição, é coletada documentação do novo bem, assim como é solicitada visita do bem substituído para avaliar e identificar as suas condições de uso, para que se verifique a possibilidade de enquadramento. O cliente deverá pagar uma tarifa para a substituição de garantia.

É realizada, primeiramente, a alienação fiduciária em nome da BV Financeira do novo bem e, depois, a baixa do gravame referente ao bem substituído.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça, todos os direitos reservados. Impressa no Brasil. KDNIS 65507. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Descrição do processo de cobrança

Procedimentos de cobrança de créditos em atraso

O sistema de cobrança da BV Financeira tem o objetivo de acompanhar e controlar a inadimplência dos contratos de financiamento de veículos automotores, atuando de forma efetiva e preventiva nessa situação para reduzir seus efeitos e custos.

O Departamento de cobrança da BV Financeira apresenta a seguinte estrutura:

- 1 diretor
- 1 gerente de cobrança (Matriz)
- 34 gerentes operacionais (Filiais da BV)
- 4 supervisores (Matriz)
- 100 colaboradores (coordenadores, advogados, analistas e assistentes), localizados na Matriz e nas Filiais da BV
- 114 pessoas, do *call center* de cobrança, divididas da seguinte forma: 1 supervisor, 2 coordenadores, 7 líderes e 104 operadores de cobrança de veículos (Matriz da BV).

Parte da estrutura destacada acima envolve funcionários que trabalham não apenas com o financiamento de veículos, mas também com outros produtos oferecidos pela BV Financeira aos seus clientes.

Atendimento pós-venda

Segundo informações obtidas com a Administração da BV Financeira, para todos os créditos de financiamento de veículos efetuados há o atendimento pós-venda. No prazo de até 30 dias após a emissão dos contratos, o cliente é acionado com a finalidade de se verificar a qualidade dos serviços prestados nas lojas/revendas, bem como de identificar indícios de eventuais fraudes.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. K0MS 65907. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Régua de cobrança

A recuperação de créditos em atraso segue uma régua que define a linha de tempo relativa ao atraso no pagamento de parcelas contratuais. Para cada intervalo de tempo decorrido de atraso há uma ação diferenciada considerada para a atuação de cobrança. A BV Fintecora faz o gerenciamento dos procedimentos de cobrança pelo sistema, que apresenta histórico informando todas as ações e procedimentos realizados. Destaca-se, a seguir, o tratamento direcionado a cada período de atraso transcorrido.

- Até o 10º dia — Inicia-se o processo de cobrança administrativa, realizado pela BV Fintecora por meio de contatos telefônicos. Essa cobrança tem caráter comercial, sendo realizada uma pesquisa sobre o motivo do não-pagamento da parcela pelo financiado, procurando solucionar a situação de atraso. No 6º dia de atraso, são enviadas cartas de cobrança e cobranças através de mensagens de texto (SMS).
- A partir do 11º dia, a cobrança passa a ser acompanhada pelas Assessorias de Cobrança, que atuam de forma mais incisiva, alertando o cliente financiado sobre a possibilidade de negativação e apreensão do veículos em caso de permanência do atraso.
- 15º dia — Final do prazo para pagamento do carnê da rede bancária e início da cobrança amigável realizada pelas Assessorias de Cobrança.
- 16º dia — Negativação nos órgãos de proteção ao crédito (Serasa/SPC).
- Do 16º dia ao 70º dia — Cobrança terceirizada através de contato telefônico diário mais incisivo buscando um acordo. Para pagamento dessas parcelas, é emitido um boleto pela cobradora em nome da BV Fintecora para pagamento na rede bancária.
- A partir do 71º dia — Os contratos são enviados para os escritórios de cobrança judicial.
- A partir do 90º dia — busca e apreensão do veículo.

Observações

A remuneração dessas Assessorias de Cobrança é variável, estabelecida de acordo com sua *performance* de recuperação. Seus instrumentos de cobrança envolvem exclusivamente contatos telefônicos, envios de cartas de cobrança ou visita *in loco*.

A BV Fintecora monitora a *performance* das Assessorias de Cobrança através do Sistema Cubo, que permite ao Departamento de Cobrança visualizar a situação dos contratos, cuja cobrança está sendo realizada pelas Assessorias de Cobrança.

Instrumentos de cobrança

Devolução amigável

O cliente pode, a qualquer momento, efetuar a devolução do bem amigavelmente.

Descontos

Em caso de negociação de dívidas, a BV Fintecora, de acordo com o caso, concede descontos aos seus clientes.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65907.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Renegociação de veículos/acordos

Pode ocorrer em qualquer momento da maturação do contrato, com a condição de que, no mínimo, uma prestação seja quitada no ato da renegociação. Para o estabelecimento das novas parcelas são considerados os custos de atraso envolvidos até o momento da renegociação. O prazo do novo contrato deverá ser, preferencialmente, o mesmo do contrato original.

Execução judicial

Para alguns casos, é providenciada a execução judicial do cliente. No entanto, esse procedimento só é viável caso o cliente detenha bens penhorados em seu nome.

Busca e apreensão

São acionados os procedimentos de busca e apreensão nos casos em que não haja mais possibilidades de recuperação dos créditos inadimplidos. As garantias levadas à busca e apreensão passam pelo procedimento de verificação de sua viabilidade, já que incorrem em custos de leilão, estacionamento, advogados, depreciação do veículo etc.

Prevenção a fraudes

Todos os contratos com suspeita de fraude são enviados à inspetoria da BV Financeira, que se responsabilizará pela investigação das incidências.

Controles da cobrança de contratos com parcelas em atraso

São periodicamente gerados relatórios pela área de Cobrança da BV Financeira:

- Relatórios de inadimplência consolidados por filiais e por Estados
- Relatório de evolução de procedimentos de cobrança por advogado.

Este relatório busca informar a quantidade de acionamentos judiciais realizada para cada advogado contratado pela BV Financeira, controlando suas atividades. O objetivo desses relatórios é realizar o acompanhamento da *performance* de pagamentos pontualmente, buscando a identificação de problemas e melhorias nos procedimentos de cobrança.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65507. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



Anexo I - Análise de representatividade das baixas por venda de contratos por safra de originção (Motos)

Safra de Originção	Total - Baixas por venda de contrato RS(000)	Total originado RS(000)	Repres. das baixas sobre a originção (%)	Total - Vencidos acima de 180 dias RS(000)	Total - Inadimplência (baixados + vencidos acima de 180 dias) RS(000)	% - Inadimplência (baixados + vencidos) sobre total originado
mai-04	34,77	2.776,70	1,25%	21,13	55,90	2,01%
jun-04	64,08	3.435,19	1,87%	31,89	96,97	2,79%
jul-04	35,78	3.717,88	0,96%	34,94	70,31	1,89%
ago-04	78,95	4.626,11	1,71%	11,95	90,91	1,97%
set-04	53,88	4.425,79	1,22%	27,10	80,98	1,83%
out-04	51,08	3.858,95	1,32%	40,44	91,52	2,37%
nov-04	84,31	4.879,90	1,73%	32,22	116,53	2,39%
dez-04	133,81	6.782,60	1,97%	53,91	187,72	2,77%
jan-05	154,59	6.543,03	2,36%	26,51	181,10	2,77%
fev-05	198,31	8.088,31	2,45%	39,46	237,76	2,94%
mar-05	326,82	13.035,53	2,51%	102,97	429,78	3,30%
abr-05	469,54	15.459,14	3,04%	94,16	563,69	3,65%
mai-05	1.035,50	21.896,67	4,73%	258,76	1.294,26	5,91%
jun-05	1.178,36	27.832,78	4,23%	422,48	1.600,84	5,75%
jul-05	1.490,09	29.844,08	4,99%	462,10	1.952,19	6,54%
ago-05	2.647,67	47.844,76	5,53%	768,86	3.418,53	7,14%
set-05	2.730,63	46.906,17	5,82%	1.073,01	3.803,64	8,11%
out-05	2.320,26	51.322,84	4,52%	857,54	3.177,80	6,19%
nov-05	2.555,86	60.009,09	4,26%	926,79	3.482,65	5,80%
dez-05	2.467,83	60.616,05	4,07%	983,90	3.451,73	5,69%
jan-06	1.801,37	50.943,25	3,54%	890,15	2.691,52	5,28%
fev-06	1.659,87	50.820,99	3,27%	1.108,05	2.767,92	5,45%
mar-06	2.459,71	70.777,49	3,48%	1.646,17	4.105,88	5,80%
abr-06	2.174,59	52.443,08	4,15%	1.290,44	3.485,03	6,61%
mai-06	2.863,27	64.053,08	4,47%	2.100,83	4.964,10	7,75%
jun-06	2.354,44	51.104,74	4,61%	1.606,35	3.960,80	7,75%
jul-06	2.021,06	48.973,86	4,13%	1.905,51	3.926,57	8,02%
ago-06	2.836,24	65.516,15	4,33%	3.257,01	6.093,25	9,30%
set-06	3.064,92	66.666,66	4,60%	2.662,57	5.727,49	8,59%
out-06	2.851,25	67.561,63	4,22%	2.577,25	5.428,50	8,03%
nov-06	3.092,60	77.271,81	4,00%	3.344,72	6.437,33	8,33%
dez-06	2.406,60	73.906,95	3,26%	3.929,58	6.336,19	8,57%
jan-07	2.798,93	85.642,60	3,27%	4.314,71	7.113,64	8,31%
fev-07	2.061,39	71.835,00	2,87%	3.436,70	5.498,09	7,65%
mar-07	1.846,73	92.569,00	2,00%	4.893,71	6.740,44	7,29%
abr-07	1.337,30	91.441,34	1,46%	5.837,21	7.174,51	7,85%
mai-07	736,43	92.174,78	0,80%	6.383,78	7.120,20	7,72%
jun-07	16,26	87.009,73	0,02%	7.041,94	7.058,20	8,11%
jul-07	5,14	88.045,56	0,01%	7.046,71	7.051,85	8,01%
ago-07	17,72	87.970,36	0,02%	6.898,96	6.916,68	7,86%
set-07	26,47	74.742,68	0,04%	5.155,25	5.181,72	6,93%
out-07	6,12	88.687,08	0,01%	6.498,94	6.507,06	7,34%
Total	56.552,49	2.023.999,12	2,79%	90.086,31	146.646,80	7,25%



Anexo II - Análise de representatividade das baixas por venda de contratos por safra de origem (Veículos Leves)

Safra de Originação	Total - Baixas por venda de contrato R\$(000)	Total originado R\$(000)	Repres. das baixas sobre a originação (%)	Total - Vencidos acima de 180 dias R\$(000)	Total - Inadimplência (baixados + vencidos) acima de 180 dias	% - Inadimplência (baixados + vencidos) sobre total originado
mai-04	1.458,64	331.726,22	0,44%	3.604,65	5.063,29	1,53%
jun-04	1.803,78	327.368,14	0,55%	4.135,16	5.938,94	1,81%
jul-04	2.260,47	386.648,09	0,58%	4.275,94	6.536,41	1,69%
ago-04	2.592,28	386.250,39	0,65%	4.851,02	7.443,30	1,88%
set-04	2.884,96	377.176,22	0,76%	3.762,15	6.647,12	1,76%
out-04	3.384,02	412.062,88	0,82%	3.734,76	7.118,79	1,73%
nov-04	4.623,59	471.637,12	0,98%	4.716,83	9.340,42	1,98%
dez-04	6.000,92	542.223,40	1,11%	5.961,16	11.962,07	2,21%
jan-05	5.010,05	467.951,31	1,07%	5.065,40	10.075,45	2,15%
fev-05	4.676,81	393.924,97	1,19%	4.218,18	8.894,99	2,26%
mar-05	6.690,98	535.260,84	1,25%	6.745,24	13.436,22	2,51%
abr-05	7.172,06	487.415,26	1,47%	5.388,99	12.561,05	2,58%
mai-05	9.236,53	527.810,86	1,75%	7.318,25	16.554,78	3,14%
jun-05	10.780,13	587.387,40	1,84%	8.961,15	19.741,28	3,36%
jul-05	13.092,91	579.791,72	2,26%	8.367,03	21.459,94	3,70%
ago-05	13.894,64	649.024,28	2,14%	9.737,26	23.631,90	3,64%
set-05	13.419,77	605.686,15	2,22%	10.299,00	23.718,77	3,92%
out-05	13.174,19	583.296,45	2,22%	10.868,47	24.043,66	4,05%
nov-05	13.242,42	663.379,49	2,00%	11.488,08	24.730,52	3,73%
dez-05	14.592,35	754.104,98	1,94%	13.967,81	28.560,16	3,79%
jan-06	11.262,97	684.744,06	1,64%	12.758,77	24.021,74	3,51%
fev-06	9.933,60	591.519,88	1,68%	10.795,66	20.729,26	3,50%
mar-06	12.795,59	744.404,68	1,72%	13.981,18	26.776,77	3,60%
abr-06	10.574,77	640.408,46	1,65%	14.416,91	24.991,68	3,90%
mai-06	14.051,56	779.614,16	1,80%	19.164,30	33.215,87	4,26%
jun-06	13.562,15	712.728,41	1,90%	16.621,43	30.183,58	4,23%
jul-06	12.984,71	781.325,42	1,66%	23.656,85	36.621,56	4,69%
ago-06	12.912,12	848.968,83	1,52%	26.874,05	39.786,16	4,69%
set-06	15.380,70	861.067,51	1,79%	25.042,20	40.422,90	4,69%
out-06	15.107,78	1.006.309,91	1,50%	33.435,11	48.542,89	4,82%
nov-06	12.114,22	885.431,23	1,37%	28.599,13	40.713,35	4,60%
dez-06	12.062,46	905.221,23	1,33%	34.390,77	46.453,25	5,13%
jan-07	9.870,34	923.139,26	1,07%	33.480,73	43.351,06	4,70%
fev-07	6.627,86	743.957,10	0,89%	26.777,91	33.405,77	4,49%
mar-07	8.417,77	1.217.559,48	0,69%	56.673,35	65.091,13	5,35%
abr-07	5.326,04	1.067.210,79	0,50%	50.633,06	55.959,10	5,24%
mai-07	1.762,65	922.229,28	0,19%	40.958,53	42.721,18	4,63%
jun-07	99,88	892.870,15	0,01%	41.097,68	41.197,56	4,61%
jul-07	191,63	1.070.815,04	0,02%	46.427,24	46.618,88	4,35%
ago-07	54,84	1.219.374,44	0,00%	50.976,12	51.030,96	4,19%
set-07	28,57	1.190.818,90	0,00%	53.148,77	53.177,33	4,47%
out-07	64,31	1.443.696,92	0,00%	61.131,97	61.196,27	4,24%
Total	335.158,07	30.223.541,31	1,11%	858.508,26	1.193.666,33	3,95%



BY Financiera S.A. Crédito Financiamiento e Inversión
Relatório relativo à aplicação de
procedimentos pré-acordados
em 30 de abril de 2009

Anexo III – Análise de representatividade das baixas por venda de contratos por safra de origem (Veículos Pesados)

Safra de Originação	Total - Baixas por venda de contrato R\$(000)	Total originado R\$(000)	Repres. das baixas sobre a originação (%)	Total - Vencidos acima de 180 dias R\$(000)	Total - Inadimplência (baixados + vencidos acima de 180 dias)	% - Inadimplência (baixados + vencidos) sobre total originado
mai-04	448,05	69.230,92	0,65%	1.365,78	1.813,83	2,62%
jun-04	462,76	71.717,27	0,65%	1.982,86	2.445,62	3,41%
jul-04	594,21	89.115,95	0,67%	2.635,47	3.229,68	3,62%
ago-04	526,53	90.145,62	0,58%	2.060,85	2.587,38	2,87%
set-04	687,56	100.732,61	0,68%	2.381,41	3.068,97	3,05%
out-04	940,83	101.844,81	0,92%	2.428,61	3.369,45	3,31%
nov-04	1.235,81	97.707,77	1,26%	1.711,27	2.947,08	3,02%
dez-04	1.055,76	96.774,55	1,09%	2.064,66	3.120,43	3,22%
jan-05	908,62	91.623,21	0,99%	1.527,03	2.435,65	2,66%
fev-05	513,69	74.487,26	0,69%	1.253,98	1.767,67	2,37%
mar-05	933,39	101.474,11	0,92%	1.829,44	2.762,83	2,72%
abr-05	663,41	89.109,61	0,74%	1.795,42	2.458,83	2,76%
mai-05	1.404,66	90.997,60	1,54%	1.931,68	3.336,34	3,67%
jun-05	1.195,15	106.498,61	1,12%	2.465,40	3.660,54	3,44%
jul-05	864,24	100.577,56	0,86%	3.150,36	4.014,60	3,99%
ago-05	2.001,32	114.815,61	1,74%	2.412,20	4.414,12	3,84%
set-05	1.366,61	103.610,81	1,32%	3.111,89	4.478,50	4,32%
out-05	1.683,99	89.255,86	1,89%	1.780,61	3.464,60	3,88%
nov-05	1.358,62	89.530,72	1,52%	2.245,51	3.604,12	4,03%
dez-05	1.337,96	89.908,63	1,59%	1.693,54	3.031,50	3,61%
jan-06	1.980,84	105.801,50	1,87%	2.825,43	4.809,28	4,55%
fev-06	1.421,11	93.331,16	1,52%	2.741,46	4.162,57	4,46%
mar-06	1.574,37	123.723,50	1,27%	3.891,02	5.465,39	4,42%
abr-06	1.352,43	100.769,50	1,34%	3.074,53	4.426,95	4,39%
mai-06	1.359,53	131.837,28	1,03%	5.083,20	6.442,73	4,89%
jun-06	1.545,23	108.231,72	1,43%	4.234,40	5.779,63	5,24%
jul-06	1.131,77	109.212,98	1,04%	4.179,33	5.311,11	4,86%
ago-06	1.077,47	118.090,53	0,91%	4.029,59	5.107,06	4,33%
set-06	940,04	109.896,65	0,86%	4.727,26	5.667,30	5,16%
out-06	992,88	116.933,05	0,85%	4.551,06	5.543,94	4,74%
nov-06	605,79	124.280,11	0,49%	5.282,19	5.887,98	4,74%
dez-06	932,85	104.026,90	0,90%	4.879,99	5.812,84	5,59%
jan-07	610,13	142.941,34	0,43%	4.580,13	5.590,26	3,91%
fev-07	222,72	131.279,77	0,17%	5.466,73	5.689,46	4,33%
mar-07	564,03	187.311,85	0,30%	8.303,75	8.867,78	4,73%
abr-07	105,45	145.405,32	0,07%	8.176,78	8.282,23	5,70%
mai-07	152,92	161.846,75	0,09%	8.059,58	8.212,50	5,07%
jun-07	-	160.729,99	0,00%	7.966,56	7.966,56	4,96%
jul-07	-	166.538,76	0,00%	5.910,87	5.910,87	3,55%
ago-07	-	211.186,07	0,00%	12.729,00	12.729,00	6,03%
set-07	-	175.298,26	0,00%	9.725,14	9.725,14	5,52%
out-07	31,47	186.875,08	0,02%	10.501,30	10.532,77	5,64%
Total	36.784,80	4.869.567,15	0,76%	173.150,28	209.935,09	4,31%



Anexo IV - Análise de representatividade das baixas por venda de contratos por safra de originção (Consolidado)

Safra de Originção	Total - Baixas por venda de contrato R\$(000)	Total originado R\$(000)	Repres. Das baixas sobre a originção (%)	Total - Vencidos acima de 180 dias R\$(000)	Total - Inadimplência baixados + vencidos acima de 180 dias	% - Inadimplência (baixados + vencidos) sobre total originado
mai-04	1.941,46	403.733,85	0,48%	4.931,56	6.533,02	1,72%
jun-04	2.330,62	402.520,60	0,58%	6.149,91	8.480,53	2,11%
jul-04	2.890,46	479.481,62	0,60%	6.945,95	9.836,41	2,05%
ago-04	3.197,77	491.022,11	0,65%	6.923,82	10.121,59	2,06%
set-04	3.626,40	482.334,62	0,75%	6.170,67	9.797,07	2,03%
out-04	4.375,94	517.766,64	0,85%	6.203,82	10.579,75	2,04%
nov-04	5.943,71	574.224,79	1,04%	6.460,32	12.404,04	2,16%
dez-04	7.190,49	645.780,55	1,11%	8.079,74	15.270,22	2,36%
jan-05	6.073,26	566.117,56	1,07%	6.618,94	12.692,20	2,24%
fev-05	5.388,80	476.500,54	1,13%	5.511,62	10.900,42	2,29%
mar-05	7.951,19	649.770,49	1,22%	8.677,65	16.628,84	2,56%
abr-05	8.305,01	591.984,01	1,40%	7.278,56	15.583,57	2,63%
mai-05	11.676,69	640.705,13	1,82%	9.508,68	21.185,38	3,31%
jun-05	13.153,63	721.678,78	1,82%	11.849,03	25.002,67	3,46%
jul-05	15.447,24	710.213,36	2,18%	11.979,49	27.426,73	3,86%
ago-05	18.544,23	811.684,64	2,28%	12.918,32	31.462,55	3,88%
set-05	17.517,01	756.203,13	2,32%	14.483,91	32.000,91	4,23%
out-05	17.178,45	733.875,15	2,34%	13.506,62	30.685,07	4,18%
nov-05	17.156,90	812.919,30	2,11%	14.660,40	31.817,30	3,91%
dez-05	18.398,14	898.629,66	2,05%	16.645,26	35.043,40	3,90%
jan-06	15.045,19	841.488,81	1,79%	16.477,35	31.522,54	3,75%
fev-06	13.014,58	735.672,04	1,77%	14.645,17	27.693,75	3,76%
mar-06	16.829,66	938.905,68	1,79%	19.518,37	36.348,03	3,87%
abr-06	14.101,79	793.621,05	1,78%	18.781,88	32.883,67	4,14%
mai-06	18.274,37	975.504,53	1,87%	26.348,34	44.622,71	4,57%
jun-06	17.461,82	872.064,86	2,00%	22.462,19	39.924,00	4,58%
jul-06	16.117,54	959.512,26	1,72%	29.741,70	45.863,24	4,88%
ago-06	16.825,82	1.032.535,52	1,63%	34.160,65	50.986,47	4,94%
set-06	19.385,65	1.037.590,82	1,87%	32.432,03	51.817,69	4,99%
out-06	18.951,92	1.190.804,59	1,59%	40.563,41	59.515,34	5,00%
nov-06	15.812,61	1.086.963,15	1,45%	37.226,04	53.038,66	4,88%
dez-06	15.401,93	1.083.155,08	1,42%	43.200,34	58.602,27	5,41%
jan-07	13.279,39	1.151.723,20	1,15%	42.775,57	56.054,97	4,87%
fev-07	8.911,97	947.071,67	0,94%	35.681,35	44.583,32	4,71%
mar-07	10.828,53	1.497.380,33	0,72%	69.870,81	80.695,34	5,39%
abr-07	6.768,78	1.304.057,45	0,52%	84.647,05	71.415,83	5,48%
mai-07	2.652,00	1.176.250,81	0,23%	55.401,88	58.053,88	4,94%
jun-07	116,14	1.140.603,87	0,01%	56.106,18	56.222,32	4,93%
jul-07	196,78	1.325.399,35	0,01%	59.384,82	59.581,60	4,50%
ago-07	72,55	1.518.530,86	0,00%	70.604,08	70.676,63	4,65%
set-07	55,04	1.441.659,83	0,00%	68.029,16	68.084,19	4,72%
out-07	103,89	1.719.259,08	0,01%	78.132,21	78.236,11	4,55%
Total	428.495,37	37.117.107,57	1,15%	1.121.754,85	1.550.250,22	4,18%

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

- Relatórios de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III

DATA DE FECHAMENTO:

A ser definida

AUTOR:

Johann Grieneisen
AVP/Analyst
Structured Finance Group
(55) 11 3043-7305
Johann.Grieneisen@moodys.com

CONTATOS:

Martin Fernández Romero
AVP/Analyst
Structured Finance Group
(54) 11 4816-2332
Martin.Fernandez-Romero@moodys.com

Maria I. Muller
Senior Vice President
Structured Finance Group
(212) 553-4309
Maria.Muller@moodys.com

Linda Stesney
Managing Director
Structured Finance Group
(212) 553-3691
Linda.Stesney@moodys.com

MOODY'S CLIENT SERVICES:

New York +1-212-553-1653
Tokyo +81-3-5408-4100
London +44-20-7772-5454
Hong Kong +852-3551-3077
Sydney +61-2-9270-8100
Singapore +65-6398-8308

WEBSITES:

www.moodys.com
www.moodys.com.br

Este Relatório de Nova Emissão aborda a estrutura e as características da transação proposta e é baseado em informações fornecidas à Moody's até 3 de setembro de 2009.

Potenciais investidores devem atentar para o fato de que certos fatores relacionados a esta transação ainda estão por serem finalizados. Após o recebimento e revisão conclusiva de toda a documentação legal, de maneira satisfatória, a Moody's irá designar um rating definitivo para esta transação, o qual pode vir a ser diferente do rating apresentado neste Relatório. A Moody's disseminará a atribuição do rating definitivo através de seu serviço de contato com investidores.

Este Relatório não é uma oferta de venda ou solicitação de compra e não deve ser utilizado ou circulado juntamente a elas.

Descrição	Montante (R\$ mil)	% Montante Original	Rendimento	Pagamento de Juros	Amortização Principal	Prazo (meses)	Rating Global em Moeda Local	Rating em Escala Nacional
Cotas Sênior	500.000,00	80,0%	109,5% do CDI	Resgate tipo "Bullet"	Resgate tipo "Bullet"	30	(P)Ba1	(P)Aa1.br
Cotas Subordinadas	125.000,00	20,0%	N/A	Remanescente	Remanescente	30	Sem Rating	Sem Rating
Total	625.000,00	100,0%						

OPINIÃO

A Moody's América Latina ("Moody's") atribuiu os ratings preliminares **(P)Aa1.br** na escala nacional brasileira¹ e **(P)Ba1** na escala global em moeda local às cotas sênior a serem emitidas pelo BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III (BV FIDC III, o "Fundo" ou o "Emissor"). Trata-se de uma operação de securitização por meio da cessão de direitos creditórios existentes e elegíveis originados pela BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (BV Financeira,

¹ Os ratings da Moody's em Escala Nacional são opiniões sobre a idoneidade creditícia relativa de emissores dentro de um país em particular e não foram concebidos para serem comparados entre países. Os ratings em Escala Nacional têm um modificador por país. Neste caso, o sufixo ".br" significa que o rating de crédito é um rating em Escala Nacional para uma entidade domiciliada no Brasil.



Moody's Investors Service

9 de setembro de 2009

o Originador ou a Cedente). Os ratings preliminares baseiam-se, principalmente, nos seguintes fatores:

- Suporte de crédito mínimo de 20% na forma de subordinação das Cotas Subordinadas (retidas pelo Cedente) bem como a exigência de manter este nível de subordinação mínimo, verificado diariamente, a fim de permitir o funcionamento normal do fundo;
- Excesso de spread mínimo de 7% verificado mensalmente e retenção dos fluxos de caixa excedentes pelo fundo enquanto as Cotas Seniores não forem integralmente repagas, reforçando desta forma o suporte de crédito mínimo ao longo da transação;
- Reputação e posicionamento de mercado da BV Financeira (uma subsidiária do Banco Votorantim S.A., com rating de depósito bancário de Baa1 em escala global em moeda local e de Aaa.br em escala nacional brasileira) com vista no seu papel de Originador e Cedente da operação;
- Estrutura geral e legal da operação, incluindo imunidade à falência do Fundo. A cessão de direitos creditórios entre a BV Financeira e o Fundo está estruturada como uma venda perfeita e acabada e em caráter definitivo dos direitos creditórios.

Ao atribuir os ratings, a Moody's considerou fatores comuns a todas operações de securitização de veículos, bem como fatores específicos ao mercado brasileiro. Fatores comuns a todas as operações incluem: risco de crédito proveniente de default e atrasos, risco de fungibilidade com o emissor, concentrações na carteira, e outros. Fatores específicos ao mercado brasileiro considerados pela Moody's incluem: risco de pré-pagamento e descasamento da taxa de juros (dado que ativos do fundo são pré-fixados e passivos são pós-fixados). Ambos os fatores podem impactar de forma negativa os fluxos de caixa disponíveis para repagamento das cotas seniores além dos fluxos de caixa perdidos por inadimplência.

RESUMO DO RATING

O BV FIDC III é um fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC"), constituído sob a forma de condomínio fechado, direcionado somente a investidores qualificados - os quais incluem investidores corporativos e de "private banking", fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento - criado de acordo com a Instrução 356/01 da CVM. O prazo de duração do fundo será de 30 meses a contar a partir da data inicial de emissão das cotas. Na data de vencimento final da operação, haverá o pagamento de principal e juros, em forma de pagamento único (bullet). A fim de permitir o pagamento tempestivo das Cotas Seniores na Data de Vencimento Final, a operação prevê que a Administradora: (i) instruirá cessões de carteira ao longo da operação, sendo que a data de vencimento final dos contratos cedidos será sempre anterior à Data de Vencimento Final do Fundo (ii) deverá constituir Reserva de Pagamento para o pagamento das Cotas Seniores de acordo com o cronograma previsto no Regulamento. O cronograma estipula a alocação em disponibilidades de 20% do valor estimado para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores 150 dias anteriores à data de vencimento final. Esta alocação aumenta progressiva e mensalmente para 100% 30 dias antes da Data de Vencimento Final.

O BV FIDC III é a terceira securitização de veículos da BV Financeira classificada pela Moody's. Todos os fundos têm apresentado desempenho conforme as expectativas da Moody's.

Pagamento de Rendimento de Principal e Juros das Cotas Sênior. As cotas seniores possuem uma meta de retorno equivalente ao pagamento de um spread máximo de 109,5% da taxa de CDI. Tal rendimento será apurado diariamente no cálculo do valor da cota e pago na data de vencimento final do fundo.

Resgate das Cotas Subordinadas. As cotas subordinadas serão resgatadas somente após o pagamento integral das cotas seniores. Não haverá nenhum pagamento durante a operação às cotas subordinadas, independentemente do desempenho da carteira e da operação.

Constituição da Reserva de Liquidez. Será constituída pelo Administrador a partir da Data de Subscrição Inicial do Fundo, e deverá ser mantido, em disponibilidades desde a Data de Subscrição Inicial até o Resgate total das Cotas do Fundo, o valor correspondente a no mínimo 0,25% do

patrimônio líquido do fundo, destinado a assegurar o pagamento tempestivo das despesas incorridas pelo fundo.

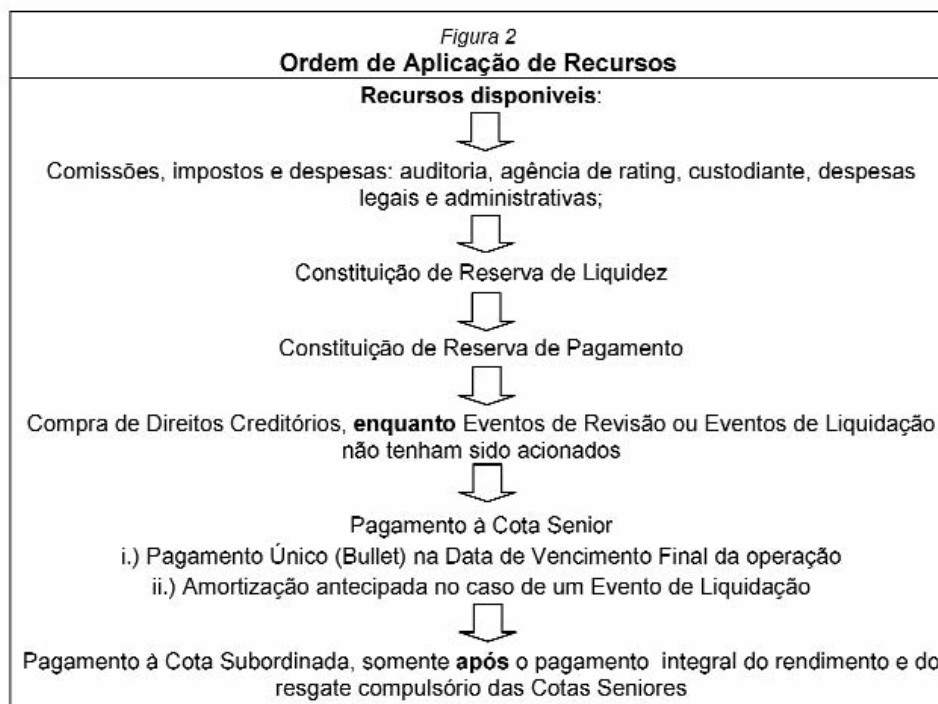
Constituição da Reserva de Pagamento. Com a finalidade de segregar recursos suficientes para o pagamento do resgate integral de juros e principal na data de vencimento final, o Administrador utilizará fluxos de caixa do fundo para formar disponibilidades suficientes em ativos líquidos (Outros Ativos). O Administrador terá que observar um cronograma pré-definido conforme mostra a figura 1. O cronograma da Reserva de Pagamento especifica exigências de alocação mínima dos ativos do fundo em disponibilidades, a serem verificadas 150, 120, 90, 60 e 30 dias corridos anteriores à data de vencimento final. Dessa forma, a alocação dos ativos do fundo deixará de ser preponderantemente em direitos creditórios no mês 24 da operação para ser preponderantemente em Outros Ativos de disponibilidades líquidas ao mês 30 da operação. O não enquadramento da Reserva de Pagamento ao cronograma, em 2 datas de verificação, constituirá um Evento de Revisão, que poderá acarretar a liquidação antecipada do Fundo caso os Cotistas assim decidirem em Assembléia Geral.

<p><i>Figura 1</i></p> <p>Reserva de pagamento</p>	
Dias Corridos anteriores à data de vencimento final	Valor mínimo de Liquidez (*)
150	20%
120	40%
90	60%
60	80%
30	100%

(*) calculado como valor segregado na conta de Reserva de Pagamentos Líquidos de impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas, dividido pelo valor projetado a ser pago às cotas seniores na data de vencimento final.

Outros Ativos. O fundo poderá investir em outros ativos como (i) moeda corrente nacional, (ii) títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, (iii) cotas de fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa, com liquidez diária e que sejam administrados pela Administradora, (iv) cotas de fundos que aplicam em cotas de fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa, com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, e (v) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (i), observando que, especificamente para os itens (iii) e (iv) acima, a somatória dos fundos que possuem ativos com crédito privado, seja de baixo ou médio risco, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total do patrimônio líquido do Fundo.

Ordem de Aplicação de Recursos. Todos os recursos disponíveis do Fundo serão distribuídos de acordo com a seguinte ordem de aplicação de recursos:



Relação Mínima

Com base na informação a ser divulgada pelo Custodiante, o Administrador irá calcular e monitorar a Relação Mínima (ex.: nível de subordinação mínima, veja definição abaixo) diariamente. Desta maneira, para que a transação esteja enquadrada no fechamento e ao longo da vigência do fundo, o nível de subordinação dando suporte às cotas seniores terá que ser maior que 20%. A Cedente, a BV Financeira, tem a opção de reenquadrar o fundo mediante subscrição de novas cotas subordinadas, de modo a atender a Relação Mínima, se assim desejar. Caso o fundo não seja reenquadrado por 5 dias úteis, um Evento de Revisão será acionado, de forma que novas cessões pela Cedente ao fundo não serão mais permitidas, e uma Assembleia Geral será convocada pelo Administrador. Os cotistas em assembleia poderão optar pela liquidação antecipada do fundo (Evento de Liquidação). A fórmula para efeitos de cálculo da Relação Mínima é como segue:

$$\text{Relação Mínima} = \frac{\text{Patrimônio Líquido} - \text{Valor das Cotas Seniores}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Excesso de Spread. De forma a assegurar um retorno mínimo dos direitos creditórios para cobrir seus passivos, incluindo perdas de fluxo de caixa esperadas devido à inadimplência e pré-pagamentos, o Administrador irá comprar direitos creditórios a uma taxa de desconto pré-fixada e suficiente para assegurar os passivos do fundo. A taxa variará de cessão a cessão. A fim de monitorar o rendimento dos ativos em relação aos passivos incorridos, um gatilho de excesso de spread de 7% é previsto no Regulamento.

Com base na informação a ser divulgada pelo Custodiante, o Administrador irá calcular e monitorar o Excesso de Spread em cada Data de Verificação (definida como o último dia útil de cada mês). Se o excesso de spread verificado pelo Custodiante cair abaixo do nível mínimo de 7% a.a. em 2 datas de verificação seguidas (ou três datas de verificação em um período de 180 dias), um Evento de Revisão

é acionado, no qual serão vedadas novas compras de direitos creditórios, e uma Assembleia Geral será convocada pelo Administrador. Os cotistas então poderão optar pela Liquidação Antecipada do fundo (Evento de Liquidação). O excesso de spread será computado levando-se em conta o rendimento auferido dos ativos adimplentes do fundo, mais o rendimento auferido dos Outros Ativos, menos os custos de financiamento incorridos, menos as despesas incorridas, dividido pela somatória dos direitos creditórios adimplentes. O excesso de spread é expresso em forma anual. Para os primeiros 180 dias da operação, não é prevista a verificação de excesso de spread.

Co-obrigação do Cedente

O fundo não prevê co-obrigação do Cedente para perdas ocasionados por inadimplência dos devedores dos direitos creditórios, delinquências ou pré-pagamentos. A Moody's observa que nas suas premissas de modelagem não é previsto o suporte de crédito através de recompras pela Cedente.

A Cedente somente será responsável pela restituição integral do preço de aquisição nos casos de inexistência de qualquer um dos direitos creditórios cedidos, ou existência de vícios ou defeitos.

Eventos de Revisão

Dentre os mais importantes eventos de revisão, destacamos:

- Desenquadramento da Relação Mínima (20%) por 5 dias úteis;
- Desenquadramento do Excesso de Spread (7%) por 2 datas de verificação consecutivas (mensais) ou 3 datas de verificação alternadas durante o período de 180 dias;
- Desenquadramento da Reserva de Pagamento por 2 datas de verificação consecutivas;
- Rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores;
- Decretação de Intervenção, Liquidação Extrajudicial, regime administrativo temporário ou protocolo de pedido de falência, que não seja elidido no prazo legal ou no prazo concedido pelo poder judiciário para tanto;
- Desenquadramento da Reserva de Liquidez por trinta dias consecutivos;
- Valor da totalidade das despesas superior a 1%, verificado mensalmente;
- Descumprimento pela BV Financeira de qualquer obrigação prevista no Contrato de Promessa de Cessão;
- Resilição do Contrato de Custódia, sem que tenha sido encontrado um substituto;
- Resilição do Contrato de Cobrança entre o Custodiante, BV Financeira e o Banco Arrecadador, sem que tenha sido encontrado um substituto;
- Protestos de títulos em que a BV Financeira se enquadre como devedora em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00.

Caso ocorra um Evento de Revisão, o Administrador, agindo por ordem e conta do Fundo, deverá comunicar ao Custodiante a ocorrência do evento e suspender, imediatamente, os procedimentos de aquisição de direitos creditórios. Os seguintes passos deverão ser observados:

- Os detentores das cotas deverão receber um comunicado do Administrador;
- O Administrador deverá convocar uma assembléia geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo;
- Cotistas irão deliberar e decidir, de acordo com as regras previstas no Regulamento, pela Liquidação Antecipada ou não do Fundo

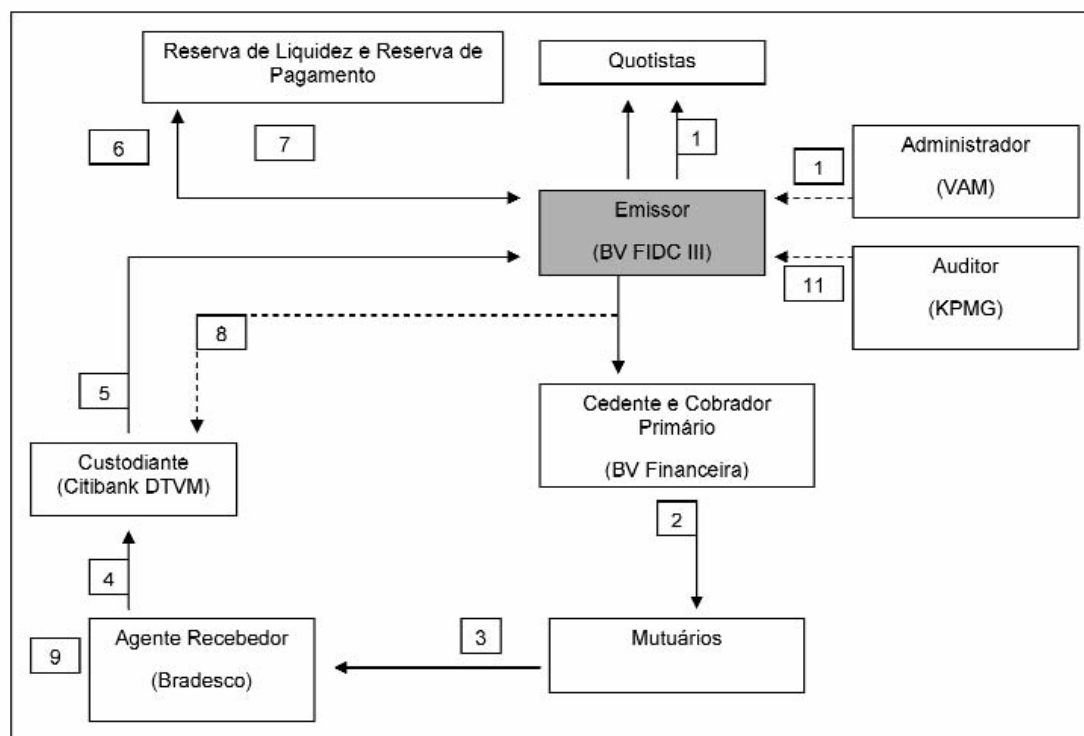
Liquidação Antecipada do Fundo

Se a assembléia geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá proceder ao Resgate Compulsório das Cotas em circulação.

No caso de decisão da assembléia geral pela não-liquidação do Fundo, fica assegurado o resgate de Cotas Seniores pelos seus respectivos valores aos cotistas dissidentes que o solicitarem. Tal

disposição, prevista no artigo 24, inciso XVI, da Instrução CVM n.º 356/01, vigorará com relação ao Fundo apenas e tão somente enquanto vigorar na Instrução da CVM n.º 356/01.

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO



1. O fundo emitirá cotas seniores aos investidores;
2. Contratos de financiamento de veículos são originados conforme política de crédito da BV Financeira;
3. Devedores efetuam pagamentos mensais através de boletos em qualquer banco no Brasil;
4. Bradesco, como agente cobrador, identifica imediatamente recursos destinados ao Fundo através da identificação do código de barras do boleto;
5. Bradesco envia estes recursos a uma conta segregada mantida pelo Custodiante (Citibank DTVM), em nome do fundo;
6. O Custodiante segrega recursos para compor a Reserva de Liquidez equivalente a 0,25% do Patrimônio Líquido do Fundo;
7. O Administrador (VAM DTVM) instruirá o Custodiante como compor disponibilidades de acordo como o cronograma da Reserva de Pagamento;
8. Após o Custodiante verificar os critérios de elegibilidade, o Administrador, por conta e ordem do fundo, utilizará recursos para compra de novos direitos creditórios da BV Financeira;
9. O Custodiante monitora a carteira e verifica o enquadramento de gatilhos previstos no regulamento;
10. VAM DTVM Ltda, como Administrador, é civil e criminalmente responsável pelas ações do fundo;
11. KPMG irá auditar o balanço do Fundo de acordo com requisitos legais e exigências previstas nos documentos da operação. A agência de rating irá submeter relatórios de monitoramento periodicamente ao Administrador.

FUNDAMENTOS DO RATING

Metodologia de Rating

A principal metodologia utilizada para atribuir ratings a essa operação é a "Moody's Approach to Rating U.S. Auto Loan Backed Securities" (Junho 2007), que pode ser encontrada no website da Moody's (www.moody.com), no diretório "Credit Policy & Methodology", no subdiretório "Methodologies". Outras metodologias e fatores que possam ter sido considerados neste processo de rating também podem ser encontrados no diretório "Credit Policy & Methodologies".

Ao atribuir os ratings **(P)Ba1/(P)Aa1.br** às cotas sênior, a Moody's considerou as principais fontes de suporte de crédito – a subordinação e o excesso de spread – em um cenário de estresse com foco no desempenho histórico dos ativos subjacentes. Adicionalmente, a Moody's levou em consideração fatores comuns a todas as securitizações de veículos, tais como: inadimplência e perdas de fluxo de caixa devido a pré-pagamentos e refinanciamentos, aumento no custo de captação e despesas operacionais. Esses fatores de risco foram estressados a fim de avaliar o impacto sobre a cota sênior.

No caso de securitizações brasileiras, a Moody's analisou a adequabilidade da taxa de desconto utilizada para precificar os direitos creditórios na cessão. Há dois componentes nesta análise. Primeiramente, o valor absoluto da taxa de desconto é avaliado perante custos esperados relacionados ao custo das cotas e perdas de crédito da carteira. Isso ocorre para assegurar que as perdas esperadas da carteira serão primeiramente absorvidas pelo excesso de spread e não pela subordinação. O segundo componente da análise é em relação ao valor relativo da taxa de desconto perante a taxa original dos contratos subjacentes. O objetivo é assegurar que o valor do ágio no qual os direitos creditórios são comprados pelo fundo não exceda o tamanho da cota subordinada retida pelo Cedente.

A Moody's avaliou a capacidade de repagamento da operação em um cenário de "liquidação antecipada" da carteira. O rating atribuído a esta operação está relacionado ao nível de perda esperada resultante de simulações probabilísticas, como também em simulações determinísticas para avaliar como a estrutura se comporta quando submetida a estresses simultâneos dos vários fatores de risco.

As premissas utilizadas pela Moody's em sua modelagem são oriundas da análise auditada da carteira total da BV Financeira no período de maio de 2004 a abril de 2009.

<i>Figura 3</i>		
Premissas	Caso Base Conservador	Cenário de Estresse
Perdas Brutas em % ao ano (*)	6,2%	19,4%
CDI em % ao ano	9%	15%
Pré-pagamentos Acumulados Brutos	25%	25%
Taxa de Desconto em % ao ano	16%	16%

(*) A Moody's considera como proxy de perda a taxa de inadimplência histórica acima de 180 dias, não levando em conta fluxos de caixa advindos da recuperação dos ativos inadimplentes. No caso da BV FIDC III, a Moody's assumiu uma alocação da carteira de 70% / 20 % / 10% em veículos leves, veículos pesados e motos, respectivamente, dado que inadimplências em veículos pesados e motos têm sido historicamente maior do que os vistos em veículos leves. Por último, os valores históricos de inadimplência para cada tipo de veículo foi ajustado para refletir o aumento geral em inadimplência visto nos meses recentes.

Em sua análise, a Moody's não atribuiu crédito a quaisquer fluxos de caixa advindos de recompras voluntárias de direitos creditórios inadimplentes pela Cedente.

ORIGINAÇÃO E APROVAÇÃO DE CRÉDITO

Revendedoras de Veículos A estratégia da BV Financeira consiste em aprofundar o relacionamento comercial com a sua rede de revendedoras credenciadas, as quais são administradas através de 55 filiais regionais em todo o país. Em maio de 2009, a rede contava com 20.739 revendedores

credenciados através dos quais os produtos da BV são vendidos. A concentração regional da rede tem foco na região sul e sudeste, com predominância em São Paulo (29,2%), Minas Gerais (11,8%) e Paraná (11,3%). Todos os 26 estados, assim como o Distrito Federal, são cobertos pela rede de revendedoras credenciadas.

Os procedimentos que cada representante comercial da BV Financeira necessita para aprovação e credenciamento de um novo revendedor incluem a preparação de um relatório detalhado contendo:

- O histórico financeiro e operacional de no mínimo um ano;
- Uma descrição dos procedimentos de negócio e de sua estrutura societária e corporativa;
- Consulta junto a um órgão de proteção de crédito (Serasa/SPC) da empresa e de seus principais sócios;
- Um relatório com referências bancárias e outras referências comerciais da empresa e de seus principais sócios.

Mutuários dos Contratos de Financiamento de Veículos A BV Financeira, em geral, oferece prazos de até 60 meses na concessão de contratos de financiamento de veículos, e atualmente o prazo médio já decorrido dos contratos em carteira é de aproximadamente 40 meses. A BV Financeira originará financiamentos de veículos através da sua rede de revendedoras credenciadas. Após o preenchimento, pelo mutuário proponente, de uma solicitação de abertura de contrato de financiamento de veículo, tal solicitação será enviada ao departamento de crédito da BV Financeira, juntamente com toda a documentação necessária, através de Internet e fax.

Administração da Taxa de Juros e Rentabilidade A BV Financeira administra de forma ativa as taxas de juros que oferece à rede de revendedores credenciada, levando em consideração diversos fatores, incluindo (i) características dos mutuários, (ii) rentabilidade da revendedora, incluindo comissões e despesas de marketing, (iii) comissões de vendas para os promotores da BV, (iv) taxas de atraso e perda, e (v) outros custos diretos. A BV Financeira é capaz de informar, em uma base *on-line*, em tempo real, a margem líquida de cada concessionária e cada promotor da BV.

Procedimentos de Aprovação e Concessão de Crédito Aos Mutuários A BV Financeira tem uma equipe experiente de concessão de crédito, composta por um gerente de crédito com mais de 20 anos de experiência, 65 supervisores e 460 analistas de crédito com experiência média de 5 anos. Os analistas de crédito são pagos através de salário fixo, enquanto o gerente e supervisor recebem um salário base mais bônus baseado na lucratividade e de inadimplência da carteira. Todos os mutuários proponentes devem:

- Ter pelo menos 18 anos de idade;
- Ter bom histórico de crédito nas principais agências de crédito do país (Serasa e SPC);
- Fornecer um endereço residencial e histórico residencial e empregatício de dois anos, ou um ano no caso de motos;
- Possuir coeficiente de endividamento máximo de até 30% sobre a renda bruta mensal;

No caso de financiamento de veículos pesados, os analistas de crédito também avaliam a compatibilidade comercial com o tipo de veículo financiado.

Precificação e Liberação do Financiamento A definição de preço para um financiamento se baseia na pontuação de crédito interna da BV Financeira para cada tomador. Tal pontuação vai de um mínimo de 1 até um máximo de 10. A solicitação de crédito dos tomadores considerados como "abaixo da média" (com "credit score" interno abaixo de 4) não é aceita.

O limite de aprovação de crédito pelo analista de crédito é de R\$8.000, enquanto alguns supervisores podem ter limites de até R\$180.000. Os financiamentos superiores a esse valor precisam ser aprovados pelo comitê de financiamento da BV Financeira, que inclui toda a equipe executiva da empresa. O processo de aprovação de crédito leva cerca de 25 minutos.

As taxas de aprovação têm caído nos últimos dois anos. Em março de 2009, cerca de 41% dos pedidos de crédito foram aprovados. No mesmo período, a taxa de aprovação para veículos pesados tem sido de 34%. O financiamento é finalmente liberado após o veículo ser registrado no DETRAN no nome do devedor.

Crerios de Elegibilidade

Todos os financiamentos a serem cedidos ao Fundo devem atender os seguintes crerios, conforme mostrado na Figura 4:

<p style="text-align: center;"><i>Figura 4</i> Crerios de Elegibilidade</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • tenham vencimento com data anterior ao prazo de durao do Fundo; • sejam devidos por Devedores que no estejam inadimplentes com suas obrigaes perante o Fundo no momento da cessao; • tenham a somatoria das parcelas vencidas de um ou mais Contratos de Financiamento limitada a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por Devedor (CPF ou CNPJ) no momento da cessao ao Fundo ou quando ha novas cessoes ao Fundo; • no momento da cessao ao Fundo, tenham grau de concentracao, aps a cessao ser celebrada e considerando apenas os Direitos Creditrios Cedidos, (a) para Direitos Creditrios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, no superior a 10% (dez por cento); (b) para Direitos Creditrios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhoes, no superior a 20% (vinte por cento); e (c) para Direitos Creditrios decorrentes de Contrato de Financiamento de automoveis, at 100% (cem por cento). 	

Administracao da Cobranca da Carteira de Contratos de Financiamento

A BV Financeira faz a administracao e gestao de 100% de sua carteira de contratos de financiamentos de veiculos.

Os pagamentos devidos nos contratos de financiamento de veiculos sao recebidos atraves de cobranca bancaria, na qual o agente recebedor exclusivo sera o Banco Bradesco S.A. Uma vez que os pagamentos forem efetuados, eles sao transferidos em at D+1 para uma conta bancaria em nome do fundo mantida no Citibank DTVM, o custodiante da operacao.

Procedimentos para a Cobranca em Atraso e Retomada de Veiculos

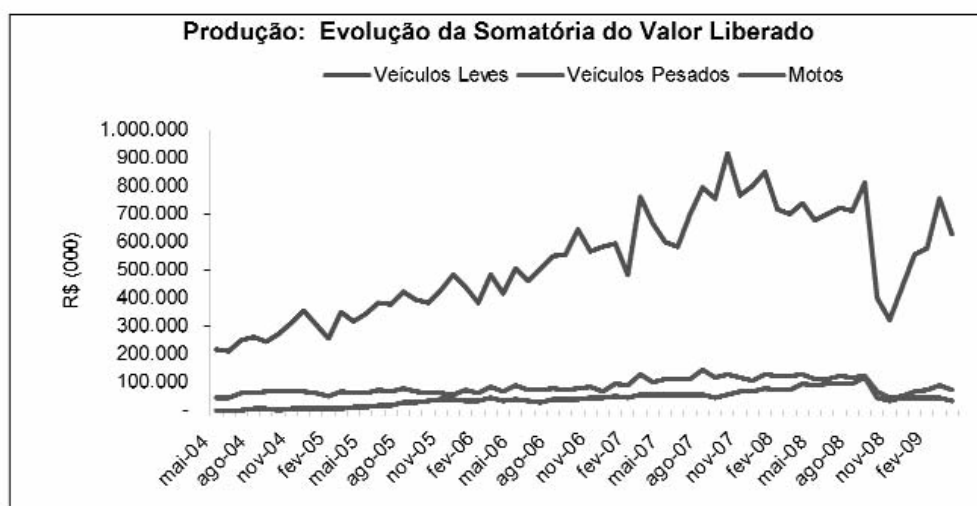
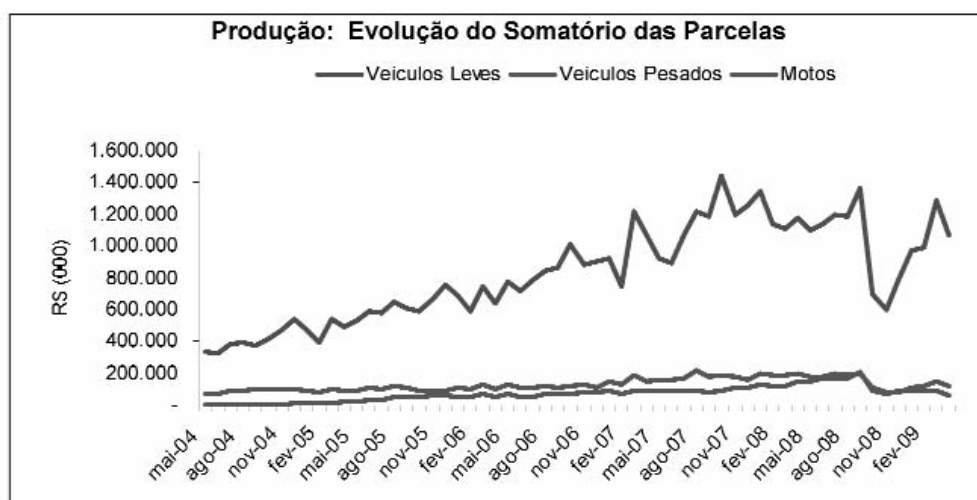
O Fundo tambem ira subcontratar a BV Financeira como agente cobrador para os financiamentos em atraso. Para cobra-los, a BV Financeira utilizara uma combinacao de (i) sua propria equipe de cobranca, (ii) agencias de cobranca terceirizadas, e (iii) escritorios de advocacia especializados, utilizando os seguintes procedimentos:

- Primeira fase – de 4 a 14 dias em atraso: BV financeira inicia processo de contato direto como os devedores em atraso atraves do seu *call center*, que conta com uma equipe de 120 funcionarios;
- Segunda fase – de 15 a 75 dias em atraso: BV Financeira subcontrata agentes de cobranca terceirizados que sao pagos de acordo com seu desempenho de recuperacao e limitados a 10% dos valores recuperados;
- Terceira fase – acima de 75 dias de atraso: Escritorios de advocacia especializados sao subcontratados e remunerados de acordo com seu desempenho de recuperacao. Analogamente ao anterior, comissoes sao limitadas a 10% do valor recuperado.

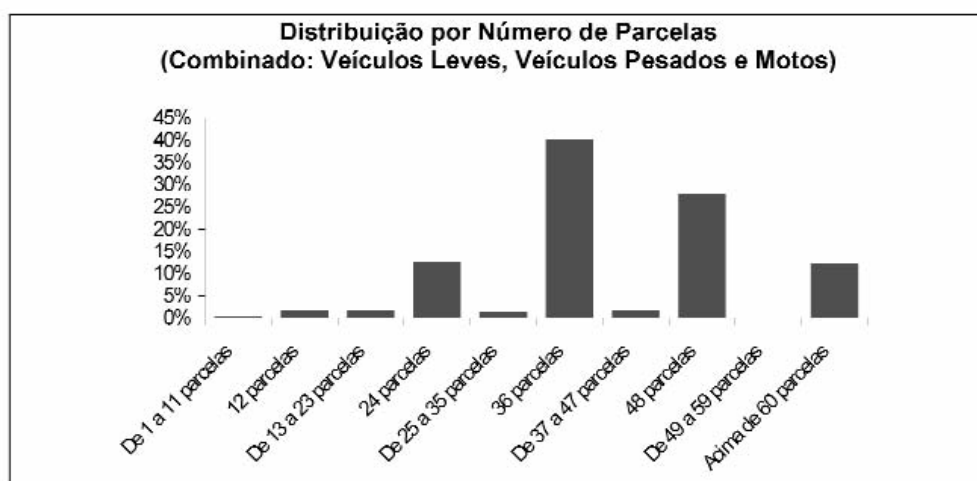
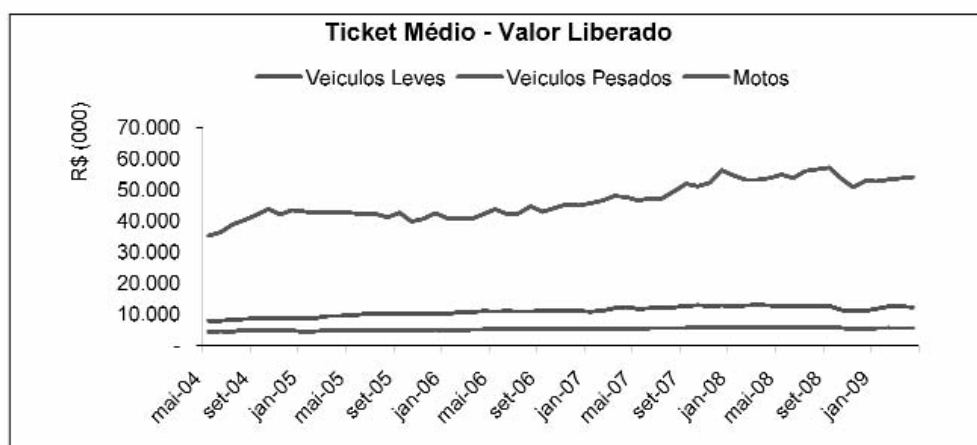
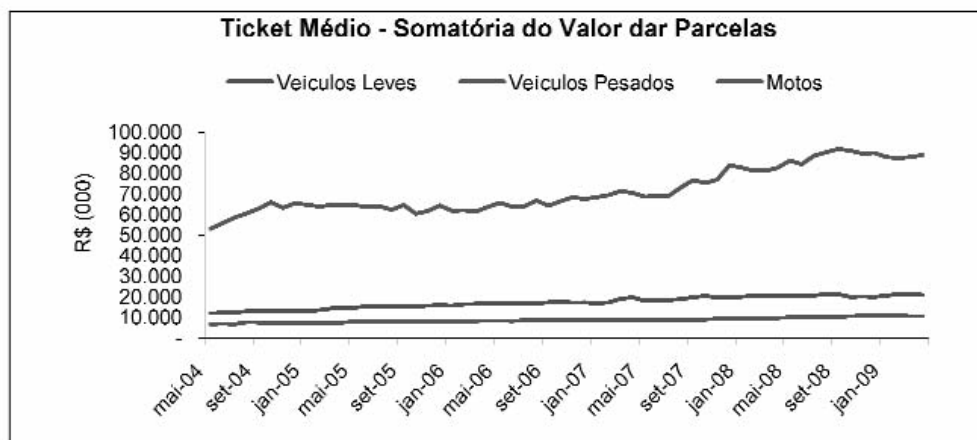
Se a terceira fase no tiver exito, a BV Financeira decidira caso a caso o acionamento do processo judicial para retomar o veiculo. De acordo com as normas internas, o contrato e integralmente provisionado aps 120 dias de atraso.

A partir do 75º dia de atraso, o banco é autorizado a iniciar o processo judicial para retomar o veículo, através do qual o escritório de advocacia especializado irá requerer à justiça a emissão do termo de "ação de busca e apreensão". No período de cumprimento do mandado de apreensão, um oficial de justiça tentará retomar o veículo. Caso o veículo seja encontrado, ele será fisicamente removido e retomado pela BV, que então dá início à liquidação e ao processo final de venda do veículo.

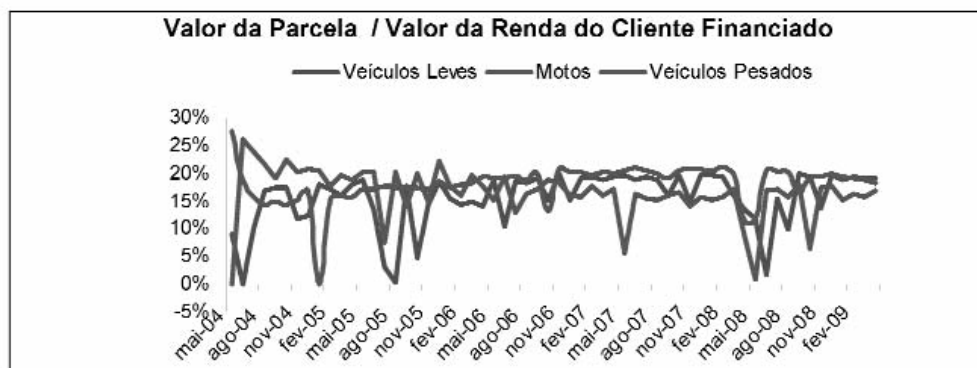
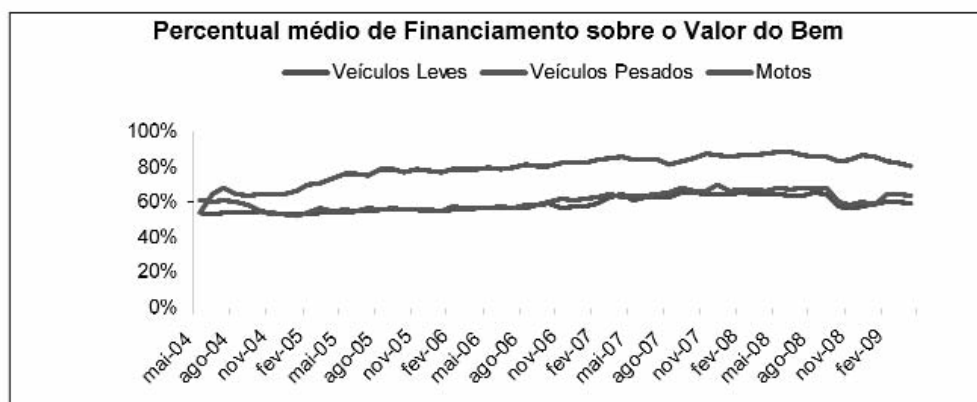
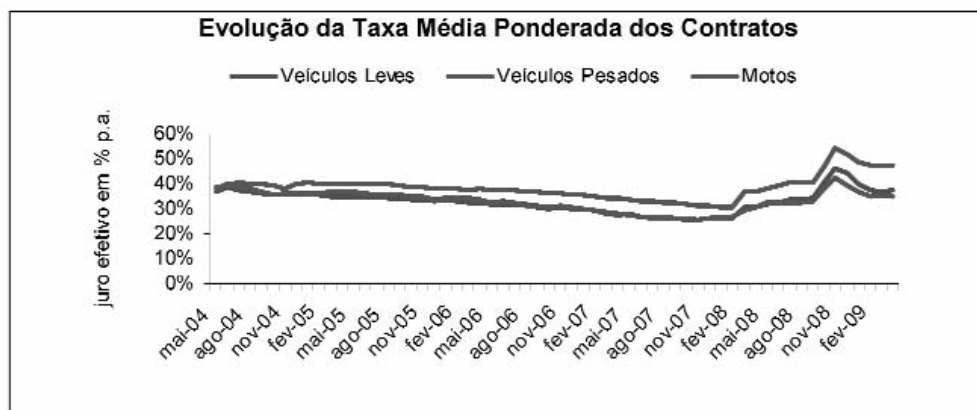
PERFIL HISTÓRICO DA PRODUÇÃO



Fonte: KPMG, BV Financeira



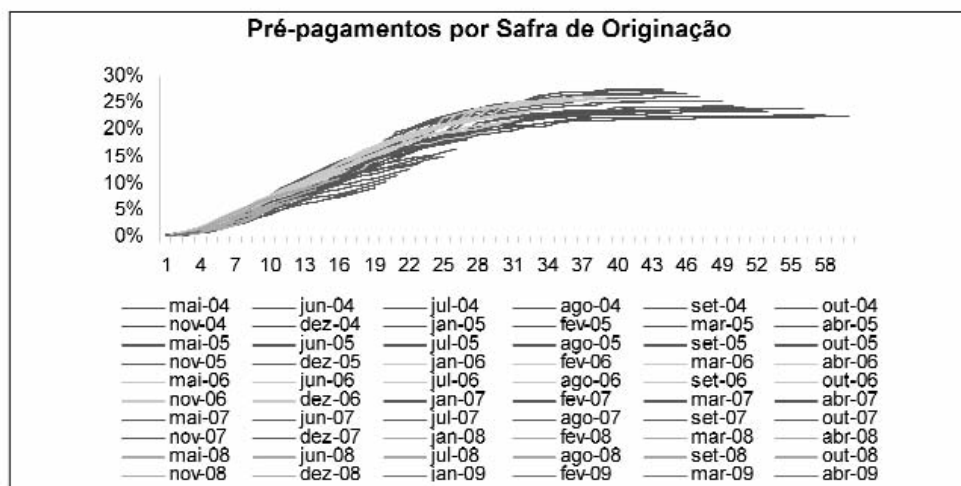
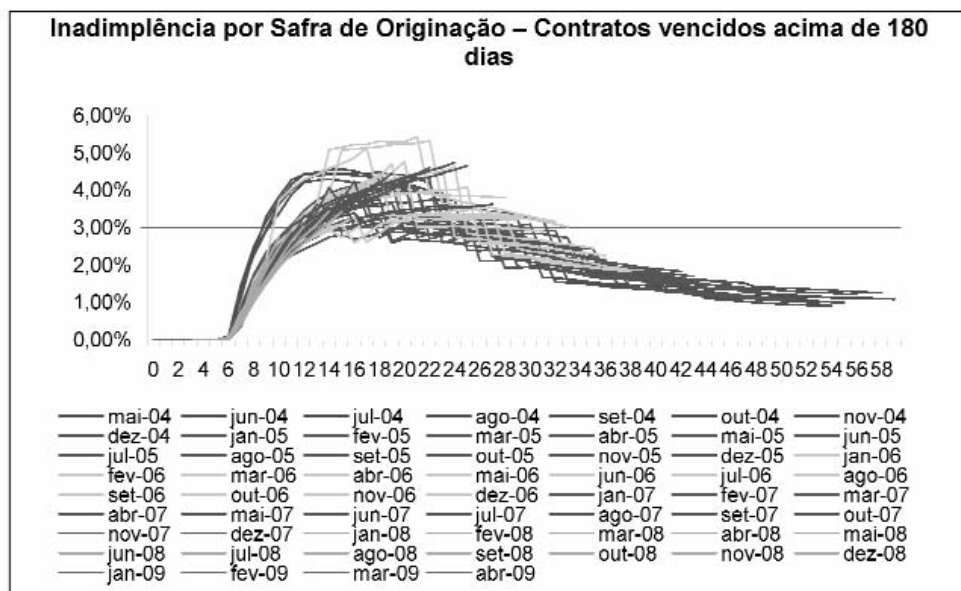
Fonte: KPMG, BV Financeira



Fonte: KPMG, BV Financeira

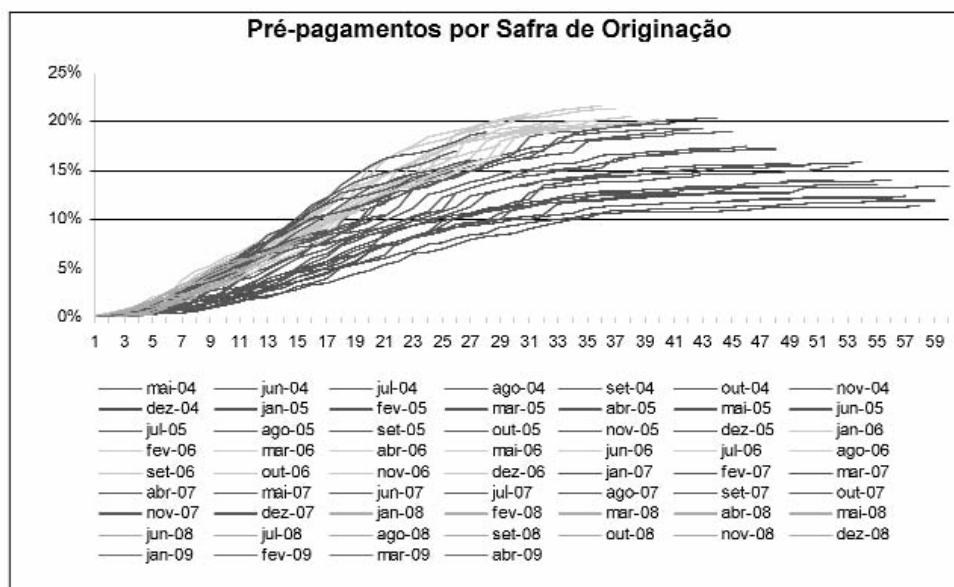
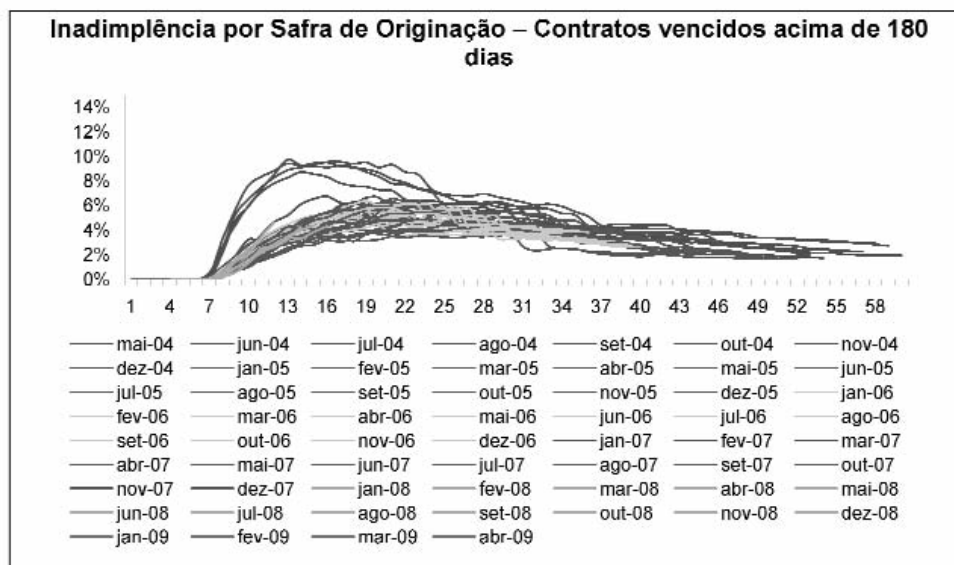
DESEMPENHO HISTÓRICO DA CARTEIRA DO ORIGINADOR

Veículos Leves



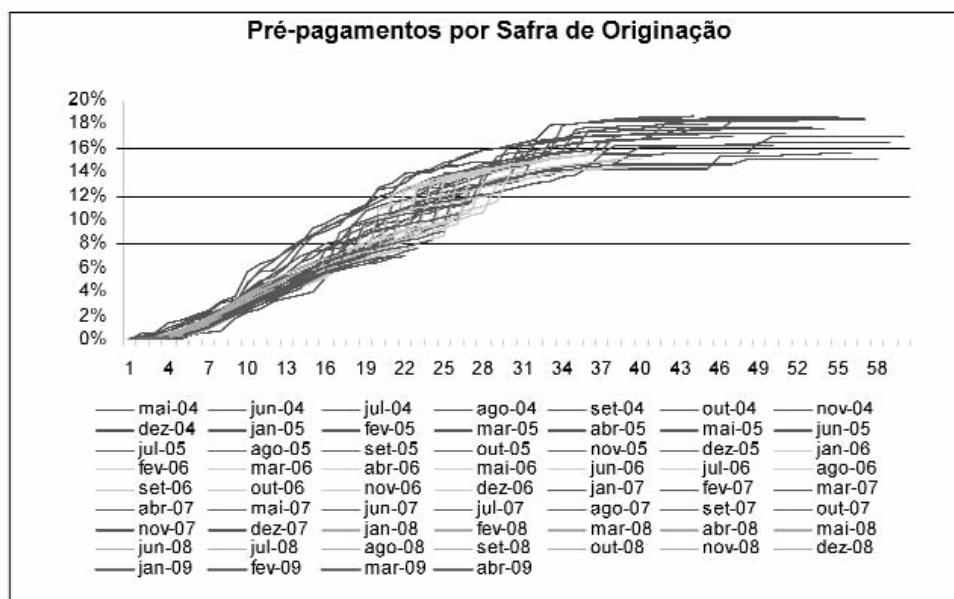
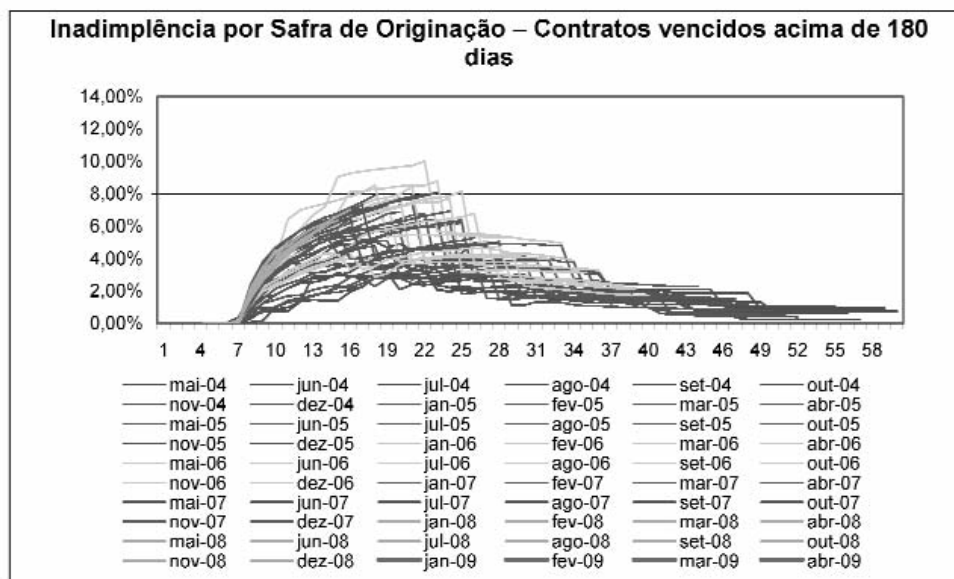
Fonte: KPMG, BV Financeira

Veículos Pesados



Fonte: KPMG, BV Financeira

Motos



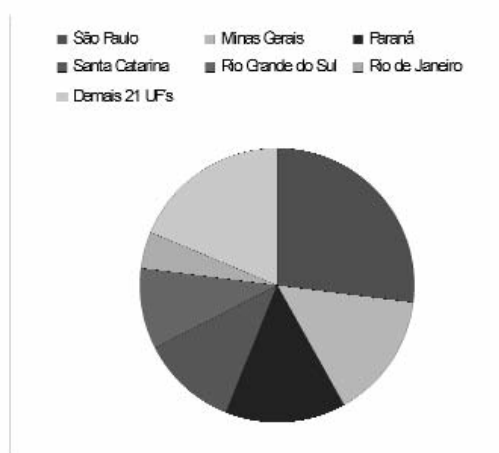
Fonte: KPMG, BV Financeira

PARTES DA OPERAÇÃO

BV Financeira como Originador, Cobrador Primário e Cedente: BV Financeira é a quarta maior originadora de financiamento de veículos no Brasil, logo após o Itaú Unibanco S.A, Banco Bradesco S.A e Santander, com uma carteira de cerca de R\$ 19,5 bilhões em março de 2009, e é uma subsidiária controlada pelo Banco Votorantim S.A.

BV Financeira opera através de cerca de 20.000 revendedores de carros credenciados localizados predominantemente nas regiões sul e sudeste do Brasil, com foco em veículos usados leves (cerca de 81% da carteira).

O gráfico abaixo mostra a distribuição da carteira por Estado:



A BV Financeira é 99,99% controlada pelo Banco Votorantim S.A. (com rating C- de força financeira, rating Baa1 de depósitos em moeda local em escala global, e rating Aaa.br de depósitos na Escala Nacional Brasileira, todos em revisão para possível elevação). Moody's está revisando os ratings do Banco Votorantim para uma possível elevação dada a probabilidade de suporte do Banco do Brasil após o fechamento de sua participação no Banco Votorantim conforme recentemente divulgado.

Uma vez efetuada a participação, o Banco Votorantim deve ser 50,01% controlado pelo Votorantim Finanças e 49,99% pelo Banco do Brasil. Votorantim Finanças pertence ao Grupo Votorantim, um dos maiores grupos industriais brasileiros com amplo reconhecimento de mercado. Banco Votorantim é sediado em São Paulo, Brasil, e possuía ativos totais de R\$88,8 bilhões e patrimônio de R\$6,5 bilhões em junho de 2009.

VAM DTVM Ltda. como Administrador

A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (VAM DTVM Ltda., Sem Rating) atuará como administrador do Fundo. Fundada em 1999, a VAM é atualmente o 17º maior administrador de carteiras no país, com cerca de R\$ 16,1 bilhões de recursos em administração de acordo com dados da Anbid. Na qualidade de administrador, a VAM DTVM Ltda. será responsável por todas as comunicações do Fundo com agentes externos, incluindo a CVM, o auditor, os quotistas e a agência de classificação de risco, bem como por enviar relatórios de monitoramento e de calcular certos índices do Fundo. O administrador será civil e criminalmente responsável pelos atos por conta e ordem do Fundo.

A Moody's observa que ambos o Administrador (VAM) e o Originador (BV Financeira) são efetivamente controlados pelo Banco Votorantim, estruturador da operação. Isso leva a potenciais conflitos de interesse já que podem surgir situações onde medidas tomadas pelo Administrador podem

vir a ter consequências positivas (negativas) nas Cotas Seniores mantidas pelos investidores e simultaneamente vir a ter consequências negativas (positivas) nas Cotas Subordinadas retidas pela BV Financeira. Na visão da Moody's, este conflito de interesse é parcialmente mitigado dado: i.) a força financeira e reputação do Banco Votorantim, com rating superior ao rating da operação ii.) elementos estruturais da operação, incluindo gatilhos de desempenho que podem levar a um evento de revisão na hipótese de desenquadramento iii.), a forte regulação de instituições financeiras no Brasil iv.) a figura de um terceiro, o Citibank, no papel de Custodiante da operação.

Citibank DTVM como Banco Custodiante

Citibank DTVM (Sem Rating) atuará como custodiante da operação.

Responsabilidades incluem, entre outras, verificação se os recebíveis aderem aos critérios de elegibilidade, bem como monitoramento dos gatilhos da operação, e o gerenciamento diário das atividades operacionais e financeiras do emissor.

Banco Bradesco como Agente de Cobrança

Banco Bradesco S.A. (com rating B- de força financeira, rating A1 de depósitos em moeda local em escala global, e rating Aaa.br de depósitos na Escala Nacional Brasileira, será contratado como Agente Recebedor da operação).

Devedores efetuarão pagamentos via boleto bancário, que pode ser feito em qualquer banco no Brasil ou via Internet. Bradesco, como agente de cobrança e através de informações contidas no código de barra, irá identificar imediatamente os pagamentos devidos ao Fundo. Bradesco irá transferir esses fluxos de caixa com titularidade do fundo para uma conta segregada mantida pelo Custodiante (Citibank DTVM) em nome do Fundo.

ASPECTOS LEGAIS

A Moody's acredita que a estrutura legal da transação possui provisões adequadas para a segurança dos cotistas. Os principais aspectos legais considerados na análise da Moody's foram os seguintes:

A Segregação de Ativos entre a Cedente e o Fundo é Perfeita e Acabada. A segregação de risco entre a BV Financeira ("cedente") e o BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III ("emissor") existe mediante cessão perfeita e acabada de direitos creditórios da cedente ao emissor, de acordo com o Código Civil brasileiro. A decretação de falência da cedente não afetará os ativos do emissor, uma vez que os ativos do emissor estão legalmente resguardados dos credores da cedente.

Imunidade à Falência do FIDC é Regulada por Marco Regulatório Estabelecido. Pelo fato de os FIDCs serem um condomínio de cotistas, de acordo com o Código Civil, eles não podem ter a sua falência decretada. O limite das obrigações de um FIDC para os seus cotistas é equivalente ao valor de mercado de seus ativos. O valor destes ativos deverá ser refletido no valor do patrimônio líquido de um FIDC, o qual nunca poderá ser inferior a zero.

SUMÁRIO DA TRANSAÇÃO

Cotas Seniores:	(P)Aa1.br em escala nacional brasileira & (P)Ba1 em escala global em moeda local
Cotas Subordinadas Júnior:	Sem Rating
Emissor:	BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III
Tipo de Ativo:	Direitos Creditórios decorrentes de operações de financiamento para aquisição de veículos (incluindo veículos leves, veículos pesados e motos)
Grupo Estruturador:	Banco Votorantim
Cedente e Cobrador Primário:	BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (sem rating) uma subsidiária do Banco Votorantim (com rating C- de força financeira, rating Baa1 de depósitos em moeda local em escala global, e rating Aaa.br de depósitos na Escala Nacional Brasileira, todos em revisão para possível elevação).
Administrador:	VAM DVTM Ltda (uma subsidiária do Banco Votorantim S.A.)
Custodiante:	Citibank DTVM (sem rating)
Auditor Externo:	KPMG Auditores Independentes
Assessor Jurídico (Emissor):	Pinheiro Guimarães Advogados
Agente de Cobrança	Banco Bradesco S.A. (com rating B- de força financeira, rating A1 de depósitos em moeda local em escala global, e rating Aaa.br de depósitos na Escala Nacional Brasileira).

OS RATINGS DE CRÉDITO SÃO OPINIÕES ATUAIS DA MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. (MIS) A RESPEITO DOS RISCOS RELATIVOS E FUTUROS DAS ENTIDADES, CRÉDITOS, TÍTULOS DE DÍVIDAS OU ASSIMILHADOS. A MIS DEIXA EM RISCO DE CRÉDITO COMO O RISCO DE UMA ENTIDADE NÃO CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS OU FINANCEIRAS NO PRAZO ESTIPULADO, E UMA ESTIMATIVA DAS PERDAS FINANCEIRAS NO CASO DE DESCUMPRIMENTO ("default"). OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO TRATAM DE OUTROS RISCOS, INCLUINDO MAS NÃO LIMITADOS A: RISCO DE LIQUIDIDADE, DE VALOR DE MERCADO OU DE VOLATILIDADE DO PREÇO. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO SÃO DECLARAÇÕES SOBRE UM ATO ATUAL OU PASSADO. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO DEVEM SER TOMADOS COMO CONSELHO DE INVESTIMENTO OU FINANCEIRO, NEM COMO RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, VENDA OU DETENÇÃO DE TÍTULOS DETERMINADOS. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO AVALIAM A ADEQUAÇÃO DE UM INVESTIMENTO PARA UM DETERMINADO INVESTIDOR. A MIS LIMITA SEUS RATINGS DE CRÉDITO COM A EXPLÍCITA E COM BASE NO ENTENDIMENTO DE QUE CADA INVESTIDOR FARÁ SEU PRÓPRIO ESTUDO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS QUE CONSIDERE COMPRAR, CONTINUAR DETENDO OU VENDER.

© Direitos autorais: 2009, Moody's Investors Service, Inc., e/ou suas licenciadas, sociedades controladoras, sob controle comum ou controladas (em conjunto, a "MOODY'S"). Todos os direitos reservados. **AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS E NÃO PODEM SER COPIADAS, REPRODUZIDAS, TRANSMITIDAS, DIVULGADAS, REVENDIDAS OU ARMAZENADAS PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, DE QUALQUER FORMA OU MEIO, POR QUALQUER PESSOA, SEM O CONSENTIMENTO PRÉVIO, POR ESCRITO, DA MOODY'S.** Todas as informações contidas neste documento foram obtidas pela MOODY'S junto a fontes que ela considera precisas e confiáveis. Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como outros fatores, contudo, essas informações são fornecidas "no estado em que se encontram", sem garantia de qualquer tipo, e a MOODY'S não presta, a respeito dessas informações, qualquer declaração ou garantia, expressa ou implícita, quanto à precisão, grau de atualização, completude, valor comercial ou adequação a qualquer fim específico. Em nenhum caso a MOODY'S será responsável perante qualquer pessoa, física ou jurídica, por (a) perdas ou danos causados, sofridos ou relacionados, no todo ou em parte, a erro (por negligência ou não) ou circunstâncias diversas, dentro ou fora da esfera de controle da MOODY'S ou de seus diretores, administradores, empregados ou agentes, em relação à obtenção, compilação, análise, interpretação, comunicação, publicação ou transferência dessas informações, ou (b) danos diretos ou indiretos de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, lucros cessantes), resultantes do uso ou incapacidade de usar essas informações, mesmo se a MOODY'S for avisada com antecedência sobre a possibilidade de ocorrência desses danos. Os ratings de crédito e os comentários de análise de relatórios financeiros, se houver, constituirão parte das informações contidas neste documento, e poderão ser interpretados somente como manifestação de opinião, e não como declaração de fato ou recomendação para a compra, venda ou detenção de valores mobiliários. **A MOODY'S NÃO PRESTA NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, GRAU DE ATUALIZAÇÃO, COMPLETUDE, VALOR COMERCIAL OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING, OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO.** Cada rating ou outra opinião deve ser considerado apenas como um fator para uma decisão de investimento tomada por um usuário das informações contidas neste documento, ou em nome desses usuários. Os usuários devem, consequentemente, realizar seu próprio estudo e avaliação de cada valor mobiliário, emissor, garantidor e fornecedor de suporte de crédito, para cada valor mobiliário que possam considerar comprar, deter ou vender. A MOODY'S, neste ato, divulga que a maioria dos emissores de títulos de dívida (incluindo títulos corporativos e municipais, debêntures, notes e notas promissórias) e de ações preferenciais classificadas pela MOODY'S se obrigou, antes da atribuição de qualquer rating, a pagar à MOODY'S, por serviços de avaliação e rating por ela prestados, honorários de US\$1.500 a aproximadamente US\$2.400.000. A Moody's Corporation (MCO) e sua subsidiária integral, a agência de classificação de risco Moody's Investors Service (MIS), também mantêm políticas e procedimentos a fim de preservar a independência dos ratings e dos processos de rating da MIS. São incluídas anualmente no website da Moody's — www.moody's.com —, sob o título "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy", informações acerca de relações societárias que possam existir entre diretores da MCO e entidades classificadas por ratings, e entre entidades que possuem ratings da MIS e que também informaram publicamente à SEC (Security and Exchange Commission — EUA) deter participação acionária maior que 5% na MCO. Esse rating foi preparado sem levar em consideração seus objetivos, necessidades ou situação financeira. Você deve, antes de utilizar essa opinião, verificar se é apropriada aos seus objetivos, necessidades e situação financeira.

* Este documento foi preparado originalmente em inglês e posteriormente traduzido para diversas outras línguas, inclusive o português. Em caso de divergência ou

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

- Declarações da Administradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

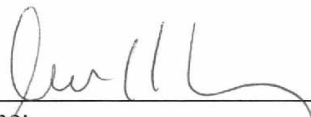
DECLARAÇÃO

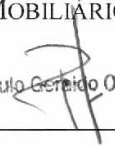
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.384.738/0001-98, administradora do fundo de investimentos em direitos creditórios denominado "BV Financeira – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios III", declara e garante, nos termos do parágrafo 1º, Artigo 56, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

- (i) as informações prestadas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e
- (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o prospecto do Fundo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta, conforme observado no artigo 56, I e II da Instrução CVM n.º 400/03.

São Paulo, 02 de outubro de 2009

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: Marta Cibella Knecht
Cargo: PROCURADORA


Nome: Paulo Gerardo Oliveira Filho
Cargo: DIRETOR

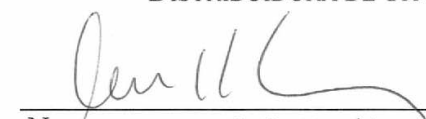


DECLARAÇÃO

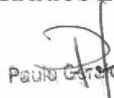
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.384.738/0001-98, administradora do fundo de investimentos em direitos creditórios denominado "BV Financeira – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios III" ("Fundo"), declara, nos termos do Artigo 56, *caput*, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que é a responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das cotas seniores do Fundo.

São Paulo, 02 de outubro de 2009.

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



Nome: Marta Cibella Knecht
Cargo: PROCURADORA



Nome: Paulo César do Oliveira Filho
Cargo: Diretor



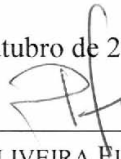
DECLARAÇÃO

Eu, PAULO GERALDO OLIVEIRA FILHO, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG n.º 700.646.957-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 286.123.370-20, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 14, 171, Torre A, 7º andar, diretor da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.384.738/0001-98, administradora do fundo de investimentos em direitos creditórios denominado "BV Financeira – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios III" ("Fundo"), designado nos termos do artigo 8º, §1º da Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução n.º 393, de 22 de julho de 2003, ambas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, responderei, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas.

Declaro, ainda, que:

- (i) estou ciente de minhas obrigações para com o Fundo;
- (ii) sou responsável pela movimentação dos direitos creditórios do Fundo; e
- (iii) sou responsável, nos termos da legislação em vigor, inclusive perante terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia na administração do Fundo, sujeito, ainda, às das penalidades previstas no art. 11 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

São Paulo, 02 de outubro de 2009



PAULO GERALDO OLIVEIRA FILHO

Diretor



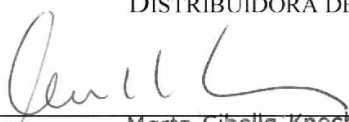
DECLARAÇÃO

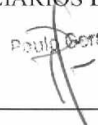
Declaramos, sob pena de prática de crime de falsidade ideológica, que o regulamento do fundo de investimento em direitos creditórios denominado "BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III" está em conformidade com a legislação vigente.

Declaramos, também, que assumimos o compromisso de seguir as normas da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e adotar as providências necessárias para o atendimento das exigências que venham a ser formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

São Paulo, 02 de outubro de 2009

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: Marta Cibella Knecht
Cargo: PROCURADORA


Nome: Paulo Roberto Oliveira Filho
Cargo: Diretor



ANEXO V

- Declaração do Estruturador

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

BANCO VOTORANTIM S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 14.171, Torre A, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 59.588.111/0001-03, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Estruturador"), responsável por estruturar a distribuição pública de até 500.000 (quinhentas mil) Cotas Seniores, com valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) cada ("Oferta"), do "BV Financeira - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios III" ("Fundo"), vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar (i) que o prospecto relativo à Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas e do Fundo, da sua política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira e da taxa de administração devida à administradora, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas Seniores do Fundo, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) que tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas Seniores.

São Paulo, 02 de outubro de 2009.

BANCO VOTORANTIM S.A.

Nome:

Cargo:

Vivário Costa
Diretor

Nome:

Cargo:

Pedro Paulo Mollo Junior
Diretor



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

- Demonstrações Financeiras da BV Financeira Relativas Aos Exercícios Sociais Encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 e em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e
Investimento**

Demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2009 e 2008



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações contábeis

em 30 de junho de 2009 e 2008

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9 - 43

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Administradores e Acionistas da
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP


Examinamos os balanços patrimoniais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, levantados em 30 de junho de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Financeira; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Financeira, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 de agosto de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

Ativo	2009	2008	Passivo	2009	2008
Circulante	10.951.320	10.291.738	Circulante	15.206.144	17.156.949
Disponibilidades	39.946	47.796	Depósitos	14.342.849	15.647.385
Aplicações interfinanceiras de liquidez	931.110	723.025	Depósitos interfinanceiros	14.342.849	15.647.385
Aplicações no mercado aberto	931.110	723.025			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	314.701	246.805	Relações interdependências	790	894
Carteira própria	313.232	245.679	Transferências internas de recursos	790	894
Vinculados à prestação de garantias	1.469	1.126			
Relações interdependências	589	-	Outras obrigações	862.505	1.508.670
Transferências internas de recursos	589	-	Sociais e estatutárias	96.603	96.241
			Fiscais e previdenciárias	231.888	661.029
Operações de crédito	8.849.790	8.406.131	Negociação e intermediação de valores	3.115	-
Empréstimos - Setor privado	1.107.513	1.129.789	Diversas	530.899	751.400
Financiamentos - Setor privado	8.349.619	7.654.780			
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(607.342)	(378.438)	Exigível a longo prazo	5.251.808	1.531.847
			Depósitos	4.648.341	1.531.847
Outros créditos	727.877	502.192	Depósitos interfinanceiros	4.648.341	1.531.847
Negociação e intermediação de valores	-	21.567	Outras obrigações	603.467	-
Diversos	730.561	480.625	Fiscais e previdenciárias	603.467	-
Provisão para outros créditos	(2.684)	-			
Outros valores e bens	87.307	365.789	Patrimônio líquido	755.037	1.220.090
Bens não de uso próprio	73.238	47.269	Capital social:		
Despesas antecipadas	14.069	318.520	De domiciliados no País	342.000	342.000
			Reserva de capital	12.034	12.054
Realizável a longo prazo	10.214.137	9.560.398	Reservas de lucros	309.186	595.246
Operações de crédito	9.298.500	8.952.652	Lucros acumulados	91.797	270.790
Empréstimos - Setor privado	1.355.904	1.055.570			
Financiamentos - Setor privado	8.218.275	8.063.405			
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(275.679)	(166.323)			
Outros créditos	661.798	272.786			
Diversos	661.798	272.786			
Outros valores e bens	253.839	334.960			
Despesas antecipadas	253.839	334.960			
Permanente	47.532	56.750			
Investimentos	2.125	2.316			
Outros investimentos	2.125	2.316			
Imobilizado de uso	26.922	31.704			
Outras imobilizações de uso	62.715	61.618			
Depreciação acumulada	(35.793)	(29.914)			
Diferido	16.349	22.730			
Gastos de organização e expansão	56.966	51.811			
Amortização acumulada	(40.617)	(29.081)			
Intangível	2.136	-			
Outros ativos intangíveis	2.240	-			
Amortização acumulada	(104)	-			
Total do ativo	21.212.989	19.908.886	Total do passivo	21.212.989	19.908.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social)

	2009	2008
Receitas da intermediação financeira	2.878.417	2.455.726
Operações de crédito	3.215.792	2.049.862
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	82.686	50.911
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(420.061)	354.953
Despesas da intermediação financeira	(1.686.929)	(1.231.613)
Operações de captação no mercado	(1.040.175)	(884.590)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(646.754)	(347.023)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.191.488	1.224.113
Outras receitas/(despesas) operacionais	(927.157)	(739.055)
Receitas de prestação de serviços	183.624	248.953
Despesas de pessoal	(131.898)	(104.120)
Outras despesas administrativas	(344.577)	(295.930)
Despesas tributárias	(115.590)	(93.237)
Outras receitas operacionais	439.480	159.455
Outras despesas operacionais	(958.196)	(654.176)
Resultado operacional	264.331	485.058
Resultado não operacional	(58.166)	(21.032)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	206.165	464.026
Imposto de renda e contribuição social	(74.019)	(79.990)
Provisão para imposto de renda	(132.502)	(206.719)
Provisão para contribuição social	(76.958)	(114.907)
Ativo fiscal diferido	135.441	241.636
Participações no lucro	(38.611)	(71.297)
Lucro líquido	93.535	312.739
Lucro líquido por ação	740,22	2.474,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Para expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2007	342.000	12.054	55.927	549.582	-	959.563
Reserva para expansão	-	-	-	(22.736)	22.736	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(22.736)	(22.736)
Lucro líquido	-	-	-	-	312.739	312.739
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	12.473	-	(12.473)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(29.476)	(29.476)
Saldos em 30 de junho de 2008	<u>342.000</u>	<u>12.054</u>	<u>68.400</u>	<u>526.846</u>	<u>270.790</u>	<u>1.220.090</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2008	342.000	12.054	68.400	240.786	-	663.240
Reversão de reserva	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(1.738)	(1.738)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	93.535	93.535
Destinação do lucro líquido:						
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2009	<u>342.000</u>	<u>12.054</u>	<u>68.400</u>	<u>240.786</u>	<u>91.797</u>	<u>755.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

	2009	2008
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro líquido	<u>93.535</u>	<u>312.739</u>
Ajustes ao lucro líquido:	<u>656.086</u>	<u>350.181</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	646.754	347.023
Depreciações e amortizações	9.332	8.539
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	-	(5.381)
Variações patrimoniais		
Títulos e valores mobiliários	(27.819)	(93.249)
Relações interfinanceiras e interdependências	(927)	(128)
Operações de crédito	(1.629.870)	(2.598.716)
Outros créditos	(66.779)	(262.653)
Outros valores e bens	102.698	114.445
Depósitos	1.309.725	1.772.233
Instrumentos financeiros derivativos	1.400.740	-
Outras obrigações	(1.862.428)	567.158
Ajustes em exercícios anteriores	(1.738)	(22.736)
Caixa gerado/(utilizado) pelas operações	<u>(26.777)</u>	<u>139.274</u>
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
Juros sobre o capital próprio propostos	-	(29.476)
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(29.476)</u>
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
Alienação de imobilizado de uso	6.122	384
Alienação de investimentos	191	-
Aquisição de imobilizado de uso	(5.769)	(5.146)
Aquisição de investimentos	(53)	(191)
Aplicações no diferido	(2.890)	(3.311)
Aplicações no intangível	(2.136)	-
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de investimento	<u>(4.535)</u>	<u>(8.264)</u>
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(31.312)</u>	<u>101.534</u>
Início do período	1.002.368	669.287
Fim do período	<u>971.056</u>	<u>770.821</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(31.312)</u>	<u>101.534</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações do valor adicionado

Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

	2009	2008
Receitas	1.838.405	1.841.903
Receita da intermediação financeira	2.878.417	2.455.726
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	183.624	248.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(646.754)	(347.023)
Outras receitas/(despesas)	(518.716)	(494.721)
Resultado não operacional	(58.166)	(21.032)
Despesas da intermediação financeira	(1.040.175)	(884.590)
Insumos adquiridos de terceiros	(327.296)	(280.345)
Materiais, energia e outros	(1.610)	(1.811)
Serviços de terceiros	(31.897)	(26.856)
Outras	(293.789)	(251.678)
Processamento de dados	(13.892)	(14.955)
Propaganda e publicidade	(3.119)	(6.157)
Publicações	(170)	(133)
Serviços do sistema financeiro	(57.915)	(41.370)
Outras	(218.693)	(189.063)
Valor adicionado bruto	470.934	676.968
Despesas de amortização/depreciação	(9.332)	(8.539)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	461.602	668.429
Valor adicionado a distribuir	461.602	668.429
Valor adicionado distribuído	461.602	668.429
Pessoal	151.058	160.090
Salários e honorários	81.088	62.063
Participação no lucro	38.611	71.297
Benefícios e treinamentos	24.505	21.752
FGTS	6.851	4.978
Outros encargos	3	-
Impostos, taxas e contribuições	209.060	188.554
No País	209.060	188.554
INSS sobre salários	19.451	15.327
Despesas tributárias (exceto IR e CS)	115.590	93.237
Imposto de renda/Contribuição social	74.019	79.990
Remuneração de capitais de terceiros	7.949	7.046
Aluguéis	7.949	7.046
Remuneração de capitais próprios	93.535	312.739
Lucro retido	93.535	312.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de financiamento de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos e certas operações têm a co-participação ou intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Conforme fato relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, o Banco do Brasil S.A. e a Votorantim Finanças S.A., nesta data, firmaram instrumento particular de contrato de compra e venda e subscrição de ações entre si, por meio do qual o Banco do Brasil S.A. passará a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50,00% do capital social total do Banco Votorantim S.A.. A operação será realizada por meio da: (i) aquisição, pelo Banco do Brasil S.A. de 33.356.791.198 ações ordinárias de emissão do Banco Votorantim e de propriedade da Votorantim Finanças S.A. pelo preço de R\$ 3.000 milhões; (ii) subscrição, pelo Banco do Brasil S.A. de 7.412.620.277 novas ações preferenciais emitidas pelo Banco Votorantim S.A. pelo valor de R\$ 1.200 milhões. A conclusão da operação está condicionada ao cumprimento de aspectos definidos no contrato e sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil e demais autoridades, fato que, uma vez ocorrido, será comunicado ao mercado.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Na elaboração das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2009, a BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento levou em consideração a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei n.º 11.941/09, que foram regulamentadas pelo BACEN até o momento. São elas: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento do ativo imobilizado e (c) apresentação das demonstrações do fluxo de caixa ao invés da demonstração das origens e aplicações de recursos.

As mudanças da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09 não trouxeram impactos materiais nas demonstrações contábeis da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

Para fins comparativos, as demonstrações contábeis de 2008 foram reclassificadas para refletir os efeitos decorrentes da Lei nº 11.638/07 e estão sendo apresentadas, também para 2008 a demonstração do fluxo de caixa e do valor adicionado.

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações no mercado aberto, possuem um insignificante risco de mudança de valor e prazo de vencimento até 90 dias, e tem como finalidade o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- i. Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii. Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- iii. Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de avaliação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Andima, BM&FBovespa e BACEN ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez para se determinar de forma mais adequada e justa o valor de mercado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para negociação” são apresentados no Balanço como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento dos respectivos títulos.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais e consagradas. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. **“Hedge” de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período.
- ii. **“Hedge” de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes a valor de mercado registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Para os instrumentos financeiros negociados em associação com operações de captação, tanto o instrumento financeiro como o passivo, estão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo ajustados pelo valor de mercado.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo BACEN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela regulamentação vigente.

As operações de crédito que são objetos de “hedge” de instrumentos financeiros derivativos, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros créditos - Diversos, e quando negativos, em Outras obrigações - Diversas, em contrapartida de receitas de operações de crédito.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

g. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. Dessa forma, baseados nos princípios contábeis adotados no Brasil, são registrados nas despesas antecipadas os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados, e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não integrarem os ativos da Instituição ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

i. Ativo permanente

- i.** Outros investimentos são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.
- ii.** O Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, sistema de comunicação/segurança/transporte - 10%, sistemas de processamento de dados - 20%.
- iii.** O Ativo Diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, registrados antes da entrada em vigor da Carta-Circular 3.357 do BACEN que restringiu o registro de valores no ativo diferido, deduzido da respectiva amortização. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- iv. O Ativo Intangível inclui os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. A amortização é calculada e registrada contabilmente, linearmente, com base em que o benefício é gerado.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, aplicável ao lucro tributável. A contribuição social foi apurada com base na alíquota de 9% até 30 de abril de 2008, e a partir de 1º de maio de 2008, à alíquota de 15%, conforme Lei nº 11.707/08, sobre o lucro tributável.

O crédito tributário de imposto de renda e de contribuição social é constituído de acordo com estudo de capacidade de realização preparado pela Administração.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/05 e Resolução CMN nº 3.535/08, que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon.

- i. **Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
- ii. **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

iii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

I. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base “pro rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base “pro rata” dia).

Os ativos e passivos de prazo indeterminado, para efeito de segregação no balanço patrimonial, classificam-se as operações ativas no realizável a longo prazo e as operações passivas no passivo circulante.

4 Disponibilidades

	2009	2008
Depósitos bancários - Ligadas	2.526	286
Depósitos bancários - Não ligadas	36.900	47.254
Disponibilidades em moeda estrangeira	203	140
Outras	<u>317</u>	<u>116</u>
Total	<u>39.946</u>	<u>47.796</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição da carteira por modalidade

	2009	2008
Aplicações no mercado aberto	<u>931.110</u>	<u>723.025</u>
Revendas a liquidar - Posição bancada	<u>931.110</u>	<u>723.025</u>
Letras do Tesouro Nacional	822.448	61.646
Notas do Tesouro Nacional	108.662	661.379
Total	<u>931.110</u>	<u>723.025</u>

b. Composição da carteira por emissor

	2009	2008
Títulos públicos - Ligadas		
Pós-fixado	<u>931.110</u>	<u>723.025</u>
Total	<u>931.110</u>	<u>723.025</u>

c. Composição da carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento

	2009	2008
Até 90 dias	931.110	61.646
De 91 a 360 dias	-	661.379
Total	<u>931.110</u>	<u>723.025</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Titulos e valores mobiliários

	2009					2008				
	Valor de mercado					Total				
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(perda) não realizado	Valor de mercado	Ganho/(perda) não realizado
Vencimento em dias										
1 – Títulos para Negociação	312.934	-	75	1.563	129	314.774	314.701	(73)	246.804	246.805
No País	312.934	-	75	1.563	129	314.774	314.701	(73)	246.804	246.805
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	75	1.563	129	1.767	1.767	-	1.275	1.276
Ações de Companhias Abertas	118	-	-	-	-	191	118	(73)	-	-
Cotas de Fundos de Invest. Dir. Créd.	312.816	-	-	-	-	312.816	312.816	-	245.529	245.529
Total	312.934	-	75	1.563	129	314.774	314.701	(73)	246.804	246.805
	2009					2008				
	Valor de mercado					Total				
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(perda) não realizado	Valor de mercado	Ganho/(perda) não realizado
Vencimento em dias										
Por carteira	312.934	-	75	1.563	129	314.774	314.701	(73)	246.804	246.805
Carteira própria	312.934	-	-	169	129	313.305	313.232	(73)	245.679	245.679
Vinculados a prestação de garantias	-	-	75	1.394	-	1.469	1.469	-	1.125	1.126

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

2009							2008		
Vencimento em anos	Valor de mercado					Total	Total		
	Sem vencimento	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por categoria	<u>312.934</u>	<u>1.638</u>	<u>129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>314.774</u>	<u>314.701</u>	<u>246.804</u>	<u>246.805</u>
1 - Títulos para negociação	312.934	1.638	129	-	-	314.774	314.701	246.804	246.805

2009				2008		
Vencimento em dias	Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Por carteira	<u>314.701</u>	<u>-</u>	<u>314.701</u>	<u>246.805</u>	<u>-</u>	<u>246.805</u>
Carteira própria	313.232	-	313.232	245.679	-	245.679
Vinculados a Prestação de Garantias	1.469	-	1.469	1.126	-	1.126

7 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição dos contratos de futuros por indexador

2009				2008		
Contra-parte	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Negociação em bolsa						
Contratos de futuros						
Compromissos de venda	(21.273.039)	2.655	2.655	(19.486.230)	(21.676)	(21.676)
DI	(21.273.039)	2.655	2.655	(19.486.230)	(21.676)	(21.676)

Contraparte: (B) Bolsa, (IF) Instituição Financeira, (C) Cliente.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição dos contratos de futuros por vencimento

Por vencimento	2009	2008
	Valor de referência	Valor de referência
Contratos de futuros		
Compromissos de venda	<u>21.273.039</u>	<u>19.486.230</u>
Até 30 dias	917.088	826.825
31 a 60 dias	845.029	821.021
61 a 90 dias	819.941	786.508
91 a 180 dias	1.625.709	1.562.551
181 a 360 dias	4.414.028	4.168.513
1 a 5 anos	12.604.647	11.300.571
Acima de 5 anos	46.597	20.241

8 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de operações de crédito e de operações com características de concessão de crédito registradas em "Outros Créditos"

	2009	2008
Operações de crédito		
Empréstimos	2.395.418	2.174.703
Financiamentos	16.562.719	15.717.711
Cartão de crédito	73.174	11.130
(Provisões para operações de crédito)	(883.021)	(544.761)
(Provisões para operações de crédito sem caract. de concessão de crédito)	(2.684)	-
Total	<u>18.145.606</u>	<u>17.358.783</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Rendas de operações de crédito

	2009	2008
Rendas de operações de crédito		
Empréstimos	818.739	320.140
Financiamentos	<u>2.397.053</u>	<u>1.729.722</u>
Total	<u>3.215.792</u>	<u>2.049.862</u>

c. Composição da carteira por setor de atividade econômica

	2009	%	2008	%
Setor privado				
No País				
Indústria	37.949	0,20	80.876	0,45
Comércio	758.560	3,99	758.353	4,24
Pessoas físicas	18.217.146	95,72	17.050.337	95,23
Outros serviços	<u>17.656</u>	<u>0,09</u>	<u>13.978</u>	<u>0,08</u>
Total	<u>19.031.311</u>	<u>100,00</u>	<u>17.903.544</u>	<u>100,00</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Composição das operações por faixas de vencimento

	Operações em curso anormal										2008
	2009										Total da carteira
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da carteira	Total da carteira
Parcelas vencidas											
01 a 30	-	-	50.805	33.224	15.545	7.802	6.543	5.233	16.576	135.728	97.147
31 a 60	-	-	47.910	29.952	14.185	7.075	6.068	4.730	15.217	125.137	91.062
61 a 90	-	-	46.372	28.623	13.571	6.789	5.779	4.517	14.360	120.011	86.683
91 a 180	-	-	129.471	81.721	38.592	19.245	16.222	12.658	40.113	338.022	243.207
181 a 360	-	-	217.310	136.655	64.620	32.305	26.852	20.761	65.073	563.576	404.913
Acima de 360	-	-	459.544	295.138	142.864	75.333	56.564	39.911	111.877	1.181.231	896.023
Parcelas vencidas											
01 a 14	-	-	4.951	15.983	6.974	3.213	2.400	2.180	6.699	42.400	26.424
15 a 30	-	-	56.598	16.043	7.777	4.216	3.935	2.747	9.525	100.841	74.008
31 a 60	-	-	11.743	44.326	15.696	7.568	6.263	5.269	16.485	107.350	59.876
61 a 90	-	-	36	8.558	26.006	8.664	6.970	5.482	17.833	73.549	38.049
91 a 180	-	-	21	3.077	10.744	19.826	24.090	24.388	58.666	140.812	74.079
181 a 360	-	-	-	-	-	4.260	5.649	4.106	94.011	108.026	60.224
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	3.601	3.601	1.752
Subtotal	-	-	<u>1.024.761</u>	<u>693.300</u>	<u>356.574</u>	<u>196.296</u>	<u>167.335</u>	<u>131.982</u>	<u>470.036</u>	<u>3.040.284</u>	<u>2.153.447</u>
	Operações em curso normal										2008
	2009										Total da carteira
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da carteira	Total da carteira
Parcelas vencidas											
01 a 30	22.831	732.322	3.301	1.440	684	298	196	137	1.275	762.484	713.641
31 a 60	22.961	687.518	3.179	1.371	675	290	192	135	1.232	717.553	721.509
61 a 90	22.384	663.948	3.066	1.358	660	286	185	133	1.204	693.224	693.176
91 a 180	65.166	1.892.638	8.699	3.825	1.881	812	522	375	3.373	1.977.291	1.969.272
181 a 360	117.863	3.212.800	14.569	6.438	3.214	1.373	871	631	5.632	3.363.391	3.355.304
Acima de 360	290.145	8.001.463	37.412	16.872	7.968	3.581	2.281	1.584	12.792	8.374.098	8.222.957
Parcelas vencidas											
Até 14 dias	-	<u>102.988</u>	-	-	-	-	-	-	-	<u>102.988</u>	<u>74.238</u>
Subtotal	<u>541.350</u>	<u>15.293.677</u>	<u>70.226</u>	<u>31.304</u>	<u>15.082</u>	<u>6.640</u>	<u>4.247</u>	<u>2.995</u>	<u>25.508</u>	<u>15.991.029</u>	<u>15.750.097</u>
Total	<u>541.350</u>	<u>15.293.677</u>	<u>1.094.987</u>	<u>724.604</u>	<u>371.656</u>	<u>202.936</u>	<u>171.582</u>	<u>134.977</u>	<u>495.544</u>	<u>19.031.313</u>	<u>17.903.544</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

e. Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de risco	% provisão	2009		2008	
		Valor das operações	Valor da provisão	Valor das operações	Valor da provisão
AA	0	541.350	-	1.030.703	-
A	0,5	15.293.677	76.468	14.895.913	74.480
B	1	1.094.987	10.950	758.002	7.580
C	3	724.604	21.738	455.080	13.651
D	10	371.656	37.166	195.953	19.590
E	30	202.936	60.881	108.711	32.613
F	50	171.582	85.791	85.224	42.612
G	70	134.977	94.483	65.748	46.025
H	100	<u>495.544</u>	<u>494.544</u>	<u>308.210</u>	<u>308.210</u>
Subtotal		<u>19.031.313</u>	<u>883.021</u>	<u>17.903.544</u>	<u>544.761</u>
Provisão adicional (*)			<u>2.684</u>		-
Total			<u>885.705</u>		<u>544.761</u>

(*) Provisão referente a outros créditos, sem característica de concessão de crédito.

f. Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	2009	2008
Saldo inicial	<u>613.899</u>	<u>490.208</u>
Reforços/(reversões)	646.754	347.023
Compensação como perdas	(377.632)	(292.470)
Saldo final	<u>883.021</u>	<u>544.761</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

g. Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, sem características de concessão de crédito

	2009	2008
Saldo inicial	-	-
Reforços/(reversões)	<u>2.684</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>2.684</u>	<u>-</u>

h. Avaliação a valor de mercado

Foi procedida a avaliação a valor de mercado da carteira de financiamentos, conforme determina a Resolução nº 3.082/02 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A referida avaliação considera o respectivo “hedge” no mercado futuro de DI junto a BM&FBovespa, refletindo os efeitos da variação da taxa de juros na carteira de financiamentos, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas, em contrapartida aos ajustes ocorridos no referido mercado de derivativos, mensurado mensalmente. Em 30 de junho de 2009, a avaliação desses ativos gerou ajuste positivo, no montante de R\$ 518.361 registrado em Outros créditos - Diversos (2008 - ajuste negativo não realizado de R\$ 505.437, registrado em Outras obrigações - Diversas).

i. Informações complementares

	2009	2008
Montante de créditos renegociados no período	136.479	101.493
Montante recuperado no período dos créditos baixados como prejuízo (*)	50.818	76.591
Montante de créditos cedidos no período (**)	1.781.920	1.009.463

(*) Registrado na demonstração de resultado em “Receitas de operações de crédito”.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

(**) Foram efetuadas cessões da carteira de financiamentos da BV Financeira S.A. para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I e para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II. O valor da cessão dos créditos foi de R\$ 604.786 (2008 - R\$ 1.093.049).

No semestre findo em 30 de junho de 2009 foram realizadas cessões de créditos no montante de R\$ 2.075.006.

9 Outros créditos - Diversos

	2009	2008
Adiant. e antec. de salários/férias	4.958	3.630
Crédito tributário de impostos e contribuições	644.658	568.103
Devedores por depósitos em garantia	18.636	7.463
Impostos e contribuições a compensar	56.075	86.020
Opções por incentivos fiscais	11.880	11.880
Devedores diversos no País	65.786	68.716
Ajuste a valor de mercado - Operações de crédito	518.361	-
Outros	<u>72.005</u>	<u>7.599</u>
Total	<u>1.392.359</u>	<u>753.411</u>

10 Outros valores e bens - Despesas antecipadas

	2009	2008
Comissões por intermediação de operações	258.357	626.119
Seguro prestamista	3.949	12.451
Outras	<u>5.602</u>	<u>14.910</u>
Total	<u>267.908</u>	<u>653.480</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

11 Investimentos

	2009	2008
Investimentos por incentivos fiscais	2.125	2.124
Outros	<u>-</u>	<u>192</u>
Total	<u>2.125</u>	<u>2.316</u>

12 Imobilizado de uso

	Taxa anual de depreciação (por Grupo)	Custo residual 31/12/2008	2009		
			Movimentações	Depreciação	Saldo final
Imobilizado de uso		<u>30.475</u>	<u>(1.647)</u>	<u>(1.906)</u>	<u>26.922</u>
Sistemas de processamento de dados	20%	16.460	(476)	(1.643)	14.341
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.024	(112)	(119)	6.793
Instalações	10%	2.008	(210)	(103)	1.695
Sistemas de comunicação	10%	4.764	(815)	(35)	3.914
Sistemas de segurança	20%	43	4	(8)	39
Sistemas de transporte	20%	<u>176</u>	<u>(38)</u>	<u>2</u>	<u>140</u>
Total		<u>30.475</u>	<u>(1.647)</u>	<u>(1.906)</u>	<u>26.922</u>

	Taxa anual de depreciação (por Grupo)	Custo residual 31/12/2008	2008		
			Movimentações	Depreciação	Saldo final
Imobilizado de uso		<u>31.114</u>	<u>4.694</u>	<u>(4.104)</u>	<u>31.704</u>
Sistemas de processamento de dados	20%	17.710	3.247	(3.148)	17.809
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.706	1.193	(381)	6.518
Instalações	10%	2.368	-	(180)	2.188
Sistemas de comunicação	10%	5.036	253	(354)	4.935
Sistemas de segurança	20%	65	-	(12)	53
Sistemas de transporte	20%	<u>229</u>	<u>1</u>	<u>(29)</u>	<u>201</u>
Total		<u>31.114</u>	<u>4.694</u>	<u>(4.104)</u>	<u>31.704</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

13 Diferido

	2009			2008
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos em imóveis de terceiros	53.426	(39.545)	13.881	19.452
Desenvolvimento de sistemas	<u>3.540</u>	<u>(1.072)</u>	<u>2.468</u>	<u>3.278</u>
Total	<u>56.966</u>	<u>(40.617)</u>	<u>16.349</u>	<u>22.730</u>

14 Depósitos

a. Composição da carteira por modalidade e contraparte

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros		
De ligadas	<u>18.991.190</u>	<u>17.179.232</u>
Total	<u>18.991.190</u>	<u>17.179.232</u>

b. Composição da carteira por faixas de vencimento

	2009	2008
Até 90 dias	6.230.122	982.278
De 91 a 360 dias	8.112.727	14.665.107
De 1 a 3 anos	<u>4.648.341</u>	<u>1.531.847</u>
Total	<u>18.991.190</u>	<u>17.179.232</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

15 Outras obrigações - Sociais e estatutárias

	2009	2008
Dividendos/bonificação a pagar	-	25.055
Provisão para participação nos lucros	<u>96.603</u>	<u>71.186</u>
Total	<u>96.603</u>	<u>96.241</u>

16 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2009	2008
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	153.319	139.568
Impostos e contribuições a recolher	28.399	30.549
Outros impostos e contribuições (Obrigações legais - Processos judiciais)	445.778	251.963
Provisão para impostos e contribuições diferidos	207.344	238.457
Provisão para riscos fiscais	<u>517</u>	<u>492</u>
Total	<u>835.355</u>	<u>661.029</u>

17 Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

	2009	2008
Credores conta liquidação pendentes - Ligadas	<u>3.115</u>	-
Total	<u>3.115</u>	-

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

18 Outras obrigações - Diversas

	2009	2008
Provisão despesas de pessoal	21.596	17.015
Provisão para outras despesas administrativas	33.589	25.219
Provisão para passivos contingentes	69.449	39.595
Ajuste a valor de mercado - Operações de crédito	-	505.437
Valores a repassar - Cessão de crédito	109.848	-
Liquidação antecipada	24.226	-
Valores a pagar Soc. Ligadas	2.445	1.310
Operações de crédito a liberar	36.858	30.500
Credores diversos - Cartões de crédito	73.188	31.636
Acordos comerciais	14.442	-
Comissões a pagar	18.555	3.627
Outras	<u>126.703</u>	<u>97.061</u>
Total	<u>530.899</u>	<u>751.400</u>

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 126.361 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal. Os dividendos não distribuídos serão destinados à “Reserva para Expansão”.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Reserva de capital

Em 30 de junho de 2009, a reserva de capital está constituída, basicamente, por subvenções de incentivos fiscais. A reserva de capital poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

d. Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Instituição calculou em 2008 juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), vigente no exercício, no montante de R\$ 29.476, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de Lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 11.790, aproximadamente em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

e. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva de expansão

Constituída nos termos do estatuto social, baseando-se nos saldos após todas as destinações do lucro líquido não distribuído, permanecendo o saldo de reserva à disposição dos acionistas para deliberação futuro em Assembléia Geral.

Ajustes de exercícios anteriores

Ajustes de exercícios anteriores decorrentes de ajustes de imposto de renda e contribuição social sobre incentivos fiscais.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

20 Receitas de prestação de serviços

	2009	2008
Taxa de abertura de crédito (*)	-	120.054
Rendas de tarifas bancárias (*)	153.581	41.439
Corretagens de operações em bolsa	31	294
Rendas de liquidação antecipada	18.869	-
Outras	<u>11.143</u>	<u>87.166</u>
Total	<u>183.624</u>	<u>248.953</u>

(*) Conforme resolução do CMN nº 3.518/07 que disciplinou a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e Circular nº 3.371/07 que instituiu tabela padronizada de serviços prioritários e pacote básico padronizado de tarifas, a BV Financeira S.A. a partir de 30 de abril de 2008 deixou de cobrar taxa de abertura de crédito e passou a cobrar tarifas bancárias conforme regulamentação.

21 Despesas de pessoal

	2009	2008
Honorários	4.315	4.200
Benefícios	24.052	21.236
FGTS	6.851	4.978
INSS	19.451	15.327
Proventos	76.773	57.863
Treinamento	453	516
Outros	<u>3</u>	<u>-</u>
Total	<u>131.898</u>	<u>104.120</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

22 Outras despesas administrativas

	2009	2008
Aluguéis	7.949	7.046
Comunicações	30.926	27.309
Manutenção e conservação de bens	14.632	14.080
Processamento de dados	13.892	14.955
Promoções e relações públicas	4.746	8.761
Propaganda e publicidade	3.119	6.157
Publicações	170	133
Serviços do sistema financeiro	53.891	41.370
Serviços de terceiros	31.897	26.856
Serviços técnicos especializados	73.362	58.735
Amortização	6.132	4.435
Depreciação	3.200	4.104
Transportes	5.250	5.348
Viagens	12.492	13.098
Água, energia e gás	1.610	1.811
Emolumentos cartórios	36.721	23.934
Seguros	2.858	1.197
Despachante	6.609	3.593
Remoção e guincho	3.750	3.013
Outras	<u>31.371</u>	<u>29.995</u>
Total	<u>344.577</u>	<u>295.930</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

23 Outras receitas operacionais

	2009	2008
Custo efetivo total financiado (*)	389.061	113.534
Atualização monetária de ativos	476	731
Reversão de provisões operacionais	-	5.473
Ressarcimento de despesa de cobrança	7.261	-
Reembolso de metas de produção (**)	19.442	-
Outras	<u>23.240</u>	<u>39.717</u>
Total	<u>439.480</u>	<u>159.455</u>

(*) Em março de 2008 a Instituição implementou o Custo Efetivo Total, conforme disposto na Resolução CMN no. 3517/08, o qual corresponde todos os encargos e despesas com operações de crédito ofertadas para pessoas físicas, tais como comissões por intermediação de operações e seguro prestamista. Esses encargos e despesas são reembolsados pelos devedores de acordo com o vencimento das parcelas e são reconhecidos no resultado no momento da contratação da operação em "Outras receitas operacionais" em contrapartida de "Operações de crédito".

(**) Reembolso da empresa BV Leasing referente a custos relativos a utilização de estrutura administrativa e operacional da BV Financeira.

24 Outras despesas operacionais

	2009	2008
Atualização monetária de passivos	17.718	64
Comissões por intermediação de operações	680.018	496.527
Provisão para passivos contingentes	14.695	10
Descontos concedidos	149.594	99.136
Outras	<u>96.171</u>	<u>58.439</u>
Total	<u>958.196</u>	<u>654.176</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2009	
	Imposto de renda	Contribuição social
Valores correntes	(97.414)	(55.905)
IR e CSLL no País	(97.414)	(55.905)
Passivo fiscal diferido	(35.088)	(21.053)
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos - MTM positivo	(35.088)	(21.053)
Provisão	(132.502)	(76.958)
Ativo fiscal diferido	84.651	50.790
Constituição/(reversão) de créditos tributários de diferenças intertemporais	97.190	58.314
Constituição/(reversão) de créditos tributários - MTM negativo	(12.539)	(7.524)
Total das despesas	(47.851)	(26.168)
	2008	
	Imposto de renda	Contribuição social
Valores correntes	(99.153)	(40.415)
IR e CSLL no País	(99.153)	(40.415)
Passivo fiscal diferido	(107.565)	(74.492)
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos - MTM positivo	(107.565)	(74.492)
Provisão	(206.718)	(114.907)
Ativo fiscal diferido	115.017	126.620
Constituição/(reversão) de créditos tributários de diferenças intertemporais	36.897	68.171
Constituição/(reversão) de créditos tributários - MTM negativo	78.120	58.449
Total das despesas	(91.701)	11.713

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Conciliação dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2009	2008
Resultado antes dos tributos e participações	206.165	464.027
Despesa de imposto de renda	(47.851)	(91.701)
Encargo total do IR (aliquota de 25%)	(51.541)	(116.006)
Encargos sobre JCP	-	7.369
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(5.974)	(1.308)
Encargos sobre participações dos empregados nos lucros	9.653	17.824
Outros valores	11	12
Incentivos fiscais (PAT, cultura e outros)	-	408
Despesa de contribuição social	(26.168)	11.713
Encargo total da CSLL (aliquota de 9% - 2008) e (aliquota de 15% - 2009) ⁽¹⁾	(30.926)	(69.602)
Encargos sobre JCP	-	4.421
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(1.035)	(786)
Encargos sobre participações dos empregados nos lucros	5.793	10.694
Valores referentes ao diferencial de alíquota (artigo 17 da Lei nº 11.727/2008)	-	66.986

(1) De 01.01.2003 até 30.04.2008, a alíquota vigente da CSLL foi de 9%, conforme Lei nº 10.637/2002. A partir de maio/2008, a alíquota da CSLL foi majorada para 15%, conforme Lei nº 11.727/2008.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Créditos tributários ativados

	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Natureza e origem				
Total dos créditos tributários de IRPJ e CSLL ativados	<u>402.911</u>	<u>241.747</u>	<u>355.068</u>	<u>213.035</u>
Diferenças intertemporais	361.554	216.933	228.709	137.220
Ajustes negativos da marcação a mercado - Derivativos	41.357	24.814	126.359	75.815
Total dos créditos tributários ativados sobre tributos	<u>402.911</u>	<u>241.747</u>	<u>355.068</u>	<u>213.035</u>

d. Constituições e baixas no período

	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Constituições do período				
Total dos créditos tributários de IRPJ e CSLL constituídos	97.190	58.314	116.366	126.620
Sobre diferenças intertemporais	97.190	58.314	38.246	68.171
Total de créditos tributários constituídos	97.190	58.314	116.366	126.620
Baixas do período				
Total das baixas de créditos tributários de IRPJ e CSLL	(12.539)	(7.524)	(1.349)	-
De diferenças intertemporais	-	-	(1.349)	-
Sobre ajustes negativos da marcação a mercado	(12.539)	(7.524)	-	-
Total de créditos tributários baixados	(12.539)	(7.524)	(1.349)	-

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

e. Obrigações fiscais diferidas

	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Total das obrigações fiscais diferidas de IRPJ e CSLL	129.590	77.754	149.036	89.421
Decorrentes da marcação a mercado	129.590	77.754	149.036	89.421
Total das obrigações fiscais diferidas	<u>129.590</u>	<u>77.754</u>	<u>149.036</u>	<u>89.421</u>

f. Expectativa de realização

	2009	
	Valor nominal	Valor presente
Em 2009	124.741	119.516
Em 2010	267.416	231.523
Em 2011	208.153	160.146
Em 2012	14.439	9.786
Em 2013	1.686	1.006
Em 2014	28.179	14.825
Em 2015	4	2
Em 2016	<u>40</u>	<u>17</u>
Total de créditos tributários	<u>644.658</u>	<u>536.821</u>

Os valores retro indicados, quanto à expectativa de realização dos créditos tributários, respaldam-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2009.

g. Outras informações

Os créditos tributários foram constituídos nos termos da legislação em vigor, baseados em estudos comprobatórios da capacidade de realização e, entre outros fatores, as seguintes premissas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, após esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável;

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- Provisão para passivos contingentes: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões cíveis, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.
- Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068/01 e 3.082/02: referem-se as despesas a serem tributadas na sua realização, decorrentes da diferença entre valor de curva e valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Os valores apresentados na expectativa de realização do crédito tributário respaldam-se em estudo técnico atualizado em 30 de junho de 2009. Não existem créditos tributários não ativados.

As obrigações fiscais diferidas se referem as receitas a serem tributadas na sua realização, conforme determinação do art. 32 da Lei nº 11.051/04.

26 Partes relacionadas

Apresentamos abaixo as operações realizadas com empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim. As transações foram realizadas em condições usuais de mercado:

	2009	2008
Ativos		
Disponibilidades	2.526	286
Aplicações interfinanceiras de liquidez	931.110	723.025
Outros créditos	-	21.567
Passivos		
Depósitos	18.991.190	17.179.232
Outras obrigações	3.115	25.055
Receitas		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	53.204	37.042
Outras receitas operacionais	19.442	-
Despesas		
Operações de captação no mercado	(1.040.175)	(884.590)

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2009	2008
Outras despesas administrativas	12.884	-

27 Gerenciamento de riscos

A Administração do Grupo Votorantim Finanças estabeleceu rígidas políticas e procedimentos com a finalidade de implantar um sistema de gestão de riscos capaz de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios. O conceito de Gestão Integrada de Riscos possibilita a Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos pelas empresas que compõem o Grupo.

Instituiu-se o Comitê de Gestão de Riscos que se reúne periodicamente para avaliação dos riscos e definição de limites operacionais. Foram constituídas três comissões subordinadas ao Comitê, sendo uma direcionada para a gestão dos riscos financeiros (mercado e liquidez), outra para atuar como gestora do risco de crédito e uma terceira focada para a gestão do risco operacional.

O Grupo Votorantim Finanças efetua operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por uma comissão que mantém independência com relação à mesa de operações.

Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento de risco são: a) integridade na precificação de ativos e derivativos; b) avaliação do risco de mercado pela metodologia “Value at Risk” e pela simulação de cenários; c) acompanhamento de resultados diários com testes de aderência da metodologia (“back-test”).

A política de gerenciamento de riscos de mercado considera, ainda, a utilização de instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de posições, para atender demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

A comissão de gestão de risco operacional utiliza metodologia que proporciona a identificação, categorização dos eventos, avaliação dos riscos, controles e acompanhamento dos planos de ação bem como a captura de todos os eventos de perdas relacionados com o risco. A formação de uma base de dados de perda será utilizada no cálculo de alocação de capital para cobertura do risco operacional, previsto pelo acordo da Basiléia II.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A conjunção das ações de mapeamento e monitoramento dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e procedimentos adotados pelo Grupo, bem como a racionalização dos processos existentes.

O gerenciamento de risco de capital busca otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basiléia).

Maiores detalhes da estrutura de gerenciamento de Risco, vide site www.votorantimfinancas.com.br.

28 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a. Passivos contingentes

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em remota, possível e provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo o principal relacionado a ação civil pública referente à cobrança da taxa de retorno no montante de R\$ 12.745.

A utilização desse critério busca atender a Resolução nº 3.535/08 do CMN, que torna obrigatória a constituição de provisão pelo valor total das contingências classificadas na categoria provável, e a não provisão para aquelas classificadas como possíveis e remotas.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A posição dos passivos contingentes, segregada por natureza da causa e provisões constituídas, é a seguinte:

	Demandas fiscais		Demandas cíveis		Demandas trabalhistas	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Saldo inicial	504	478	20.652	26.649	34.101	18.341
Constituições/(reversões)	<u>13</u>	<u>14</u>	<u>4.560</u>	<u>(12.410)</u>	<u>10.135</u>	<u>7.015</u>
Saldo final	<u>517</u>	<u>492</u>	<u>25.212</u>	<u>14.239</u>	<u>44.236</u>	<u>25.356</u>

Os depósitos judiciais, classificados em Outros créditos- Diversos, são:

	2009	2008
Demandas fiscais	204	182
Demandas trabalhistas	6.000	2.445
Demandas cíveis	<u>12.432</u>	<u>4.836</u>
Total	<u>18.636</u>	<u>7.463</u>

b. Ativos contingentes

Não existe nenhum ativo contingente contabilizado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Obrigações legais

A Instituição pleiteia o não pagamento da COFINS com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela Lei nº 9.718/98).

	2009	2008
Saldo inicial	345.741	184.136
Constituições/(reversões)	82.321	57.653
Atualizações	<u>17.716</u>	<u>10.174</u>
Saldo final	<u>445.778</u>	<u>251.963</u>

d. Outros compromissos

Em 25 de julho de 2003, a Instituição protocolou junto à Secretaria da Receita Federal sua adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei nº 10.684/03, do Governo Federal. A adesão ao programa possibilitou o parcelamento do PIS, referente ao período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, o qual vinha sendo questionado judicialmente e registrado em provisão para riscos fiscais. Os montantes relativos ao PIS, inclusos no programa, foram parcelados em 120 meses, calculados com base na limitação de 1,5% da receita bruta de intermediação financeira, atualizados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e reclassificados para impostos e contribuições a recolher. Em 30 de junho de 2009, o saldo do programa é de R\$ 1.500 (2008 - R\$ 2.701). A Instituição está cumprindo com as condições do referido programa quanto à adimplência aos pagamentos parcelados, bem como quanto ao recolhimento dos demais impostos devidos mensalmente.

29 Outras informações

- Despesas tributárias se referem, substancialmente, à contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.
- Resultado não operacional refere-se, basicamente, ao resultado obtido na alienação de bens não de uso próprio.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

30 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	2009	2008
No início do período	<u>1.002.368</u>	<u>669.287</u>
Disponibilidades	38.971	37.220
Aplicações interfinanceiras de liquidez	963.397	632.067
No final do período	<u>971.056</u>	<u>770.821</u>
Disponibilidades	39.946	47.796
Aplicações interfinanceiras de liquidez	931.110	723.025
Total	(31.312)	101.534

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e
Investimento**

Demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2008 e 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações contábeis

em 30 de junho de 2008 e 2007

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9 - 37

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Administradores e Acionistas da
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP


1. Examinamos os balanços patrimoniais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, levantados em 30 de junho de 2008 e 2007 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2008 e 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07.



4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 29d, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para serem integralmente aplicadas pelas instituições por eles reguladas. Dessa forma, nessa fase de transição, o Banco Central do Brasil, por meio do Comunicado nº 16.669, de 20 de março de 2008, permitiu a não-aplicação das disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação, em 2008, das demonstrações contábeis intermediárias. Assim, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 foram elaboradas de acordo com instruções específicas do Banco Central do Brasil e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

15 de agosto de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

Ativo	2008	2007	Passivo	2008	2007
Circulante	10.291.738	8.210.659	Circulante	17.156.949	13.639.322
Disponibilidades	47.796	22.153	Depósitos	15.647.385	13.193.859
Aplicações interfinanceiras de liquidez	723.025	586.711	Depósitos interfinanceiros	15.647.385	13.193.859
Aplicações no mercado aberto	723.025	560.707	Relações interdependências	894	1.114
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	26.004	Transferências internas de recursos	894	1.114
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	246.805	120.119	Instrumentos financeiros derivativos	-	22
Carteira própria	245.679	118.870	Instrumentos financeiros derivativos	-	22
Instrumentos financeiros derivativos	-	646	Outras obrigações	1.508.670	444.327
Vinculados à prestação de garantias	1.126	603	Sociais e estatutárias	96.241	64.300
Operações de crédito	8.406.131	6.659.357	Fiscais e previdenciárias	661.029	249.762
Empréstimos - setor privado	1.129.789	903.631	Negociação e intermediação de valores	-	14.580
Financiamentos - setor privado	7.654.780	6.048.546	Diversas	751.400	115.685
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(378.438)	(292.820)	Exigível a longo prazo	1.531.847	44.080
Outros créditos	502.192	397.867	Depósitos	1.531.847	-
Negociação e intermediação de valores	21.567	12.362	Depósitos interfinanceiros	1.531.847	-
Diversos	480.625	385.505	Outras obrigações	-	44.080
Outros valores e bens	365.789	424.452	Fiscais e previdenciárias	-	44.080
Bens não de uso próprio	47.269	33.221	Patrimônio líquido	1.220.090	787.390
Despesas antecipadas	318.520	391.231	Capital social:		
Realizável a longo prazo	9.560.398	6.204.473	De domiciliados no país	342.000	342.000
Operações de crédito	8.952.652	5.833.753	Reserva de capital	12.054	12.054
Empréstimos - setor privado	1.055.570	840.394	Reservas de lucros	595.246	300.879
Financiamentos - setor privado	8.063.405	5.102.376	Lucros Acumulados	270.790	132.457
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(166.323)	(109.017)			
Outros créditos	272.786	127.587			
Diversos	272.786	127.587			
Outros valores e bens	334.960	243.133			
Despesas antecipadas	334.960	243.133			
Permanente	56.750	55.660			
Investimentos	2.316	2.124			
Outros investimentos	2.316	2.124			
Imobilizado de uso	31.704	30.714			
Outras imobilizações de uso	61.618	52.663			
Depreciação acumulada	(29.914)	(21.949)			
Diferido	22.730	22.822			
Gastos de organização e expansão	51.811	42.939			
Amortização acumulada	(29.081)	(20.117)			
Total de Ativo	19.908.886	14.470.792	Total de Passivo	19.908.886	14.470.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receitas da intermediação financeira	<u>2.455.726</u>	<u>1.715.049</u>
Operações de crédito	2.049.862	1.760.104
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	50.911	45.988
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	354.953	(91.043)
Despesas da intermediação financeira	<u>(1.231.613)</u>	<u>(925.333)</u>
Operações de captação no mercado	(884.590)	(692.970)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(347.023)	(232.363)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>1.224.113</u>	<u>789.716</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais	<u>(739.055)</u>	<u>(499.244)</u>
Receitas de prestação de serviços	248.953	231.806
Despesas de pessoal	(104.120)	(74.556)
Outras despesas administrativas	(295.930)	(227.005)
Despesas tributárias	(93.237)	(73.346)
Outras receitas operacionais	159.455	4.180
Outras despesas operacionais	(654.176)	(360.323)
Resultado operacional	<u>485.058</u>	<u>290.472</u>
Resultado não operacional	<u>(21.032)</u>	<u>(12.353)</u>
Resultado antes da tributação e participações no lucro	<u>464.026</u>	<u>278.119</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(79.990)</u>	<u>(73.869)</u>
Provisão para imposto de renda	(206.719)	(61.469)
Provisão para contribuição social	(114.907)	(22.317)
Ativo fiscal diferido	241.636	9.917
Participações no lucro	<u>(71.297)</u>	<u>(64.822)</u>
Lucro líquido	<u>312.739</u>	<u>139.428</u>
Lucro líquido por ação	<u>2.474,96</u>	<u>1.103,41</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Para expansão	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006	342.000	2.669	40.347	253.561	-	638.577
Incentivos fiscais	-	9.385	-	-	-	9.385
Lucro líquido	-	-	-	-	139.428	139.428
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	6.971	-	(6.971)	-
Saldos em 30 de junho de 2007	<u>342.000</u>	<u>12.054</u>	<u>47.318</u>	<u>253.561</u>	<u>132.457</u>	<u>787.390</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2007	342.000	12.054	55.927	549.582	-	959.563
Reserva para expansão	-	-	-	(22.736)	22.736	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(22.736)	(22.736)
Lucro líquido	-	-	-	-	312.739	312.739
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	12.473	-	(12.473)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(29.476)	(29.476)
Saldos em 30 de junho de 2008	<u>342.000</u>	<u>12.054</u>	<u>68.400</u>	<u>526.846</u>	<u>270.790</u>	<u>1.220.090</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

	2008	2007
Origens dos recursos	2.746.997	2.686.082
Lucro líquido	312.739	139.428
Ajustes ao lucro líquido	8.539	7.333
Depreciação e amortização	8.539	7.333
Ajustes de exercícios anteriores	(22.736)	-
Constituição de reservas	-	9.385
Reserva de capital	-	9.385
Recursos de terceiros originários de:	2.448.455	2.529.936
Aumento dos subgrupos do passivo	2.334.010	2.505.538
Depósitos	1.772.233	2.505.365
Relações interdependências	-	173
Outras obrigações	561.777	-
Diminuição dos subgrupos do ativo	114.445	24.398
Outros valores e bens	114.445	-
Outros créditos	-	24.398
Aplicações dos recursos	2.736.421	2.689.370
Juros sobre o capital próprio	29.476	-
Inversões em:	8.264	12.801
Investimentos	191	-
Imobilizado de uso	4.762	6.415
Diferido	3.311	6.386
Aumento dos subgrupos do ativo	2.698.553	2.664.906
Aplicações interfinanceiras de liquidez	90.958	224.230
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	93.249	18.509
Operações de crédito	2.251.693	2.255.872
Outros créditos	262.653	-
Outros valores e bens	-	166.295
Diminuição dos subgrupos do passivo	128	11.663
Instrumentos financeiros derivativos	-	420
Relações interdependências	128	-
Outras obrigações	-	11.243
Aumento/(Redução) das disponibilidades	10.576	(3.288)
Modificação na posição financeira		
Disponibilidades		
No início do semestre	37.220	25.441
No fim do semestre	47.796	22.153
Aumento/(Redução) das disponibilidades	10.576	(3.288)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento têm por objetivo social, principalmente, a realização de operações de financiamento de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e certas operações têm a co-participação ou intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, anteriores à promulgação da Lei 11.638/07 (Vide nota explicativa 29d), associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN).

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- i.** Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii.** Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- iii.** Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de avaliação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez para se determinar de forma mais adequada e justa o valor de mercado.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para negociação” são apresentados no Balanço como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimentos dos respectivos títulos.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais e consagradas. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. “Hedge” de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período.
- ii. “Hedge” de Fluxo de Caixa - os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes a valor de mercado registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

Para os instrumentos financeiros negociados em associação com operações de captação, tanto o instrumento financeiro como o passivo estão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo ajustados pelo valor de mercado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo BACEN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela regulamentação vigente.

As operações de crédito que são objetos de “hedge” de instrumentos financeiros derivativos, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros Créditos - Diversos, e quando negativos, em Outras Obrigações - Diversas, em contrapartida de receitas de operações de crédito.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

f. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. Dessa forma, baseados nos princípios contábeis adotados no Brasil, são registrados nas despesas antecipadas os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados, e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos da Instituição ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

h. Ativo permanente

- i. Outros investimentos são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.
- ii. O Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, sistema de comunicação/segurança/transporte - 10%, sistemas de processamento de dados - 20%.
- iii. O Ativo Diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, aplicável ao lucro tributável. A contribuição social foi apurada com base na alíquota de 9% até 30 de abril de 2008, e a partir de 1º de maio de 2008, à alíquota de 15%, conforme Lei nº 11.707/08, sobre o lucro tributável.

O crédito tributário de imposto de renda e de contribuição social é constituído de acordo com estudo de capacidade de realização preparado pela Administração.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº. 3.535/2008 do BACEN, que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon.

- i.*** Ativos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
- ii.*** Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
- iii.*** Obrigações legais - Fiscais e Previdenciárias - são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

k. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base “pro rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base “pro rata” dia).

Os ativos e passivos de prazo indeterminado, para efeito de segregação no balanço patrimonial, classificam-se as operações ativas no realizável a longo prazo e as operações passivas no passivo circulante.

4 Disponibilidades

	2008	2007
Depósitos bancários - Ligadas	286	1.853
Depósitos bancários - Não Ligadas	47.254	20.177
Disponibilidades em moeda estrangeira	140	23
Outras	116	100
Total	47.796	22.153

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição da carteira por modalidade

	2008	2007
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	723.025	560.707
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	26.004
Total	723.025	586.711

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por emissor

	2008	2007
Títulos privados - ligadas		
Préfixado	-	26.004
Pós-fixado	723.025	560.707
Total	723.025	586.711

c. Composição da carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento

	2008	2007
Até 90 dias	61.646	586.711
De 91 a 360 dias	661.379	-
Total	723.025	586.711

6 Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira por categoria

	2008			2007		
	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho/ (Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho/ (Perda) não realizado
Títulos para negociação						
No País						
Letras Financeiras do Tesouro	1.275	1.276	1	603	603	-
Cotas de Fundos de Invest. Dir. Créd.	245.529	245.529	-	118.870	118.870	-
Total	246.804	246.805	1	119.473	119.473	-

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por categoria e faixas de vencimento

Na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente da sua classificação contábil.

Títulos para negociação

	2008	2007
Sem vencimento	245.529	118.870
De 91 a 360 dias	-	57
De 1 a 3 anos	1.276	546
Total	246.805	119.473

c. Composição da carteira por emissor

	2008	2007
Títulos públicos		
Pós-fixado	1.276	603
Títulos privados - não ligadas		
Pré-fixado	245.529	118.870
Total	246.805	119.473

7 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição dos contratos de swap por indexador

	2008			2007		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	-	-	-			
Prefixado	-	-	-	4.363	7.617	7.651

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2008			2007		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição passiva	-	-	-			
DI	-	-	-	(4.363)	(7.027)	(7.027)
Total	-	-	-	-	590	624

b. Composição dos contratos de Futuros por indexador

	2008	2007
	Valor de referência (mercado)	Valor de referência (mercado)
Compromissos de venda	19.486.230	14.608.113
DI	19.486.230	14.608.113

8 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade

	2008	2007
Empréstimos e Financiamentos		
Cartões de crédito	11.130	17
Crédito pessoal	2.174.229	1.744.007
Crédito Direto ao Consumidor	15.718.185	11.150.923
Total das operações de crédito	17.903.544	12.894.947

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição das operações por faixas de vencimento

	2008	2007
Parcelas vencidas		
A partir de 15 dias	310.484	245.277
Parcelas a vencer		
Até 90 dias	2.501.392	2.026.704
De 91 a 360 dias	5.972.693	4.680.196
De 1 a 3 anos	7.827.451	5.392.156
De 3 a 5 anos	1.265.162	528.201
Acima de 5 anos	26.362	22.413
Total	<u>17.903.544</u>	<u>12.894.947</u>

c. Concentração das operações

	2008	2007
Dez maiores devedores	6.341	4.024
Cinquenta maiores devedores	17.417	14.158
Cem maiores devedores	26.026	21.472
Demais clientes	<u>17.853.760</u>	<u>12.855.293</u>
Total	<u>17.903.544</u>	<u>12.894.947</u>

d. Composição das operações por setor de atividade econômica

	2008	2007
Pessoas jurídicas		
Setor Privado		
Comércio	758.353	741.498
Indústria	80.876	-
Serviços	13.978	-
Pessoas físicas	<u>17.050.337</u>	<u>12.153.449</u>
Total	<u>17.903.544</u>	<u>12.894.947</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

e. Composição das operações nos correspondentes níveis de risco

Nível de risco	2008			2007		
	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
AA	1.030.703	-	1.030.703	762.812	-	762.812
A	14.895.913	-	14.895.913	10.524.031	-	10.524.031
B	78.822	679.180	758.002	45.971	552.115	598.086
C	44.675	410.405	455.080	13.215	405.118	418.333
D	18.538	177.415	195.953	12.359	151.850	164.209
E	7.718	100.993	108.711	2.586	86.932	89.518
F	5.171	80.053	85.224	1.159	69.755	70.914
G	3.885	61.863	65.748	779	49.527	50.306
H	21.701	286.509	308.210	4.923	211.815	216.738
Total	16.107.126	1.796.418	17.903.544	11.367.835	1.527.112	12.894.947

f. Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	Provisão %	2008	2007
A	0,5	74.480	52.620
B	1,0	7.580	5.981
C	3,0	13.651	12.550
D	10,0	19.590	16.421
E	30,0	32.613	26.855
F	50,0	42.612	35.457
G	70,0	46.025	35.215
H	100,0	308.210	216.738
Total		544.761	401.837
Percentual sobre a carteira		3,04%	3,12%

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2008	2007
Saldo inicial	490.208	353.963
Constituições/ (reversões)	347.023	232.363
Baixas para prejuízo	(292.470)	(184.489)
Saldo final	<u>544.761</u>	<u>401.837</u>

h. Avaliação a valor de mercado

Foi procedida a avaliação a valor de mercado da carteira de financiamentos, conforme determina a Resolução nº3.082/02 do BACEN. A referida avaliação considera o respectivo “hedge” no mercado futuro de DI junto a BM&F, refletindo os efeitos da variação da taxa de juros na carteira de financiamentos, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas, em contrapartida aos ajustes ocorridos no referido mercado de derivativos, mensurado mensalmente. Em 30 de junho de 2008, a avaliação desses ativos gerou ajuste negativo não realizado, no montante de R\$ 505.437 (2007 - ajuste positivo - R\$162.822), registrado em Outras obrigações – Diversas.

i. Informações complementares

	2008	2007
Montante de créditos renegociados no período	101.493	98.555
Montante recuperado no período dos créditos baixados como prejuízo (*)	76.591	45.723
Montante de créditos cedidos no período (**)	1.009.463	736.969

(*) Registrado na demonstração de resultado em “Receitas de operações de crédito”.

(**) Foram efetuadas cessões da carteira de financiamentos da controlada BV Financeira S.A. para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I e para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II. O valor da cessão dos créditos foi de R\$ 1.093.049 (2007 - R\$ 816.389).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

9 Outros créditos - Diversos

	2008	2007
Adiant. e Antec. de salários/férias	3.630	2.784
Crédito tributário de impostos e contribuições	568.102	269.294
Devedores por depósitos em garantia	7.463	3.942
Impostos e contribuições a compensar	86.020	53.076
Opções por incentivos fiscais	11.880	11.880
Ajuste a valor de mercado - operações de crédito	-	162.822
Devedores diversos no país	68.716	-
Outros	7.600	9.294
Total	753.411	513.092

10 Outros valores e bens - Despesas antecipadas

	2008	2007
Comissões por intermediação de operações	626.119	593.642
Seguro prestamista	12.451	29.531
Outras	14.910	11.191
Total	653.480	634.364

11 Investimentos

	2008	2007
Investimentos por incentivos fiscais	2.124	2.124
Outros	192	-
Total	2.316	2.124

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

12 Imobilizado de uso

	2008			2007
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	3.600	(1.412)	2.188	2.231
Móveis e equipamentos de uso	9.490	(2.972)	6.518	5.735
Sistema de comunicação	7.659	(2.724)	4.935	5.433
Sistema de processamento de dados	40.228	(22.419)	17.809	17.215
Sistema de segurança	323	(270)	53	77
Sistema de transporte	318	(117)	201	23
Total	61.618	(29.914)	31.704	30.714

13 Diferido

	2008			2007
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos em imóveis de terceiros	48.533	(29.081)	19.452	21.170
Desenvolvimento de sistemas	3.278	-	3.278	1.652
Total	51.811	(29.081)	22.730	22.822

14 Depósitos

a. Composição da carteira por modalidade e contraparte

	2008	2007
Depósitos interfinanceiros		
De ligadas	17.179.232	13.193.859
Total	17.179.232	13.193.859

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por faixas de vencimento

	2008	2007
Até 90 dias	982.278	13.184.653
De 91 a 360 dias	14.665.107	-
De 1 a 3 anos	1.531.847	9.206
Total	<u>17.179.232</u>	<u>13.193.859</u>

15 Outras obrigações - Sociais e estatutárias

	2008	2007
Dividendos / bonificação a pagar	25.055	-
Provisão para participação nos lucros	71.186	64.300
Total	<u>96.241</u>	<u>64.300</u>

16 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2008	2007
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	139.570	87.764
Impostos e contribuições a recolher	30.547	20.311
Outros impostos e contribuições (obrigações legais - processos judiciais)	251.963	129.913
Provisão para impostos e contribuições diferidos	238.457	55.386
Provisão para riscos fiscais	492	468
Total	<u>661.029</u>	<u>293.842</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

17 Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

	2008	2007
Credores conta liquidação pendentes- ligadas	-	2.898
Outras	-	11.682
Total	-	14.580

18 Outras obrigações - Diversas

	2008	2007
Provisão despesas de pessoal	17.015	13.252
Provisão para outras despesas administrativas	25.219	9.952
Provisão para passivos contingentes	39.594	40.564
Ajuste a valor de mercado - operações de crédito	505.437	-
Valores a pagar Soc. Ligadas	1.310	128
Credores diversos – Cartões de crédito	31.636	-
Outras	131.189	51.789
Total	751.400	115.685

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 126.361 ações ordinárias, sem valor nominal.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal. Os dividendos não distribuídos serão destinados à “Reserva para Expansão”.

c. Reserva de capital

Em 30 de junho de 2008, a reserva de capital está constituída, basicamente, por subvenções de incentivos fiscais. A reserva de capital poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

d. Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Instituição calculou em 2008 juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), vigente no semestre, no montante de R\$ 29.476, os quais foram contabilizado em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do semestre e estão sendo apresentados na conta de Lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do semestre foram reduzidos em R\$ 11.790, aproximadamente em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

e. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Reserva de Expansão

Na Assembléia Geral que aprovar as contas do exercício de 2008 será submetido orçamento de capital que justificará a destinação do lucro não distribuído para “Reserva de Expansão”.

f. Ajustes de exercícios anteriores

Ajustes de exercícios anteriores decorrentes da provisão de tarifa de liquidação antecipada dos contratos de concessão de crédito.

20 Receitas de prestação de serviços

	2008	2007
Taxa de abertura de crédito	120.054	155.219
Rendas de tarifas bancárias	41.439	-
Corretagens Op. em bolsa	294	-
Outras	<u>87.166</u>	<u>76.587</u>
Total	<u>248.953</u>	<u>231.806</u>

21 Despesas de pessoal

	2008	2007
Honorários	4.200	3.797
Benefícios	21.236	16.166
Encargos sociais	20.305	14.393
Proventos	57.863	39.369
Treinamento	<u>516</u>	<u>831</u>
Total	<u>104.120</u>	<u>74.556</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

22 Outras despesas administrativas

	2008	2007
Aluguéis	7.046	6.594
Comunicações	27.309	17.579
Manutenção e Conserv. de bens	14.080	10.620
Processamento de dados	14.955	13.227
Promoções e relações públicas	8.761	19.108
Propaganda e publicidade	6.157	2.531
Publicações	133	104
Serviços do sistema financeiro	41.370	21.078
Serviços de terceiros	26.856	17.088
Serviços técnicos especializados	58.735	50.397
Amortização	4.435	3.969
Depreciação	4.104	3.364
Transportes	5.348	4.318
Viagens	13.098	9.835
Outras	63.543	47.193
Total	295.930	227.005

23 Outras receitas operacionais

	2008	2007
Recuperação de encargos e despesas	113.534	3.507
Atualização monetária de ativos	731	104
Reversão de provisões operacionais	5.473	-
Outras	39.717	569
Total	159.455	4.180

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

24 Outras despesas operacionais

	2008	2007
Atualização monetária de passivos	64	-
Comissões por intermediação de operações	496.527	309.991
Provisão para passivos contingentes	10	16.074
Descontos concedidos	99.136	-
Outras	58.439	34.258
Total	654.176	360.323

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Encargos devidos sobre as operações

	2008	2007
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social das participações	464.026	278.119
Encargos à alíquota nominal vigente	(185.610)	(94.560)
Exclusões/ (adições)	46.040	6.796
Participações no lucro	28.519	22.039
Juros sobre o capital próprio	11.790	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(104.527)	(4.863)
Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	(136.568)	(3.700)
Derivativos - Lei nº. 11.051	182.056	131
Provisão para passivos contingentes	(541)	(5.463)
Ajustes diferencial de alíquota Contribuição social / outros	65.311	(1.348)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(139.570)	(87.764)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(182.056)	3.978
Imposto de renda e contribuição social total	(321.626)	(83.786)

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre o resultado

	2008	2007
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Adições/ (exclusões)		
Ajuste a mercado - Circulares n°s 3.068 e 3.082	-	3.700
Derivativos - Lei n°. 11.051	(182.056)	-
Outros	-	278
Total	<u>(182.056)</u>	<u>3.978</u>
Crédito tributário	2008	2007
Adições/(exclusões)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	104.527	4.863
Derivativos - Lei n°. 11.051	-	(131)
Ajuste a mercado - Circulares n°s 3.068 e 3.082	136.568	-
Provisão para passivos contingentes	541	5.463
Outros	-	(278)
Total	<u>241.636</u>	<u>9.917</u>

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre contas patrimoniais

Ativo (Outros créditos - Diversos)	2008	2007
Saldo inicial	326.466	259.099
Provisão para passivos contingentes	541	5.463
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	104.527	4.863
Ajuste a mercado - Circulares n°s 3.068 e 3.082	136.568	-
Derivativos - Lei n°. 11.051	-	(131)
Saldo final	<u>568.102</u>	<u>269.294</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Passivo (Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias)	2008	2007
Saldo inicial	56.401	59.086
Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	-	(3.700)
Derivativos - Lei nº. 11.051	182.056	-
Saldo final	238.457	55.386

d. Composição do crédito tributário e sua expectativa de realização

Composição	2008	2007
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	350.080	177.922
Derivativos - Lei nº. 11.051	-	77.570
Provisão para passivos contingentes	15.847	13.802
Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	202.175	-
Total	568.102	269.294
Expectativa de realização		2008
Em 2008		99.155
Em 2009		208.039
Em 2010		260.908
Total		568.102

e. Outras informações

Os créditos tributários foram constituídos nos termos da legislação em vigor, baseados em estudos comprobatórios da capacidade de realização e, entre outros fatores, as seguintes premissas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº. 9.430/96, após esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável;

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- Provisão para passivos contingentes: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões cíveis, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.
- Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082: referem-se as despesas a serem tributadas na sua realização, decorrentes da diferença entre valor de curva e valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Os valores apresentados na expectativa de realização do crédito tributário respaldam-se em estudo técnico atualizado em 30 de junho de 2008. Não existem créditos tributários não ativados.

As obrigações fiscais diferidas se referem as receitas a serem tributadas na sua realização, conforme determinação do art. 32 da Lei nº. 11.051/04.

26 Partes relacionadas

Apresentamos abaixo as operações realizadas com empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim. As transações foram realizadas em condições usuais de mercado e ausência de risco:

	2008	2007
Ativos		
Disponibilidades	286	1.853
Aplicações interfinanceiras de liquidez	723.025	586.711
Instrumentos financeiros derivativos	-	646
Outros créditos	21.567	-
Passivos		
Depósitos	17.179.232	13.193.859
Instrumentos financeiros derivativos	-	22
Outras obrigações	25.055	3.048
Receitas		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	37.042	24.685
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	41
Despesas		
Operações de captação no mercado	(884.590)	(692.970)

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

27 Gerenciamento de riscos

A Administração do Grupo Votorantim Finanças estabeleceu rígidas políticas e procedimentos com a finalidade de implantar um sistema de gestão de riscos capaz de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios. O conceito de Gestão Integrada de Riscos possibilita a Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos pelas empresas que compõem o Grupo.

Instituiu-se o Comitê de Gestão de Riscos que se reúne periodicamente para avaliação dos riscos e definição de limites operacionais. Foram constituídas três comissões subordinadas ao Comitê sendo uma direcionada para a gestão dos riscos financeiros (mercado e liquidez), outra para atuar como gestora do risco de crédito e uma terceira focada para a gestão do risco operacional.

O Grupo Votorantim Finanças efetua operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por uma comissão que mantém independência com relação à mesa de operações.

Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento de risco são: a) integridade na precificação de ativos e derivativos; b) avaliação do risco de mercado pela metodologia “Value at Risk” e pela simulação de cenários; c) acompanhamento de resultados diários com testes de aderência da metodologia (“back-test”).

A política de gerenciamento de riscos de mercado considera, ainda, a utilização de instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de posições, para atender demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

A comissão de gestão de risco operacional utiliza metodologia que proporciona a identificação, categorização dos eventos, avaliação dos riscos, controles e acompanhamento dos planos de ação bem como a captura de todos os eventos de perdas relacionados com o risco. A formação de uma base de dados de perda será utilizada no cálculo de alocação de capital para cobertura do risco operacional, previsto pelo acordo da Basileia II.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A conjunção das ações de mapeamento e monitoramento dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e procedimentos adotados pelo Grupo, bem como a racionalização dos processos existentes.

O gerenciamento de risco de capital busca otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

Maiores detalhes da estrutura de Risco, vide site www.votorantimfinancas.com.br.

28 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a. Passivos contingentes

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em remota, possível e provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

A utilização desse critério busca atender a Resolução nº 3.535/08 do BACEN, que torna obrigatória a constituição de provisão pelo valor total das contingências classificadas na categoria provável, e a não provisão para aquelas classificadas como possíveis e remotas.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A posição dos passivos contingentes, segregada por natureza da causa e provisões constituídas, é a seguinte:

	Demandas fiscais		Demandas cíveis		Demandas trabalhistas	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Saldo inicial	478	457	26.649	16.357	18.341	8.142
Constituições/ (reversões)	14	11	(12.410)	8.247	7.015	7.818
Atualizações	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo final	<u>492</u>	<u>468</u>	<u>14.239</u>	<u>24.604</u>	<u>25.356</u>	<u>15.960</u>

Os depósitos judiciais, classificados em Outros créditos- diversos, são:

	2008	2007
Demandas tributárias	182	164
Demandas cíveis	4.836	2.441
Demandas trabalhistas	<u>2.445</u>	<u>1.337</u>
Total	<u>7.463</u>	<u>3.942</u>

b. Ativos contingentes

Não existe nenhum ativo contingente contabilizado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Obrigações legais

A Instituição pleiteia o não pagamento da COFINS com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela Lei nº 9.718/98).

	2008	2007
Saldo inicial	184.136	85.145
Constituições/ (reversões)	57.653	39.611
Atualizações	10.174	5.157
Saldo final	251.963	129.913

d. Outros compromissos

Em 25 de julho de 2003, o Banco protocolou junto à Secretaria da Receita Federal sua adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei nº. 10.684/03, do Governo Federal. A adesão ao programa possibilitou o parcelamento do PIS, referente ao período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, o qual vinha sendo questionado judicialmente e registrado em provisão para riscos fiscais. Os montantes relativos ao PIS, inclusos no programa, foram parcelados em 120 meses, calculados com base na limitação de 1,5% da receita bruta de intermediação financeira, atualizados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e reclassificados para impostos e contribuições a recolher. Em 30 de junho de 2008, o saldo do programa é de R\$ 2.701 (2007 - R\$ 3.048). A Instituição está cumprindo com as condições do referido programa quanto à adimplência aos pagamentos parcelados, bem como quanto ao recolhimento dos demais impostos devidos mensalmente.

29 Outras informações

- a. Despesas tributárias se referem, substancialmente, à contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- b. Resultado não operacional refere-se, basicamente, ao resultado obtido na alienação de bens não de uso próprio.
- c. Por intermédio da Medida Provisória 413/2008, publicada no Diário Oficial da União em edição de 03 de janeiro de 2008, o Governo Federal majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 9% para 15%. Esta Lei produziu efeitos sobre os resultados auferidos a partir de 01 de maio de 2008.
- d. Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para que sejam integralmente aplicadas pelas companhias. Na nova lei, as principais mudanças para a Instituição referem-se à: substituição da demonstração das origens e aplicações dos recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, análise periódica de recuperação dos ativos permanentes, bem como, criação do subgrupo “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Em comunicado expedido pelo BACEN sobre os procedimentos para a adequação das normas contábeis, foi determinado o desenvolvimento de ação específica, a ser concluídas até 31 de dezembro de 2008, com o objetivo de promover a adequação da regulamentação aplicável às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN às novas diretrizes contábeis definidas pela Lei nº 11.638. O BACEN, ao longo de exercício de 2008, editará normativos com os procedimentos a serem adotados para a elaboração e publicação das demonstrações contábeis alinhadas à nova legislação, as demonstrações contábeis relativas à data-base de 31 de dezembro de 2008 deverão refletir a adoção das novas práticas contábeis.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e
Investimento**

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008 e 2007

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8 - 38

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Administradores e Acionistas da
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP


Examinamos os balanços patrimoniais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

19 de fevereiro de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

Ativo	2008	2007	Passivo	2008	2007
Circulante	10.759.022	9.146.047	Circulante	19.109.008	16.135.818
Disponibilidades	38.971	37.220	Depósitos	17.681.465	15.406.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	963.397	632.067	Depósitos interfinanceiros	17.681.465	15.406.999
Aplicações no mercado aberto	963.397	632.067	Relações interdependências	1.128	1.022
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	286.882	153.556	Transferências internas de recursos	1.128	1.022
Carteira própria	285.488	152.701	Outras obrigações	1.426.415	727.797
Vinculados à prestação de garantias	1.394	855	Sociais e estatutárias	755.073	70.773
Operações de crédito	8.392.909	7.570.624	Fiscais e previdenciárias	328.658	274.242
Empréstimos - Setor privado	887.751	1.053.354	Negociação e intermediação de valores	36.256	10.267
Financiamentos - Setor privado	7.921.980	6.892.786	Diversas	306.428	372.515
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(416.822)	(375.516)	Exigível a longo prazo	437.647	219.096
Outras créditos	968.736	274.308	Outras obrigações	437.647	219.096
Diversos	968.736	274.308	Fiscais e previdenciárias	437.647	219.096
Outros valores e bens	108.127	478.272	Patrimônio líquido	663.240	959.563
Bens não de uso próprio	50.205	34.610	Capital social:		
Despesas antecipadas	57.922	443.662	De domiciliados no País	342.000	342.000
Realizável a longo prazo	9.398.648	8.111.405	Reserva de capital	12.054	12.054
Operações de crédito	8.772.265	7.536.466	Reservas de lucros	309.186	605.509
Empréstimos - Setor privado	934.207	975.563			
Financiamentos - Setor privado	8.035.135	6.675.595			
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(197.077)	(114.692)			
Outros créditos	290.666	238.017			
Diversos	290.666	238.017			
Outros valores e bens	335.717	336.922			
Despesas antecipadas	335.717	336.922			
Permanente	52.225	57.025			
Investimentos	2.263	2.125			
Outros investimentos	2.263	2.125			
Imobilizado de uso	30.475	31.114			
Outras imobilizações de uso	64.363	56.856			
Depreciação acumulada	(33.888)	(25.742)			
Diferido	19.487	23.786			
Gastos de organização e expansão	55.144	48.500			
Amortização acumulada	(35.657)	(24.714)			
Total do ativo	20.209.895	17.314.477	Total do passivo	20.209.895	17.314.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e semestre findo em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social)

	2º semestre	Exercícios	
	2008	2008	2007
Receitas da intermediação financeira	<u>2.792.657</u>	<u>5.248.383</u>	<u>3.966.978</u>
Operações de crédito	3.412.675	5.462.537	3.646.711
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	95.303	146.214	112.746
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(715.321)	(360.368)	207.521
Despesas da intermediação financeira	<u>(1.567.363)</u>	<u>(2.797.910)</u>	<u>(2.003.495)</u>
Operações de captação no mercado	(1.185.378)	(2.069.968)	(1.459.382)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(381.985)	(727.942)	(544.113)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>1.225.294</u>	<u>2.450.473</u>	<u>1.963.483</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais	<u>(914.370)</u>	<u>(1.654.491)</u>	<u>(1.326.144)</u>
Receitas de prestação de serviços	191.613	440.566	518.264
Despesas de pessoal	(119.982)	(224.102)	(170.247)
Outras despesas administrativas	(359.517)	(655.448)	(500.541)
Despesas tributárias	(114.042)	(208.042)	(163.910)
Outras receitas operacionais	366.673	526.128	13.329
Outras despesas operacionais	(879.115)	(1.533.593)	(1.023.039)
Resultado operacional	<u>310.924</u>	<u>795.982</u>	<u>637.339</u>
Resultado não operacional	<u>(35.634)</u>	<u>(56.666)</u>	<u>(28.853)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>275.290</u>	<u>739.316</u>	<u>608.486</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(76.928)</u>	<u>(156.918)</u>	<u>(160.388)</u>
Provisão para imposto de renda	(286.463)	(493.182)	(165.664)
Provisão para contribuição social	(172.190)	(287.097)	(62.091)
Ativo fiscal diferido	381.725	623.361	67.367
Participações no lucro	<u>(90.424)</u>	<u>(161.721)</u>	<u>(136.496)</u>
Lucro líquido	<u>107.938</u>	<u>420.677</u>	<u>311.602</u>
Lucro líquido por ação	<u>854,20</u>	<u>3.329,17</u>	<u>2.465,97</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e semestre findo em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Para expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2006	342.000	2.669	40.347	253.560	-	638.576
Incentivos fiscais	-	9.385	-	-	-	9.385
Lucro líquido	-	-	-	-	311.602	311.602
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	15.580	-	(15.580)	-
Reserva para expansão	-	-	-	296.022	(296.022)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	342.000	12.054	55.927	549.582	-	959.563
Ajustes em exercícios anteriores	-	-	-	-	(22.736)	(22.736)
Reversão de reserva	-	-	-	(308.796)	308.796	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(286.060)	(286.060)
Lucro líquido	-	-	-	-	420.677	420.677
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	12.473	-	(12.473)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(378.728)	(378.728)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(29.476)	(29.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>342.000</u>	<u>12.054</u>	<u>68.400</u>	<u>240.786</u>	<u>-</u>	<u>663.240</u>
Saldos em 30 de junho de 2008	342.000	12.054	68.400	526.846	270.790	1.220.090
Reversão de reserva	-	-	-	(286.060)	286.060	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(286.060)	(286.060)
Lucro líquido	-	-	-	-	107.938	107.938
Destinação do lucro líquido:						
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(378.728)	(378.728)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>342.000</u>	<u>12.054</u>	<u>68.400</u>	<u>240.786</u>	<u>-</u>	<u>663.240</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
e semestre findo em 31 de dezembro de 2008**

(Em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercícios	
	2008	2008	2007
Fluxos de caixa proveniente das operações			
Lucro Líquido	<u>107.938</u>	<u>420.677</u>	<u>311.602</u>
Ajustes ao lucro líquido	<u>(226.852)</u>	<u>(480.792)</u>	<u>(381.737)</u>
Depreciações e amortizações	10.551	19.090	15.724
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(381.985)	(727.942)	(544.113)
Provisão para passivos contingentes	108.948	171.394	117.799
Resultado não operacional	35.634	56.666	28.853
Variações patrimoniais			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativo	(40.077)	(133.326)	(51.946)
Relações interfinanceiras e interdependências	234	106	81
Operações de crédito	575.594	(1.330.142)	(4.325.738)
Outros créditos	(484.424)	(747.077)	37.526
Outros valores e bens	221.271	314.684	(342.758)
Outras obrigações	(418.344)	51.511	329.444
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(442)
Ajustes em exercícios anteriores	-	(22.736)	-
Caixa gerado/(utilizado) pelas operações	<u>(264.660)</u>	<u>(1.927.095)</u>	<u>(4.423.968)</u>
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Depósitos	<u>502.233</u>	<u>2.274.466</u>	<u>4.718.505</u>
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de financiamento	<u>502.233</u>	<u>2.274.466</u>	<u>4.718.505</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
Alienação de imobilizado de uso	1.444	1.355	5.486
Alienação de investimentos	490	490	-
Aquisição de imobilizado de uso	(3.525)	(8.130)	(16.096)
Aquisição de investimentos	(437)	(628)	-
Aplicações no diferido	(3.998)	(7.377)	(11.947)
Reserva para incentivos fiscais	-	-	9.385
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de investimentos	<u>(6.026)</u>	<u>(14.290)</u>	<u>(13.172)</u>
Variação liquidada de caixa e equivalentes de caixa	<u>231.547</u>	<u>333.081</u>	<u>281.365</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	770.821	669.287	387.922
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>1.002.368</u>	<u>1.002.368</u>	<u>669.287</u>
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>231.547</u>	<u>333.081</u>	<u>281.365</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de financiamento de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos e certas operações têm a co-participação ou intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Conforme fato relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, o Banco do Brasil S.A. e a Votorantim Finanças S.A., nesta data, firmaram instrumento particular de contrato de compra e venda e subscrição de ações entre si, por meio do qual o Banco do Brasil S.A. passará a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50,00% do capital social total do Banco Votorantim S.A.. A operação será realizada por meio da: (i) aquisição, pelo Banco do Brasil S.A. de 33.356.791.198 ações ordinárias de emissão do Banco Votorantim e de propriedade da Votorantim Finanças S.A. pelo preço de R\$ 3.000 milhões; (ii) subscrição, pelo Banco do Brasil S.A. de 7.412.620.277 novas ações preferenciais emitidas pelo Banco Votorantim S.A. pelo valor de

R\$ 1.200 milhões. A conclusão da operação está condicionada ao cumprimento de aspectos definidos no contrato e sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil e demais autoridades, fato que, uma vez ocorrido, será comunicado ao mercado.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas pela primeira vez no exercício de 2008 as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, a BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento levou em consideração a aplicação pela primeira vez no ano de 2008, das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória n.º 449/08, que foram regulamentadas pelo BACEN até o momento. São elas: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos; (c) tratamento do ativo imobilizado e (d) apresentação das demonstrações do fluxo de caixa ao invés da demonstração das origens e aplicações de recursos.

As mudanças da Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08 não trouxeram impactos nas demonstrações contábeis da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

Conforme determinado pela Resolução CMN n.º 3.604/08, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 estão sendo apresentadas as demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Técnico 03 (CPC 03).

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações no mercado aberto, possuem um insignificante risco de mudança de valor, e tem como finalidade o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- i. Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii. Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- iii. Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de avaliação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez para se determinar de forma mais adequada e justa o valor de mercado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para negociação” são apresentados no Balanço como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento dos respectivos títulos.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais e consagradas. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. **“Hedge” de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período.
- ii. **“Hedge” de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes a valor de mercado registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

Para os instrumentos financeiros negociados em associação com operações de captação, tanto o instrumento financeiro como o passivo estão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo ajustados pelo valor de mercado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo BACEN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela regulamentação vigente.

As operações de crédito que são objetos de “hedge” de instrumentos financeiros derivativos, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros créditos - Diversos, e quando negativos, em Outras obrigações - Diversas, em contrapartida de receitas de operações de crédito.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

g. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. Dessa forma, baseados nos princípios contábeis adotados no Brasil, são registrados nas despesas antecipadas os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados, e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos da Instituição ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

i. Ativo permanente

- i.** Outros investimentos são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.
- ii.** O Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, sistema de comunicação/segurança/transporte - 10%, sistemas de processamento de dados - 20%.
- iii.** O Ativo Diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, aplicável ao lucro tributável. A contribuição social foi apurada com base na alíquota de 9% até 30 de abril de 2008, e a partir de 1º de maio de 2008, à alíquota de 15%, conforme Lei nº 11.707/08, sobre o lucro tributável.

O crédito tributário de imposto de renda e de contribuição social é constituído de acordo com estudo de capacidade de realização preparado pela Administração.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº. 3.535/08 do BACEN, que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon.

- i. Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
- ii. Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
- iii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base “pro rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base “pro rata” dia).

Os ativos e passivos de prazo indeterminado, para efeito de segregação no balanço patrimonial, classificam-se as operações ativas no realizável a longo prazo e as operações passivas no passivo circulante.

4 Disponibilidades

	2008	2007
Depósitos bancários - Ligadas	1.082	1.195
Depósitos bancários - Não Ligadas	37.576	35.859
Disponibilidades em moeda estrangeira	131	61
Outras	<u>182</u>	<u>105</u>
Total	<u>38.971</u>	<u>37.220</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição da carteira por modalidade

	2008	2007
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	<u>963.397</u>	<u>632.067</u>
Total	<u>963.397</u>	<u>632.067</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por emissor

	2008	2007
Títulos privados - Ligadas		
Pós-fixado	<u>963.397</u>	<u>632.067</u>
Total	<u>963.397</u>	<u>632.067</u>

c. Composição da carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento

	2008	2007
Até 90 dias	<u>963.397</u>	<u>632.067</u>
Total	<u>963.397</u>	<u>632.067</u>

6 Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira por categoria

	2008			2007		
Títulos para negociação	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País						
Letras Financeiras do Tesouro	1.610	1.610	-	1.210	1.210	-
Cotas de Fundos de Invest. Dir. Créd.	<u>285.272</u>	<u>285.272</u>	<u>-</u>	<u>152.346</u>	<u>152.346</u>	<u>-</u>
Total	<u>286.882</u>	<u>286.882</u>	<u>=</u>	<u>153.556</u>	<u>153.556</u>	<u>=</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por categoria e faixas de vencimento

Na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente da sua classificação contábil.

	2008	2007
Títulos para negociação		
Sem vencimento	285.272	152.346
De 90 a 360 dias	71	-
De 1 a 3 anos	1.483	1.210
De 3 a 5 anos	<u>56</u>	<u>-</u>
Total	<u>286.882</u>	<u>153.556</u>

c. Composição da carteira por emissor

	2008	2007
Títulos públicos:		
Pós-fixado	1.610	1.210
Títulos privados - Não ligadas:		
Pré-fixado	<u>285.272</u>	<u>152.346</u>
Total	<u>286.882</u>	<u>153.556</u>

7 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição dos contratos de futuros por indexador

	2008 Valor de referência (mercado)	2007 Valor de referência (mercado)
Compromissos de venda	<u>18.964.008</u>	<u>17.162.549</u>
DI	<u>18.964.008</u>	<u>17.162.549</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

8 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade

	2008	2007
Empréstimos e financiamentos		
Cartões de crédito	35.380	791
Crédito pessoal	1.788.729	2.028.229
Crédito direto ao consumidor	<u>15.954.964</u>	<u>13.568.278</u>
Total das operações de crédito	<u>17.779.073</u>	<u>15.597.298</u>

b. Composição das operações por faixas de vencimento

	2008	2007
Parcelas vencidas		
A partir de 15 dias	371.949	278.606
Parcelas a vencer		
Até 90 dias	2.544.935	2.310.932
De 91 a 360 dias	5.892.632	5.356.592
De 1 a 3 anos	7.729.075	6.680.945
De 3 a 5 anos	1.222.048	937.506
Acima de 5 anos	<u>18.434</u>	<u>32.717</u>
Total	<u>17.779.073</u>	<u>15.597.298</u>

c. Concentração das operações

	2008	2007
Dez maiores devedores	6.289	5.338
Cinqüenta seguintes maiores devedores	17.297	14.192
Cem seguintes maiores devedores	25.886	22.056
Demais clientes	<u>17.729.601</u>	<u>15.555.712</u>
Total	<u>17.779.073</u>	<u>15.597.298</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Composição das operações por categoria

	2008	2007
Pessoas jurídicas	831.341	804.406
Pessoas físicas	<u>16.947.732</u>	<u>14.792.892</u>
Total	<u>17.779.073</u>	<u>15.597.298</u>

e. Composição das operações nos correspondentes níveis de risco

Nível de risco	2008			2007		
	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
AA	943.315	-	943.315	870.810	-	870.810
A	14.522.931	-	14.522.931	12.939.135	-	12.939.135
B	62.184	842.484	904.668	36.340	665.537	701.877
C	26.593	493.645	520.238	9.660	399.339	408.999
D	14.393	215.607	230.000	7.805	150.549	158.354
E	6.015	126.536	132.551	1.516	98.621	100.137
F	3.885	93.876	97.761	1.055	78.477	79.532
G	2.912	72.505	75.417	728	58.848	59.576
H	<u>24.368</u>	<u>327.824</u>	<u>352.192</u>	<u>10.543</u>	<u>268.335</u>	<u>278.878</u>
Total	<u>15.606.596</u>	<u>2.172.477</u>	<u>17.779.073</u>	<u>13.877.592</u>	<u>1.719.706</u>	<u>15.597.298</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

f. Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	Provisão %	2008	2007
A	0,5	72.615	64.696
B	1,0	9.047	7.019
C	3,0	15.607	12.270
D	10,0	23.000	15.835
E	30,0	39.765	30.041
F	50,0	48.881	39.766
G	70,0	52.792	41.703
H	100,0	<u>352.192</u>	<u>278.878</u>
Total		<u>613.899</u>	<u>490.208</u>
Percentual sobre a carteira		<u>3,45%</u>	<u>3,14%</u>

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2008	2007
Saldo inicial	490.208	353.963
Constituições/(reversões)	727.942	544.113
Baixas para prejuízo	<u>(604.251)</u>	<u>(407.868)</u>
Saldo final	<u>613.899</u>	<u>490.208</u>

h. Avaliação a valor de mercado

Foi procedida a avaliação a valor de mercado da carteira de financiamentos, conforme determina a Resolução nº 3.082/02 do BACEN. A referida avaliação considera o respectivo “hedge” no mercado futuro de DI junto a BM&F, refletindo os efeitos da variação da taxa de juros na carteira de financiamentos, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas, em contrapartida aos ajustes ocorridos no referido mercado de derivativos, mensurado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2008, a avaliação desses ativos gerou ajuste positivo não realizado, no montante de R\$ 378.007 registrado em Outros créditos - Diversos (2007 - R\$192.958 negativo registrado em Outras obrigações - Diversas).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

i. Informações complementares

	2008	2007
Montante de créditos renegociados no exercício	289.461	142.485
Montante recuperado no exercício dos créditos baixados como prejuízo (*)	124.076	60.022
Montante de créditos cedidos no exercício (**)	1.678.634	1.702.643

(*) Registrado na demonstração de resultado em "Receitas de operações de crédito".

(**) Foram efetuadas cessões da carteira de financiamentos da BV Financeira S.A. para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I e para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II. O valor da cessão dos créditos foi de R\$ 1.093.049 (2007 - R\$ 1.879.109). O resultado líquido destas cessões foi de R\$ 45.420.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram realizadas cessões de créditos com o Banco do Brasil no montante de R\$ 867.424 e com o Banco Votorantim o montante de R\$ 1.678.634. O resultado líquido destas cessões foi de R\$ 48.027.

9 Outros créditos - Diversos

	2008	2007
Adiant. e antec. de salários/férias	1.433	871
Crédito tributário de impostos e contribuições	509.215	326.466
Devedores por depósitos em garantia	13.011	5.928
Impostos e contribuições a compensar	201.123	125.450
Opções por incentivos fiscais	11.880	11.880
Ajuste a valor de mercado - Operações de crédito	378.007	-
Devedores diversos no país	73.266	-
Sociedades ligadas (*)	64.093	-
Outros	<u>7.374</u>	<u>41.730</u>
Total	<u>1.259.402</u>	<u>512.325</u>

(*) Refere-se a instrumento particular de ressarcimento de despesas e instrumento de prestação de serviços com a instituição BV Leasing - Arrendamento mercantil S.A.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

10 Outros valores e bens - Despesas antecipadas

	2008	2007
Comissões por intermediação de operações	378.356	741.537
Outras	<u>15.283</u>	<u>39.047</u>
Total	<u>393.639</u>	<u>780.584</u>

11 Investimentos

	2008	2007
Investimentos por incentivos fiscais	<u>2.263</u>	<u>2.125</u>
Total	<u>2.263</u>	<u>2.125</u>

12 Imobilizado de uso

	2008		2007	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	3.600	(1.592)	2.008	2.368
Móveis e equipamentos de uso	10.490	(3.466)	7.024	5.706
Sistema de comunicação	7.851	(3.087)	4.764	5.036
Sistema de processamento de dados	41.781	(25.321)	16.460	17.710
Sistema de segurança	323	(280)	43	65
Sistema de transporte	<u>318</u>	<u>(142)</u>	<u>176</u>	<u>229</u>
Total	<u>64.363</u>	<u>(33.888)</u>	<u>30.475</u>	<u>31.114</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

13 Diferido

	2008			2007
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos em imóveis de terceiros	51.605	(34.907)	16.698	20.581
Desenvolvimento de sistemas	<u>3.540</u>	<u>(751)</u>	<u>2.789</u>	<u>3.205</u>
Total	<u>55.145</u>	<u>(35.658)</u>	<u>19.487</u>	<u>23.786</u>

14 Depósitos

a. Composição da carteira por modalidade e contraparte

	2008	2007
Depósitos interfinanceiros		
De ligadas	<u>17.681.465</u>	<u>15.406.999</u>
Total	<u>17.681.465</u>	<u>15.406.999</u>

b. Composição da carteira por faixas de vencimento

	2008	2007
Até 90 dias	3.589.249	8.711.109
De 91 a 360 dias	<u>14.092.216</u>	<u>6.695.890</u>
Total	<u>17.681.465</u>	<u>15.406.999</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

15 Outras obrigações - Sociais e estatutárias

	2008	2007
Dividendos/bonificação a pagar	664.788	-
Provisão para participação nos lucros	<u>90.285</u>	<u>70.773</u>
Total	<u>755.073</u>	<u>70.773</u>

16 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2008	2007
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	244.867	230.444
Impostos e contribuições a recolher	23.990	21.880
Outros impostos e contribuições (Obrigações legais - Processos judiciais)	345.741	184.136
Provisão para impostos e contribuições diferidos	151.203	56.400
Provisão para riscos fiscais	<u>504</u>	<u>478</u>
Total	<u>766.305</u>	<u>493.338</u>

17 Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

	2008	2007
Credores conta liquidação pendentes - Ligadas	<u>36.256</u>	<u>10.267</u>
Total	<u>36.256</u>	<u>10.267</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

18 Outras obrigações - Diversas

	2008	2007
Provisão despesas de pessoal	15.529	15.475
Provisão para outras despesas administrativas	25.731	13.071
Provisão para passivos contingentes	54.753	44.990
Ajuste a valor de mercado - Operações de crédito (Nota 8 h)	-	192.958
Valores a repassar Cessão de crédito	55.756	173
Credores diversos - Cartões de crédito	74.924	-
Operação de crédito a liberar	17.758	23.530
Outras	<u>61.977</u>	<u>82.318</u>
Total	<u>306.428</u>	<u>372.515</u>

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 126.361 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal. Os dividendos não distribuídos serão destinados à "Reserva para Expansão".

Em 30 de dezembro de 2008, foi aprovado em assembléia geral extraordinária distribuição de dividendos no valor de R\$ 286.060 (R\$ 2.263,80 por ação). Adicionalmente, em ata de reunião de diretoria foram propostos pagamentos de dividendos no montante de R\$ 378.728 (R\$ 2.997,20 por ação), referentes a lucros acumulados do exercício.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2008, a reserva de capital está constituída, basicamente, por subvenções de incentivos fiscais. A reserva de capital poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

d. Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Instituição calculou em 2008 juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), vigente no exercício, no montante de R\$ 29.476, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de Lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 11.790, aproximadamente em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

e. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva de expansão

Na Assembléia Geral que aprovou as contas do exercício de 2008 foi submetido orçamento de capital que justificou a destinação do lucro não distribuído para “Reserva de Expansão”, que foi constituída após as destinações para reserva legal, pagamentos de dividendos e juros de capital próprio.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

f. Ajustes de exercícios anteriores

Ajustes de exercícios anteriores decorrentes da provisão de tarifa de liquidação antecipada dos contratos de concessão de crédito.

20 Receitas de prestação de serviços

	2008	2007
Taxa de abertura de crédito (*)	120.053	332.691
Rendas de tarifas bancárias (*)	170.458	-
Corretagens de operações em bolsa	294	-
Rendas de liquidação antecipada	130.087	168.983
Outras	<u>19.674</u>	<u>16.590</u>
Total	<u>440.566</u>	<u>518.264</u>

(*) Conforme resolução do BACEN nº 3.518/07 que disciplinou a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e Circular nº 3.371/07 que instituiu tabela padronizada de serviços prioritários e pacote básico padronizado de tarifas, a BV-Financeira S/A a partir de 30 de abril de 2008 deixou de cobrar taxa de abertura de crédito e passou a cobrar tarifas bancárias conforme regulamentação.

21 Despesas de pessoal

	2008	2007
Honorários	8.726	7.929
Benefícios	44.614	38.940
Encargos sociais	44.039	32.508
Proventos	125.773	89.171
Treinamento	<u>950</u>	<u>1.699</u>
Total	<u>224.102</u>	<u>170.247</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

22 Outras despesas administrativas

	2008	2007
Aluguéis	14.041	14.000
Comunicações	56.013	38.797
Manutenção e conservação de bens	29.217	23.416
Processamento de dados	29.471	23.011
Promoções e relações públicas	20.075	45.831
Propaganda e publicidade	27.634	6.830
Publicações	152	162
Serviços do sistema financeiro	94.377	49.158
Serviços de terceiros	58.082	39.858
Serviços técnicos especializados	120.006	105.095
Amortização	11.676	8.566
Depreciação	7.414	7.159
Transportes	11.612	9.276
Viagens	26.889	18.325
Outras	<u>148.789</u>	<u>111.057</u>
Total	<u>655.448</u>	<u>500.541</u>

23 Outras receitas operacionais

	2008	2007
Custo efetivo total financiado (*)	412.112	-
Recuperação de encargos e despesas	20.453	10.596
Atualização monetária de ativos	833	232
Reversão de provisões operacionais	5.473	-
Reembolso de metas de produção	30.738	-
Renegociação de contrato	9.466	-
Ressarcimento de despesas de cobrança	11.436	-
Outras	<u>35.617</u>	<u>2.501</u>
Total	<u>526.128</u>	<u>13.329</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

(*) Conforme disposição da Resolução BACEN nº 3.517/07, a instituição implementou o Custo efetivo total (CET) para as operações de empréstimos e financiamentos, sendo que os custos com comissões por intermediação de operações foram financiados, e a contrapartida das receitas e despesas estão registradas em “Outras receitas operacionais”. Os valores pagos pela intermediação de operações aos lojistas estão registrados em “Outras despesas operacionais”.

24 Outras despesas operacionais

	2008	2007
Atualização monetária de passivos	27.895	12.938
Comissões por intermediação de operações	1.138.856	692.659
Provisão para contingências judiciais	17.012	20.878
Descontos concedidos	230.500	218.572
Despesas com gravame	35.318	8.054
Seguro prestamista	16.270	27.710
Perdas com financiamento	16.325	1.820
Outras	<u>51.417</u>	<u>40.408</u>
Total	<u>1.533.593</u>	<u>1.023.039</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Encargos devidos sobre as operações

	2008	2007
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social das participações	<u>739.316</u>	<u>608.486</u>
Encargos à alíquota nominal vigente (Nota 3 i)	<u>(295.726)</u>	<u>(206.885)</u>
Exclusões/(adições)	<u>50.862</u>	<u>(23.559)</u>
Participações no lucro	28.556	46.409
Juros sobre o capital próprio	11.790	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(72.274)	(73.503)
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	216.788	(124.692)
Derivativos - Lei nº 11.051/04	(142.614)	134.236
Provisão para passivos contingentes	(3.911)	(6.967)
Outros - ajuste diferencial de alíquota Contribuição Social / outros	12.527	958
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(244.864)</u>	<u>(230.444)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(535.415)</u>	<u>2.689</u>
Imposto de renda e contribuição social total	<u>(780.279)</u>	<u>(227.755)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre o resultado

	2008	2007
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Adições/(exclusões)		
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	(353.358)	59.086
Derivativos - Lei nº 11.051/04	(182.057)	(56.400)
Outros	-	3
Total	<u>(535.415)</u>	<u>2.689</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Crédito tributário	2008	2007
Adições/(exclusões)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.378	72.496
Derivativos - Lei nº 11.051/04	324.671	(77.701)
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	136.570	65.605
Provisão para passivos contingentes	6.610	6.967
Provisão para participação nos lucros	<u>36.132</u>	<u>-</u>
Total	<u>623.361</u>	<u>67.367</u>

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre contas patrimoniais

Ativo (Outros créditos - Diversos)	2008	2007
Saldo inicial	326.466	259.099
Provisão para passivos contingentes	6.610	6.967
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.378	72.496
Provisão para participação nos lucros	36.132	-
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	(65.585)	65.605
Derivativos - Lei nº 11.051/04	<u>86.214</u>	<u>(77.701)</u>
Saldo final	<u>509.215</u>	<u>326.466</u>
Passivo (Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias)		
Saldo inicial	56.400	59.086
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	151.203	(59.086)
Derivativos - Lei nº 11.051/04	<u>(56.400)</u>	<u>56.400</u>
Saldo final	<u>151.203</u>	<u>56.400</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Composição do crédito tributário e sua expectativa de realização

	2008	2007
Composição		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	364.931	245.555
Derivativos - Lei nº 11.051/04	86.214	-
Provisão para passivos contingentes	21.917	15.306
Provisão para participação nos lucros	36.132	-
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	<u>21</u>	<u>65.605</u>
Total	<u>509.215</u>	<u>326.466</u>
Expectativa de realização		2008
Em 2009		230.665
Em 2010		123.414
Em 2011		133.198
Em 2013		<u>21.938</u>
Total		<u>509.215</u>

e. Outras informações

Os créditos tributários foram constituídos nos termos da legislação em vigor, baseados em estudos comprobatórios da capacidade de realização e, entre outros fatores, as seguintes premissas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, após esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável;
- Provisão para passivos contingentes: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões cíveis, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02: referem-se as despesas a serem tributadas na sua realização, decorrentes da diferença entre valor de curva e valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Os valores apresentados na expectativa de realização do crédito tributário respaldam-se em estudo técnico atualizado em 31 de dezembro de 2008. Não existem créditos tributários não ativados.

As obrigações fiscais diferidas se referem as receitas a serem tributadas na sua realização, conforme determinação do art. 32 da Lei nº 11.051/04.

26 Partes relacionadas

Apresentamos abaixo as operações realizadas com empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim. As transações foram realizadas em condições usuais de mercado e ausência de risco:

	2008	2007
Ativos		
Disponibilidades	1.082	1.195
Aplicações interfinanceiras de liquidez	963.397	632.067
Passivos		
Depósitos	17.681.465	15.406.999
Outras obrigações	55.254	10.440
Receitas		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	52.826	-
Outras receitas	64.093	-
Despesas		
Operações de captação no mercado	2.069.968	1.588.223
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	73.881

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

27 Gerenciamento de riscos

A Administração do Grupo Votorantim Finanças estabeleceu rígidas políticas e procedimentos com a finalidade de implantar um sistema de gestão de riscos capaz de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios. O conceito de Gestão Integrada de Riscos possibilita a Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos pelas empresas que compõem o Grupo.

Instituiu-se o Comitê de Gestão de Riscos que se reúne periodicamente para avaliação dos riscos e definição de limites operacionais. Foram constituídas três comissões subordinadas ao Comitê sendo uma direcionada para a gestão dos riscos financeiros (mercado e liquidez), outra para atuar como gestora do risco de crédito e uma terceira focada para a gestão do risco operacional.

O Grupo Votorantim Finanças efetua operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por uma comissão que mantém independência com relação à mesa de operações.

Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento de risco são: a) integridade na precificação de ativos e derivativos; b) avaliação do risco de mercado pela metodologia “Value at Risk” e pela simulação de cenários; c) acompanhamento de resultados diários com testes de aderência da metodologia (“back-test”).

A política de gerenciamento de riscos de mercado considera, ainda, a utilização de instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de posições, para atender demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

A comissão de gestão de risco operacional utiliza metodologia que proporciona a identificação, categorização dos eventos, avaliação dos riscos, controles e acompanhamento dos planos de ação bem como a captura de todos os eventos de perdas relacionados com o risco. A formação de uma base de dados de perda será utilizada no cálculo de alocação de capital para cobertura do risco operacional, previsto pelo acordo da Basiléia II.

A conjunção das ações de mapeamento e monitoramento dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e procedimentos adotados pelo Grupo, bem como a racionalização dos processos existentes.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

O gerenciamento de risco de capital busca otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basiléia).

Maiores detalhes da estrutura de gerenciamento de Risco, vide site www.votorantimfinancas.com.br.

28 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a. Passivos contingentes

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em remota, possível e provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

A utilização desse critério busca atender a Resolução nº 3.535/08 do BACEN, que torna obrigatória a constituição de provisão pelo valor total das contingências classificadas na categoria provável, e a não provisão para aquelas classificadas como possíveis e remotas.

A posição dos passivos contingentes, segregada por natureza da causa e provisões constituídas, é a seguinte:

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	<u>Demandas fiscais</u>		<u>Demandas cíveis</u>		<u>Demandas trabalhistas</u>	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Saldo inicial	478	457	26.649	16.357	18.341	8.142
Constituições/(reversões)	<u>26</u>	<u>21</u>	<u>(5.997)</u>	<u>10.292</u>	<u>15.760</u>	<u>10.199</u>
Saldo final	<u>504</u>	<u>478</u>	<u>20.652</u>	<u>26.649</u>	<u>34.101</u>	<u>18.341</u>

Os depósitos judiciais, classificados em Outros créditos- diversos, são:

	2008	2007
Demandas fiscais	194	-
Demandas trabalhistas	4.727	2.057
Demandas cíveis	<u>8.090</u>	<u>3.698</u>
Total	<u>13.011</u>	<u>5.755</u>

b. Ativos contingentes

Não existe nenhum ativo contingente contabilizado.

c. Obrigações legais

A Instituição pleiteia o não pagamento da COFINS com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela Lei nº 9.718/98).

	2008	2007
Saldo inicial	184.136	86.849
Constituições/(reversões)	135.581	85.896
Atualizações	<u>26.024</u>	<u>11.391</u>
Saldo final	<u>345.741</u>	<u>184.136</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Outros compromissos

Em 25 de julho de 2003, o Banco protocolou junto à Secretaria da Receita Federal sua adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei nº 10.684/03, do Governo Federal. A adesão ao programa possibilitou o parcelamento do PIS, referente ao período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, o qual vinha sendo questionado judicialmente e registrado em provisão para riscos fiscais. Os montantes relativos ao PIS, inclusos no programa, foram parcelados em 120 meses, calculados com base na limitação de 1,5% da receita bruta de intermediação financeira, atualizados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e reclassificados para impostos e contribuições a recolher. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo do programa é de R\$ 2.701 (2007 - R\$ 3.048). A Instituição está cumprindo com as condições do referido programa quanto à adimplência aos pagamentos parcelados, bem como quanto ao recolhimento dos demais impostos devidos mensalmente.

29 Outras informações

- a. Despesas tributárias se referem, substancialmente, à contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.
- b. Resultado não operacional refere-se, basicamente, ao resultado obtido na alienação de bens não de uso próprio.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

30 Composição de caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2º semestre	Exercícios	
	2008	2008	2007
No início do exercício			
Disponibilidades	47.796	37.220	25.441
Aplicações interfinanceiras de liquidez	723.025	632.067	362.481
No final do exercício			
Disponibilidades	38.971	38.971	37.220
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>963.397</u>	<u>963.397</u>	<u>632.067</u>
Total	<u>231.547</u>	<u>333.081</u>	<u>281.365</u>



**BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e
Investimento**

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2007 e 2006

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8 - 37

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Administradores e Acionistas da
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

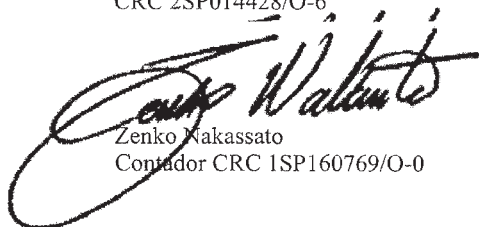
Examinamos os balanços patrimoniais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

18 de fevereiro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0



Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

Ativo	2007	2006	Passivo	2007	2006
Circulante	9.146.047	6.811.987	Circulante	16.135.818	11.155.648
Disponibilidades	37.220	25.441	Depósitos	15.406.999	10.684.330
Aplicações interfinanceiras de liquidez	632.067	362.481	Depósitos interfinanceiros	15.406.999	10.684.330
Aplicações no mercado aberto	632.067	357.477	Relações interdependências	1.022	941
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	5.004	Transferências internas de recursos	1.022	941
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	153.556	101.610	Instrumentos financeiros derivativos	-	442
Carteira própria	152.701	98.601	Instrumentos financeiros derivativos	-	442
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.440	Outras obrigações	727.797	469.935
Vinculados à prestação de garantias	855	569	Sociais e estatutárias	70.773	55.000
Operações de crédito	7.570.624	5.693.126	Fiscais e previdenciárias	274.242	315.230
Empréstimos - setor privado	1.053.354	686.978	Negociação e intermediação de valores	10.267	26.406
Financiamentos - setor privado	6.892.786	5.263.651	Divisas	372.515	73.299
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(375.516)	(257.503)	Exigível a longo prazo	219.096	33.879
Outros créditos	274.308	412.440	Depósitos	-	4.164
Negociação e intermediação de valores	-	11.983	Depósitos interfinanceiros	-	4.164
Diversos	274.308	400.457	Outras obrigações	219.096	29.715
Outros valores e bens	478.272	216.889	Fiscais e previdenciárias	219.096	29.715
Bens não de uso próprio	34.610	21.422	Patrimônio líquido	959.563	638.576
Despesas antecipadas	443.662	195.467	Capital social:		
Realizável a longo prazo	8.111.405	4.965.925	De domiciliados no país	342.000	342.000
Operações de crédito	7.536.466	4.544.113	Reserva de capital	12.054	2.669
Empréstimos - setor privado	975.563	615.486	Reservas de lucros	605.509	293.907
Financiamentos - setor privado	6.675.595	4.025.087			
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(114.692)	(96.460)			
Outros créditos	238.017	137.411			
Diversos	238.017	137.411			
Outros valores e bens	336.922	284.401			
Despesas antecipadas	336.922	284.401			
Permanente	57.025	50.191			
Investimentos	2.125	2.125			
Outros investimentos	2.125	2.125			
Imobilizado de uso	31.114	27.662			
Outras imobilizações de uso	56.856	46.258			
Depreciação acumulada	(25.742)	(18.596)			
Diferido	23.786	20.404			
Gastos de organização e expansão	48.500	36.552			
Amortização acumulada	(24.714)	(16.148)			
Total do Ativo	17.314.477	11.828.103	Total do Passivo	17.314.477	11.828.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e semestre findo em 31 de dezembro de 2007

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação do capital social)

	2º semestre de 2007	Exercícios	
		2007	2006
Receitas da intermediação financeira	2.033.356	3.748.406	2.910.938
Operações de crédito	1.668.035	3.428.139	3.104.897
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	66.757	112.746	52.164
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	298.564	207.521	(246.123)
Despesas da intermediação financeira	(1.078.161)	(2.003.495)	(1.691.373)
Operações de captação no mercado	(766.412)	(1.459.382)	(1.297.413)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(311.749)	(544.113)	(393.960)
Resultado bruto da intermediação financeira	955.195	1.744.911	1.219.565
Outras receitas/(despesas) operacionais	(608.329)	(1.107.572)	(865.864)
Receitas de prestação de serviços	286.458	518.264	345.809
Despesas de pessoal	(95.690)	(170.247)	(136.209)
Outras despesas administrativas	(273.535)	(500.541)	(373.352)
Despesas tributárias	(90.565)	(163.910)	(116.566)
Outras receitas operacionais	9.149	13.329	6.530
Outras despesas operacionais	(444.146)	(804.467)	(592.076)
Resultado operacional	346.866	637.339	353.701
Resultado não operacional	(16.500)	(28.853)	(12.764)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	330.366	608.486	340.937
Imposto de renda e contribuição social	(86.518)	(160.388)	(70.256)
Provisão para imposto de renda	(104.195)	(165.664)	(176.324)
Provisão para contribuição social	(39.496)	(62.091)	(64.892)
Ativo fiscal diferido	57.173	67.367	170.960
Participações no lucro	(71.674)	(136.496)	(103.897)
Lucro líquido	172.174	311.602	166.784
Lucro líquido por ação	1.362,56	2.465,97	1.319,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2007

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Para expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2005	280.000	62.000	2.669	32.008	515.715	-	892.392
Aumento de capital	62.000	(62.000)	-	-	-	-	-
Reversão de reserva	-	-	-	-	(379.600)	379.600	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(379.600)	(379.600)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	166.784	166.784
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	8.339	-	(8.339)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	117.445	(117.445)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(41.000)	(41.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>342.000</u>	<u>-</u>	<u>2.669</u>	<u>40.347</u>	<u>253.560</u>	<u>-</u>	<u>638.576</u>
Incentivos fiscais	-	-	9.385	-	-	-	9.385
Lucro líquido	-	-	-	-	-	311.602	311.602
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	15.580	-	(15.580)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	296.022	(296.022)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>342.000</u>	<u>-</u>	<u>12.054</u>	<u>55.927</u>	<u>549.582</u>	<u>-</u>	<u>959.563</u>
Saldos em 30 de junho de 2007	342.000	-	12.054	47.319	253.560	132.456	787.389
Lucro líquido	-	-	-	-	-	172.174	172.174
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	8.608	-	(8.608)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	296.022	(296.022)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>342.000</u>	<u>-</u>	<u>12.054</u>	<u>55.927</u>	<u>549.582</u>	<u>-</u>	<u>959.563</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2007

(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2007	Exercícios	
		2007	2006
Origens dos recursos	2.865.227	5.540.066	3.386.238
Lucro líquido	172.174	311.602	166.784
Ajustes ao lucro líquido	8.391	15.724	11.942
Depreciação e amortização	8.391	15.724	11.942
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(379.600)
Constituição de reservas	-	9.385	-
Reserva de capital	-	9.385	-
Recursos de terceiros originários de:	2.684.662	5.203.355	3.587.112
Aumento dos subgrupos do passivo	2.671.534	5.165.829	3.409.298
Depósitos	2.213.140	4.718.505	3.294.968
Relações interdependências	(92)	81	909
Outras obrigações	458.486	447.243	113.421
Diminuição dos subgrupos do ativo	13.128	37.526	177.814
Outros créditos	13.128	37.526	177.814
Aplicações dos recursos	2.850.160	5.528.287	3.379.558
Juros sobre o capital próprio	-	-	41.000
Inversões em:	9.756	22.558	26.369
Imobilizado de uso	8.793	19.177	13.847
Diferido	963	3.381	12.522
Aumento dos subgrupos do ativo	2.840.382	5.505.287	3.311.637
Aplicações interfinanceiras de liquidez	45.356	269.586	114.009
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	33.437	51.946	97.104
Operações de crédito	2.613.980	4.869.851	2.925.979
Outros valores e bens	147.609	313.904	174.545
Diminuição dos subgrupos do passivo	22	442	552
Instrumentos financeiros derivativos	22	442	552
Aumento das disponibilidades	15.067	11.779	6.680
Modificação na posição financeira			
Disponibilidades			
No início do semestre/exercício	22.153	25.441	18.761
No fim do semestre/exercício	37.220	37.220	25.441
Aumento das disponibilidades	15.067	11.779	6.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento têm por objetivo social, principalmente, a realização de operações de financiamento de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e certas operações têm a co-participação ou intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN).

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- i. Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii. Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- iii. Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de avaliação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez para se determinar de forma mais adequada e justa o valor de mercado.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para negociação” são apresentados no Balanço como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimentos dos respectivos títulos.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais e consagradas. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. “Hedge” de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período.
- ii. “Hedge” de Fluxo de Caixa - os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes a valor de mercado registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

Para os instrumentos financeiros negociados em associação com operações de captação, tanto o instrumento financeiro como o passivo estão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo ajustados pelo valor de mercado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo BACEN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela regulamentação vigente.

As operações de crédito que são objetos de “hedge” de instrumentos financeiros derivativos, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros Créditos - Diversos, e quando negativos, em Outras Obrigações - Diversas, em contrapartida de receitas de operações de crédito.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

f. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. Dessa forma, baseados nos princípios contábeis adotados no Brasil, são registrados nas despesas antecipadas os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados, e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos da Instituição ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

h. Ativo permanente

- i. Outros investimentos são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.
- ii. O Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, sistema de comunicação/segurança/transporte - 10%, sistemas de processamento de dados - 20%.
- iii. O Ativo Diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9% ambos aplicáveis sobre o lucro tributável. O crédito tributário de imposto de renda e de contribuição social é constituído de acordo com estudo de capacidade de realização preparado pela Administração.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº. 489/2005, que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon.

- i.** Ativos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
- ii.** Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
- iii.** Obrigações legais - Fiscais e Previdenciárias - são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

k. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base “pro rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base “pro rata” dia).

Os ativos e passivos de prazo indeterminado, para efeito de segregação no balanço patrimonial, classificam-se as operações ativas no realizável a longo prazo e as operações passivas no passivo circulante.

4 Disponibilidades

	2007	2006
Depósitos bancários - Ligadas	1.195	1.251
Depósitos bancários - Não Ligadas	35.859	24.092
Disponibilidades em moeda estrangeira	61	1
Outras	<u>105</u>	<u>97</u>
Total	<u>37.220</u>	<u>25.441</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição da carteira por modalidade

	2007	2006
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	632.067	357.477
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>-</u>	<u>5.004</u>
Total	<u>632.067</u>	<u>362.481</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por emissor

	2007	2006
Títulos privados - ligadas		
Prefixado	-	5.004
Pós-fixado	<u>632.067</u>	<u>357.477</u>
Total	<u>632.067</u>	<u>362.481</u>

c. Composição da carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento

	2007	2006
Até 90 dias	<u>632.067</u>	<u>362.481</u>
Total	<u>632.067</u>	<u>362.481</u>

6 Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira por categoria

	2007			2006		
Títulos para negociação	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho/ (Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho/ (Perda) não realizado
No País						
Letras Financeiras do Tesouro	1.210	1.210	-	569	569	-
Cotas de Fundos de Invest. Dir. Créd.	<u>152.346</u>	<u>152.346</u>	<u>-</u>	<u>98.601</u>	<u>98.601</u>	<u>-</u>
Total	<u>153.556</u>	<u>153.556</u>	<u>-</u>	<u>99.170</u>	<u>99.170</u>	<u>-</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por categoria e faixas de vencimento

Na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente da sua classificação contábil

Títulos para negociação	2007	2006
Sem vencimento	152.346	98.601
De 91 a 360 dias	-	53
De 1 a 3 anos	1.210	-
De 3 a 5 anos	-	516
Total	<u>153.556</u>	<u>99.170</u>

c. Composição da carteira por emissor

	2007	2006
Títulos públicos		
Pós-fixado	1.210	569
Títulos privados - não ligadas		
Pré-fixado	<u>152.346</u>	<u>98.601</u>
Total	<u>153.556</u>	<u>99.170</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

7 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição dos contratos de swap por indexador

Instrumentos de "hedge"	2007			2006		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	-	-	-	<u>52.507</u>	<u>84.821</u>	<u>85.189</u>
DI	-	-	-	28.301	44.218	44.218
Prefixado	-	-	-	24.206	40.603	40.971
Posição passiva	-	-	-	<u>52.507</u>	<u>82.989</u>	<u>83.192</u>
DI	-	-	-	24.206	38.734	38.734
Prefixado	-	-	-	28.301	44.255	44.458
Total	-	-	-	<u>-</u>	<u>1.832</u>	<u>1.997</u>

b. Composição dos contratos de Futuros por indexador

Instrumentos de "hedge"	2007	2006
	Valor de referência (mercado)	Valor de referência (mercado)
Compromissos de venda	<u>17.162.549</u>	<u>9.615.700</u>
DI	17.162.549	9.615.700

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

8 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade

	2007	2006
Financiamentos		
Cartões de crédito	791	-
Crédito pessoal	2.028.229	1.302.464
Crédito Direto ao Consumidor	<u>13.568.278</u>	<u>9.288.738</u>
Total das operações de crédito	<u>15.597.298</u>	<u>10.591.202</u>

b. Composição das operações por faixas de vencimento

	2007	2006
Parcelas vencidas		
A partir de 15 dias	278.606	207.909
Parcelas a vencer		
Até 90 dias	2.310.932	1.768.935
De 91 a 360 dias	5.356.592	3.973.786
De 1 a 3 anos	6.680.945	4.336.979
De 3 a 5 anos	937.506	298.288
Acima de 5 anos	<u>32.717</u>	<u>5.305</u>
Total	<u>15.597.298</u>	<u>10.591.202</u>

c. Concentração das operações

	2007	2006
Dez maiores devedores	5.338	4.102
Cinquenta maiores devedores	14.192	14.443
Cem maiores devedores	22.056	21.427
Demais clientes	<u>15.555.712</u>	<u>10.551.230</u>
Total	<u>15.597.298</u>	<u>10.591.202</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Composição das operações por setor de atividade econômica

	2007	2006
Pessoas jurídicas no País		
Setor Privado		
Comércio	804.406	697.705
Pessoas físicas no País	<u>14.792.892</u>	<u>9.893.497</u>
Total	<u>15.597.298</u>	<u>10.591.202</u>

e. Composição das operações nos correspondentes níveis de risco

	2007			2006		
Nível de risco	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
AA	870.810	-	870.810	605.114	-	605.114
A	12.939.135	-	12.939.135	8.447.773	-	8.447.773
B	36.340	665.537	701.877	55.785	547.429	603.214
C	9.660	399.339	408.999	24.586	407.198	431.784
D	7.805	150.549	158.354	10.686	110.770	121.456
E	1.516	98.621	100.137	3.129	79.856	82.985
F	1.055	78.477	79.532	630	57.519	58.149
G	728	58.848	59.576	461	46.555	47.016
H	<u>10.543</u>	<u>268.335</u>	<u>278.878</u>	<u>3.077</u>	<u>190.634</u>	<u>193.711</u>
Total	<u>13.877.592</u>	<u>1.719.706</u>	<u>15.597.298</u>	<u>9.151.241</u>	<u>1.439.961</u>	<u>10.591.202</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

f. Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	Provisão %	2007	2006
A	0,5	64.696	42.239
B	1,0	7.019	6.032
C	3,0	12.270	12.954
D	10,0	15.835	12.146
E	30,0	30.041	24.896
F	50,0	39.766	29.075
G	70,0	41.703	32.910
H	100,0	<u>278.878</u>	<u>193.711</u>
Total		<u>490.208</u>	<u>353.963</u>
Percentual sobre a carteira		<u>3,14%</u>	<u>3,34%</u>

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2007	2006
Saldo inicial	353.963	173.636
Constituições/ (reversões)	544.113	393.960
Baixas para prejuízo	<u>(407.868)</u>	<u>(213.633)</u>
Saldo final	<u>490.208</u>	<u>353.963</u>

h. Avaliação a valor de mercado

Foi procedida a avaliação a valor de mercado da carteira de financiamentos, conforme determina a Resolução nº3.082/02 do BACEN. A referida avaliação considera o respectivo "hedge" no mercado futuro de DI junto a BM&F, refletindo os efeitos da variação da taxa de juros na carteira de financiamentos, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas, em contrapartida aos ajustes ocorridos no referido mercado de derivativos, mensurado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2007, a avaliação desses ativos gerou ajuste negativo não realizado, no montante de R\$ 192.958 (2006 - ajuste positivo - R\$173.618).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

i. Informações complementares

	2007	2006
Montante de créditos renegociados no período	142.485	157.863
Montante recuperado no período dos créditos baixados como prejuízo (*)	60.022	24.964
Montante de créditos cedidos no período (**)	1.702.643	1.280.384

(*) Registrado na demonstração de resultado em "Receitas de operações de crédito".

(**) Foram efetuadas cessões da carteira de financiamentos da controlada BV Financeira S.A. para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I e para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II. O valor da cessão dos créditos foi de R\$ 1.879.109 (2006 - R\$ 1.395.660).

9 Outros créditos - Diversos

	2007	2006
Adiant. e Antec. de salários/férias	871	572
Crédito tributário de impostos e contribuições	326.466	259.099
Devedores por depósitos em garantia	5.928	2.087
Impostos e contribuições a compensar	125.450	90.103
Opções por incentivos fiscais	11.880	2.494
Ajuste a valor de mercado - operações de crédito	-	173.618
Outros	<u>41.730</u>	<u>9.895</u>
Total	<u>512.325</u>	<u>537.868</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

10 Outros valores e bens - Despesas antecipadas

	2007	2006
Comissões por intermediação de operações	741.537	453.045
Outras	<u>39.047</u>	<u>26.823</u>
Total	<u>780.584</u>	<u>479.868</u>

11 Investimentos

	2007	2006
Investimentos por incentivos fiscais	<u>2.125</u>	<u>2.125</u>
Total	<u>2.125</u>	<u>2.125</u>

12 Imobilizado de uso

	2007		2006	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	3.600	(1.232)	2.368	2.097
Móveis e equipamentos de uso	8.231	(2.525)	5.706	5.319
Sistema de comunicação	7.406	(2.370)	5.036	4.824
Sistema de processamento de dados	36.980	(19.270)	17.710	15.306
Sistema de segurança	323	(258)	65	87
Sistema de transporte	<u>316</u>	<u>(87)</u>	<u>229</u>	<u>29</u>
Total	<u>56.856</u>	<u>(25.742)</u>	<u>31.114</u>	<u>27.662</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

13 Diferido

	2007			2006
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos em imóveis de terceiros	45.222	(24.641)	20.581	19.395
Desenvolvimento de sistemas	<u>3.278</u>	<u>(73)</u>	<u>3.205</u>	<u>1.009</u>
Total	<u>48.500</u>	<u>(24.714)</u>	<u>23.786</u>	<u>20.404</u>

14 Depósitos

a. Composição da carteira por modalidade e contraparte

	2007	2006
Depósitos interfinanceiros		
De ligadas	<u>15.406.999</u>	<u>10.688.494</u>
Total	<u>15.406.999</u>	<u>10.688.494</u>

b. Composição da carteira por faixas de vencimento

	2007	2006
Até 90 dias	8.711.109	10.642.587
De 91 a 360 dias	6.695.890	41.743
De 1 a 3 anos	<u>-</u>	<u>4.164</u>
Total	<u>15.406.999</u>	<u>10.688.494</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

15 Outras obrigações - Sociais e estatutárias

	2007	2006
Provisão para participação nos lucros	<u>70.773</u>	<u>55.000</u>
Total	<u>70.773</u>	<u>55.000</u>

16 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2007	2006
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	230.444	182.218
Impostos e contribuições a recolher	21.880	16.335
Outros impostos e contribuições (obrigações legais - processos judiciais)	184.136	86.849
Provisão impostos e contribuições diferidos	56.400	59.086
Provisão para riscos fiscais	<u>478</u>	<u>457</u>
Total	<u>493.338</u>	<u>344.945</u>

17 Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

	2007	2006
Credores conta liquidação pendentes- ligadas	<u>10.267</u>	<u>26.406</u>
Total	<u>10.267</u>	<u>26.406</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

18 Outras obrigações - Diversas

	2007	2006
Provisão despesas de pessoal	15.475	9.571
Provisão para outras despesas administrativas	13.071	10.240
Provisão para passivos contingentes	44.990	24.499
Ajuste a valor de mercado - operações de crédito	192.958	-
Valores a pagar Soc. Ligadas	173	111
Outras	<u>105.848</u>	<u>28.878</u>
Total	<u>372.515</u>	<u>73.299</u>

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 126.361 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal. Os dividendos não distribuídos serão destinados à “Reserva para Expansão”.

c. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2007, a reserva de capital está constituída, basicamente, por subvenções de incentivos fiscais. A reserva de capital poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva de Expansão

Na Assembléia Geral que aprovar as contas do exercício de 2007 será submetido orçamento de capital que justifica a destinação do lucro não distribuído para “Reserva de Expansão”.

e. Ajuste de exercícios anteriores

Em 2006, a Administração efetuou alteração na metodologia de cálculo da avaliação a valor de mercado da carteira de financiamentos. Em função da respectiva alteração, foi registrado o montante de R\$ 379.600 em lucros acumulados.

20 Receitas de prestação de serviços

	2007	2006
Taxa de abertura de crédito	332.691	245.885
Outras	<u>185.573</u>	<u>99.924</u>
Total	<u>518.264</u>	<u>345.809</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

21 Despesas de pessoal

	2007	2006
Honorários	7.929	7.775
Benefícios	38.940	28.736
Encargos sociais	32.508	26.863
Proventos	89.171	71.674
Treinamento	<u>1.699</u>	<u>1.161</u>
Total	<u>170.247</u>	<u>136.209</u>

22 Outras despesas administrativas

	2007	2006
Aluguéis	14.000	11.090
Comunicações	38.797	32.296
Manutenção e Conserv. de bens	23.416	21.364
Processamento de dados	23.011	31.703
Promoções e relações públicas	45.831	43.099
Propaganda e publicidade	6.830	6.173
Publicações	162	155
Serviços do sistema financeiro	49.158	29.241
Serviços de terceiros	39.858	27.515
Serviços técnicos especializados	105.095	62.366
Amortização	8.566	6.158
Depreciação	7.159	5.783
Outras	<u>138.658</u>	<u>96.409</u>
Total	<u>500.541</u>	<u>373.352</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

23 Outras receitas operacionais

	2007	2006
Recuperação de encargos e despesas	10.596	844
Atualização monetária de ativos	232	302
Reversão de provisões operacionais	-	2.672
Outras	<u>2.501</u>	<u>2.712</u>
Total	<u>13.329</u>	<u>6.530</u>

24 Outras despesas operacionais

	2007	2006
Comissões por intermediação de operações	692.659	534.033
Provisão para passivos contingentes	20.878	13.395
Outras	<u>90.930</u>	<u>44.648</u>
Total	<u>804.467</u>	<u>592.076</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Encargos devidos sobre as operações

	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social das participações	608.486	340.937
Encargos à alíquota nominal de 25% e 9%	(206.885)	(115.919)
Exclusões/ (adições)	(23.559)	(66.296)
Participações no lucro	46.409	35.325
Juros sobre o capital próprio	-	13.940
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(73.503)	(100.360)
Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	(124.692)	59.001
Derivativos - Lei nº. 11.051	134.236	(66.882)
Provisão para passivos contingentes	(6.967)	(3.718)
Outros	958	(3.602)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(230.444)	(182.215)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>2.689</u>	<u>(59.001)</u>
Imposto de renda e contribuição social total	<u>(227.755)</u>	<u>(241.216)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre o resultado

	2007	2006
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Adições/ (exclusões)		
Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	59.086	(59.001)
Derivativos - Lei nº. 11.051	(56.400)	-
Outros	<u>3</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.689</u>	<u>(59.001)</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Crédito tributário	2007	2006
Adições/(exclusões)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	72.496	100.360
Derivativos - Lei nº. 11.051	(77.701)	66.882
Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	65.605	-
Provisão para passivos contingentes	<u>6.967</u>	<u>3.718</u>
Total	<u>67.367</u>	<u>170.960</u>

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre contas patrimoniais

Ativo (Outros créditos - Diversos)	2007	2006
Saldo inicial	259.099	88.139
Provisão para passivos contingentes	6.967	3.718
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	72.496	100.360
Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	65.605	-
Derivativos - Lei nº. 11.051	(77.701)	66.882
Saldo final	<u>326.466</u>	<u>259.099</u>
Passivo (Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias)		
Saldo inicial	59.086	195.637
Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	(59.086)	(136.551)
Derivativos - Lei nº. 11.051	<u>56.400</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>56.400</u>	<u>59.086</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Composição do crédito tributário e sua expectativa de realização

Composição	2007	2006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	245.555	173.059
Derivativos - Lei nº. 11.051	-	77.701
Provisão para passivos contingentes	15.306	8.339
Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	<u>65.605</u>	<u>-</u>
Total	<u>326.466</u>	<u>259.099</u>
Expectativa de realização		2007
Em 2008		40.665
Em 2009		119.068
Em 2010		<u>166.733</u>
Total		<u>326.466</u>

e. Outras informações

Os créditos tributários foram constituídos nos termos da legislação em vigor, baseados em estudos comprobatórios da capacidade de realização e, entre outros fatores, as seguintes premissas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº. 9.430/96, após esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável;
- Provisão para passivos contingentes: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões cíveis, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.
- Ajuste a mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082: referem-se as despesas a serem tributadas na sua realização, decorrentes da diferença entre valor de curva e valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Os valores apresentados na expectativa de realização do crédito tributário respaldam-se em estudo técnico atualizado em 31 de dezembro de 2007. Não existem créditos tributários não ativados

As obrigações fiscais diferidas se referem as receitas a serem tributadas na sua realização, conforme determinação do art. 32 da Lei nº. 11.051/04.

26 Partes relacionadas

Apresentamos abaixo as operações realizadas com empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim . As transações foram realizadas em condições usuais de mercado e ausência de risco:

	2007	2006
Ativos		
Disponibilidades	1.195	1.251
Aplicações interfinanceiras de liquidez	632.067	362.481
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.439
Passivos		
Depósitos	15.406.999	10.688.494
Instrumentos financeiros derivativos	-	442
Outras obrigações	10.440	4.823
Receitas		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	43.974
Despesas		
Operações de captação no mercado	1.588.223	1.297.413
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	73.881	35
Outras despesas administrativas	-	36.500

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

27 Gerenciamento de riscos

a. Risco de mercado

O Grupo Votorantim Finanças efetua operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações, com o acompanhamento do Comitê de Riscos que se reúne periodicamente para avaliação dos riscos e definição de limites operacionais.

Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento de risco são: a) monitoramento da adequação de posições e riscos aos limites estabelecidos pelo Comitê de Riscos e limites legais; b) integridade da precificação de ativos e derivativos; c) avaliação do risco de mercado pela metodologia “Value at Risk” e pela simulação de cenários; d) acompanhamento de resultados diários com testes de aderência da metodologia (“back-test”).

A política de gerenciamento de riscos de mercado considera, ainda, a utilização de instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de posições, para atender demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

b. Risco operacional

A Administração do Grupo Votorantim Finanças estabelece rígidas políticas e procedimentos com a finalidade de implantar um sistema de gestão dos riscos operacionais capaz de gerir, avaliar, monitorar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos seus negócios. A metodologia aplicada proporciona a identificação, categorização dos eventos, avaliação dos riscos, controles e acompanhamento dos planos de ação bem como a captura de todos os eventos de perdas relacionados com o risco. A formação de uma base de dados de perda será utilizada no cálculo de alocação de capital para cobertura do risco operacional, previsto pelo acordo da Basileia II.

A conjunção das ações de mapeamento e monitoramento dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e procedimentos adotados pelo Grupo, bem como a racionalização dos processos existentes.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

O Grupo Votorantim Finanças adota o conceito de “Gestão Integrada de Riscos”, o que possibilita à Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos. O gerenciamento de risco operacional é efetuado pelas áreas de Risco Operacional, de Risk Management, de Segurança da Informação e da Auditoria Interna com o acompanhamento do Comitê de Riscos. Maiores detalhes da estrutura de Risco Operacional, vide site www.votorantimfinancas.com.br.

c. Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações da Instituição assim como a liquidez dos instrumentos utilizados na gestão das posições financeiras.

d. Risco de capital

O gerenciamento de risco de capital busca otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

28 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a. Passivos contingentes

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em remota, possível e provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

A utilização desse critério busca atender a Deliberação CVM nº. 489/2005, que torna obrigatória a constituição de provisão pelo valor total das contingências classificadas na categoria provável, e a não provisão para aquelas classificadas como possíveis e remotas.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A posição dos passivos contingentes, segregada por natureza da causa e provisões constituídas, é a seguinte:

	Demandas fiscais		Demandas cíveis		Demandas trabalhistas	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Saldo inicial	457	81	16.357	9.636	8.142	3.927
Constituições/ (reversões)	21	376	10.292	8.438	10.199	7.442
Atualizações	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(1.717)	-	(3.227)
Saldo final	<u>478</u>	<u>457</u>	<u>26.649</u>	<u>16.357</u>	<u>18.341</u>	<u>8.142</u>

Os depósitos judiciais, classificados em Outros créditos- diversos, são:

	2007	2006
Demandas cíveis	2.057	896
Demandas trabalhistas	<u>3.698</u>	<u>1.013</u>
Total	<u>5.755</u>	<u>1.909</u>

b. Ativos contingentes

Não existe nenhum ativo contingente contabilizado.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Obrigações legais

A Instituição pleiteia o não pagamento COFINS com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela Lei nº 9.718/98).

	2007	2006
Saldo inicial	86.849	16.337
Constituições/ (reversões)	85.896	65.534
Atualizações	<u>11.391</u>	<u>4.978</u>
Saldo final	<u>184.136</u>	<u>86.849</u>

d. Outros compromissos

Em 25 de julho de 2003, o Banco protocolou junto à Secretaria da Receita Federal sua adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei nº. 10.684/03, do Governo Federal. A adesão ao programa possibilitou o parcelamento do PIS, referente ao período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, o qual vinha sendo questionado judicialmente e registrado em provisão para riscos fiscais. Os montantes relativos ao PIS, inclusos no programa, foram parcelados em 120 meses, calculados com base na limitação de 1,5% da receita bruta de intermediação financeira, atualizados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e reclassificados para impostos e contribuições a recolher. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo do programa é de R\$ 2.858 (2006 - R\$ 3.222). A Instituição está cumprindo com as condições do referido programa quanto à adimplência aos pagamentos parcelados, bem como quanto ao recolhimento dos demais impostos devidos mensalmente.

29 Outras informações

- a. Despesas tributárias se referem, substancialmente, à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e imposto sobre serviços - ISS.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- b. Resultado não operacional refere-se, basicamente, ao resultado obtido na alienação de bens não de uso próprio.
- c. Por intermédio da Medida Provisória 413/2008, publicada no Diário Oficial da União em edição de 03 de janeiro de 2008, a qual encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, o Governo Federal majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 9% para 15%. Caso convertida em Lei, esta produzirá efeitos sobre os resultados auferidos a partir de 01 de maio de 2008.
- d. Por meio da Lei nº. 11.638 publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 foram alterados diversos dispositivos da Lei nº. 6.404 (Sociedades por Ações), e que passam a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2008. Dentre as principais alterações introduzidas estão:
 - i. Critérios para avaliação de ativos, relativamente às aplicações em instrumentos financeiros, aos direitos classificados no intangível e aos elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo, e passivos, relativamente às obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível de longo prazo, inclusive nos casos de transformação, incorporação, cisão e fusão;
 - ii. Na Demonstração do resultado, inclusão de informações acerca das participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
 - iii. Demonstrações de fluxos de caixa e do valor adicionado; e
 - iv. Critérios para constituição de reserva de incentivos fiscais, que pode ser excluída do cálculo do dividendo obrigatório.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**BV Financeira S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2006 e 2005**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2006 e 2005

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8 - 26

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos

Administradores e Acionistas da
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

23 de fevereiro de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

Ativo	2006	2005	Passivo	2006	2005
Circulante	6.811.987	5.135.352	Circulante	11.155.648	7.551.628
Disponibilidades	25.441	18.761	Depósitos	10.684.330	7.306.313
Aplicações interfinanceiras de liquidez	362.481	248.472	Depósitos interfinanceiros	10.684.330	7.306.313
Aplicações no mercado aberto	357.477	246.971	Relações interdependências	941	32
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.004	1.501	Transferências internas de recursos	941	32
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	101.610	2.618	Instrumentos financeiros derivativos	442	839
Carteira própria	98.601	-	Instrumentos financeiros derivativos	442	839
Instrumentos financeiros derivativos	2.446	2.618	Outras obrigações	469.935	244.444
Vinculados à prestação de garantias	569	-	Sociais e estatutárias	55.000	39.580
Operações de crédito	5.693.126	4.359.944	Fiscais e previdenciárias	315.230	153.526
Empréstimos - setor privado	686.978	232.881	Negociação e intermediação de valores	26.406	11.704
Financiamentos - setor privado	5.263.651	4.257.261	Diversas	73.299	39.634
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(257.503)	(130.198)	Exigível a longo prazo	33.879	229.153
Outros créditos	412.440	290.017	Depósitos	4.164	87.213
Negociação e intermediação de valores	11.983	4.580	Depósitos interfinanceiros	4.164	87.213
Diversos	400.457	285.437	Instrumentos financeiros derivativos	-	155
Outros valores e bens	216.889	215.540	Instrumentos financeiros derivativos	-	155
Bens não de uso próprio	21.422	19.135	Outras obrigações	29.715	141.785
Despesas antecipadas	195.467	196.405	Fiscais e previdenciárias	29.715	141.785
Realizável a longo prazo	4.965.925	3.502.057	Patrimônio líquido	638.576	897.392
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	1.388	Capital social:		
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.388	De domiciliados no país	342.660	280.000
Operações de crédito	4.544.113	2.951.316	Aumento de capital	-	62.000
Empréstimos - setor privado	615.436	175.968	Reserva de capital	2.669	2.669
Financiamentos - setor privado	4.025.087	2.818.786	Reservas de lucros	293.907	547.723
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(95.460)	(43.438)			
Outros créditos	137.411	437.648			
Diversos	137.411	437.648			
Outros valores e bens	284.401	111.205			
Despesas antecipadas	284.401	111.205			
Permanente	50.191	35.764			
Investimentos	2.125	2.125			
Outros investimentos	2.125	2.125			
Imobilizado de uso	27.662	10.598			
Outras imobilizações de uso	46.258	32.412			
Depreciação acumulada	(18.596)	(12.814)			
Diferido	30.604	14.041			
Gastos de organização e expansão	36.552	24.031			
Amortização acumulada	(16.148)	(9.990)			
Total do Ativo	11.828.103	8.673.173	Total do Passivo	11.828.103	8.673.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2006**

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação do capital social)

	2º semestre de 2006	Exercícios	
		2006	2005
Receitas da intermediação financeira	1.609.896	2.910.938	2.347.779
Operações de crédito	1.807.735	3.104.897	2.339.966
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	31.052	52.164	32.827
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(228.891)	(246.123)	(25.014)
Despesas da intermediação financeira	(890.792)	(1.691.373)	(1.185.008)
Operações de captação no mercado	(672.531)	(1.297.413)	(1.020.098)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(218.261)	(393.960)	(164.910)
Resultado bruto da intermediação financeira	719.104	1.219.565	1.162.771
Outras receitas/(despesas) operacionais	(503.499)	(865.864)	(537.758)
Receitas de prestação de serviços	193.817	345.809	177.645
Despesas de pessoal	(71.416)	(136.209)	(108.890)
Outras despesas administrativas	(213.144)	(373.352)	(225.780)
Despesas tributárias	(65.675)	(116.566)	(67.711)
Outras receitas operacionais	1.684	6.530	2.232
Outras despesas operacionais	(348.765)	(592.076)	(315.254)
Resultado operacional	215.605	353.701	625.013
Resultado não operacional	(8.599)	(12.764)	(653)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	207.006	340.937	624.360
Imposto de renda e contribuição social	(52.050)	(70.256)	(164.902)
Provisão para imposto de renda	(119.052)	(176.324)	(128.447)
Provisão para contribuição social	(44.104)	(64.892)	(46.437)
Ativo fiscal diferido	111.106	170.960	9.982
Participações no lucro	(55.045)	(103.897)	(71.204)
Lucro líquido do semestre/exercício	99.911	166.784	388.254
Lucro líquido por ação	790,68	1.319,90	3.072,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2006

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Subvenções para investimentos	Legal	Para expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2004	280.000	-	175	12.595	239.874	-	512.644
Aumento de capital	-	62.000	-	-	-	-	62.000
Constituição de reserva: Incentivos fiscais	-	-	2.494	-	-	-	2.494
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	388.254	388.254
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	19.413	-	(19.413)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	295.841	(295.841)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(73.000)	(73.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	<u>280.000</u>	<u>62.000</u>	<u>2.669</u>	<u>32.008</u>	<u>515.715</u>	<u>-</u>	<u>892.392</u>
Aumento de capital	62.000	(62.000)	-	-	-	-	-
Reversão de reserva	-	-	-	-	(379.600)	379.600	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(379.600)	(379.600)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	166.784	166.784
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	8.339	-	(8.339)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	117.445	(117.445)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(41.000)	(41.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>342.000</u>	<u>-</u>	<u>2.669</u>	<u>40.347</u>	<u>253.560</u>	<u>-</u>	<u>638.576</u>
Saldos em 30 de junho de 2006	342.000	-	2.669	41.431	515.715	16.450	918.265
Reversão de reserva	-	-	-	-	(379.600)	379.600	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(379.600)	(379.600)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	99.911	99.911
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	(1.084)	-	1.084	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	117.445	(117.445)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>342.000</u>	<u>-</u>	<u>2.669</u>	<u>40.347</u>	<u>253.560</u>	<u>-</u>	<u>638.576</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2006

(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2006	Exercícios	
		2006	2005
Origens dos recursos	1.484.363	3.386.238	3.569.070
Lucro líquido do semestre/exercício	99.911	166.784	388.254
Ajustes ao lucro líquido	6.669	11.942	7.750
Depreciação e amortização	6.669	11.942	7.750
Ajustes de exercícios anteriores	(379.600)	(379.600)	-
Recursos de acionistas	-	-	62.000
Integralização de capital	-	-	62.000
Constituição de reservas	-	-	2.494
Reserva decorrente de incentivos fiscais	-	-	2.494
Recursos de terceiros originários de:	1.757.383	3.587.112	3.108.572
Aumento dos subgrupos do passivo	1.515.049	3.409.298	3.058.670
Depósitos	1.479.675	3.294.968	2.866.953
Relações interdependências	541	999	30
Outras obrigações	34.833	113.421	191.687
Diminuição dos subgrupos do ativo	242.334	177.814	49.790
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	49.790
Outros créditos	242.334	177.814	-
Alienação de bens e investimentos	-	-	112
Imobilizado de uso	-	-	112
Aplicações dos recursos	1.477.632	3.379.558	3.564.150
Juros sobre o capital próprio	-	41.000	73.000
Inversões em:	12.458	26.369	19.195
Investimentos	-	-	1.010
Imobilizado de uso	5.507	13.847	9.169
Diferido	6.951	12.522	9.016
Aumento dos subgrupos do ativo	1.464.816	3.311.637	3.452.626
Aplicações interfinanceiras de liquidez	68.380	114.009	82.673
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	98.386	97.104	-
Operações de crédito	1.219.742	2.925.979	2.866.623
Outros créditos	-	-	360.560
Outros valores e bens	78.308	174.545	142.770
Diminuição dos subgrupos do passivo	358	552	19.329
Instrumentos financeiros derivativos	358	552	19.329
Aumento das disponibilidades	6.731	6.680	4.920
Modificação na posição financeira			
Disponibilidades			
No início do semestre/exercício	18.710	18.761	13.841
No fim do semestre/exercício	25.441	25.441	18.761
Aumento das disponibilidades	6.731	6.680	4.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento têm por objetivo social, principalmente, a realização de operações de financiamento de veículos, bem como atuar nas demais atividades permitidas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e certas operações têm a co-participação ou intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2 Descrição das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades Anônimas, associadas às normas e instruções do BACEN.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito são apropriadas ao resultado por meio da aplicação do método exponencial.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Atendendo ao disposto na Circular nº 3.068 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção de investimento da Administração.

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação ou na categoria títulos disponíveis para venda devem ser avaliados e registrados a valor de mercado e a diferença em relação ao custo corrigido é reconhecida no resultado do período ou em conta específica do Patrimônio líquido, respectivamente. Quando classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento devem ser registrados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

De acordo com a Circular nº 3.082, do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos são avaliados e contabilizados a valor de mercado e classificados como "hedge" (proteção) ou "não-hedge". O "hedge" é classificado como: (i) "hedge de risco de mercado" ou (ii) "hedge de fluxo de caixa".

Os critérios para registro são os seguintes:

- Para os instrumentos financeiros derivativos que não se destinam a "hedge", bem como para aqueles classificados como "hedge de risco de mercado", os ajustes a valor de mercado são contabilizados em contrapartida à adequada conta de Receita ou Despesa, no resultado do exercício.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- Para os instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge de fluxo de caixa", a parcela efetiva do "hedge" deve ser contabilizada em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de Receita ou Despesa, no resultado do exercício.

No caso de instrumentos financeiros derivativos que se destinam à proteção de títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", tanto o título como o instrumento financeiro derivativo são avaliados e contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo registrados pelo valor de mercado.

Os efeitos em resultado da adoção dos critérios podem ser assim demonstrados:

	2006	2005
Resultado do exercício antes dos ajustes	52.254	183.558
Efeito no exercício dos ajustes de mercado:		
Carteira de financiamentos	173.618	324.020
Carteira de instrumentos financeiros derivativos	(87)	(13.875)
Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes	(59.001)	(105.449)
Resultado do exercício após os ajustes	<u>166.784</u>	<u>388.254</u>

c. Outros ativos

Demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos calculados com base "pro rata" dia e das variações monetárias e cambiais, auferidas até a data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas, levando em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN. São reconhecidos os créditos tributários referentes, principalmente, às provisões para créditos de liquidação duvidosa.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de certos ativos e imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

e. Ativo permanente

Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- i. Depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, composto por móveis e utensílios, sistema de comunicação - 10%, equipamentos de processamento de dados e veículos - 20%.
- ii. Outros investimentos são representados por investimentos oriundos de incentivos fiscais.
- iii. Amortização do diferido pelos prazos em que os correspondentes benefícios são gerados.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

f. Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados com base "pro rata" dia e as variações monetárias ou cambiais, incorridas até a data do balanço. As provisões para imposto de renda e contribuição social correntes são constituídas às alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10%, e 9%, respectivamente, de acordo com a legislação vigente. É reconhecido no balanço o passivo decorrente de uma obrigação legal e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Esses passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações em depósitos interfinanceiros

A carteira é composta por depósitos interfinanceiros, remunerados às taxas pré-fixadas, com vencimento até janeiro de 2007 no montante de R\$ 5.004 (2005 - R\$ 1.501).

b. Aplicações no mercado aberto

A carteira é composta por operações compromissadas, remuneradas às taxas pós-fixadas, com vencimento até fevereiro de 2007, no montante de R\$ 357.477 (2005 - R\$ 246.971).

4 Títulos e valores mobiliários

2006							
Títulos para negociação				Faixas de vencimento			Total
Tipo	Valor de custo	Valor de mercado	Lucro não realizado	Até 3 meses	3 a 12 meses	3 a 5 anos	
Letras Financeiras do Tesouro	569	569	-	-	53	516	569
Fundos de Investimento	98.601	98.601	-	98.601	-	-	98.601
Total	99.170	99.170	-	98.601	53	516	99.170

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os critérios de precificação de títulos e valores mobiliários são definidos pela área de gerenciamento de risco, que consideram preços e taxas oficialmente divulgados pela ANDIMA, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, que consideram ofertas, últimos preços praticados, dispersão possível e outros fatores que possam determinar de forma mais adequada e justa o valor de mercado, levando em conta a adoção de critérios julgados adequados à aferição de preço para papéis de baixa liquidez.

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Conglomerado Financeiro do Grupo Votorantim efetua operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à política do Grupo.

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações e pelo acompanhamento do Comitê de Riscos, composto pela diretoria e vice-presidência do Banco Votorantim S.A., que se reúne periodicamente para avaliação dos riscos e definição de limites operacionais. O gerenciamento de riscos adota como procedimentos básicos : a) monitoramento da adequação de posições e riscos aos limites estabelecidos pelo Comitê de Riscos e limites legais; b) integridade da precificação de Ativos e Derivativos; c) avaliação do risco de mercado pela metodologia "Value at Risk" e pela simulação de cenários; d) acompanhamento de resultados diários com testes de aderência da metodologia ("back-test").

A política de gerenciamento de riscos de mercado considera, ainda, a utilização de instrumentos financeiros derivativos para "hedge" de posições, para atender demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações. As operações observam os limites deliberados pelo Comitê e estabelecidos pela legislação, após análise dos riscos de crédito e liquidez, quando apropriados, caso em que envolvem as políticas de liquidez e crédito e as deliberações do respectivo Comitê.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os critérios de precificação de instrumentos financeiros derivativos são definidos pela área de gerenciamento de risco, que consideram preços e taxas oficialmente divulgados pela BM&F, bem como cálculos de prêmios de opção e outros riscos de acordo com metodologias convencionais e consagradas. Todas as etapas das operações estão sujeitas às verificações da auditoria interna, bem como aos procedimentos de controles internos, definidos e acompanhados por área específica e independente, adequados ao nível de transações e riscos envolvidos.

Os valores a receber, originários de contratos de swap, montam a R\$ 2.440 (2005 - R\$ 4.506) e estão registrados no Ativo em Títulos e valores mobiliários - Instrumentos financeiros derivativos, e os valores a pagar originários desses contratos montam a R\$ 442 (2005 - R\$ 994) e estão registrados no Passivo em Instrumentos financeiros derivativos.

Os ajustes diários das operações no mercado futuro montam a R\$ 4.711 (2005 - R\$ 2.268), no Passivo, e estão registrados em Negociação e intermediação de valores.

As operações de swap têm como contraparte o Banco Votorantim S.A., sendo integralmente negociadas no mercado de balcão.

As margens depositadas na BM&F foram efetuadas com títulos públicos federais, objeto de operações compromissadas, descritas na nota 3b, e totalizam R\$ 357.477 (2005 - R\$ 246.971).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros derivativos podem ser assim resumidos:

Tipo	2006									2005	
	Valor original do contrato	Valores a receber/ pagar contratual	Valores a receber/ pagar mercado	Prejuízo não realizado	Faixas de vencimento				Total	Valor original do contrato	Valores a receber/ pagar mercado
					Até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos			
Swap											
Pré	(4.095)	(3.652)	(3.486)	166	(10.701)	7.215	-	-	(3.486)	(151.269)	(202.423)
Di	4.095	5.484	5.484	-	12.113	(6.629)	-	-	5.484	151.269	205.935
Total	-	1.832	1.998	166	1.412	586	-	-	1.998	-	3.512
Futuros											
Di	(9.615.700)	(4.711)	(4.711)	-	(1.246.725)	(2.764.460)	(5.482.330)	(122.185)	(9.615.700)	(7.193.294)	(2.268)

6 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2006	2005
Comércio	697.705	607.303
Pessoa física	9.893.497	6.877.593
Total	10.591.202	7.484.896

b. Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Faixas de vencimentos	2006	2005
Parcelas vencidas		
A partir de 15 dias	207.909	115.729
Parcelas a vencer		
até 3 meses	1.768.935	1.367.405
3 a 12 meses	3.973.786	3.007.008
1 a 3 anos	4.336.979	2.893.783
3 a 5 anos	298.288	100.971
5 a 15 anos	5.305	-
Total	10.591.202	7.484.896

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Composição da carteira de operações de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682, do BACEN:

2006					
Nível de risco	Saldo			Provisão	
	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações	%	Valor
AA	605.114	-	605.114	0,0	-
A	8.447.773	-	8.447.773	0,5	42.239
B - Atraso entre 15 e 30 dias	55.785	547.429	603.214	1,0	6.032
C - Atraso entre 31 e 60 dias	24.586	407.198	431.784	3,0	12.954
D - Atraso entre 61 e 90 dias	10.686	110.770	121.456	10,0	12.146
E - Atraso entre 91 e 120 dias	3.129	79.856	82.985	30,0	24.896
F - Atraso entre 121 e 150 dias	630	57.519	58.149	50,0	29.075
G - Atraso entre 151 e 180 dias	461	46.555	47.016	70,0	32.910
H - Atraso superior a 180 dias	3.077	190.634	193.711	100,0	193.711
Total	9.151.241	1.439.961	10.591.202		353.963

2005					
Nível de risco	Saldo			Provisão	
	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações	%	Valor
AA	377.596	-	377.596	0,0	-
A	6.232.851	-	6.232.851	0,5	31.164
B - Atraso entre 15 e 30 dias	14.170	389.058	403.228	1,0	4.032
C - Atraso entre 31 e 60 dias	9.297	219.400	228.697	3,0	6.861
D - Atraso entre 61 e 90 dias	1.701	65.765	67.466	10,0	6.747
E - Atraso entre 91 e 120 dias	372	42.458	42.830	30,0	12.849
F - Atraso entre 121 e 150 dias	490	27.196	27.686	50,0	13.843
G - Atraso entre 151 e 180 dias	51	21.290	21.341	70,0	14.939
H - Atraso superior a 180 dias	1.503	81.698	83.201	100,0	83.201
Total	6.638.031	846.865	7.484.896		173.636

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2006	2005
Saldo inicial	173.636	126.018
Constituição	393.960	164.910
Créditos baixados contra provisão	(213.633)	(117.292)
Saldo final	353.963	173.636

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os créditos recuperados durante o exercício, que foram contabilizados como recuperação de créditos baixados como prejuízo, consoante determinado no COSIF, montam a R\$ 24.964 (2005 - R\$ 68.733) e foram classificados em "Receitas de operações de crédito". O montante de bens recuperados durante o exercício monta a R\$ 131.375 (2005 - R\$ 82.209). A Sociedade apresenta R\$ 157.863 (2005 - R\$ 93.458) de operações renegociadas no exercício.

e. Avaliação a valor de mercado

Foi procedida a avaliação de parte da carteira de financiamentos a valor de mercado, considerando o respectivo "hedge" no mercado futuro de DI junto a BM&F, conforme determina a Resolução nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil. A referida avaliação considera o respectivo "hedge" efetivo, refletindo os efeitos da variação da taxa de juros na carteira de financiamentos, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas em contrapartida aos ajustes ocorridos no referido mercado de derivativos, mensurado mensalmente. A avaliação desses ativos gerou ajuste positivo, não realizado, no montante de R\$173.618, em 31 de dezembro de 2006.

7 Depósitos interfinanceiros

Representados por certificados de depósitos interfinanceiros, remunerados às taxas pré-fixadas e pós-fixadas, com vencimentos até março de 2008, totalizando R\$ 10.688.494 (2005 - R\$ 7.393.526).

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 126.361 (2005 - 126.361) ações ordinárias, sem valor nominal.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido a reserva legal. Os dividendos não distribuídos são destinados à "Reserva de Expansão".

c. Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Instituição calculou em 2006 juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), vigente no exercício, no montante de R\$ 41.000 (2005 – R\$ 73.000), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de Lucros.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 13.940 (2005 – R\$ 24.820), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

d. Ajustes de exercícios anteriores

A partir de 2006 a metodologia de cálculo da avaliação de parte da carteira de financiamentos a valor de mercado foi alterada, para se obter o efeito da variação das taxas de juros reconhecido de forma mais adequada e os efeitos do "hedge" nas demonstrações de resultado mais precisamente identificados. Dessa forma o ajuste a valor de mercado efetuado até 31 de dezembro de 2005 foi revertido em contrapartida ao Patrimônio Líquido, em 2006. A referida mudança de modelo de precificação distribui os impactos da variação das taxas de juros de forma mais precisa, sem nenhum impacto na estratégia da empresa e sua política de "hedge". Neste exercício foi efetuada a contabilização do ajuste a valor de mercado da carteira de financiamentos, em contrapartida a Lucros Acumulados, no montante de R\$ 379.600, líquido de efeitos tributários, em função da mudança de critério da metodologia de cálculo descrita na nota 6e, conforme disposto no artigo 186 da Lei nº 6.404/76.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Encargos devidos sobre as operações do exercício

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre as operações do exercício:

	2006	2005
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	340.937	624.360
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(115.919)	(212.282)
Exclusões/(adições) permanentes	44.631	46.375
Participações no lucro	35.325	23.986
Despesas não dedutíveis	(4.634)	(2.431)
Juros sobre o capital próprio	13.940	24.820
Exclusões/(adições) temporárias	(110.927)	96.472
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100.360)	3.348
Ajuste a valor de mercado - Circular n°s 3.068 e 3.082	59.001	105.449
Provisões para contingências	(3.718)	(2.511)
Derivativos - Lei n° 11.051	(66.882)	(10.819)
Outros	1.032	1.005
Imposto de renda e contribuição social correntes	(182.215)	(69.435)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(59.001)	(105.449)
Imposto de renda e contribuição social total	(241.216)	(174.884)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre o resultado

	2006	2005
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Adições/(exclusões):		
Ajuste a valor de mercado - Circulares n°s 3.068 e 3.082	(59.001)	(105.449)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(59.001)	(105.449)

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Crédito tributário

Adições/(exclusões):

Provisões para contingências	3.718	2.511
Derivativos – Lei nº 11.051	66.882	10.819
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	100.360	(3.348)
Ativo fiscal diferido no exercício	170.960	9.982

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo (Outros créditos - Diversos)	2006	2005
Saldo inicial	88.139	78.157
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	100.360	(3.348)
Derivativos – Lei nº 11.051	66.882	10.819
Provisões para contingências	3.718	2.511
Saldo final	259.099	88.139
Passivo (Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias)	2006	2005
Saldo inicial	195.637	90.188
Ajuste a valor de mercado - Circulares nºs 3.068 e 3.082	(136.551)	105.449
Saldo final	59.086	195.637

d. Estimativa de realização

	2007	2008	2011	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	140.128	32.931	-	173.059
Derivativos – Lei nº 11.051	62.875	14.826	-	77.701
Provisões para contingências	-	-	8.339	8.339
Total	203.003	47.757	8.339	259.099

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os créditos tributários foram constituídos nos termos da legislação em vigor, baseados em estudos comprobatórios da capacidade de realização e, entre outros fatores, as seguintes premissas:

- Atendimento às condições da Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002 do Banco Central do Brasil.
- Crédito tributário sobre diferenças temporais: Constituído sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa, cuja realização se condiciona aos prazos legais para dedutibilidade conforme Lei nº 9.430/96, depois de esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam na redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável. Estimativa de realização: de 1 a 2 anos, no máximo.
- Constituído sobre provisões de contingências trabalhistas e cíveis. Estimativa de realização dependente do trâmite do processo, entre 3 a 5 anos.
- Constituídas pelas despesas a serem deduzidas na sua realização, conforme determinação do art. 32 da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, de acordo com a liquidação do contrato, cessão ou encerramento de posição das operações de mercados derivativos (Swap e Mercado Futuro). Estimativa de realização: de 1 a 2 anos, no máximo.
- O saldo contábil é considerado o valor presente dos créditos tributários.

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas nos termos da legislação em vigor e se referem a receitas a serem tributadas na sua realização, decorrentes da diferença entre valor contábil e valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, cuja realização está prevista no período de 2007 e a avaliação a valor de mercado da carteira de financiamentos, descrita na nota 6, cuja realização está prevista até o período de 2009.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

10 Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas foram realizados, substancialmente, com o Banco Votorantim S.A., efetuados de acordo com condições usuais de mercado e considerando a ausência de risco, assim representados:

	2006	2005
Ativos:		
Disponibilidades	1.251	804
Aplicações interfinanceiras de liquidez	362.481	248.472
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.439	4.506
Passivos:		
Depósitos interfinanceiros	10.688.494	7.393.526
Instrumentos financeiros derivativos	442	994
Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores	4.711	2.268
Outras obrigações - Diversas	112	2
Resultado:		
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	43.974	-
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	32.827
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(35)	762
Despesas de depósitos interfinanceiros (operações de captação no mercado)	(1.297.413)	(1.016.098)
Despesas com serviços técnicos especializados	(36.500)	(13.840)

Os serviços técnicos especializados prestados pela CP Promotora de Vendas Ltda. se referem à estrutura de vendas, sendo pagos de acordo com contrato mantido entre as partes e registrados em "Outras despesas administrativas".

11 Provisões, passivos e contingências

A Instituição é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas e cíveis, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As principais questões tributárias são :

Imposto de renda : Pleiteia a diferença de alíquota utilizada para aplicação em incentivos fiscais;

COFINS : Pleiteia não pagamento da cofins, com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela lei nº 9.718/98).

As provisões constituídas, por natureza, são :

	2006	2005
Tributárias (Fiscais e previdenciárias – impostos e contribuições a recolher)	86.392	16.256
Tributárias (Fiscais e previdenciárias – provisão para riscos fiscais)	457	81
Cíveis (Diversas)	16.357	9.636
Trabalhistas (Diversas)	8.142	3.927
Total	<u>111.348</u>	<u>29.900</u>

Movimentação das provisões constituídas, por natureza :

	2005	2006			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Estorno/ utilização de provisão	Atualização monetária	Saldo final
Tributárias	16.337	65.534	-	4.978	86.849
Trabalhistas	3.927	7.442	(3.227)	-	8.142
Cíveis	9.636	8.438	(1.717)	-	16.357
Total	<u>29.900</u>	<u>81.414</u>	<u>(4.944)</u>	<u>4.978</u>	<u>111.348</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais efetuados, que estão classificados em "Outros créditos", no Realizável a longo prazo, montam a :

	2006	2005
Tributárias	154	133
Cíveis	896	2.101
Trabalhistas	1.013	198
Outros depósitos	<u>24</u>	<u>2</u>
Total	<u>2.087</u>	<u>2.432</u>

12 Outras informações

- a.** Despesas antecipadas são representadas basicamente por comissões por intermediação de operações de financiamento, apropriadas ao resultado no prazo dos contratos, por meio da aplicação do método exponencial, e apresentadas em "Outras despesas operacionais". O resultado apropriado no exercício monta em R\$ 429.875 (2005 - R\$ 201.516).
- b.** "Outros créditos - Diversos" incluem o montante de R\$ 259.099 (2005 - R\$ 88.139) referente a créditos tributários; R\$ 88.820 (2005 - R\$ 52.982), referente a antecipações de imposto de renda e contribuição social; e R\$ 173.618 (2005 - R\$ 575.151) referente ao ajuste da carteira de financiamentos a valor de mercado, descrito na nota 6e.
- c.** "Outras obrigações - Diversas" se referem, substancialmente, às provisões com pessoal, no montante de R\$ 9.571 (2005 - R\$ 7.611), provisões para pagamentos a efetuar no montante de R\$ 12.069 (2005 - R\$ 6.769) e provisão para processos de natureza cível e trabalhista, descrito na nota 11.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- d. Em 25 de julho de 2003, a Sociedade protocolou junto à Secretaria da Receita Federal sua adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei nº 10.684/03, do Governo Federal. A adesão ao programa possibilitou o parcelamento do PIS, referente ao período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, o qual vinha sendo questionado judicialmente e registrado em provisão para riscos fiscais. Os montantes relativos ao PIS, inclusos no programa, foram parcelados em 120 meses, calculados com base na limitação de 1,5% da receita bruta de intermediação financeira, atualizados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e reclassificados para impostos e contribuições a recolher. A Sociedade está cumprindo com as condições do referido programa quanto à adimplência aos pagamentos parcelados, bem como quanto ao recolhimento dos demais impostos devidos mensalmente. Os montantes inclusos no programa são:

Principal e multa atualizados na data de adesão	Atualização - TJLP	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2006
3.750	1.009	1.537	3.222

- e. Despesas de pessoal inclui proventos, benefícios, encargos e treinamento de funcionários.
- f. "Outras despesas operacionais" incluem, além das despesas com comissões mencionadas na nota 12a, principalmente, a atualização monetária de provisão para riscos fiscais e impostos a pagar, no montante de R\$ 5.676 (2005 – R\$ 1.051), encargos sociais sobre comissões no montante de R\$ 13.548 (2005 - R\$ 6.827), constituição de provisão para contingências em processos de natureza cível e trabalhista no montante de R\$ 9.265 (2005 – R\$ 2.219) e outras comissões por serviços prestados no montante de R\$ 108.303 (2005 – R\$ 83.709).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- g. "Outras despesas administrativas" incluem, principalmente, despesas com serviços técnicos especializados, no montante de R\$ 62.367 (2005 – R\$ 26.900); despesas com promoções e relações públicas, no montante de R\$ 43.099 (2005 – R\$ 22.200); despesas com serviços de processamento de dados, no montante de R\$ 31.703 (2005 – R\$ 23.229); serviços do sistema financeiro, no montante de R\$ 29.241 (2005 – R\$ 18.446); tributos e custas sobre bens retomados, no montante de R\$ 22.485 (2005 – R\$ 16.603); serviços de terceiros, no montante de R\$ 27.515 (2005 – R\$ 18.747), despesas com comunicações no montante de R\$ 32.296 (2005 – R\$ 24.106), emolumentos judiciais e cartoriais no montante de R\$ 14.993 (2005 – R\$ 9.243) e taxas de registro de contratos no montante de R\$ 20.788 (2005 – R\$ 12.610).
- h. As Instituições Financeiras integrantes do Grupo Financeiro Votorantim apuram seus limites de patrimônio líquido mínimo exigido de forma consolidada, dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099, do Banco Central do Brasil, de 17 de agosto de 1994, e normativos posteriores aplicáveis.
- i. Em conformidade com a Resolução nº 3.198, de 27 de Maio de 2004, do Banco Central do Brasil, os membros efetivos do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A. e Instituições Controladas, constituído por dispositivo estatutário e aprovado pelo Banco Central do Brasil em 28 de junho de 2004, estabeleceram atividades com o propósito de analisar e avaliar a exatidão dos Controles Internos e das operações do Grupo Financeiro Votorantim, baseando-se nos regulamentos e leis aplicáveis.
- j. No exercício de 2006 foram efetuadas cessões de parcelas da carteira de financiamentos para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I e para o BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II no montante de R\$ 1.395.660. As referidas operações de cessões geraram ganhos de R\$ 115.276.